



E&N Política monetária — B1 e B7

BC eleva juros para 14,25%, maior patamar desde 2016, e sinaliza novo aumento

— Selic chega ao nível do auge da crise no governo Dilma; Copom indica um ‘ajuste de menor magnitude’ para maio

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, por decisão unânime, aumentou ontem a taxa básica de juros de 13,25% para 14,25%. Com essa quinta alta consecutiva, a terceira de um ponto porcentual, a Selic alcançou o mesmo patamar registra-

Onde investir — B2
Aplicação em pós-fixados com Selic é indicada

do na crise econômica deflagrada no governo Dilma Rousseff, em 2016. Em comunicado, o Copom antecipou um novo “ajuste de menor magnitude” em

maio, sem indicar porcentual. Depois disso, o BC vai analisar dados como a evolução da dinâmica da inflação. No cenário atual, diz o Copom, “projeções de inflação elevadas, resiliência na atividade econômica e pressões no mercado de trabalho” exigem política monetária mais contracionista.

Celso Ming — B2
A nova estocada dos juros. E daí?

Alvaro Gribel — B7
BC garante a ‘âncora’ monetária

E&N Mudança de regra — B8

Congresso resiste a taxa da alta renda no novo IR

Embora reconheçam a proposta como popular, oposição e parte do Centrão querem rever tributação aos mais ricos. Governistas pretendem tratar tema como uma batalha entre classes.

Avaliação de analistas — B8

Tributar dividendos tende a afastar investidor estrangeiro

Notas e Informações — A3

O presente de Lula para a classe média

Coluna do Estadão — A2

Defensoria diz que Moraes viola direitos

William Waack — A12

Novo IR não é a bala de prata que Lula espera

Coluna do Broadcast — B22

Texto mantém isenção a fiagro e fundo imobiliário

Luciana Garbin — C8

Que tal viver com amigos depois dos 50?

Violência — A17

Suspeitos de ligação com morte de ciclista no Itaim estão presos

Polícia deteve motorista da moto usada no crime. Atirador havia sido preso por outro crime, assim como receptadora.

STF — A6

Julgamento de denúncia de trama golpista terá Dino, Zanin e Moraes

Supremo formou maioria para rejeitar recursos dos denunciados que alegavam impedimento dos ministros.

C2 Literatura — C1 e C3

Os 70 anos do sociopata sedutor

Livros com Tom Ripley, o anti-herói repulsivo e fascinante criado por Patricia Highsmith, ganham novas edições.

Eleições 2026 — A12

Gusttavo Lima afirma que desistiu de ser candidato

Cláudio Lembo 1934 - 2025 — A12

Ex-governador de São Paulo morre aos 90 anos

Oriente Médio — A14 e A15

Israel volta a enviar tropas terrestres para Gaza

Edu — D1 e D4

Nas especializações, 61% dos alunos estão a distância

A guerra de Putin — A13

Ucrânia concorda com trégua parcial, mas mantém fogo cruzado com Rússia

Trump conversou por telefone com Zelenski um dia após falar com Putin. Países discutirão ampliação de cessar-fogo.



A cantora com a filha Maria Rita, então com 3 anos, em casa em Mairiporã, na Serra da Cantareira

Música — C6 e C7

Elis em cenas raras e inéditas

Fotos e vídeo de show de 1981 são publicados pela 1.ª vez

O Estadão teve acesso, com exclusividade, a imagens feitas pelo fotógrafo Paulo Kowall durante a turnê Trem Azul, a última de Elis Regina.

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTTO E IANDER PORCELLA
COLUNA@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Alexandre de Moraes, ministro do STF

Defensoria diz ao STF que Moraes viola direito de defesa em uma ação do 8 de Janeiro

A Defensoria Pública da União (DPU) afirmou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o ministro Alexandre de Moraes tem violado o direito de defesa e privilegiado a acusação em um processo do 8 de Janeiro. Na ação, a DPU disse que o relator não autorizou intimar uma testemunha que provaria que a ré Diovana Vieira, presa no acampamento em frente ao Exército um dia depois dos atos golpistas, só chegou a Brasília após o ataque às sedes dos Três Poderes. A Defensoria classificou a medida de "violação ao contraditório e à ampla defesa". Procurado pela *Coluna*, o ministro não respondeu. Em nota, a Defensoria disse que a manifestação em processos judiciais não representa a opinião da instituição, e que repudia "qualquer tentativa de politização" de sua atuação.

• **DEFESA.** A Defensoria pediu a absolvição de Diovana. Segundo a DPU, ela chegou a Brasília no fim da tarde do 8 de Janeiro, após os ataques, e o objetivo da viagem era acompanhar sua ex-sogra. Para tentar comprovar esse episódio, a DPU pediu que o STF intimasse, como testemunha, o motorista de ônibus que levou a ré à capital, o que Moraes negou.

• **FICHA.** Diovana Vieira é ré no Supremo pelos crimes de incitação à animosidade entre as Forças Armadas; associação criminosa; e concurso material. Ela ficou presa durante uma semana, e depois passou a cumprir medidas cautelares.

• **LIBERADO.** "O acampamento contava com a absoluta tolerância do Poder Público. O próprio Estado transmitia a aparência de regularidade do aglomerado, tolerando-o e até incentivando-o", afirmou a Defensoria na ação, sobre o fato de Diovana ter sido presa no acampamento.

• **TAMO.** O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti, disse que a entidade apoiará qualquer advogado que tiver prerrogativas violadas. "Independente de quem os advogados estejam defendendo, o que nos importa é o respeito às prerrogativas da classe."

• **JUNTO.** Em entrevista à *Coluna*, o criminalista José Luis de Oliveira Lima, que defende o general Walter Braga Netto no STF, afirmou que vai protocolar uma representação na OAB por ter o trabalho cerceado na Corte.

• **BRONCA.** Integrante do grupo Judias e Judeus pela Democracia-SP, o advogado Fábio Tofic Simantob criticou a declaração do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) de que o filho Eduardo mudou-se para os EUA para combater "algo como o nazifascismo" no Brasil. "É uma ofensa comparar o sofrimento do povo judeu ao longo da história com a dor do golpe frustrado."

• **CULTO.** O presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), da Igreja Universal, reagiu a uma declaração do pastor Silas Malafaia, que havia chamado Pereira de "cretino" por não ter defendido abertamente a anistia do 8 de Janeiro. "Rasputin Tupiniquim", rebateu.

• **TENSO.** "Desafio Malafaia a encontrar uma manifestação pública minha contra ou a favor (da anistia). Como advogado, não é possível anistiar quem ainda não foi condenado. Minha posição é técnica. Malafaia chega a espumar pela boca nas manifestações cheias de cólera", disse Pereira.

PRONTO, FALE!!



Marcelo Mello
CEO da SulAmérica Investimentos

"A economia brasileira já mostra sinais sutis de arrefecimento, mas sem indícios de colapso. Projetamos um crescimento do PIB para este ano abaixo de 2%."

CLICK



José Dirceu
Ex-ministro da Casa Civil

No plenário do Senado, durante sessão solene que comemorou os 40 anos da redemocratização no País e prestou homenagem ao ex-presidente José Sarney.

ESTADÃO

VODCAST

dois pontos

Forme sua opinião sobre os temas mais atuais a partir de análises de dois especialistas.

@estadao

ASSISTA E INSCREVA-SE PARA RECEBER ALERTAS DE NOVOS EPISÓDIOS.



Basta apontar a câmera do seu celular para o QR code acima.

FOTO: PEDRO KIRILOS

QUINTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2025

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2012)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO FERREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO SOLOGNA
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SÉRGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

O presente de Lula para a classe média



Em busca de votos e sem tempo a perder, governo isenta classe média do pagamento do IR, não corrige a tabela, abre mão de R\$ 27 bilhões e abandona a ideia de uma reforma ampla

O governo enviou ao Congresso o projeto de lei que garante a isenção do Imposto de Renda (IR) para todos os trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil mensais e um desconto para quem recebe entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil. A estimativa é de que a medida gere uma renúncia fiscal de R\$ 27 bilhões, integralmente compensada, segundo a equipe econômica, pela tributação mínima sobre a alta renda.

Geralmente falha, a comunicação do Executivo funcionou bem ao associar uma medida evidentemente populista

à ideia de um país mais justo. Mais justo e correto, no entanto, seria corrigir a tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) e criar novas faixas de contribuição. Mais justo e simples seria taxar lucros e dividendos. E certamente ainda mais justo e corajoso seria propor uma reforma ampla sobre todos os impostos que incidem sobre a renda e que desse fim a regimes especiais de tributação que permitem ao 0,06% mais rico pagar uma alíquota efetiva média de 2,54% sobre sua renda.

Mas não é de justiça que se trata. Corrigir a tabela do IRPF diluiria o benefi-

cio além da classe média, alcançando camadas da população que o governo já desistiu de conquistar. Taxar lucros e dividendos exigiria do governo uma liderança dotada de articulação política invejável no Congresso, que o governo já comprovou não ter. E propor uma reforma ampla sobre a renda demandaria tempo e disposição para o debate, mas um governo em busca de uma marca para apresentar nas eleições não dispõe desses ativos.

O próprio governo reconheceu, na exposição de motivos, que o projeto não é a melhor alternativa para tornar a carga tributária mais justa e progressiva. "Enquanto tal reforma estrutural não ocorre, medidas alternativas como a imposição de imposto mínimo sobre os milionários podem cumprir um papel paliativo temporário, compensando a falta de progressividade no topo da pirâmide", diz o texto, assinado pelo ministro Fernando Haddad.

Pouco importa se as perdas serão mesmo compensadas, sobretudo para o Congresso. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), pouco disse sobre o projeto, mas nem precisava ser mais claro. "O Congresso, com certeza, na sua diversidade, fará alterações nessa matéria. Não tenho dúvidas, pela importância que ela tem, alterações que com certeza visarão a melhorar a proposta", afirmou.

Melhor ou pior, como se sabe, depende pouco da qualidade do projeto em si e mais do ponto de vista de quem é beneficiado ou afetado pela medida. Sabendo do caráter populista dos deputados e senadores e das boas relações que o Congresso mantém com as clas-

ses mais privilegiadas, já se pode imaginar como serão pautados os debates no Legislativo.

Num contexto politicamente desfavorável, resgatar uma ousada promessa de campanha que muitos acreditavam ser impossível de cumprir caiu como luva. Não importa se a renúncia vai causar impactos nas receitas não apenas da União, mas também no caixa de Estados e municípios. A exemplo do ex-presidente Jair Bolsonaro, Lula da Silva lançou um desafio do qual dificilmente sairá derrotado. Que deputado, senador, governador ou prefeito ousará defender a responsabilidade fiscal e posicionar-se contra uma medida que reduz os impostos para a classe média?

É a mesma lógica adotada por Bolsonaro quando transformou o barateamento dos combustíveis numa bandeira eleitoral impondo a redução do ICMS, quando reajustou generosamente o antigo Auxílio Brasil e quando criou benefícios para taxistas e caminhoneiros – tudo isso a menos de um ano da eleição.

Para o bem e para o mal, o alcance do projeto de Lula para o IR será gigantesco. De um lado, cerca de 10 milhões de brasileiros serão diretamente beneficiados com a isenção e poderão gastar mais, o que pressionará a inflação. De outro, nada menos que 90% dos brasileiros que pagam Imposto de Renda estarão na faixa de isenção total ou parcial e deixarão de contribuir com os cofres públicos.

Uma vez aprovada, a benesse valerá a partir de 2026, mas seu verdadeiro custo só será conhecido em 2027. Este, no entanto, será um problema do próximo presidente da República. ●

Os estudantes que esperem

Sem justificativa plausível, governo Lula atrasa regulamentação da educação a distância no ensino superior e deixa milhões de alunos à mercê de suas conveniências políticas

Após pouco mais de dois anos do governo Lula da Silva, os estudantes ainda esperam pela definição das novas regras da educação a distância (EAD) no ensino superior. Tanto tempo indica que passou da hora de o Ministério da Educação (MEC) apresentar um plano que estabeleça com clareza e previsibilidade quais serão os cursos autorizados a funcionar nessa modalidade, de modo a garantir acesso à universidade a milhões de brasileiros, e com qualidade.

Desde junho do ano passado, a abertura de novos cursos e novas vagas na modalidade EAD está suspensa em todo o País por ordem do MEC. A medida valeria até o último dia 10 de março, mas, de acordo com portaria do ministério, seu prazo foi prorrogado para 10 de

abril "ou até a publicação da regulamentação do novo marco regulatório".

Parece não haver pressa e, na prática, significa que não há prazo algum. Isso porque, como revelou o *Estadão*, o decreto com essa regulamentação já foi finalizado pelo MEC e deveria ter sido publicado até 31 de dezembro de 2024. A proposta está parada na Casa Civil.

O ministro Rui Costa deve ter preocupações mais urgentes do que a formação dos universitários brasileiros, tais como a popularidade de seu líder máximo, hoje em queda livre. Segundo a apuração do *Estadão*, há a avaliação de que uma atuação rigorosa do governo Lula na regulamentação da EAD poderia levar à reação de parte dos estudantes, vistos não como universitários, mas, ao que tudo indica, apenas como potenciais eleitores do petista.

Na visão da cúpula do governo, que só pensa em reeleição, essa modalidade beneficia mais aqueles que votaram ou podem vir a votar em Lula, por se tratar de uma opção mais barata e acessível de curso superior. E hoje essa cúpula vive não para governar, mas para evitar assuntos considerados sensíveis, prejudiciais ou espinhosos para a imagem do presidente-candidato.

Ademais, há ainda a pressão de grandes grupos privados que pesa sobre o governo. Dentro das regras até então vigentes, essas empresas expandiram seus negócios no ensino remoto e, claro, temem mudanças que possam impactá-las.

Em meio a tantos impasses, é de se perguntar como fica a formação dos estudantes. País afora – e são milhões de estudantes. Segundo os dados oficiais mais recentes do MEC, divulgados em outubro do ano passado e referentes a 2023, o Brasil tinha 4,9 milhões de matriculados em EAD, ante 5,06 milhões no presencial. Para se ter uma ideia do avanço do ensino remoto, dez anos antes eram 6,1 milhões de alunos no presencial e 1,1 milhão na EAD. Hoje, de cada dez alunos que ingressam no ensino superior, sete vão para a educação a distância.

Para parte dos especialistas, o afrouxamento das regras em 2018 permitiu essa proliferação de cursos sem qualidade assegurada. E até mesmo quem defende essa modalidade de ensino concorda

que o mercado hoje está desregulado.

Crítico da EAD, o ministro da Educação, Camilo Santana, fala desde o primeiro mês do atual mandato de Lula sobre a necessidade de apresentar uma regulamentação para esse setor. Por isso é no mínimo de se estranhar tanta demora para solucionar esse problema num governo que, sempre que pode, se diz preocupado com a formação superior no Brasil e com a educação de um modo geral.

Num evento da ONG Todos pela Educação na quinta-feira, 13, em São Paulo, Santana disse que a regulamentação da EAD deve sair nos "próximos dias". Mas sobram motivos para duvidar da concretização dessa promessa. E, se o decreto vier a ser publicado, virá tarde.

Sem dúvida, a expansão do ensino superior é crucial para o desenvolvimento do País. O Brasil precisa de mão de obra qualificada para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais tecnológico e em constante e acelerada transformação. Cientes disso, milhões de brasileiros frequentam o ensino superior para se capacitarem e melhorarem sua colocação no mercado.

Ao recorrerem à EAD, os estudantes buscam uma profissão, e não a compra de uma ilusão. Mas o governo Lula da Silva parece pouco se importar. Cada passo é pensado não no País, mas nos palanques de 2026. Os estudantes, o mercado de trabalho e o Brasil que esperem. ●

ESPAÇO ABERTO

PIB de 2024 cresceu 3,4%, mas...

Roberto Macedo

A notícia foi divulgada pelo IBGE no dia 7 de março de 2025, e só hoje a estou comentando porque no dia anterior eu havia publicado meu artigo neste espaço, e escrevo a cada duas semanas. O governo e muitas pessoas se contentaram com a taxa de 3,4%, mas ela veio de novo no contexto de baixas taxas de crescimento econômico desde 1980. E esse crescimento é cíclico, em ondas que não se sustentam. Entendo que isso ainda é mal compreendido pela população do País, que parece dominada por baixas aspirações quanto ao crescimento econômico nacional e não reclama.

De minha parte, acho que o Brasil deveria ter uma meta de crescimento maior, começando com 4% ao ano, e num caminho marcado por mais investimentos públicos e privados, porque hoje são muito baixos. E são maiores investimentos em Formação Bruta de Capital Fixo que levam a uma produção maior, a mais empregos, mais renda, tudo aquilo que impulsiona a economia de um país e seu Produto Interno Bruto (PIB).

O relatório do IBGE sobre

2024 e seus demais dados mostram duas fragilidades importantes do PIB. A primeira foi que esta taxa de investimento relativamente ao PIB manteve-se em nível baixo, de 17%, quando para crescer bem mais precisaria ficar mais próxima de 25% do PIB.

A segunda fragilidade é que a partir do segundo trimestre de 2024 as taxas trimestrais de variação do PIB foram decrescentes até o último trimestre. Mais precisamente, 1,3%, 0,7% e 0,2% no segundo, terceiro e quarto trimestres, respectivamente. E isso é um dos fatores que sustentam as previsões da maioria dos analistas, de que em 2025 o PIB crescerá mais perto de 2% do que de 3%, lembrando que as taxas de 2022, 2023 e 2024 ficaram próximas desta última, ou seja, 3%, 3,2% e 3,4%, respectivamente. Isso levaria a um novo ciclo de taxas insatisfatórias, que marca a maior parte das taxas pós-1980.

Segundo o IBGE, pela "(...) ótica da despesa, houve crescimento de 7,3% da Formação Bruta de Capital Fixo, os investimentos. Tal crescimento é explicado pelo aumento tanto da produção interna de bens de

É preciso cobrar do governo uma atuação bem mais forte pelo crescimento econômico do País

capital quanto de sua importação, além da expansão da Construção e do Desenvolvimento de Software". Mas a taxa de investimento anual só passou de 16,4% para 17% do PIB entre 2023 e 2024.

Volto agora, mais uma vez, à minha repetida pregação, que resume a situação da eco-

nomia retornando ao passado e contemplando o futuro próximo, a visão dos agentes políticos, que não demonstram preocupar-se com o baixo crescimento econômico, e o que poderia ser feito a respeito. Ao leitor peço desculpas pela repetição, mas pregações precisam ser repetidas para que tenham alguma chance de serem ouvidas.

No momento, como vimos, a situação da economia olhando o presente e o futuro é a de um ciclo em que suas três últimas taxas anuais, em torno de 3%, se esgotaram e a perspectiva é de um crescimento mais próximo de 2%. Olhando a área política federal, o presidente Lula continua preocupado, mesmo, é com sua reeleição e segue uma política de gastos que provoca inflação e contrasta com a disposição do Banco Central de combatê-la levando a juros elevados, que também oneram a dívida pública e prejudicam o investimento, que permitiria maior crescimento.

Sua mais recente medida, populista, voltada para sua queda de popularidade e confirmada na terça-feira passada, foi a remessa ao Congresso Nacional de um projeto de lei que isenta o Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais e corta o imposto para quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil, com uma perda de arrecadação estimada pelo governo em R\$ 27 bilhões, mas que alguns analistas calculam que poderá ser maior. Essa conta o governo pretende financiar com o aumento de alíquota para quem ganha acima de

R\$ 50 mil, o que os atingidos procurarão contornar em parte. Ademais, há o risco de o Congresso aprovar a isenção, e não a nova tributação. Sem se preocupar com o crescimento, é por aí que o governo segue gerando também novas incertezas, que diminuem a confiança dos empreendedores e os seus investimentos.

Quanto ao Congresso, ele tampouco demonstra maior preocupação com o crescimento econômico do País e aparenta estar mais interessado nas suas emendas parlamentares. Na minha opinião, elas deveriam ser completamente extintas, pois a Constituição diz que todos são iguais perante a lei, mas nas eleições os parlamentares que distribuíram emendas têm maiores chances de serem eleitos do que os candidatos sem mandato, conforme demonstrado pelas eleições passadas.

Para voltar a atenção do governo para o crescimento, um caminho, já apontado anteriormente, seria pressioná-lo para criar uma meta começando com 4% ao ano, que, se não cumprida, abriria uma grande discussão dos fatores que impediram isso e como atuar em sentido contrário. Isso ocorre com a meta de inflação. Como a sociedade em geral não pressiona pelo crescimento econômico, minha proposta é de que os empresários, por meio de suas associações, se organizassem para exercer essa pressão. E a imprensa também poderia colaborar na mesma direção. ●

ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

FÓRUM DOS LEITORES

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada. E-mail: forum@estado.sp.com

Imposto de Renda

Compensação

Novo IR terá quatro grupos de cobrança; dividendo acima de R\$ 50 mil será taxado (Estadão, B1). Com a proposta de isenção do Imposto de Renda (IR) para ganhos mensais de até R\$ 5 mil viria também um acréscimo para ganhos acima de R\$ 50 mil/mês. Seria interessante incluir aqui os penduricalhos hoje isentos de IR, tais como as diversas ajudas e ressarcimentos pagos a juízes e desembargadores, e o que é pago pela participação em conselhos de grandes empresas a alguns políticos e indicados do governo.

Helton P. F. Leite
Lorena

Renda

No projeto enviado ao Congresso faltou considerar como renda todos os penduricalhos que são adorados por políticos e membros do Poder Judiciário.

Renato Maia
Vitória

O IR de cada um

Será que algumas categorias pagarão Imposto de Renda sobre dividendos e sobre penduricalhos como os recebidos por desembargadores, procuradores, juízes, deputados, senadores e ministros (inclusive no Supremo Tribunal Federal), ou só os mortais brasileiros que já pagam impostos exorbitantes?

Emerson Luiz Cury
Itu

Pela eleição

Na verdade, membros do governo pensaram, avaliaram e decidiram mexer na tributação do Imposto de Renda beneficiando os candidatos das eleições de 2026, principalmente o falante pai dos pobres e desamparados, que almeja mais uma reeleição.

Carlos Gaspar
São Paulo

Eduardo Bolsonaro

Paulistas traídos

O carioca Eduardo Nantes Bolsonaro foi eleito deputado fede-

ral por São Paulo com 741 mil votos. Nos 45 dias de 2025 em que permaneceu como representante de nosso Estado no Congresso Nacional, não apresentou nenhum projeto e fez somente um discurso no plenário, de acordo com este jornal (Coluna do Estadão, 18/3, A2). Considerando que um deputado federal tem salário bruto de R\$ 46.366,19, além de custeio de gabinete e auxílio moradia, pode-se aferir que ele recebeu, proporcional e aproximadamente no período de dois meses e meio de seu mandato, o montante de quase R\$ 120 mil para não fazer absolutamente nada, além, claro, de promover debates tumultuados nas comissões parlamentares, para lacrar e produzir vídeos que depois exibia nas redes sociais para seus eleitores, agora traídos. Isso até o pedido de licença, com justificativas esdrúxulas. Que o evento nos sirva de lição para escolhermos criteriosamente em quem votar.

Honylde Roberto Pereira Pinto
Ribeirão Preto

Bolsonarismo

Liberticidas

Segundo o editorial A missão quase impossível de Tarcísio (Estadão, 19/3, A3), ao participar do ato pela anistia aos "supostos" golpistas, o favorito para herdar os votos de Bolsonaro tenta equilibrar-se entre ser leal ao padrinho "liberticida" e ser um genuíno democrata. Liberticida é, de acordo com o dicionário, quem ou o que se opõe a qualquer tipo de liberdade de um povo, de um país, de uma nação; que age com o propósito de destruir as liberdades de uma nação. Isso posto, creio que nem Bolsonaro nem o governador Tarcísio de Freitas sejam liberticidas, muito ao contrário. Estão lutando pela liberdade e anistia dos envolvidos no 8 de Janeiro, usando para tal um precedente precioso: Lula, condenado por crimes inquestionáveis contra a Pátria, foi libertado. Seriam seus anistiadores também liberticidas?

Maurílio Polizello Junior
Ribeirão Preto

Futebol sul-americano

Declaração racista

Inacreditável a declaração do presidente da Confederação Sul-americana de Futebol (Conmebol), Alejandro Domínguez, de que a Libertadores sem o Brasil seria como "Tarzan sem Chita". Seria melhor o futebol sem Conmebol.

Vital Romanelli Penha
Jacarei

Carta à Fifa

Leila aciona Fifa contra presidente da Conmebol: 'Não sabem o que é racismo, como vão combatê-lo?' (Estadão, 18/3). Se o futebol brasileiro tiver o mínimo de respeito, deveria deixar as competições promovidas pela Conmebol ou exigir a saída do atual presidente da entidade. A presidente do Palmeiras, Leila Pereira, não pode ser a única a levantar a bandeira contra o racismo no futebol.

João Israel Neiva
Cabo Frio (RJ)

VISTA CYRELA
FURNISHED BY ARMANI/CASA206 M
DE ALTURAX
VISTA
CYRELAFURNISHED BY
ARMANI / CASAVENEZIA 464 A 883 M²MILANO 348 A 710 M²

2 CONDOMÍNIOS EXCLUSIVOS E INDEPENDENTES

REGISTRO DA SUELTARRE | FOTOGRAFIA

AVENIDA LOPES DE AZEVEDO, 46
JARDIM GUEDALA

11 4118-4015 / vistacyrela.com.br

REALIZAÇÃO

REALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO

J.Safrá Properties

CYRELA

Empresário: CARDENA PARTICIPACIONES SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA. Visto lançado com Memorial de Incorporação registrado sob o nº 2, na matrícula 294.754 do 1º Oficial do Registro de Imóveis de São Paulo e projeto aprovado sob o nº 33330. 20 SP. Área não contemplada conforme processo COTESB 45/00294/02 (COTESB 020484/002) 96. Itens não contemplados a planta complementar subscrita, conforme processo administrativo sob o nº 8273.0031.0003/02 e o Empreendimento Vista Milano com Memorial de Incorporação registrado sob o nº 3, na matrícula 295.517 do 1º Oficial do Registro de Imóveis de São Paulo e projeto aprovado sob o nº 34382. 20 SP. Área não contemplada conforme processo COTESB 45/00294/02 (COTESB 020484/002) 96. Itens não contemplados a planta complementar subscrita, conforme processo administrativo sob o nº 8273.0031.0003/02. Projeto Arquitetônico: Afonso Cassapani Arquitetos. Projeto Paisagístico: Benedito Ribaud Arquitetura Paisagística. As perspectivas e plantas são meramente ilustrativas e possuem sugestões de decoração, mobiliário, quantidade de mobiliário e equipamentos serão entregues conforme Memorial Descritivo do empreendimento. Perspectiva artística da vegetação com porte adulto, que será atingido após o entrega do empreendimento e de acordo com o projeto de paisagem. Projeto Interiores: O empreendimento Vista Venezia será localizado na Av. Prof. Francisco Morato, 59 - CEP 05517-400 - Jardim Euclides, São Paulo - SP e Rua São Cosme, 59 - CEP 05613-080 - Jardim Euclides, São Paulo - SP e o Empreendimento Vista Milano será localizado na Av. Prof. Francisco Morato, 59 - CEP 05517-400 - Jardim Euclides, São Paulo - SP. Cyrela Rua do Itaú, 905, 9º andar - Sala 01 - Vila Olímpia - CEP 04.352-000. Comercialização Cyrela (Cred: 1.7552).

ESPAÇO ABERTO

Cem anos dessa praga

Eugênio Bucci

Em julho de 1925, o livro *Mein Kampf* (*Minha luta*), de Adolf Hitler, foi lançado na Alemanha. No ano seguinte, 1926, chegou aos leitores um segundo volume, este mais dedicado ao tema da organização partidária. A partir daí, nas edições posteriores, os dois volumes foram reunidos num só e *Mein Kampf* fez sua carreira editorial dividido em duas partes: a primeira, com 12 capítulos, e a segunda, com 15. Nesse compêndio de horrores, o autor destila ódio, megalomania, ressentimento, antissemitismo, nacionalismo, xenofobia e apologia da violência para fixar o ideário nazista. Com êxito.

Faz um século – e não passou. A coisa nunca mais arredou pé. Em 30 de janeiro de 1933, Hitler foi nomeado chanceler pelo presidente Paul von Hindenburg. Ato contínuo, transformou seu país numa ditadura totalitária. Logo que chegou ao poder, foi saudado por passeatas noturnas em que jovens fardados carregavam tochas em formação militar. Eram as *Fackelzug*. No documentário *O Fascismo de Todos os Dias*, de 1965, dirigido pelo russo Mikhail Romm, podemos ver esses rios ígneos apavorantes.

O espetáculo piromaniaco

não se acomodou nas tochas notívagas. Logo evoluiu para rituais macabros, dentro das universidades, em que livros amontoados no pátio ardiam em fogueiras sacrificiais. Os nazistas cremaram páginas de Tolstói, Maiakovski, Thomas Mann, Anatole France, Jack London e outros gênios. Mais adiante, não satisfeitos com incinerar papel, passaram a queimar pessoas. Holocausto.

Na abertura do trecho em que as chamas devoram a literatura, o cineasta soviético projeta na tela uma frase atribuída ao próprio Hitler: “Qualquer cabo pode ser um professor, mas não é qualquer professor que pode ser um cabo”. O totalitarismo alemão acreditava que havia mais virtudes num quepe de milico do que numa beca de docente. O pior é que, na atualidade, alguns ainda acreditam nisso. Há relatos de que, num país remoto, que não fala alemão, as autoridades tomaram para si a tarefa de implantar as assim chamadas “escolas cívico-militares”. Na visão desses governantes, o coturno se sai melhor do que o quadro negro na missão de educar as crianças. O eleitorado aplaude.

O nazismo original sumiu de Berlim em 1945, derrotado pelas tropas aliadas. Em 30 de abril daquele ano, Hitler se ma-

‘Mein Kampf’ não é página virada. O Terceiro Reich foi projetado por Hitler para durar mil anos. Como doutrina, já durou cem. E vem mais por aí

tou. Sua mulher, Eva Braun, foi junto. O ministro da Propaganda, Joseph Goebbels, também cometeu suicídio ao lado da esposa, depois de assassinar os seis filhos com cianeto. O velho Estado maior veio abaixo, mas as teses hediondas do *Mein Kampf* seguem atormentando o mundo.

A palavra “propaganda” aparece 173 vezes nos 27 capítulos (quem primeiro me chamou a atenção para isso foi o professor Edgard Rebouças, da Universidade Federal do Espírito Santo). Os chefes do Terceiro

Reich arrancaram a investigação da verdade do campo da Filosofia, do método científico, da reportagem jornalística e dos estudos conduzidos por historiadores. Tudo isso deixou de ser fonte confiável. A Justiça e seus peritos também perderam o posto de verificadores da realidade. O nazismo monopolizou essa função, como num monoteísmo profano – aliás, em seus diários, Goebbels anotou seu sonho de fazer do partido a grande religião do povo. Quase conseguiu. Interditando a Filosofia, encabrestando a ciência, dizimando a imprensa, subjugando a Justiça e esvaziando a espiritualidade de cada um, o império da suástica fez da propaganda o único critério da verdade.

Em que se deve acreditar? Ora, naquilo que a propaganda repete mil vezes. O *Mein Kampf* determina que ela deve “estabelecer o seu nível espiritual (*cultural*) de acordo com a capacidade de compreensão do mais ignorante dentre aqueles a quem ela pretende se dirigir”. Como se vê, a história de “nivelar por baixo” começou aí.

Hitler usou com malignidade inédita os meios de comunicação da indústria cultural. Manipulou até a morte as multidões sedentas de dominação. Hoje, podemos ver as mesmas técnicas no modo como a ex-

trema direita instrumentaliza as plataformas sociais. As mídias digitais são o prolongamento da escola nazista: rompem com o registro dos fatos e promovem a substituição da política pelo fanatismo. O negacionismo contra as vacinas, contra o aquecimento global, contra as evidências históricas e contra a esfericidade do nosso planeta não é uma exceção, mas a regra.

Segundo o Führer, “a grande massa do povo (é) sempre propensa a extremos”. Antes de muitos pesquisadores, ele notou que o público esclarecido pode até apreciar o equilíbrio do centro, mas a turba enfurecida prefere abertamente a falta de modos. Seus seguidores, declarados ou não, continuam a operar exatamente assim. Vide a aliança de Donald Trump e Elon Musk. Vide o triângulo rosa, com o qual os nazistas estigmatizavam os homossexuais, que o presidente dos Estados Unidos usou agora numa postagem. Vide como ele ataca as universidades e deporta inocentes.

Não, o *Mein Kampf* não é página virada. O Terceiro Reich foi projetado por Adolf Hitler para durar mil anos. Como doutrina, já durou cem. E vem mais por aí. ●

JORNALISTA, É PROFESSOR DA ECA-USP

TEMA DO DIA



Esquecimento

Especialista de Harvard mostra quando a perda de memória é normal ou preocupante

— Pode ser assustador não saber se lapsos repentinos de memória ou outras mudanças cognitivas são um aspecto natural do envelhecimento ou sinal precoce de comprometimento cognitivo leve (CCL). Veja as diferenças.●

3.904
interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● “Fique atento aos sinais do seu cérebro. Afinal, cuidar da memória hoje é garantir um futuro mais lúcido amanhã.”
ASTOR COSTA

● “Tenho episódios frequentes de esquecimento, por isso sempre anoto os compromissos em uma agenda.”
CRISTHYANE RIBEIRO

● “Comecei com isso depois de ter covid.”
RENATA MELO

● “Nunca sei em qual gôndola deixei meu carrinho no supermercado.”
HENRIQUE JÁBALI



NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no
Link do Dia de Instagram do Estadão
<https://bit.ly/LOBEstadão>

Siga o @Estadão nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS



Pickleball



— Benefícios do esporte que conquista os brasileiros. ●
<https://lnq.com/HU7A0>

Clima



— Outono vai acabar com o calorão pelo Brasil? ●
<https://lnq.com/Ts015>

Aplicativo do Estadão



— Receba alertas em tempo real das últimas notícias. ●
<https://bit.ly/3D0iGb6>



Acompanhe
no **YouTube**
do Estadão



Equidade e diversidade como base para negócios de sucesso

20 de março

Florence Scappini

Vice-presidente de
Marketing do Grupo OLX

Apresentado por:

**Rita Lisauskas
& Igor Ribeiro**



Realização:

ESTADÃO 150

Produção:

**ESTADÃO
BLUE STUDIO**



Ex-presidente acusado

Maioria do STF mantém Moraes, Zanin e Dino no julgamento da denúncia do golpe

Restavam votos de três ministros na sessão virtual, mas sem poder de alterar decisão que permite que composição original da 1.^a Turma julgue a acusação contra Bolsonaro

RAYSSA MOTTA
KARINA FERREIRA

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria ontem para rejeitar os recursos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e dos generais Walter Braga Netto e Mário Fernandes para excluir os ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin do julgamento da denúncia do golpe. O posicionamento do ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, foi acompanhado por Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Edson Fachin, Cármen Lúcia, Moraes, Dino e Zanin.

Os três últimos só não votaram na análise de outros recursos que pediam seus próprios afastamentos do processo caso ele vire uma ação penal – se a denúncia criminal for acolhida.

Em seu voto, Barroso reiterou que as defesas não comprovaram o impedimento dos ministros. Para o presidente do STF, não houve “concreta demonstração da parcialidade”. “Alegações genéricas e desacompanhadas de prova concreta da aventada parcialidade do julgador não se prestam para a caracterização do alegado impedimento”, escreveu o ministro.

Os recursos estão sendo analisados em uma sessão extraordinária no plenário virtual do Supremo. A votação termina às 23h59 de hoje. Restavam na noite de ontem os votos dos ministros Luiz Fux, André Mendonça e Kassio Nunes Marques.

Os processos foram pautados com urgência porque o julgamento da denúncia contra Bolsonaro e outras seis pessoas apontadas como os líderes do plano golpista está marcado para o dia 25 de março – próxima terça-feira – na Primeira Turma do STF.

A defesa do ex-presidente listou ao Supremo argumen-



Os ministros do Supremo Cristiano Zanin, Flávio Dino, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes

tos para pedir o afastamento de Moraes, Zanin e Dino da análise da denúncia contra ele, que pode se tornar réu por uma tentativa de golpe de Estado em 2022.

ADVOGADO. Contra Zanin, a defesa de Bolsonaro alegou que o ministro foi advogado de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), atual presidente da República e maior rival político do ex-mandatário. Cita também que Lula indicou o ministro para a cadeira na Corte, em 2022. A defesa de Bolsonaro ainda alega que Zanin já ajuizou uma ação eleitoral contra a chapa do PL encabeçada pelo ex-presidente.

Em maio de 2024, Zanin se declarou impedido para julgar o recurso do ex-presidente contra a condenação que o deixou inelegível. A defesa de Bolsonaro alegou que ele também não deve participar do julgamento do plano de golpe porque os casos teriam relação.

Antes de assumir a vaga no tribunal, Zanin subscreveu em nome do PT uma notícia-crime contra Bolsonaro por ataques às instituições. Um dos crimes atribuídos ao ex-presidente na representação era jus-

Para entender

Os recursos das defesas em julgamento na Corte

Justiça

O general Mário Fernandes pediu a exclusão do ministro Flávio Dino alegando que ele era ministro da Justiça no 8 de Janeiro

Suspeição

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) defende a suspeição de Dino com base em uma queixa-crime por calúnia, injúria e difamação movida pelo ministro contra o ex-presidente. Na época, Dino era gover-

nador do Maranhão

Impedimento

Bolsonaro alegou também o impedimento de Cristiano Zanin porque, quando era advogado, o ministro subscreveu em nome do PT uma notícia-crime contra ele por ataques às instituições nacionais

Imparcialidade

O general Braga Netto questiona a imparcialidade de Alexandre de Moraes alegando que ele não poderia relatar o processo porque a denúncia menciona uma operação para executá-lo – o Plano Punhal Verde e Amarelo e o Copa 2022

tamente o de tentativa de abolição violenta do estado democrático de direito, tipificação que consta na denúncia do inquérito do golpe.

Em ofício à presidência do STF, o ministro afirmou que a atuação no caso “ocorreu estritamente no âmbito técnico-jurídico e ficou restrita aos autos dos respectivos processos” e que não tem “qualquer sentimento negativo que possa afe-

tar” sua atuação no caso.

QUEIXA-CRIME. Contra Dino, ministro também indicado por Lula, os advogados do ex-presidente argumentam que ele protocolou uma queixa-crime contra Bolsonaro ao STF em 2021, enquanto era governador do Maranhão. Na época, Bolsonaro tinha dado declarações à Rádio Jovem Pan segundo as quais Dino negou pedido

do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) para que a Polícia Militar do Maranhão garantisse a segurança do então presidente quando esteve em visita ao Estado nordestino.

'PARCIAL'. Já no caso de Moraes, a defesa do ex-presidente não pediu a suspeição do ministro, tido por Bolsonaro e seus apoiadores como o grande “carrasco” do bolsonarismo. São as defesas de Braga Netto e Mário Fernandes que querem afastar Moraes, assim como Dino. O argumento em relação ao relator do inquérito é que a manutenção do acordo de colaboração premiada do tenente-coronel Mauro Cid evidenciou a “parcialidade” de Moraes.

Sobre Dino, a alegação é que o magistrado era ministro da Justiça na época dos fatos narrados na denúncia, e, portanto, não poderia se comprometer com o julgamento.

Os argumentos das três defesas foram rejeitados por Barroso. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, também se manifestou contra a remoção dos ministros, afirmando que as alegações não dialogam com o Código de Processo Civil (CPC) e com o Código de Processo Penal (CPP).

Com o parecer de Gonet, o STF agora terá de decidir se vai acatar, ou não, o recurso feito por Bolsonaro questionando a decisão de Barroso. Até o fim da manhã de ontem, quatro ministros já haviam registrado seus votos no plenário virtual, além do relator. Todos contrários à suspeição.

Se os ministros que compõem a Primeira Turma do STF fossem barrados do julgamento, o quórum ficaria reduzido para analisar a denúncia no colegiado e a votação poderia ser transferida para o plenário da Corte, como deseja o ex-presidente. ●

Análise de acusação contra ‘núcleo 2’ será no fim de abril

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal vai julgar nos dias 29 e 30 de abril a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o segundo núcleo do plano de golpe. A denúncia atinge os ex-assessores Filipe

Martins e Marcelo Câmara, o general Mário Fernandes, o ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques, o ex-secretário adjunto da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal Fernando de Sou-

sa Oliveira e a ex-subsecretária da pasta Marília de Alencar.

Os julgamentos estão sendo desmembrados com base nos núcleos descritos na denúncia. Os ministros vão decidir se há elementos suficientes para

abrir ação penal. São imputados cinco crimes aos denunciados – organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do estado democrático de direito, golpe de Estado, deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União. ●

O calendário no STF

Os julgamentos que já foram pautados pelo Supremo Tribunal Federal
25 e 26 de março: núcleo 1
8 e 9 de abril: núcleo 3
29 e 30 de abril: núcleo 2

Histórico

Desde 1988: vetados
290 pedidos para
afastar ministros

Todas as solicitações de impedimento ou suspeição de integrantes do STF foram negadas; a maior parte por falta de requisitos formais

HUGO HENUD

O histórico do Supremo Tribunal Federal (STF) não favorece a estratégia da defesa quando se trata de pedidos de impedimento ou suspeição de ministros da Corte. Desde 1988, pelo menos 290 solicitações com esse objetivo foram arquivadas, sem nenhuma decisão favorável aos questionamentos.

Para a pesquisadora e professora da ESPM Ana Laura Barbosa, a maioria dos casos foi arquivada por não aten-

der aos requisitos formais necessários para seu prosseguimento, como perda de prazo, ou por não se enquadrar nas condições que indicam falta de isenção do magistrado. Os critérios para alegar parcialidade são dois: o impedimento, que ocorre quando há uma relação objetiva e comprovada que inviabiliza a atuação do juiz no caso, como vínculos familiares ou participação anterior no mesmo processo; e a suspeição, que envolve fatores subjetivos, como inimizade declarada, interesse pessoal na causa ou manifestações públicas que possam comprometer a imparcialidade do julgador.

“Quando analisamos todos os pedidos desse tipo no Supremo, pelo Supremo em Pauta, da FGV, observamos que a maioria era arquivada sem chegar ao plenário, seja por falhas

Cabe ao presidente do STF avaliar se pedido atende aos requisitos

processuais ou por não atender aos critérios estabelecidos para alegar a falta de isenção de um magistrado”, afirmou.

O STF estabelece que a análise de pedidos de impedimento e suspeição de ministros deve seguir três etapas. Primeiro, cabe ao presidente da Corte avaliar se a solicitação atende aos requisitos formais para prosseguir ou se deve ser arquivada de imediato. Caso não seja rejeitada na fase inicial, o ministro questionado é notificado para apresentar sua defesa e justificar sua imparcialidade. Somente após essa manifestação, o pedido deve, em tese, ser encaminhado ao plenário para uma decisão colegiada.

No entanto, na prática, há casos, observa a jurista, em que o

presidente do STF arquivava os pedidos assim que o ministro questionado apresenta sua defesa, sem submetê-los à deliberação do colegiado – uma prática que cria uma etapa de controle não prevista expressamente no regimento, e que pode indicar um padrão de autoproteção institucional entre os ministros.

“O tribunal tem um padrão de deferência às manifestações dos próprios ministros em suas defesas, o que reduz as chances de que um pedido avance para análise colegiada”, disse a professora.

Para o pesquisador e professor do Insper Luiz Fernando Esteves, a estratégia da defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) não visava um efeito

jurídico, mas, sim, um impacto político. O objetivo, avalia, é desacreditar o julgamento, reforçar a narrativa de perseguição judicial e manter sua base mobilizada.

“Certamente há um movimento político. Independentemente do resultado do julgamento, ele será utilizado politicamente”, afirmou.

CRÍTICAS. O controle da imparcialidade no Supremo gera críticas por ocorrer, muitas vezes, “fora dos holofotes”, sem transparência e sem permitir que o público compreenda claramente os critérios adotados para arquivar os pedidos.

“O colegiado se manifesta por meio de recurso, como acontece agora no caso de Bolsonaro, então, em alguns casos, há algum tipo de chancela sobre a decisão do presidente da Corte. Mas a questão central é o quanto esse procedimento permite ao STF demonstrar que está de fato prestando contas sobre a própria imparcialidade”, disse Ana Laura Barbosa.

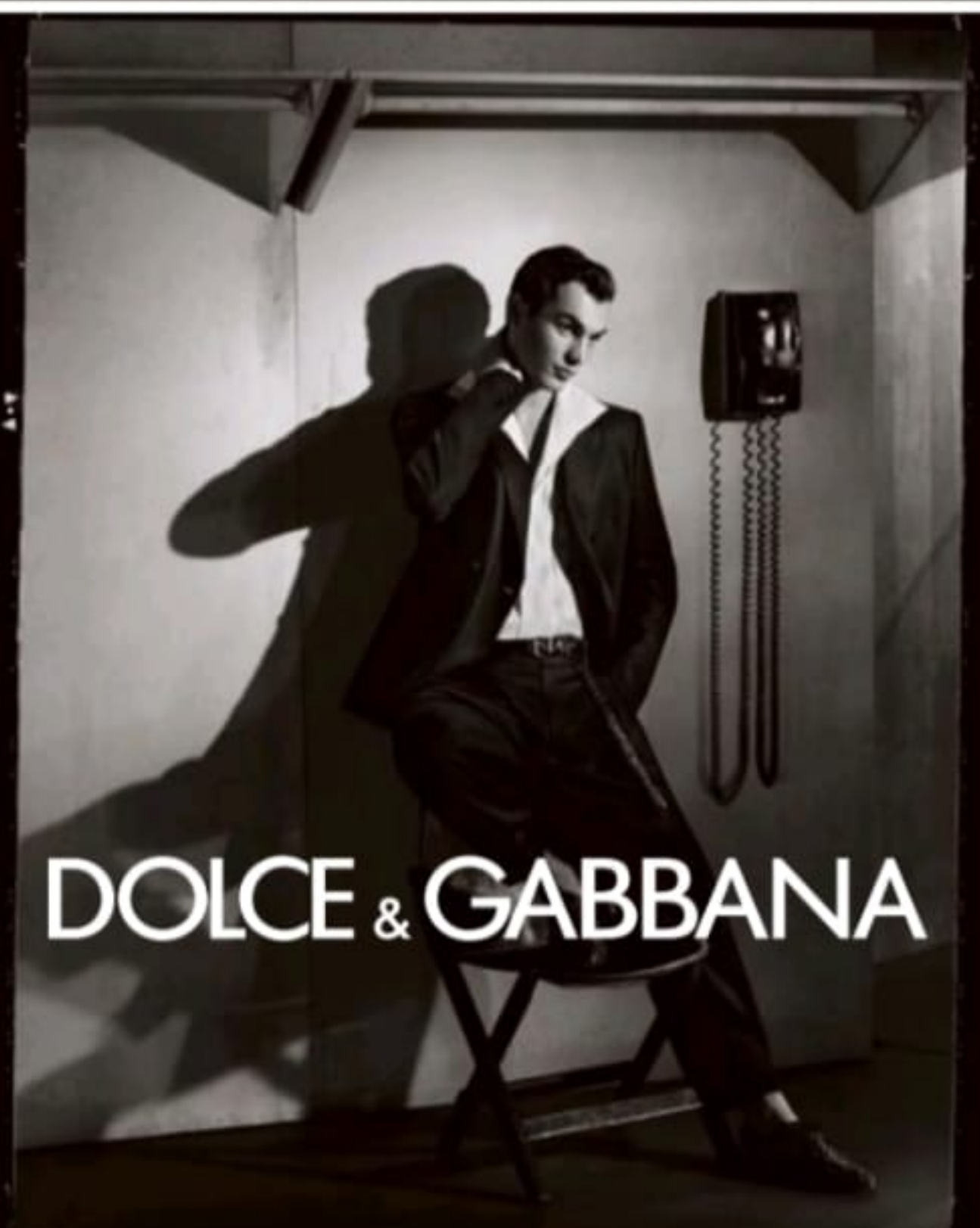
Os advogados do ex-presidente pedem ainda que o prazo para apresentarem a defesa prévia seja suspenso até a decisão final sobre o impedimento dos ministros. ●



WILTON JUNIOR / ESTADO - 3/6/2023



STEVEN MEISEL



DOLCE & GABBANA

Congresso

Relações Exteriores será chefiada por bolsonarista

Com a licença de Eduardo Bolsonaro, Filipe Barros é escolhido pelo PL e é eleito presidente da comissão da Câmara

VICTOR OHANA
GABRIEL DE SOUSA
BRASÍLIA

O deputado Filipe Barros (PL-PR) foi eleito ontem presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, após um acordo entre líderes de bancadas que deu ao seu partido o comando do colegiado. O PL pretendia indicar Eduardo Bolsonaro (SP), mas o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) se licenciou do cargo na Casa para viver nos Estados Unidos.

Barros substitui Lucas Redecker (PSDB-RS) na presidência da comissão. Em discurso, o deputado do PL disse que

seu grupo político, a direita, foi "escolhido para ser eliminado da vida pública". "A despeito de combate de um suposto extremismo, se pratica o pior extremismo de todos, o da coerção estatal e o da judicialização da política", declarou.

Barros manifestou "condolências" a Eduardo e se referiu a Jair Bolsonaro como "o maior líder" do Brasil. Ainda

**Constituição e Justiça
Acerto feito por Arthur Lira e mantido por Hugo Motta garantiu ao União Brasil o comando da CCJ**

segundo ele, a comissão que vai assumir representa "trincheira para que resgatemos a nossa verdadeira soberania, nossas liberdades, para que a nossa democracia volte a ficar de pé". "Temos inúmeros casos de interferência indevida na nossa democracia", disse.

DIVISÃO. A Câmara definiu os partidos que vão comandar cada uma das 30 comissões permanentes. O PL ficou com cinco colegiados – o maior número – e pôde escolher os dois que mais o interessavam. A sigla abriu as escolhas optando por Relações Exteriores e Saúde. Esta última é a que mais controla as emendas de comissão e, em 2024, teve R\$ 4,5 bilhões do Orçamento.

Como previa um acordo firmado pelo ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) e mantido pelo seu sucessor, Hugo Motta (Republicanos-PB), o União Brasil vai comandar a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), colegiado mais importante da Casa.

A federação que inclui PT, PCdoB e PV ficou com quatro comissões: Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação, Direitos Humanos e Cultura. ●

Projeto que libera verbas passa e vai para sanção

GABRIEL HIRABAHASI
BRASÍLIA

O Senado aprovou, por 66 votos a 2, o projeto de lei complementar que autoriza a liquidação de verba orçamentária não processada inscrita a partir de 2019, com o resgate de uma série de recursos, entre eles alguns do orçamento secreto – revelado pelo **Estadão** em 2021. O projeto prorroga o prazo de liquidação para o fim do exercício de 2026. O texto, de autoria do líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), segue agora para sanção presidencial.

O relator do projeto, senador Carlos Portinho (PL-RJ), aceitou as mudanças feitas pela Câmara. Uma delas autorizou a revalidação dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2019 a 2022, enquanto o texto original compreendia o período até 2024. A mudança representou uma desidratação em relação à versão anterior.

A Câmara também decidiu designar o Tribunal de Contas

da União (TCU) como o órgão responsável para atestar possíveis irregularidades que impeçam o pagamento de valores relativos aos restos a pagar revalidados. A exceção é "se houver conclusão favorável das apurações, autorizando sua continuidade, ou se eventuais irregularidades forem sanadas, no prazo desta lei e nos termos da legislação vigente".

A prorrogação de prazo para liquidação se aplica exclusivamente a restos a pagar não processados relativos às despesas cujo procedimento licitatório tenha sido iniciado e a convênios ou instrumentos congêneres em fase de resolução de cláusula suspensiva.

O efeito da medida é incerto. Portinho, na primeira votação no Senado, em fevereiro, disse que o impacto máximo seria de R\$ 4,6 bilhões, de acordo com dados do Tesouro Nacional. Como mostrou o **Estadão** em fevereiro, o Congresso deflagrou uma operação para salvar recursos do orçamento secreto e outras emendas questionadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). ●

TEM AÍ – 10/ABRIL

ESTADÃO 
**Empresas
mais**
2024

O RANKING APRESENTA AS 1.500 EMPRESAS BRASILEIRAS DE MAIOR DESEMPENHO EM 27 SETORES DA ECONOMIA E DESTACA AS ORGANIZAÇÕES COM AS MELHORES PRÁTICAS DE ESG.

SERÃO PREMIADAS AS 5 MELHORES EMPRESAS EM 4 VERTICAIS:



INOVAÇÃO
E TECNOLOGIA



ÉTICA, CIDADANIA
E SOCIEDADE



GOVERNANÇA
CORPORATIVA



SUSTENTABILIDADE
E MUDANÇAS
CLIMÁTICAS



ANUNCIE E COLOQUE
SUA EMPRESA ENTRE AS
MELHORES DO ANO.

ESCREVA PARA

publicacoes@estadao.com



E SOLICITE UMA
PROPOSTA.

Realização

ESTADÃO 

AUSTIN

FBI
BUSINESS SCHOOL

Patrocínio:

PEPSICO

Operação Sisamnes

Apuração sobre venda de sentenças pode envolver autoridade com foro, diz Zanin

Ministro é relator no STF da investigação que mira suspeita de comércio de decisões e processos do Superior Tribunal de Justiça

RAYSSA MOTTA
FAUSTO MACEDO

Ao receber novas informações da Polícia Federal (PF) sobre a suspeita de venda de sentenças no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu manter

a investigação sob sua tutela. Ele apontou a hipótese de o caso implicar autoridade detentora de foro privilegiado perante a Corte. O STF é a instância competente para investigar ou processar ministros do STJ.

Procurado pelo **Estadão**, o STJ não havia se manifestado até a noite de ontem.

Na decisão que autorizou a segunda fase da Operação Sisamnes, deflagrada anteontem, Zanin afirmou que “ainda persiste investigação que pode envolver pessoa com prerrogativa de foro”. “Agravidade concreta dos casos narrados mostra-se até aqui manifesta, exi-

gindo pronta resposta desta Suprema Corte, até porque envolvem menção – verdadeira ou não, não é possível saber neste momento – a ministros do Superior Tribunal de Justiça”, justificou o ministro.

A decisão diz que o “prestígio” do Poder Judiciário “lamentavelmente pode vir a sofrer máculas em virtude do agir de uma ínfima minoria de seus membros e servidores”. “Eventuais condutas que se desviem da ética necessitam de esmeradas investigações, a fim de que se tutele a própria dignidade do Judiciário.”

Na primeira fase da Opera-

ção Sisamnes, em novembro do ano passado, a PF prendeu o empresário Andreson Gonçalves, conhecido como o “lobista dos tribunais”, e fez buscas em endereços de auxiliares de ministros do STJ. Os servidores foram afastados e são investigados administrativamente. Segundo a Corte, nenhum ministro tinha conhecimento de irregularidades.

ADVOGADO. A segunda etapa da ofensiva, nesta semana, prendeu o advogado Thiago Marcos Barbosa de Carvalho, sobrinho do governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa

(Republicanos). O procurador de Justiça Ricardo Vicente da Silva, do Ministério Público do Estado, também é investigado. O governador não foi alvo da operação de anteontem.

Conforme a PF, conversas obtidas pelos investigadores “denotam a atuação de Thiago Carvalho como intermediador do repasse de informações sigilosas, com a ciência e/ou anuência do procurador de Justiça Ricardo Vicente da Silva”.

As defesas do advogado e do procurador não responderam. O governador do Tocantins negou envolvimento em quaisquer irregularidades.

Em sua decisão, Zanin afirmou que o *modus operandi* descrito pela PF é “bastante próximo” do que havia sido descoberto na primeira fase da Sisamnes, “denotando possibilidade de haver estreita relação entre possíveis integrantes da referida organização”. ●

IMPERDÍVEL LEILÃO DE IMÓVEL CASA RESIDENCIAL

CAMPOS DO JORDÃO VILA CAPIVARI – SP

Este imóvel exclusivo oferece o equilíbrio perfeito entre sofisticação e tranquilidade, com uma localização privilegiada a poucos minutos da Vila Capivari, famosa por seus restaurantes renomados e mercados, mas mantendo a paz e o silêncio do campo.

- **Piso Superior:** Suite principal com closet e banheiro amplo, Home theater e Sala de jogos.
- **Piso Térreo:** 3 suítes, Sala de estar com lareira integrada com a Sala de Jantar, Ampla cozinha.
- **Chalé Externo** com 2 quartos e 1 banheiro.
- **Lazer e Conforto:** Jardim com lounge externo, Lavanderia externa.
- **Casa do Caseiro** (2 quartos, sala, cozinha e banheiro)
- **Garagem para 8 carros**

CONSULTE O EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.SODRESANTORO.COM.BR PARA AGENDAR VISITA AO IMÓVEL DISPONÍVEL PARA VISITAÇÃO OU ESCLARECER DÚVIDAS, ENTRE EM CONTATO PELO TELEFONE (11) 2464-6464.

10/04 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE

ÁREA TOTAL
1.191,00M²

LANCE INICIAL:
R\$3.249.675

CAMPOS DO JORDÃO/SP, VILA DO CAPIVARI: UMA CASA RESIDENCIAL, SOB Nº 158, LOCALIZADA NA RUA DRA. ESCOLÁSTICA M. DA FONSECA, COM ÁREA TOTAL DE 1.191,00M² E INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA SOB O Nº DE 02.221.035, MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB Nº 13.893 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CAMPOS DO JORDÃO/SP É PERMITIDA A VISITAÇÃO, QUE DEVERÁ SER PREVIAMENTE AGENDADA COM SR. EMERSON PELO NÚMERO TEL: 11 - 2464-6464 / CELULAR 11 - 97777-1244 OU ATRAVÉS DO E-MAIL af@sodresantoro.com.br



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Ditadura militar

Ministério reconhece Herzog como anistiado político

O Ministério dos Direitos Humanos reconheceu, por meio da Comissão de Anistia, o jornalista Vladimir Herzog como

anistiado político. A decisão é de anteontem e foi publicada no *Diário Oficial* da União.

“Essa vitória é mais um des-

dobramento da decisão indenizatória para Clarice, proferida pelo juiz Anderson Santos da Silva, da 2.ª Vara Federal Cível

do Distrito Federal, em 4 de fevereiro deste ano”, afirmou o Instituto Vladimir Herzog em nota publicada no portal G1. Como parte da reparação, a viúva de Herzog, Clarice Herzog, receberá pensão mensal vitalícia de R\$ 34.577,89.

Em 25 de outubro de 1975, Herzog foi ao DOI-Codi e nunca mais foi visto com vida. Versão dos militares dizia que ele teria se suicidado na cela, mas investigações comprovaram que o jornalista foi torturado e assassinado. ● ADRIANA VICTORINO



William Waack

Colheita de resultados

Na visão de Lula é infalível a fórmula de injetar dinheiro para consumo e esbravejar na peleja ricos contra pobres. É o que promete a reforma do IR para fazer “ricos” pagarem por um benefício para “pobres” (a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil por mês).

Há anos que se apontam as severas distorções do sistema tributário brasileiro e sua falta de progressividade – um dos piores exemplos entre as maiores economias do mundo. Se aprovada como proposta, a reforma vai reduzir para apenas 10% da população economicamente ativa a base de contribuintes do IRPF.

Embora eloquente como re-

trato do nível de desigualdade do País, não é isto que está em discussão. Nem se trata também de “justiça histórica” em relação à turgida sofrida por contribuintes há décadas por conta da falta de correção da tabela do IR.

Trata-se exclusivamente de recuperação da popularidade perdida por meio de medidas de incentivo ao consumo das quais a isenção do IR é apenas a mais recente. Com o “bônus” suplementar de permitira Lula se apresentar como pai dos pobres, condição da qual andava afastado.

A questão é saber se o presidente vai colher os resultados que espera. A resposta é um provável “não”, e por razões alheias

à questão de mérito da reforma do IR. Antecipa-se que ela passe no Congresso pois é sedutora a narrativa da bondade com dinheiro “dos ricos”, e aí está o primeiro problema para Lula.

As benesses políticas com a reforma do IR devem ficar aquém do que o governo espera

Como o Centrão se mostra disposto em grande medida a apoiar a proposta, o ganho político eleitoral se espalha em vez de se concentrar na figura do

“pai dos pobres”. É o que já acontece com programas assistencialistas, largamente percebidos como “política de Estado”, e não como presente do Lula.

O segundo problema para Lula colher os resultados político-eleitorais esperados é de natureza mais ampla. Os estrategistas do governo tendem a considerar fatores isolados, como a inflação de alimentos, para tentar entender as causas da perda de popularidade. Sem terem encontrado até aqui uma resposta clara para o fato de que incentivos ao consumo e mercado de trabalho aquecido não melhoraram a aprovação do presidente – ao contrário.

O que explica o mau humor

em largas parcelas da população em relação ao governo é a noção de sufoco trazida por impostos altos, juros altos, inflação alta, maus serviços públicos, saúde precária, educação deficiente e falta de segurança. É um poderoso mix corrosivo da popularidade de qualquer político, ainda mais quando se trata de uma figura antiga, como Lula, que se esmera hoje em repetir o que já disse e já fez.

E que continua acreditando, como demonstra o episódio da isenção do IR, em bala de prata para popularidade. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR DO PROGRAMA WW DA CNN

SEB. Carlos Pereira e Diego Schelp (quanzensimente) • TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza • QUA. Vera Roca e Marcelo Godoy (quanzensimente) • QUL. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • SÁB. Carlos Andreazza • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzi

Eleições

Gusttavo Lima afirma agora que desistiu de ser candidato em 2026

Anúncio foi feito pelo cantor sertanejo em suas redes sociais; ele disse ainda que a hora é de focar em turnês internacionais

JULIANO GALISI

O cantor sertanejo Gusttavo Lima afirmou ontem que não será candidato nas eleições de 2026. Em vídeo publicado em suas redes sociais, Lima disse que desistiu de tentar se candidatar à Presidência, como havia anunciado em janeiro, e afastou, por ora, a possibilidade de concorrer a outro cargo eletivo, como o Senado. Ele afirmou que pretende focar em turnês internacionais nos próximos anos.

O recuo da pré-candidatura de Lima ocorre a menos de três semanas do dia 4 de abril, data em que o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), marcou um evento de lançamento oficial de sua pré-candidatura ao Palácio do Planalto. O governador goiano havia afirmado que pretendia lançar a pré-candidatura ao lado de Lima.

O cantor sertanejo, por enquanto, afirmava apoiar Caiado, mas vinha alimentando um projeto presidencial próprio. Ele e o governador são amigos.

Caiado quer concorrer ao Planalto em 2026, mas, por

Para lembrar

Nome de cantor foi citado em investigação da PF

● Operação Mafiusi

As movimentações bancárias rastreadas pelos federais na Operação Mafiusi – que investiga os elos do Primeiro Comando da Capital (PCC) com as máfias italiana e albanesa – confirmaram as revelações de um outro empresário, Marco José de Oliveira, o mais novo delator do PCC

● Citado

O nome de Gusttavo Lima aparece na lista de pessoas com transações financeiras que passaram pelo “sistema financeiro paralelo” do crime organizado, segundo relatórios da PF aos quais o Estadão teve acesso

ora, está condenado pela Justiça Eleitoral a oito anos de inelegibilidade. De acordo com a decisão, Caiado usou a sede do governo goiano durante as eleições de 2024 para realizar um evento de campanha em prol de seu candidato a prefeito na capital do Estado, Sandro Mabel (União Brasil), que acabou eleito. Cabe recurso da decisão tanto ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO)

quanto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A manifestação de Lima também ocorre após o Estadão mostrar na última semana que as investigações Operação Mafiusi citam o cantor em inquérito que apura lavagem de dinheiro do PCC. A apuração aponta movimentações com claros indícios de lavagem de dinheiro e diz que negócios feito por Lima, por meio de uma empresa, passaram pelo sistema operado por criminosos (mais informações nesta página).

Gusttavo Lima afirma que transação que o liga à investigação é referente à compra de aeronave.

REJEIÇÃO. A desistência de se candidatar também ocorre após a divulgação de pesquisas de opinião que constatarem que a entrada do cantor na política é rejeitada pela maior parte dos eleitores.

Segundo levantamento do instituto Paraná Pesquisas divulgado em 15 de janeiro, 65,7% dos eleitores eram contrários ao interesse do artista em disputar um cargo eletivo. Outros 27,8% se manifestaram favoráveis à participação dele, enquanto 6,5% não souberam responder. Gusttavo Lima largaria na disputa ao Planalto com 50,6% de rejeição. ●

Ex-governador de São Paulo morre aos 90 anos

OBITUÁRIO

Cláudio Lembo

1934 – 2025

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO - 38/3/2018



O ex-governador de São Paulo Cláudio Lembo morreu aos 90 anos na capital paulista na madrugada de ontem. A causa da morte não foi divulgada pela família. O velório será realizado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), das 10h30 às 15h de hoje.

O enterro ocorrerá em seguida, às 16h, no Cemitério do Araçá. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), lamentou a morte em nota oficial e decretou luto no Estado de três dias.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva também manifestou pesar pela morte de Lembo e elogiou sua atuação política. “Meu amigo desde os anos 1970, Lembo foi símbolo de Política escrita assim, com P maiúsculo. Representante do campo conservador, sempre ti-

vemos diferenças e, ao mesmo tempo, uma capacidade de diálogo franco, aberto e generoso”, escreveu o petista em sua rede social.

Natural da cidade de São Paulo, Lembo formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e concluiu o doutorado na área pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, instituição em que foi professor, diretor (1974-75) e reitor (1997-02).

Sua primeira experiência política foi em 1975, quando assumiu uma secretaria do então prefeito de São Paulo Olavo Setúbal. Setúbal era presidente do banco Itaú e Lembo, diretor da instituição.

MDB E PFL. Em 1978, candidatou-se ao Senado pela Arena, partido de sustentação à ditadura militar. Perdeu a disputa para Franco Montoro, do MDB. Dois anos depois, viria a romper com o regime e aderiu ao MDB. Em 1985, foi um dos fundadores do Partido da Frente Liberal (PFL), sigla em que esteve filiado até 2011.

Lembo também foi secretário municipal de São Paulo durante o segundo mandato de Jânio Quadros (1985-88). Na eleição de 1989, se candidatou vice-presidente na chapa de Aureliano Chaves (PFL). No segundo turno, declarou apoio a Fernando Collor (PRN), que venceu a disputa contra Lula. Em 2002, elegeu-se vice-governador de São Paulo na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB). Em março de 2006, quando o tucano renunciou ao cargo para disputar a Presidência nas eleições de outubro, Lembo assumiu o governo do Estado. ● J.B.



A guerra de Putin

Ucrânia concorda com trégua parcial, mas mantém fogo cruzado com Rússia

— Trump conversou por telefone com líder ucraniano um dia depois de falar com presidente russo; países discutirão detalhes e possível ampliação para uma trégua total

WASHINGTON

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski, concordou ontem, em uma ligação telefônica com o presidente Donald Trump, com a oferta da Rússia para uma pausa mútua nos ataques a alvos energéticos por 30 dias como um passo em direção a um cessar-fogo mais amplo.

Durante a ligação, Trump também sugeriu a ideia de os Estados Unidos assumirem o controle das usinas de energia ucranianas – o que especialistas da área disseram ser provavelmente inviável.

Não ficou claro como ou quando uma pausa nos ataques entraria em vigor. À medida que as declarações eram emitidas ontem, Kiev e Moscou trocaram acusações de ataques a infraestruturas energéticas.

Mesmo com um acordo restrito entre Zelenski e o presidente da Rússia, Vladimir Putin, ainda há uma grande distância entre suas posições sobre como acabar com a guerra. Zelenski caracterizou algumas das imposições do líder russo como táticas para ganhar tempo enquanto manobra para obter vantagem militar e o melhor acordo possível do presidente americano.

Uma declaração conjunta do conselheiro de Segurança Nacional de Trump, Michael Waltz, e de seu secretário de Estado, Marco Rubio, diz que

equipes técnicas se reunirão na Arábia Saudita nos próximos dias para discutir o cessar-fogo parcial e sua possível ampliação para uma trégua que inclua os combates no Mar Negro.

BATE-BOCA. A conversa de ontem foi a primeira entre Trump e Zelenski desde um confronto dramático entre os dois no Salão Oval no mês passado. Na ocasião, Trump e o vice-presidente J.D. Vance repreenderam Zelenski por não demonstrar gratidão suficiente pelo apoio americano aos ucranianos – a maior parte entregue sob a presidência de Joe Biden.

“Junto com os EUA, com o presidente Trump e sob a liderança americana, uma paz duradoura pode ser alcançada este ano”

Volodymyr Zelenski
Presidente da Ucrânia

O governo Trump suspendeu temporariamente toda a assistência militar e compartilhamento de inteligência com Kiev após a reunião. Desde então, Zelenski tem procurado suavizar as relações com o americano. Suas declarações ontem, assim como as de Trump e seus assessores, sugeriram que havia esforços para fazer as pazes.

Trump disse que sua conversa com Zelenski foi “muito



Soldado russo estende bandeira em área de Kursk recuperada

boa” e durou cerca de uma hora. A declaração conjunta de Waltz e Rubio afirma que ela “ajudará significativamente a avançar para o término da guerra”. Zelenski elogiou publicamente o telefonema, deixando claro que havia agradecido a Trump pelo apoio dos EUA.

CONTROLE. A ideia de os americanos serem proprietários das instalações elétricas e nucleares da Ucrânia – incluindo a usina nuclear de Zaporizhzhia, a

maior da Europa –, porém, poderia se tornar um ponto de discórdia.

Em seus comentários, Zelenski não fez referência a essa possibilidade, recebida com surpresa em Kiev. Olga Kosharna, uma especialista em energia nuclear ucraniana, disse que, sob a lei do país, usinas não podem ser privatizadas.

Outros especialistas também foram céticos quanto ao plano, mas observaram que o envolvimento dos EUA pode-

ria ajudar a melhorar a gestão nas usinas. A usina de Zaporizhzhia está atualmente sob controle russo.

NEGOCIAÇÕES. Putin rejeitou uma proposta anterior para um cessar-fogo abrangente de 30 dias abrangendo terra, mar e ar. Sob pressão de Trump, o governo da Ucrânia concordou com essa ideia durante uma reunião com representantes americanos na Arábia Saudita no início do mês, apesar das profundas desconfianças de Kiev em negociar com Putin.

O presidente russo levantou várias objeções ao plano e respondeu com a alternativa mais restrita de suspender ataques apenas aos locais de energia.

Analistas argumentam que tal acordo beneficiaria principalmente Moscou, cujas refinarias de petróleo têm sofrido ataques ucranianos de longo alcance cada vez mais pesados. Enquanto os ataques russos causaram estragos nos suprimentos de energia da Ucrânia, os ucranianos aprenderam a se adaptar ao longo de três anos de guerra.

Insistindo que as conversas mais amplas estão muito bem encaminhadas, Trump escreveu em uma postagem nas redes sociais ontem que sua conversa com Zelenski teve como base o telefonema com Putin no dia anterior, quando os dois conversaram cerca de uma hora e meia, segundo o Kremlin e a Casa Branca. ● NYT e AP

Ofensiva ucraniana em região russa desmoronou

CENÁRIO

MARC SANTORA
THE NEW YORK TIMES

As forças ucranianas se retiraram quase completamente da região de Kursk, na Rússia, encerrando uma ofensiva que surpreendeu o Kremlin no ano passado com sua velocidade e audácia. Soldados na linha de frente des-

creveram uma retirada organizada em certos pontos e caótica em outros, enquanto as forças russas invadiam suas posições e as forçavam a recuar.

Quando um pelotão de assalto ucraniano recuou de sua posição, há menos de uma semana, todos os seus veículos tinham sido destruídos, drones caçavam os soldados dia e noite e os combatentes ficaram quase sem munição.

No auge da ofensiva, as forças ucranianas controlaram

cerca de 1,3 mil km² de território russo. No domingo, conseguiam se agarrar a apenas 77 km² ao longo da fronteira, de acordo com o analista militar Pasi Paronen, do Black Bird Group, com sede na Finlândia.

A luta perto da fronteira agora trata menos de manter territórios russos, disseram soldados ucranianos, e mais sobre tentar impedir que as forças de Moscou invadam a região de Sumi, na Ucrânia, e abram uma nova frente na guerra.

O oficial de inteligência ucraniano identificado apenas como Andrii, que combate em Kursk, definiu de forma mais direta: “A operação Kursk está essencialmente encerrada”.

Essa operação foi vista por

analistas como uma aposta desnecessária, que sobrecarregou os soldados ucranianos e ocasionou baixas pesadas em um momento em que eles já estavam lutando para defender

o território russo ocupado servisse como moeda em uma negociação de cessar-fogo.

A reviravolta em Kursk ocorre no momento que o governo Trump pressiona por uma trégua rápida. O domínio da Ucrânia em Kursk já estava em perigo quando os EUA anunciaram a suspensão da ajuda militar e do compartilhamento de inteligência, no dia 3.

A perda repentina das informações agravou as dificuldades. No entanto, apesar das alegações em contrário feitas pelo presidente russo, Vladimir Putin, em nenhum momento forças de Kiev foram cercadas.

● TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

É JORNALISTA

Ânimo
Apesar das dificuldades, investida em território russo produziu importante impulso moral para Ucrânia

uma extensa linha de frente dentro de seu país. Mas a investida produziu um impulso moral muito necessário para a Ucrânia, que tentou mostrar que poderia levar a guerra para dentro da Rússia e esperou que

Oriente Médio

Israel envia forças terrestres a Gaza pela 1ª vez desde fim de cessar-fogo

Tropas ocuparam parte do Corredor Netzarim e uma unidade de infantaria seguiria para o sul do enclave palestino

TEL-AVIV

Israel anunciou ontem que suas forças terrestres recapturaram parte do Corredor Netzarim, que corta a Faixa de Gaza, e mobilizaram uma brigada de infantaria ao longo do perímetro do enclave. A mobilização foi feita um dia após o lançamento de uma onda de ataques aéreos que mataram mais de 400 pessoas no território.

Os militares disseram que as tropas entraram em Gaza para "expandir a zona de segurança

e criar uma zona-tampão parcial" entre as partes norte e sul do território, muito parecido com o que fizeram durante o curso da guerra, quando dividiram o enclave por mais de um ano. Também disseram que a Brigada Golani, uma unidade de infantaria de elite, foi enviada ao sul de Israel, onde permanecerá pronta para operações na Faixa de Gaza.

'SOB FOGO'. Israel realizou uma série de ataques em Gaza nas primeiras horas da terça-feira, com o primeiro-ministro Binyamin Netanyahu dizendo que os militares agirão contra o grupo terrorista Hamas com "intensidade crescente". "As negociações ocorrerão apenas sob fogo", disse ele, em discurso, referindo-se às negociações para uma trégua



que fracassaram após a primeira fase ter expirado no dia 1.º.

Israel se recusou a negociar a segunda fase, que deveria incluir uma retirada total das tropas israelenses de Gaza, bem como a libertação de todos os reféns que o Hamas e aliados mantêm em cativeiro após sequestrá-los durante os ataques de 7 de outubro de 2023.

O Hamas condenou ontem o retorno das forças israelenses ao Corredor Netzarim, um conjunto de postos de controle militares ao sul da Cidade de Gaza, chamando-o de uma "nova e perigosa violação" do acordo de cessar-fogo que permitiu que os palestinos se movi-

mentassem livremente entre o norte e o sul.

Segundo reportagem do *Wall Street Journal*, a estratégia de Israel é aumentar a pressão militar sobre Gaza até o nível de uma invasão em larga escala se um acordo com o Hamas não for alcançado. Inicialmente, Israel bloqueou a entrada de bens e suprimentos e cortou a energia no enclave nas últimas duas semanas. Depois, retomou os ataques aéreos. Outras etapas incluiriam ataques táticos contra alvos do Hamas e deslocamento mais amplo da população palestina.

O ministro da Defesa, Israel Katz, alertou ontem que novas ordens de retirada seriam dadas aos palestinos, um dia depois de determinar a saída de áreas da fronteira. "Moradores de Gaza, este é um aviso final. Vai ficar muito mais difícil e vocês pagarão o preço total", disse Katz no X.

Israel retomou os ataques sob alegação de falta de progresso nas negociações para libertar os reféns. Os bombardeios continuaram ontem. As Nações Unidas disseram que uma de suas instalações foi atingida por munições explosivas, matando um funcionário internacional e vários outros, em um edifício de acomodação em Deir al-Balah, no cen-

tro de Gaza. Um dos trabalhadores humanitários mortos era um cidadão búlgaro, disse o Ministério das Relações Exteriores da Bulgária.

"Isso não foi um acidente, foi um incidente", disse Jorge Moreira da Silva, diretor executivo do Escritório de Serviços de Projetos da ONU, cuja equipe estava no local. "Trabalhadores e instalações da ONU nunca devem ser alvos."

Zona-tampão

Israel justificou a ação terrestre como forma de expandir a zona de segurança

No total, 59 reféns ainda não retornaram de Gaza. Desses, apenas 24 estariam vivos, segundo Israel, com base em inteligência e depoimentos daqueles libertados recentemente.

As famílias temem que a nova campanha militar israelense coloque em risco as vidas de seus parentes. Protestos pedindo a Netanyahu para acabar com os combates e recuperar os reféns se intensificaram nos últimos dias. Ontem, milhares foram às ruas de Tel-Aviv e Jerusalém para exigir o fim da guerra e a libertação dos cativos. ● WP, AFP e NYT

Especial 150 anos

Em 2025, o **Estadão** completa **150 anos** de história e tradição no jornalismo.

Para celebrar essa data inesquecível, lançaremos ao longo do ano uma programação com **conteúdos exclusivos** que conectam passado, presente e futuro em torno de **seis eixos** temáticos:

- 01 República
- 02 Economia
- 03 Terra
- 04 Tecnologia
- 05 São Paulo
- 06 Viver

Tudo isso integrado em um grande projeto multiplataforma, com Hub Digital, edições comemorativas impressas e uma série de eventos especiais.

Sua marca pode ser protagonista desse marco histórico!

Entre em contato pelo e-mail publicacoes@estadao.com e conheça as oportunidades comerciais

ESTADÃO

150 ANOS

O Estado de S. Paulo

Realização:

ESTADÃO 150

Criação:

ESTADÃO BLUR STUDIO

Apoio:

EL DORADO FM 107.3

paladar

1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

A guerra de Bibi



A retomada do conflito em Gaza é politicamente conveniente para o premiê de Israel

Na terça-feira, Israel literalmente implodiu o cessar-fogo com o Hamas pactuado em janeiro. Integrantes do grupo terrorista afirmam que o bombardeio deixou mais de 400 mortos, no que seria o dia mais

letal na guerra desde novembro de 2023.

A trégua sempre foi frágil, e desde que a primeira de suas três fases terminou, em 1.º de março, depois da troca de alguns reféns israelenses por centenas de presos palestinos, ela estava no limbo. Na segunda fase, o Hamas deveria devolver os 59 reféns restantes (vivos e mortos) em troca da retirada das tropas de Israel, mas as negociações não avançaram.

O governo de Israel acusa o Hamas de recusar repetidas vezes a liberação dos reféns, o que é verdade. Mas Israel também se recusou a negociar garantias para a retirada de suas tropas, restringindo-se a advogar por uma extensão da primeira fase tal como sugerida pelos mediadores dos EUA. Se houve má vontade do Hamas, também houve de Israel.

Na verdade, houve vontade deliberada do governo de Benjamin Netanyahu de mandar pelos ares as possibilidades diplomáticas quando ainda existiam. O Hamas está mais isolado do que nunca, sem o apoio do Hezbollah. Seus aliados houthis estão sob pressão militar dos EUA, e Teerã está sob pressão diplomática.

O desenho do cessar-fogo nunca foi totalmente compatível com o objetivo do governo israelense de destruir o Hamas, mas a retomada das hostilidades a toda força não era justificável como estratégia para atingir o objetivo imediato de libertação de reféns. Por outro lado, é compreensível como tática de sobrevivência política de Netanyahu.

A ala de extrema direita que sustenta sua coalizão nunca aceitou a trégua e parece tolerar o sacrifício dos

reféns como um efeito colateral da destruição do Hamas e da ocupação de Gaza. Com a retomada da guerra, os extremistas que haviam abandonado o governo retornaram, garantindo a Netanyahu a maioria necessária para aprovar o orçamento nas próximas duas semanas, sem o qual seu governo cairia. Perpetuar a guerra é uma maneira de perpetuar o governo.

Os líderes do Hamas têm pouca margem de manobra: eles podem sucumbir e liberar os reféns em troca de sua vida e possivelmente o exílio, ou serem mortos com outros civis palestinos. Dado o relativo descaso do governo Netanyahu com os reféns israelenses, o Hamas tem poucos incentivos para mantê-los vivos. Desde terça-feira as ruas de Israel foram tomadas por manifestantes revoltados com o governo Netanyahu e suas táticas.

Ninguém pode dizer como isso terminará. A melhor alternativa ainda seria a ocupação de Gaza por uma força árabe ou multinacional apoiada pelos EUA. Mas, sem perspectivas concretas disso, a trajetória mais provável é uma ocupação israelense por tempo indeterminado.

O que acontecerá de agora em diante? "Tudo o que sabemos com certeza é que a continuação da guerra põe em risco as vidas dos reféns israelenses remanescentes, a população de Gaza, os soldados de Israel e os voluntários humanitários", resumiu Jonathan Panikoff, especialista em Oriente Médio do instituto Atlantic Council. "Não há respostas boas; só as ruins e as piores. Logo descobriremos qual delas a retomada da guerra implica." ●

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

HALL/ESTACIONAMENTO
ALPHAVILLE - BARUERI - SP

Hall/estacionamento, localizados no Edifício Pravda, situado na Alameda Grajaú, nº 98, no centro de Alphaville.

PARANÁ BANCO S/A, INSCRITA NO CNPJ Nº 14.388.344/0001-89, PROMOVERÁ A VENDA EM LEILÃO (1º OU 2º) DO IMÓVEL DESCRITOS, NA FORMA DA LEI 8.534/97. LOCALIZAÇÃO DOS IMÓVEIS: SALÃO DE TIPO A/C/D, LOCALIZADO NO TERREO E 1º PAVIMENTO DO EDIFÍCIO PRAVDA, SITUADO NA ALAMEDA GRAJAÚ, Nº 98, ALPHAVILLE CENTRO INDUSTRIAL E EMPRESARIAL, NA COMARCA DE BARUERI/SP, COM ÁREA TOTAL DE 923,289M², SENDO DESTA TOTAL 892,570M² EM ÁREAS CONSTRUÍDAS COBERTAS E 30,719M² EM ÁREAS DESCOBERTAS. ESTACIONAMENTO PRAVDA PARK, LOCALIZADO NOS 2º, 3º E 4º SUBSOLOS E NO TERREO DO EDIFÍCIO PRAVDA, SITUADO NA ALAMEDA GRAJAÚ, Nº 98, ALPHAVILLE CENTRO INDUSTRIAL E EMPRESARIAL, NA COMARCA DE BARUERI/SP, COM ÁREA TOTAL DE 8.350,607M², SENDO QUE DO TOTAL ACIMA DE 7.050,299M² EM ÁREAS CONSTRUÍDAS COBERTAS E 1.300,308M² EM ÁREAS DESCOBERTAS. MELHORES DESCRITAS E CARACTERIZADAS NAS MATRÍCULAS SOB Nº 174.261 E 174.259 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE BARUERI/SP. (OCUPADO). OBS.1 O IMÓVEL ESTÁ SENDO LEILOADO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, TANTO EM TERMOS FÍSICOS QUANTO EM TERMOS DOCUMENTAIS, CABENDO EXCLUSIVAMENTE AO COMPRADOR SE INFORMAR ANTECIPADAMENTE SOBRE TAIS ESTADOS E EFETUAR SEUS LANCES CONSIDERANDO POSSÍVEIS REGULARIZAÇÕES POSTERIORES AO LEILÃO; OBS.2: EVENTUAIS AVERBAÇÕES, REGULARIZAÇÕES E REGISTROS REFERENTE A CONSTRUÇÃO E/OU DEMOLIÇÃO, DEVERÃO SER APURADOS E PAGOS PELO ARREMATANTE JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES. OBS.3: CONSTA AÇÃO DESPESAS CONDOMINIAIS, PROCESSO Nº 1010341-24.2024.8.26.0068, EM TRÂMITE NA 5ª VARA CÍVEL DE BARUERI/SP; AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL, PROCESSOS Nº: 1503174-30.2023.8.26.0068, 1503679-89.2021.8.26.0068, 1508892-89.2022.8.26.0068, 1010489-35.2024.8.26.0068 E 1010341-24.2024.8.26.0068 DO FORO DE BARUERI - VARA DA FAZENDA PÚBLICA/SP; O VENDEDOUR RESPONDE PELO RESULTADO DA AÇÃO, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS E LIMITES ESTABELECIDOS NAS "CONDIÇÕES DE VENDA DOS IMÓVEIS" CONSTANTES DO EDITAL; OBS.4: A CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA. O IMÓVEL SERÁ ADQUIRIDO EM CARÁTER AD CORPUS, CABENDO AO ARREMATANTE A RESPONSABILIDADE DE SE CIENTIFICAR PREVIAMENTE SOBRE A UTILIZAÇÃO DAS ÁREAS. CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: À VISTA, MAIS COMISSÃO DE 5% AO LEILÃO. DA PARTICIPAÇÃO ON-LINE: O INTERESSADO DEVERÁ EFETUAR O CADASTRAMENTO PRÉVIO PERANTE O LEILÃO, COM ATÉ 24 HORAS DE ANTECEDÊNCIA AO EVENTO. O EX-DEVEDOR FIDUCIANTE SERÁ COMUNICADO DAS DATAS, HORÁRIOS E LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS LEILÕES, PARA NO CASO DE INTERESSE, EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA NA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL, PELO VALOR DA DÍVIDA, ACRESCIDA DOS ENCARGOS E DESPESAS, NA FORMA ESTABELECIDADA NO PARÁGRAFO 2º-B DO ARTIGO 27 DA LEI 8.534/97, INCLuíDO PELA LEI Nº 14.711, DE 2023. OS INTERESSADOS DEVEM CONSULTAR AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E VENDA DOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS NOS SITES: WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA MAIS INFORMAÇÕES - TEL: (11) 2464-6464 - E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR

Excelente oportunidade no coração de Alphaville, uma das regiões mais valorizadas e estratégicas para negócios na Grande São Paulo.



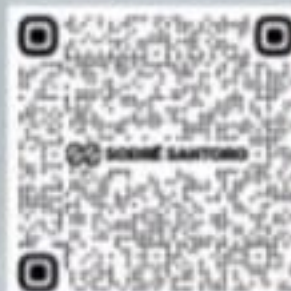
ÁREA TOTAL DE
923,289M²

ÁREAS CONSTRUÍDAS
COBERTAS
892,570M²

ÁREAS CONSTRUÍDAS
DESCOBERTAS
30,719M²

1º LEILÃO:
24/03/2025 ÀS 13:00H
LANÇE MÍNIMO
R\$12.570.000,00

2º LEILÃO:
31/03/2025 ÀS 13:00H
LANÇE MÍNIMO
R\$10.648.517,48



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Turquia

Prefeito de Istambul e rival de Erdogan é preso

Ekrem Imamoglu, principal opositor do presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, foi detido ontem com integrantes de seu partido. Acusado de corrupção e terrorismo, o atual prefeito de Istambul seria proclamado candidato do partido nas próximas eleições presidenciais, previstas para 2028. ●



AFP - 18/3/2025

Sérvia

Renúncia de premiê é confirmada após protestos

O governo da Sérvia, liderado pelo premiê Milos Vucovic, renunciou ontem. O presidente Aleksandar Vucic disse que convocará novas eleições para junho. Embora Vucovic tenha anunciado a intenção de renunciar em janeiro, o Parlamento só a confirmou após semanas de protestos no país. ●

Argentina

Congresso dá aval a Milei para novo acordo com FMI

Manifestantes voltam às ruas contra ajuste fiscal em dia de vitória do presidente; polícia reprime atos com gás lacrimogêneo

BUENOS AIRES

O Congresso da Argentina deu sinal verde para o governo de Javier Milei selar um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que permite o refinanciamento da dívida e o acesso a novos fundos. O aval ao presidente foi dado no mesmo dia em que milhares saíram às ruas de Buenos Aires para apoiar os aposentados afetados pelo rígido ajuste fiscal do governo e repudiar o acordo com o organismo internacional.

Com 129 votos a favor, 108 contra e 6 abstenções, a Câmara dos Deputados endossou um decreto de necessidade e



Mulher com a camisa da seleção argentina grita com policiais

urgência (DNU) para avançar com o novo acordo com o FMI, que inclui novos dólares para pagar dívidas no âmbito do empréstimo recorde que o país sul-americano obteve em 2018. O valor do novo empréstimo é desconhecido e se somará aos US\$ 44 bilhões (R\$ 249 bilhões) que Buenos Aires

já deve ao Fundo.

Operonismo, a principal força de oposição, votou contra e advertiu que não reconhecerá a nova dívida contraída com o FMI se voltar a controlar o governo.

PROTESTOS. Do lado de fora do Congresso, convocados por

sindicatos, organizações sociais e torcidas organizadas de futebol, os manifestantes se reuniram para mais um protesto contra o rígido ajuste fiscal do governo, em mais um desafio ao presidente.

Vários quarteirões no entorno do Parlamento foram protegidos por cercas de metal e dezenas de caminhões com jatos d'água. A operação policial envolveu mais de 2 mil agentes. A megaoperação de segurança foi montada devido aos casos de violência ocorridos nas manifestações das semanas anteriores.

Segundo jornais argentinos, o clima esquentou na reta final do protesto. Um pequeno grupo de manifestantes desafiou a polícia na Avenida Rivadavia, do outro lado da cerca, atirando objetos contra a força policial. Um deles se espatifou entre os policiais. Minutos antes, alguns manifestantes tentaram derrubar a cerca, mas foram reprimidos com gás lacrimogêneo.

Quase 60% dos aposentados recebem o salário mínimo, equivalente a US\$ 265 (R\$ 1.500). Em 2024, o governo congelou um bônus de US\$ 70 (R\$ 400) ao qual tinham direito e reduziu a entrega gratuita de remédios, cujos preços dobraram em um ano. ● COM APF

Noboa quer exércitos de Brasil e outros contra criminosos

O presidente do Equador, Daniel Noboa, afirmou que vai pedir a ajuda dos exércitos de Brasil, EUA e países europeus para combater o crime organizado no país, considerado o mais violento da América Latina em 2024. A declaração foi dada em entrevista à rede britânica BBC, na terça-feira.

Os exércitos fariam parte de uma força estrangeira, que Noboa propõe para ajudar no combate ao narcotráfico do país. Ele já havia falado sobre o plano antes, mas esta foi a primeira vez que nomeou países, incluindo o Brasil.

Fontes do Exército brasileiro ouvidas pelo *Estadão* disseram que é improvável que tropas sejam enviadas. A atuação de forças estrangeiras costuma ser utilizada como recurso extremo em países com crises e tende a ser abordada no âmbito da ONU, que aprovam, por exemplo, as missões de paz. O Brasil liderou missões como essas no passado, no Haiti, mas não é o caso no Equador. ● LUIZ HENRIQUE GOMES

Pedro Fernando Nery no Estadão: Economia sem mistério, privilégios sem filtro

CONFIRA A AGENDA

- Todas as segundas
Coluna no portal Estadão
- Todas as terças
Coluna no impresso
- Quinzenalmente, às quartas
Participação no programa *Ilustríssimo Privilégio*, com Wesley Galzo, repórter de Política em Brasília

→ É HOJE



VÍDEOS NO PORTAL ESTADÃO



WILTON JUNIOR/ESTADÃO

ESTADÃO
150
ANOS

+ Pedro
Fernando
Nery



Violência

Suspeitos de envolvimento na morte de ciclista no Itaim-Bibi estão presos

— Polícia deteve ontem condutor da moto usada na abordagem; atirador já havia sido preso por outro crime, assim como mulher apontada como receptadora de celulares

GIOVANNA CASTRO

A Polícia Civil de São Paulo anunciou ontem que os dois homens envolvidos no assassinato do ciclista Vitor Medrado, de 46 anos, estão presos. Sem nenhuma reação, ele foi baleado durante um assalto em frente ao Parque do Povo, no Itaim-Bibi, zona sul de São Paulo, em 13 de fevereiro. Os criminosos pegaram o celular da vítima e fugiram.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública, a polícia deteve ontem Jefferson de Souza Jesus, de 28 anos, conhecido como Gordo da Paraisópolis. Ele pilotava a moto no dia do crime e foi encontrado na comunidade da zona sul durante uma operação da 1.ª Delegacia de Roubos e Latrocínios.

O comparsa dele, Erick Benedito Veríssimo, de 20 anos, responsável pelo tiro, foi preso em flagrante durante um roubo no Brooklin no dia 8 de março. A informação não havia sido divulgada para não atrapalhar as investigações. O Estadão não conseguiu contato com a defesa dos suspeitos.

De acordo com o delegado Ronaldo Sayeg, responsável pelo Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), foi necessária uma análise minuciosa de câmeras de segurança para identificar o condutor da moto. "Notamos as características físicas dele, percebemos que era um ho-



Gordo da Paraisópolis confessou o crime e entregou o comparsa



Veríssimo trocou capacete e fez outro ataque na sequência

mem mais forte. Depois, acompanhamos toda a rota realizada por essa moto, que saiu lá de perto do parque, onde o Vitor foi morto, até a comunidade de Paraisópolis."



Mainha alugava equipamentos por prioridade na receptação

MAINHA. As investigações levaram inicialmente até a mulher conhecida como Mainha do Crime, que foi presa em 18 de fevereiro. Suedna Barbosa Carneiro, de 41 anos, atuaria como

uma "facilitadora de crimes por motocicletas".

A polícia havia obtido uma análise de câmeras de segurança na região do Parque do Povo. Só que, como ambos utilizavam capacete, não foi possível chegar às identidades. Daí, a importância de rastrear crimes semelhantes até Suedna. Ela seria a fornecedora dos materiais utilizados no crime. A mulher já respondia em regime aberto por receptação e comercialização ilegal de armas. E progrediu para regime aberto em 2024 por apresentar bom comportamento.

Ontem, o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derite, após elogiar a ação da polícia no Estado de São Paulo, voltou a criticar a legislação criminal brasileira, que segundo ele "permite que bandidos condenados há 12 anos de prisão saiam em apenas 2" como foi o caso da Mainha do Crime".

DETALHAMENTO. Os materiais apreendidos na casa dela ajudaram os investigadores a chegar aos nomes dos suspeitos. Veríssimo, que até então não tinha passagem pela polícia, foi preso em flagrante cometendo outro assalto a mão armada. De acordo com a SSP, Souza Jesus confessou o crime e disse, em seu depoimento, que a arma apreendida com o comparsa no flagrante, uma pistola calibre 38, foi a mesma utilizada para matar Medrado. A polícia ainda vai fazer prova balísti-

ca para confirmar o fato.

O Gordo da Paraisópolis, que já tem passagem por tráfico e receptação, afirmou, ainda, que Veríssimo cometeu, com um outro comparsa, um segundo assalto no Brooklin, bairro vizinho, poucas horas depois da morte de Medrado. Isso teria sido possível graças à troca de capacete e mochila de entrega pelo suspeito, o que dificultou a sua identificação. Conforme a polícia, câmeras registraram o segundo roubo às 11h – o ciclista foi baleado às 6h. A motocicleta usada no crime foi a mesma da abordagem ao ciclista. Na casa de Suedna, a polícia encontrou várias pla-

Como foi a investigação
Polícia rastreou motos até a casa de Suedna; ali, a polícia achou material usado nos crimes

cas de motos. Todos os itens para a prática de crimes com motocicleta, como capacete, eram alugados aos assaltantes em troca de prioridade na compra dos objetos roubados.

EM ALTA. Segundo o Radar da Criminalidade, ferramenta online do Estadão, em 2024 esse tipo na capital paulista cresceu 23,2% em relação a 2023. No final de semana, um homem foi arrastado por um carro após ter o celular roubado em Pinheiros. ●

Polícia investiga alusão a estupro por universitários

A Polícia Civil de São Paulo abriu inquérito para apurar uma denúncia contra um grupo de alunos de Medicina da Faculdade Santa Marcelina. Durante um evento esportivo para calouros, realizado no sábado, 15, eles cantaram um hino e usaram uma bandeira com dizeres "entra a p...", "escorre sangue", em alusão ao crime de estupro.

A imagem do evento mostra ao menos 20 estudantes segurando a faixa. Eles não são identificados, o que impossibilitou

o contato com suas defesas. A Polícia Civil informou que, embora não tenha sido feito registro da ocorrência, ciente do ocorrido, a 8.ª Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) instaurou inquérito policial para apurar todas as circunstâncias dos fatos. "A unidade policial está à disposição para ouvir as denúncias", diz. A Faculdade Santa Marcelina se manifestou contrária ao ocorrido e investiga internamente o caso. ● JOSÉ MARIA TOMAZELA

LUGAR DE GENTE MUITO, MUITO FELIZ!

TEL: (11) 5033-2000
(11) 98200-1400

Incefra-Piso 45x45
Pd-35649 Cx2.32m2
Cm 22910

De: 21,90
Por: **16,90**

Desconto -22% N 5,11 Incefra

Cortag-Espaçador
P/ Nivel 1,0mm
Natural C/50 Peças
Cm 8947

De: 23,90
Por: **18,90**

Desconto -20% N 5,11 Cortag

AMPLA ESTACIONAMENTO:
200 VAGAS

R. ÁTICA, 47
BROOKLIN
SÃO PAULO/SP

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:
De Segunda a Sexta-feira, das 08h30 às 21h30;
Sábados, das 9h às 17h;
Domingos e Feriados, das 08h às 12h.

Ofertas válidas de 20/03/2025 a 20/03/2025
em referência às ofertas no site. Preço FOB.
Exclui-se o transporte e instalação. Não acumulam
com outras promoções, descontos e benefícios. A
sua reserva é a garantia de compra e entrega em
prazo. Confira de pagamento para produtos
desta promoção: à vista, cartão de crédito, cheque.

***** SAC *****
(11) 5033-2020

VISITE NOSSO SITE:
www.nicom.com.br

Ambiente

Vídeo flagra esgoto vazando para o mar em praia de Porto de Galinhas

Ligações clandestinas de esgoto em rede de drenagem pluvial causaram o problema, diz prefeitura do município de Ipojuca

RENATA OKUMURA

Um vazamento de esgoto foi filmado jorrando de um buraco na areia e correndo em direção ao mar em uma praia de Porto de Galinhas, no município de Ipojuca, em Pernambuco. O local é considerado um dos principais pontos turísticos da região. De acordo com a prefeitura do município, o problema aconteceu por causa de ligações clandestinas na rede de drenagem pluvial, cuja função é escoar água das chuvas, e

não por esgoto sanitário. Em função das recentes e intensas chuvas na região, foi necessário realizar a abertura temporária da rede para evitar alagamentos, o que acabou ocasionando os transtornos registrados. “Após a identificação de diversas ligações clandestinas – realizadas por moradores e comerciantes da área –, a prefeitura optou pelo fechamento da rede para evitar a contaminação da orla”, disse a gestão municipal. “O executivo municipal vem atuando de forma permanente para evitar esse tipo de problema e intensificará ainda mais a fiscalização para a identificação de eventuais ligações irregulares, a responsabilização dos infratores e a adoção de medidas cabíveis para coibir novas infrações e garantir o



Após chuvas, foi preciso abrir temporariamente a rede de drenagem, o que acabou liberando esgoto

“Após a identificação de diversas ligações clandestinas – realizadas por moradores e comerciantes da área –, a prefeitura optou pelo fechamento da rede para evitar a contaminação da orla” Prefeitura de Ipojuca (PE)
Em nota sobre vazamento de esgoto em Porto de Galinhas flagrado em vídeo

funcionamento adequado dos sistemas de drenagem e saneamento”, disse o município. **SANEAMENTO.** Em junho do ano passado, a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) iniciou a construção da primeira etapa do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Porto de Galinhas, de acordo com o município. O projeto, com investimento de R\$ 65 milhões, prevê a construção de uma estação de tratamento de esgoto, três es-

tações elevatórias, o assentamento de 18 km de tubulações e a ligação de 2,5 mil imóveis ao novo sistema. A previsão é de concluir em junho do ano que vem a primeira etapa, que deve beneficiar 19 mil pessoas nos bairros do Merepe e da Vila de Porto de Galinhas. “A segunda etapa será executada pela BRK, parceira da Compesa, dentro do programa Cidade Saneada, e expandirá a rede coletora para beneficiar a praia do Cupe”, afirma o município. ●

2ª TEMPORADA

COLEÇÃO DE LIVROS

20 MAR

Grandes **personalidades** abrem suas **bibliotecas**, revelam **preferências** e contam **histórias** inusitadas de suas **relações** com a **literatura**



Ignácio de Loyola Brandão



ACESSE O EPISÓDIO



QUER SABER COMO A SUA MARCA PODE INSPIRAR UM NOVO MUNDO DE IMAGINAÇÃO?

CONHEÇA AS OPORTUNIDADES DE PATROCÍNIO.

ESCREVA PARA

publicacoes@estadao.com

Realização:

ESTADÃO 150



André Lima

'Faremos o possível para ter uma COP com o mínimo de fumaça'

— *Secretário antidesmate vê responsabilidade compartilhada na questão dos incêndios e diz que não havia sistema nacional de combate até 2024*

ENTREVISTA

Advogado e mestre em gestão, foi idealizador do Pacto pelo Desmatamento, que levou à criação do Fundo Amazônia no BNDES, em 2008

JULIANA DOMINGOS DE LIMA

O secretário extraordinário do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, André Lima, atribui as dificuldades que o governo federal tem enfrentado no controle do fogo às mudanças climáticas e à inexistência de um sistema nacional estruturado de prevenção e combate a incêndios até o ano passado. Lima considera "injusta" a avaliação de que o governo federal deveria ter se preparado com maior força e antecedência para enfrentar a situação dos incêndios. Ele enfatiza também a responsabilidade compartilhada na gestão de risco pelos Estados, municípios e proprietários rurais.

O governo tem conseguido reduzir o desmatamento na Amazônia, mas o fogo na floresta aumentou nos últimos dois anos, com recorde de focos em 2024. Qual a avaliação do ministério sobre os erros de estratégia?

Não concordo com essa avaliação. A gente não tinha assim nenhum indicador em janeiro (de 2024), por exemplo, de que poderia ter essa seca extrema na Amazônia do jeito que teve. Não houve duas secas consecutivas na Amazônia nas últimas décadas, que eu tenha conhecimento. Além disso, não é responsabilidade do governo federal apagar fogo no Brasil inteiro. Isso precisa ser dito em "caixa alta". O governo federal é responsável pelas terras indígenas, unidades de conservação, assentamentos. Tem Estados, é o caso do Mato Grosso do Sul, em que 90% dos incêndios acontecem em propriedades privadas. Essa responsabilidade é dos proprietários rurais, das prefeituras, dos corpos de bombeiros, das secretarias estaduais. Ou seja, é uma responsabilidade da sociedade como um todo. Com a aprovação da lei de política nacional de manejo do fogo, fica mais claro que essa responsabilidade é compartilhada com todas essas esferas.

O senhor avalia que o recorde de queimadas do ano passado teve mais a ver com essa responsabilidade dos Estados do que do governo federal?

Não, não. Teve mais a ver com os efeitos reais das mudanças climáticas e as secas recorde que atingiram o Brasil dois anos seguidos. Esse foi o principal fator. Porque a coordenação, melhor ou pior, sempre



FERNANDO DONASCI/MMA

foi assim durante muitos anos e a gente nunca teve esse problema. Aumentamos os esforços de combate a incêndios e o problema foi mais grave.

O que está sendo feito para afinar o diálogo e apoiar essas outras esferas?

O governo federal aprovou R\$ 405 milhões disponíveis aos nove Estados amazônicos para projetos para fortalecimento dos corpos de bombeiros. Estamos agora com R\$ 30 milhões do Fundo Nacional de Meio Ambiente para fazer planos de manejo integrado do fogo em pelo menos 20 municípios mais críticos da Amazônia. Estamos agora trabalhando com a Caixa Econômica Federal para poder usar recursos do Fundo Amazônia para com-

prar equipamentos para Estados não amazônicos.

Já estamos numa segunda reunião de planejamento conjunto com o Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso, porque a área mais crítica no curto prazo – para maio, junho e julho – é o Pantanal. Infelizmente, não choveu o suficiente para alagar as áreas da região Sul do Pantanal e isso vai tornar aquela região bastante vulnerável.

O ministério anunciou que haverá 4.608 brigadistas (4.358 brigadistas florestais federais + 250 servidores efetivos) neste ano, 25% a mais do que no ano passado. Esse número é suficiente para conter o fogo?

Se dobrar, não vai resolver o problema. Não é o Ibama e o ICMBio que têm de multiplicar por dez (o efetivo) para apagar incêndio no Brasil. É de baixo para cima que se resolve o problema. O primeiro "foguiño" se apaga com o pé. Tem de criar mecanismos para o proprietário rural que vê um fogo lá na beira da estrada, em vez de ligar para polícia e ir embora, ir lá com um abafador, chamar os vizinhos, e apagar. É preciso criar comunidades resilientes ao fogo.

As brigadas não atuam só no combate, mas também na prevenção. Grande parte dos brigadistas federais é de contratação temporária, para o período emergencial. Não faria sentido

ter brigadas permanentes em locais mais críticos?

Contrata-se com nove meses de antecedência – três, quatro meses são preparatórios, treinamento, capacitação, medidas preventivas. E quatro, cinco meses são de combate. Brigadista não é um cargo efetivo de governo, não tem concurso público. Contratam-se brigadistas por edital para períodos. Como isso nunca foi um problema tão grave, as normativas eram para contratação efêmera, por seis meses. Acontece que a janela aumentou: hoje a gente tem região em que é fogo quase o ano inteiro.

"Os bombeiros não estavam preparados, as prefeituras não estavam preparadas, os proprietários rurais não estavam preparados. A Califórnia não estava preparada. Então, é uma 'força de barra', né? Paciência, o que nos resta é olhar para frente e trabalhar"

O segundo semestre costuma ser o período mais crítico para incêndios. Vai ter fogo quando o Brasil estiver recebendo chefes de Estado para a COP? Isso é uma preocupação?

É uma preocupação, claro, mas temos de fazer o nosso trabalho independentemente da COP. Nossa preocupação é com os incêndios. Na COP, a preocupação é que isso ganha evidência maior, né? Mas não vamos ter recursos a mais para enfrentar os incêndios por causa da COP. Vamos ter recursos a mais e estamos aumentando a nossa capacidade porque avaliamos que, infelizmente, esse problema será constante e cada vez mais intenso. E vamos fazer o possível com os recursos disponíveis para termos uma COP com o mínimo de fumaça. ●

Outono começa e deve ter chuva abaixo da média e calor

O outono começa oficialmente no Hemisfério Sul, incluindo o Brasil, hoje. E as temperaturas devem continuar acima da média em diversos Estados.

Segundo a MetSul, a estação costuma fazer a transição do calor do verão para o frio do inverno. "A estação começa em 2025 com o Oceano Pacífico sob neutralidade (sem El Niño ou La Niña), depois de condições de La Niña terem sido observadas entre dezembro e meados de fevereiro", projeta a empresa de meteorologia. As condições climáticas devem se manter neutras, com

períodos de temperaturas superficiais do mar mais altas do que o normal, mas sem chegar a configurar um evento de El Niño clássico, por enquanto.

A empresa de meteorologia lembra que a neutralidade é frequentemente confundida de forma incorreta com normalidade, uma vez que pode trazer extremos de El Niño e também de La Niña. "Assim, tanto na precipitação como na temperatura os sinais podem ser mistos no decorrer da estação", dizem os especialistas.

O outono costuma marcar uma mudança na ocorrência

**No Oceano Pacífico
Há neutralidade, depois de condições de La Niña terem sido observadas de dezembro e fevereiro**

de chuva no Centro-Sul do Brasil. "Enquanto no verão as precipitações se originam mais de nuvens carregadas que se formam pelo calor e a umidade alta, ou seja, por convecção, a partir do outono a chuva passa a ter como causa principal a passagem de frentes frias e centros de baixa pressão", afirma

a MetSul.

Para 2025, a tendência é de um outono com chuva abaixo da média na maior parte do Centro-Sul do Brasil com precipitações muito abaixo da média em algumas áreas, em especial mais ao Sul do País, conforme projeção da empresa de meteorologia.

CALOR. Em geral, segundo a MetSul, a mudança de estação traz mais dias de temperatura agradável, mas não significa que o calor fica para trás. Dias quentes são normais ainda em abril e maio. Mesmo em junho

podem ocorrer alguns dias quentes. "Quando há período quente mais prolongado em maio, após dias frios, há a ocorrência do chamado veranico de maio, mas ele não ocorre todos os anos", afirma a empresa de meteorologia.

A MetSul espera um outono com predomínio de dias de temperatura acima da média na maioria dos Estados do Centro-Sul do Brasil e vários com calor. "A temperatura deve ficar muito acima da média em algumas áreas, principalmente em parte do Centro do País." ● RENATA OKUMURA

Saúde

Febre amarela: SP relata maior nº de mortes em 7 anos

Maioria dos casos foi registrada na região de Campinas; vacinação é a forma mais eficaz de combater a doença

GABRIEL DAMASCENO

O Estado de São Paulo relatou 32 casos confirmados de febre amarela no ano. Desde janeiro, 20 pacientes morreram pela doença, segundo dados da Secretaria da Saúde (SES). O número de mortes é o maior desde 2018, quando foram registrados 524 casos e 171 óbitos. Em todo o ano de 2024, foram 2 casos, com 1 óbito.

Dos 32 registros, 28 são autóctones, ou seja, a infecção ocorreu no município em que a pessoa reside, não durante viagens a locais com circulação da doença. Dois casos são importados – ambos foram contraídos em Minas Gerais, segundo a SES – e dois estão em investigação.

De acordo com a secretaria, 24 casos foram notificados na região de Campinas, com infecções na cidade e em Amparo, Socorro, Tuiuti, Joanópolis, Valinhos, Pedra Bela, Piracaia, Vargem, Bragança Paulista, Pedreira, São Pedro, Nazaré Paulista e Águas de Lindoia. Além disso, há registros em Brotas, São Pedro e Caçapava.

Em todo o País, o Ministério

Saiba mais

Sintomas exigem cuidado e mortalidade é alta

Como é a transmissão

Há dois diferentes ciclos de transmissão da febre amarela, o silvestre e o urbano. No ciclo silvestre, os macacos são os principais hospedeiros e os vetores são mosquitos *Haemagogus* e *Sabethes*. No caso, humanos participam como hospedeiros acidentais ao frequentarem áreas de mata. Já no ciclo urbano, os seres humanos são únicos hospedeiros com importância epide-

miológica e a transmissão ocorre por meio de mosquitos *Aedes aegypti* infectados com o vírus. Apesar de os macacos serem hospedeiros do vírus no ciclo silvestre, a doença é transmitida apenas por mosquitos infectados.

Sintomas e mortalidade

Incluem dor no corpo, febre e mal-estar. Em casos mais tardios e graves, podem ocorrer sangramentos espontâneos. Caso a pessoa tenha uma febre e um mal-estar contínuos, é importante procurar ajuda médica. A doença tem alta mortalidade. Cerca de 60% a 70% dos pacientes podem evoluir para óbito.

da Saúde contabiliza 66 casos confirmados e 28 mortes desde meados do ano passado (o monitoramento é realizado de julho de um ano a junho do ano seguinte, considerando a sazonalidade da doença entre dezembro e maio). Outros 199 casos estão em investigação.

VACINA. A vacinação é a forma mais eficaz de combate à doença. Atualmente, o calendário vacinal prevê uma dose do imunizante aos 9 meses de idade e outra aos 4 anos. Em pessoas com mais de 5 anos não vacinadas previamente, utiliza-se o esquema de dose única. O imunizante é oferecido gratuitamente em postos de saúde de todo o País. ●

LEILÃO DE MATERIAIS

PLANTA INDUSTRIAL DE MOAGEM DE MINÉRIOS



22/04 ÀS 15H



SOMENTE ONLINE

MOEGA DE ALIMENTAÇÃO • ELEVADOR DE CANECA • MOINHOS • EXAUSTORES • ROSCAS HELICOIDAIS • AEROSSEPARADORES • FILTROS MANGAS • VENTILADOR DE RESFRIAMENTO • SEPARADORES MAGNÉTICOS • SEPARADOR MECÂNICO • TAMBOR MAGNÉTICO • BANDEJA ALIMENTADORA • ROSCA TRANSPORTADORA • PENEIRA CLASSIFICADORA • CÂMARA DE RESFRIAMENTO • VENTILADOR E CÂMARA DE FLUIDIZAÇÃO • VENTILADOR DE COMBUSTÃO



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-5454
(11) 9777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



SODRÉ SANTORO

LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Mounjaro tem lançamento confirmado no Brasil

A farmacêutica Eli Lilly confirmou que o Mounjaro, medicamento injetável usado no tratamento de diabetes tipo 2 e obesidade, deve chegar às farmácias brasileiras no dia 7 de junho. O

preço final de venda ainda não foi confirmado.

Vale destacar que, no Brasil, o remédio foi aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em

setembro de 2023 para tratamento de diabetes. O uso pode ser feito por adultos, não sendo recomendado para menores de 18 anos. A aprovação para utilização no tratamento da

obesidade ainda está em análise por aqui – embora já seja indicado para essa finalidade em outros países.

O Mounjaro tem como elemento ativo a tirzepatida, substância que, assim como a semaglutida (do Ozempic e do Wegovy), é considerada

uma agonista de hormônios do intestino. No entanto, diferentemente da semaglutida (que mimetiza os efeitos do GLP-1), a molécula do Mounjaro tem ação semelhante à de dois hormônios: o próprio GLP-1 e também o GIP (peptídeo inibidor gástrico). ●



Eliminatórias da Copa

Brasil encara a Colômbia em partida decisiva para Dorival Júnior

Sem Neymar, seleção brasileira vai apostar em trio protagonista no futebol europeu: Vini Jr., Rodrygo e Raphinha. Jogo em Brasília começa às 21h45

RICARDO MAGATTI / BRASÍLIA



A seleção brasileira tem hoje, contra a Colômbia, um compromisso decisivo para o técnico Dorival Júnior, que segue pressionado no cargo. É mais uma oportunidade para a equipe nacional, tão vacilante, embalar nas Eliminatórias. A bola rola no Mané Garrincha, em Brasília, às 21h45, e a partida é válida pela 13ª rodada do torneio classificatório à Copa do Mundo de 2026.

O Brasil é o quinto colocado nas Eliminatórias e precisa voltar a vencer para não deixar a zona de classificação ao Mundial. Tem 18 pontos, um a menos que a Colômbia, a quarta. É a oportunidade perfeita, portanto, para ultrapassar o rival, que vem de duas derrotas, pa-

ra Uruguai e Equador.

A seleção brasileira tropeçou nos últimos dois compromissos da Data Fifa – 1 a 1 com Venezuela e Uruguai – e tenta evitar uma marca negativa de mais de 20 anos. A única vez que empatou três jogos consecutivos na história do torneio foi entre novembro de 2003 e março de 2004, contra Peru, Uruguai e Paraguai.

Dorival disse não estar preocupado com os tropeços e entende que existe uma “clara evolução” da seleção sob seu comando, ainda que a equipe não venha jogando bem nem consiga se aproximar dos líderes das Eliminatórias.

“Estamos vivenciando momentos de mudança na seleção, contando com um grupo que está se fortalecendo internamente. As últimas três Datas Fifa foram importantes, foram bem próximas, e houve evolução de rodada a rodada”,



Vini Jr. é o principal protagonista da seleção na ausência de Neymar; ele ainda deve uma grande atuação

ELIMINATÓRIAS DA COPA • 13ª RODADA	
BRASIL: Alisson; Vanderson, Marquinhos, Gabriel Magalhães e Guilherme Arana; Bruno Guimarães, Gerson e Raphinha; Rodrygo, Vini Jr. e João Pedro.	
Técnico: Dorival Júnior.	
COLÔMBIA: Camilo Vargas; Daniel Muñoz, Davinson Sánchez, Jhon Lucumí e Cristian Barja; Jefferson Lerma, Richard Ríos e James Rodríguez; Jhon Arias, Luis Díaz e Córdoba.	
Técnico: Néstor Lorenzo.	
Árbitro: Alexis Herrera (Venezuela).	
Horário: 21h45.	
Local: Estádio Mané Garrincha, em Brasília (DF).	

disse Dorival.

“Teremos dois compromissos muito complicados, mas nossos adversários também reconhecem a condição da sele-

ELIMINATÓRIAS	
	P G J V E D SG
1ª Argentina	25 12 8 1 3 14
2ª Uruguai	20 12 5 5 2 8
3ª Equador*	18 12 6 4 2 7
4ª Colômbia	16 12 5 4 3 5
5ª Brasil	18 12 5 3 4 6
6ª Paraguai	17 12 4 5 3 1
7ª Bolívia	13 12 4 1 7 -14
8ª Venezuela	12 12 2 6 4 -4
9ª Chile	9 12 2 3 7 -11
10ª Peru	7 12 1 4 7 -12
* Classificados para a repescagem	
* FOI PUNIDO COM A PERDA DE 3 PONTOS	
13ª RODADA	
HOJE	
20h	Paraguai x Chile
21h45	Brasil x Colômbia
22h30	Peru x Bolívia
AMANHÃ	
18h	Equador x Venezuela
20h30	Uruguai x Argentina

ção brasileira. Estamos melhorando a cada momento, é uma subida gradativa que está acontecendo”, acredita o treinador, que completará, no próxi-

mo domingo, um ano desde sua primeira partida como comandante da seleção.

FORMAÇÃO. Ele não explicou por que enxerga esse progresso no Brasil. Apenas disse que vê um “futuro promissor” para a equipe, que será armada novamente sem Neymar, lesionado, mas com um trio protagonista no futebol europeu: Vini Jr. e Rodrygo, astros do Real Madrid, e Raphinha, que vive a melhor temporada de sua carreira no Barcelona. Os três vão municiar o jovem João Pedro, centroavante revelado pelo Fluminense que tem se destacado no Brighton inglês.

Endrick, portanto, começa o duelo no banco de reservas, bem como Savinho, que foi testado entre os titulares, mas perdeu a disputa porque Dorival pensou um time com um centroavante para incomodar a zaga colombiana.●

Brasília quer final da Libertadores, mas tem de driblar crise

MARCEL RIZZO
RICARDO MAGATTI / BRASÍLIA

A administração do estádio Mané Garrincha, em Brasília, espera que uma boa organização do jogo entre Brasil e Colômbia possa auxiliar na escolha do estádio como sede da final da Copa Libertadores, marcada para 29 de novembro. Por outro lado, a crise recente entre a CBF e clubes brasileiros com a Conmebol por causa dos casos de racismo em jogos pela América do Sul, pode impedir que a decisão do princi-

pal torneio de clubes do continente seja novamente no Brasil. O País já recebeu as edições de 2020 e 2023, ambas no Maracanã, no Rio.

O Estádio apurou que Brasília tem a concorrência de outras duas cidades para a final da Libertadores. Lima, no Peru, com o Monumental, e Montevideu, no Uruguai, com o estádio Centenário. A Conmebol pretende anunciar a sede nas próximas semanas.

Como diversos representantes da confederação sul-americana estão em Brasília nesta semana, na organização do jogo

Concorrentes
Montevideu, com o estádio Centenário, e Lima, com o Monumental, também pleiteiam a partida

da seleção brasileira, questões como acessibilidade e segurança foram tratadas com prioridade pelo Governo do Distrito Federal, em parceria com a empresa que administra o Mané Garrincha. Os 70 mil ingressos para o jogo desta noite foram vendidos.

Em setembro de 2024 houve a troca do gramado, com estreia em um jogo do Brasil em outubro, pelas Eliminatórias, com vitória de 4 a 0 sobre o Peru. O piso novo é um trunfo, apesar de a Conmebol ficar responsável pelo gramado quando assume a administração do estádio dias antes da final da Libertadores, normalmente 15 dias antes do jogo.

Houve também investimento no estádio Bezerrão, que serve de local de treinamento para a seleção brasileira em Brasília. O governo gastou R\$ 105 mil para melhoria no gramado

e nos vestiários. O Bezerrão deve servir de espaço de trabalho para um dos times finalistas da Libertadores caso o Mané Garrincha seja o escolhido.

Porém, há a preocupação entre os dirigentes brasileiros de que a crise aberta entre clubes, CBF e Conmebol por causa dos recorrentes casos de racismo contra atletas e torcedores brasileiros em jogos pela América do Sul prejudique o Brasil na escolha.

Além disso, Peru e Uruguai são países com os quais a direção da Conmebol tem uma ótima relação.●

Futebol paulista

Corinthians começa operação para combater a ação dos cambistas

Clube decide criar medidas para atacar o problema e prepara colocação do sistema de reconhecimento facial em seu estádio

O Corinthians tem atuado com casa cheia em todos os jogos nesta temporada. Na partida de volta com o Palmeiras pela final do Campeonato Paulista, dia 27, a situação irá se repetir. Porém, mesmo com toda a carga dos ingressos sendo vendida pela internet, o clube ainda sofre com os cambistas, e enfrenta o descontentamento e reclamação dos torcedores. Como consequência, resolveu fazer uma campanha antes da decisão para evitar que os corinthianos sejam lesados.

O clube lançou ontem a "Operação Ingresso Legal". Com o sistema de reconhecimento facial em processo de implantação, o Corinthians pretende intensificar medidas contra os cambistas e, a partir de agora, as vendas dos bilhetes terão de passar pelo crivo da direção alvinegra.

"Diante dos recentes acontecimentos e declarações envolvendo o comércio ilegal de ingressos, o Sport Club Corinthians Paulista implementou a Operação Ingresso Legal, uma ação estratégica para combater a atuação de cambistas tanto no clube quanto no programa Fiel Torcedor", informou o Corinthians. "A operação inclui ações rígidas e sistemáticas para os logins ativos que fazem a emissão de ingressos e credenciais. A partir de agora, toda solicitação será submetida à aprovação da diretoria, com justificativa detalhada para cada emissão."



ALEX SILVA/ESTADÃO - 9/3/2025

Torcedores do Corinthians têm reclamado da ação dos cambistas

Além do monitoramento mais rígido, o próprio Corinthians vem adquirindo bilhetes de sites ilegais, na tentativa de identificar os responsáveis pelas emissões irregulares. O objetivo é punir de maneira automática quem for localizado por meio desse tipo de ação.

da à aprovação da diretoria, com justificativa detalhada para cada emissão."

Previsão
A intenção do Corinthians é que o reconhecimento facial esteja em operação até o mês de junho

O clube diz ter tomado outras providências, mas que ainda não podem ser divulgadas para que a estratégia não seja prejudicada. "O clube reforçará sua comunicação sobre os riscos do cambismo e os prejuízos causados pelo financiamento dessas práticas ilegais", afirmou o Corinthians. "Os ingressos oficiais são vendidos exclusivamente pelo site

<http://fieltorcedor.com.br>. Compras realizadas fora desse sistema não garantirão acesso à Neo Química Arena", frisou.

TECNOLOGIA. O reconhecimento facial será um aliado para combater as irregularidades, diz o Corinthians. "A diretoria também reafirma que a implementação do reconhecimento facial será um grande aliado no combate ao cambismo. Estudos avançados já estão em andamento, e a previsão é de que o sistema esteja plenamente operacional até junho."

O Corinthians também pede que seus torcedores denunciem qualquer página ou perfil na internet envolvido na venda ilegal de ingressos. Orienta, ainda, que, se houver provas de fraude, seja feito um Boletim de Ocorrência. "O Clube também encaminhará todas as informações às autoridades competentes para que os responsáveis sejam devidamente punidos." ●

Liga das Nações

Memphis Depay será titular da Holanda hoje em jogo contra a Espanha

O atacante Memphis Depay, do Corinthians, vai ser a novidade da Holanda hoje contra a Espanha, pelas quartas de final da Liga das Nações. O técnico Ronald Koeman elogiou o jogador ontem: "A maneira como vi Memphis no Brasil e a forma como o vejo agora, como ele entrou e como parece revigorado, nos dá confiança para colocá-lo em campo contra a Espanha". ●

Argentina

Lautaro Martínez se junta a Messi e também desfalca a Argentina por lesão

Depois de perder o astro Messi para os jogos contra Uruguai, amanhã, e Brasil, terça-feira, por contusão, a Argentina anunciou ontem o corte do experiente Lautaro Martínez para a rodada das Eliminatórias Sul-Americanas. O atacante está com uma lesão muscular na coxa esquerda. O jogador da Internazionale retornará para Milão, onde fará o tratamento. ●

Palmeiras

Clube prometeu negociar Raphael Veiga em julho, diz empresário do jogador

O empresário de Raphael Veiga, André Cury, disse que o Palmeiras prometeu negociá-lo a partir de julho, após a disputa do Mundial de Clubes. "Os times da Europa gostam muito dele. Inter de Milão, Milan... A gente tem uma promessa do Palmeiras para vendê-lo já em julho. Mas eu não sei se vão cumprir", afirmou o empresário, ao UOL. Veiga chegou ao Palmeiras em 2017. No ano seguinte, foi emprestado ao Athletico-PR. Voltou em 2019. No clube, tem 335 jogos e 103 gols marcados. ●

CESAR GRECO/PALMEIRAS



São Paulo

Recuperados de contusão, Luiz Gustavo e Alan Franco já treinam com o elenco

Aprimorando o time para as estreias no Brasileirão, dia 29 de março, diante do Sport, e na Libertadores, na qual encara o Talleres, em 2 de abril, Luis Zubeldía ganhou dois reforços: Luiz Gustavo, recuperado de uma fratura em um dedo do pé esquerdo, e Alan Franco, que não acusou mais o trauma no braço esquerdo sofrido diante do Palmeiras na semifinal do Paulistão. ●

CPI das apostas

Romário pede indiciamento do tio de Lucas Paquetá

BRASÍLIA

O senador Romário pediu o indiciamento de Bruno Tolentino, tio de Lucas Paquetá, meio-campista da seleção brasileira e do West Ham, em relatório apresentado ontem na CPI da Manipulação de Jogos. O parlamentar do Partido Liberal (PL-RJ) é o relator da comissão instalada em abril do ano passado para investigar as

manipulações de resultados no futebol brasileiro envolvendo apostas.

A apresentação do relatório coincide com o início nesta semana do julgamento de Paquetá na Inglaterra por supostamente ter forçado cartões amarelos na Premier League em quatro jogos entre novembro de 2022 e agosto de 2023.

"Os olhos da nossa sociedade não podem descansar", declarou Romário aos parlamen-

tares. Bruno Tolentino faz parte de uma "lista de apostadores suspeitos" que teriam lucrado com cartões recebidos por Paquetá e pelo ex-atacante do Botafogo Luiz Henrique, indica o relatório.

Em 6 de fevereiro de 2023, Tolentino teria pago R\$ 30 mil a Luiz Henrique, então jogador do Bétis, da Espanha, para que recebesse um cartão amarelo, conforme extratos bancários obtidos pela CPI.

Ambos os jogadores, que foram convocados pela CPI mas não compareceram, negam qualquer envolvimento em atos irregulares. ●

O MELHOR DA TV

TÊNIS

● **ATP e WTA 1000 Miami**
Primeira Rodada
12h / ESPN 2

FUTEBOL

● **Liga das Nações**
Turquia x Hungria
14h / ESPN 4
Itália x Alemanha
16h45 / ESPN
Áustria x Sérvia
16h45 / ESPN 4
Holanda x Espanha
16h45 / SporTV
Ucrânia x Bélgica
16h45 / SporTV 3
Croácia x França
16h45 / SporTV 2

● **Copa do Nordeste**

Altos x Moto Club
19h / Premiere
● **Eliminatórias da Copa**
Paraguai x Chile
20h / SporTV 2
Brasil x Colômbia
21h45 / Globo e SporTV
Peru x Bolívia
22h15 / SporTV 3

BASQUETE

● **Liga Feminina**
Ourinhos x Cerrado
19h30 / ESPN 4
● **NBA**
Golden State Warriors x Toronto Raptors
23h / Prime Video



História

Fóssil do mais antigo morador da Europa é achado

Ossos da bochecha e da mandíbula de homínido foram descobertos na Espanha e teriam até 1,4 milhão de anos

O fóssil de parte da face de um ancestral humano é o mais antigo já encontrado na Europa Ocidental, de acordo com um novo estudo publicado na revista científica *Nature*. Os ossos fossilizados de parte da bochecha esquerda e do trecho superior da mandíbula foram encontrados no norte da Espanha em 2022 e, calcula-se, teriam de 1,1 milhão a 1,4 milhão de anos.

"A descoberta é emocionante", afirmou Eric Delson, paleontólogo do Museu de

História Natural dos Estados Unidos, que não teve participação no estudo. "É a primeira vez que encontramos remanescentes tão significativos com mais de 1 milhão de anos na Europa Ocidental."

A coleção de fósseis mais antiga da Europa até agora tem 1,8 milhão de anos e foi achada na Geórgia, perto da fronteira entre a Europa Oriental e a Ásia. A nova descoberta abre caminho para mais estudos sobre as rotas migratórias dos ancestrais humanos.

ANCESTRAIS NA EUROPA. O fóssil espanhol é a primeira evidência que demonstra claramente que "ancestrais humanos já andavam pela Europa" naquela época, segundo Rick Potts, diretor do Programa das Origens Humanas do Museu Smithsonian, que também não participou do novo estudo. Ainda não há comprovação, no entanto, de que esses primeiros ancestrais teriam ficado na Europa desde aquela época. "Um grupo pode ter ido a um local específico e depois

desaparecido."

Os ossos fossilizados encontrados na Espanha guardam muitas semelhanças com os da espécie *Homo erectus*, mas existem também algumas diferenças anatômicas, de acordo com a coautora do novo trabalho, Rosa Huguet, arqueóloga do Instituto Catalão de Paleocologia Humana e Evolução Social, na cidade de Tarragona, Espanha.

O *Homo erectus* surgiu há cerca de 2 milhões de anos na África e, posteriormente, alcan-

çou partes da Ásia e da Europa. Segundo Potts, os últimos remanescentes dessa espécie morreram há aproximadamente 100 mil anos.

Não é simples identificar a que grupo de ancestrais humanos um fóssil pertence a partir de poucos fragmentos. É diferente quando são encontrados muitos ossos com diferentes características, afirmou o paleoantropólogo Christoph Zollikofer, da Universidade de Zurique, que também não participou do novo trabalho.

OUTRAS DESCOBERTAS. No mesmo complexo de grutas nas Montanhas Atapuerca, na Espanha, onde os novos fósseis foram desenterrados, especialistas já fizeram outras importantes descobertas sobre o passado dos ancestrais humanos. Na mesma região, foram achados fósseis mais recentes de homínidos, como neandertais e os primeiros *Homo sapiens*.

O local já foi declarado "espaço de interesse natural", bem de interesse cultural e Patrimônio da Humanidade como consequência dos achados arqueológicos e paleontológicos. ● ASSOCIATED PRESS



Achado permite estudos sobre migração dos ancestrais humanos

MARSA C. GUILLEN/PHOTOCERCA

ESTADÃO



UMA HOMENAGEM
AO REI PELE

Você ganhou
30% de desconto
na compra de até 2 ingressos
para entrada inteira*

O rei do futebol acaba de ganhar uma
exposição imperdível, que reverencia
a sua majestade, na Multiverso
Experience, no Shopping Eldorado, de
terça a domingo, das 10h às 21h.

Use o QR code para comprar seu
ingresso e utilize o cupom desconto:

ESTADAO30



(*) Desconto válido apenas para entrada inteira e
compra de até dois ingressos com CPF's diferentes.

Imposto de Renda.
Taxação de alta renda encontra resistência da oposição e de parte do Centrão no Congresso

ECONOMIA & NEGÓCIOS

QUINTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO

E&N



B1
DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B24)

Política monetária Esforço contra a inflação

BC põe juros no maior patamar desde 2016 e sinaliza nova alta

— No quinto aumento seguido, Selic vai a 14,25%, repetindo o auge durante crise no governo Dilma; BC fala em 'ajuste de menor magnitude' na reunião de maio

Em decisão unânime, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central aumentou ontem a taxa básica de juros em 1 ponto percentual, de 13,25% para 14,25%, mesmo patamar registrado na crise econômica deflagrada no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016. Foi a quinta alta seguida da Selic, sendo a terceira de um ponto percentual — confirmando as indicações das ainda em dezembro.

No comunicado divulgado logo após a reunião, o Copom já antecipou um novo "ajuste de menor magnitude" no seu en-

contro de maio, sem indicar um porcentual. Depois disso, afirma que as suas decisões vão depender da evolução de dados como o comportamento da dinâmica da inflação — "em especial dos componentes mais sensíveis à atividade econômica e à política monetária".

"O cenário mais recente é marcado por desancoragem adicional das expectativas de inflação, projeções de inflação elevadas, resiliência na atividade econômica e pressões no mercado de trabalho, o que exige uma política monetária mais contracionista", diz.

Sobre o regime de gastos do governo, voltou a dizer que "a percepção dos agentes econômicos sobre o regime fiscal e a sustentabilidade da dívida se-

terno, que "permanece desafiador" diante das incertezas geradas com as medidas anunciadas pelo presidente dos EUA, Donald Trump.

Desde setembro, o BC já aumentou a Selic em 3,75 pontos — o segundo maior ciclo de alta nos últimos 20 anos, só menor que os 11,75 pontos entre março de 2021 e agosto de 2022, após o fim da pandemia.

Questionado sobre a decisão do Copom, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que prefere esperar a publicação da ata da reunião, na próxima semana. Já o mercado

começou a avaliar as opções de alta nas próximas reuniões. "Mantemos o cenário: claramente, o viés ainda é para juros mais elevados", disse Roberto Padovani, economista-chefe do banco BV. A princípio, ele projeta alta de 0,5 ponto para a Selic em maio.

É a mesma estimativa do estrategista da RB Investimentos, Gustavo Cruz. Mas ele frisa que esse cenário considera uma redução da inflação. Caso contrário, o mercado vai passar a projetar uma alta de 0,75 ponto ou mesmo a repetição do 1 ponto porcentual.

"Juntando tudo, me soou como preferência um 0,5 ponto em maio e porta aberta para junho", avaliou o economista Marco Caruso, do Santander. Em relatório, a XP afirmou que mantém seu cenário de alta de 0,75 ponto, em maio, e de mais 0,5 ponto na reunião de junho, o que colocaria a Selic em 15,5%. ● CÍCERO COTRIM e CÉLIA FROUFE/BRASÍLIA e LUIS EDUARDO LEAL, ANTONIO PEREZ e EDUARDO LAGUNA/SÃO PAULO

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A DECISÃO DO COPOM NAS PÁGINAS B2, B4 e B7

LEILÃO EXCLUSIVO DE FINANCEIRAS

LEILÕES DIÁRIOS DE VEÍCULOS

É AMANHÃ! 21/03 ÀS 14H SOMENTE ONLINE



IPVA 2025 PAGO

CHEVROLET ONIX 1.0 MT JOYE 18/18



IPVA 2025 PAGO

HONDA CG 160 FAN 24/24



FIAT ARGO DRIVE 1.0 18/18



IPVA 2025 PAGO

VOLKSWAGEN T-CROSS CL TSI AD 20/21



IPVA 2025 PAGO

FIAT PULSE AUDACE 1.3 200 22/22

ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS!

NOVIDADE!

COM POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO

*SUJEITO À ANÁLISE DE CRÉDITO
*FINANCIAMENTO ATRAVÉS DE
*CORRESPONDENTE BANCÁRIO
*INDEPENDENTE

B Capital



@SODRESANTORO
 @SODRESANTORO
 @LEILAOSSODRESANTORO
 (11) 2464-6464
 (11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código no lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÊ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192



Celso Ming

celso.ming@estadao.com

A nova estocada dos juros. E daí?

Desta vez, ninguém esperava dos juros coisa diferente, porque já era cacha cantada. O Copom aumentou os juros básicos (Selic) em 1 ponto percentual para 14,25% ao ano, decisão tomada por unanimidade.

A intenção do Banco Central é aumentar os juros, em maio, "em menor magnitude", que talvez seja 0,75 ponto percentual (para 15,0% ao ano). Para as reuniões seguintes, não foram adiantados os passos (*forward guidance*). O Copom optou por esperar pelo comportamento futuro da inflação e da economia para, só então, tomar a decisão.

Mas parece improvável que esses níveis de juros sejam sufi-

cientes para empurrar a inflação para a meta.

A política fiscal do governo Lula continua a operar na contramão do Banco Central. Injeta dinheiro na economia via gastança, enquanto o Banco Central trabalha para enxugar dinheiro do mercado.

Esse jogo contra não deve parar, porque o presidente Lula já deu indicações suficientes de que vai intensificar a distribuição de bondades financeiras para as classes médias e para a população de baixa renda, porque está mais interessado em ganhar a boa vontade do eleitor, numa conjuntura em que vai perdendo aprovação, do que com a solidez dos fundamentos da economia. O efeito



é mais demanda não acompanhada por mais produção. Essa sinuca vai descrita com a lin-

guagem técnica habitual, no comunicado do Copom.

Ou seja, se a inflação tende a avançar porque o governo Lula não faz a sua parte, a probabilidade maior é de que o Banco Central terá de continuar a puxar pelos juros.

Outra fonte potencial de inflação, desta vez externa, está na política comercial protecionista adotada pelo presidente Donald Trump e nas medidas de reação a ela que vêm sendo tomadas pelos países parceiros. Falta saber como será a reação futura dos grandes bancos centrais. Nesta quarta-feira, depois de não mexer nos juros (fed funds), o Fed (banco central dos Estados Unidos) deu mostras de que continua espe-

rando inflação, embora transitória, em consequência do aumento das tarifas aduaneiras.

Como das outras vezes, haverá chiadeira por aqui contra mais essa estocada da Selic. Vão dizer que essa quimioterapia envenena o doente e tira dele a vontade de enfrentar o câncer e tal. Mas é o que há. O Banco Central tem de defender a moeda.

Se é para ter um bode expiatório, o governo terá de encontrar outro e deixar de produzir descarrego sobre o Banco Central, como nos dois últimos anos, porque a maioria dos seus diretores está lá por escolha do presidente Lula. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Finanças pessoais Onde investir

Com a nova Selic, especialistas indicam aplicação em pós-fixados

COMO FICAM OS RENDIMENTOS

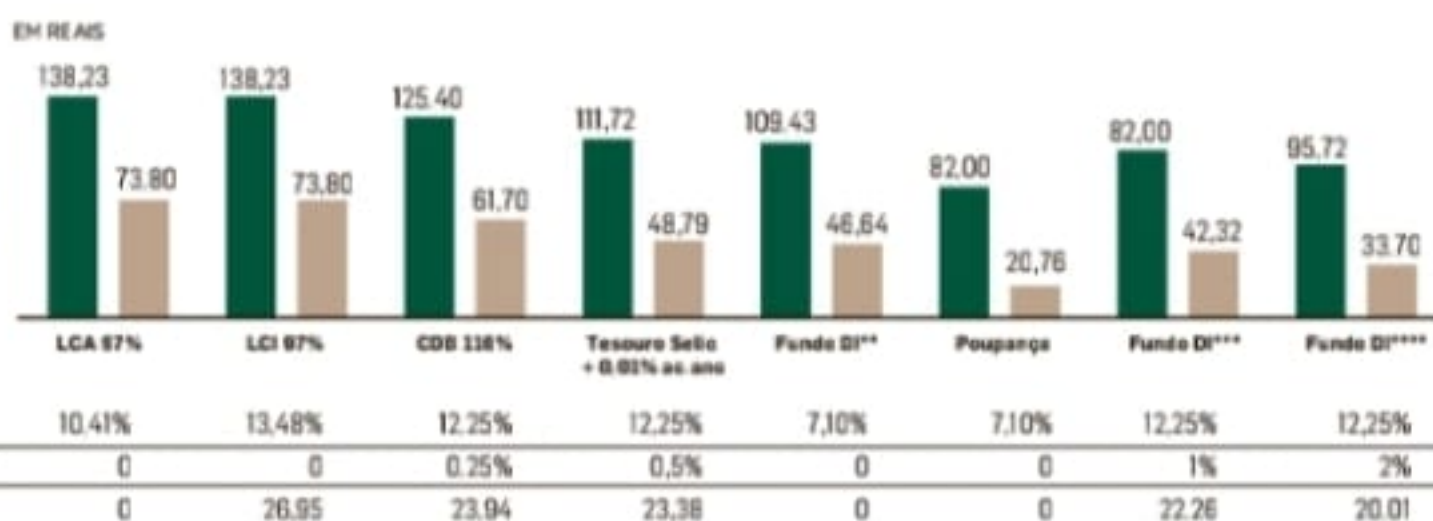
Qual será o retorno* de R\$ 1 mil com a Selic a 14,25% ao ano

Rentabilidade

VALOR NOMINAL (SEM O DESCONTO DA INFLAÇÃO)

VALOR REAL (COM O DESCONTO DA INFLAÇÃO)

INVESTIMENTO DE R\$ 1.000



*VALOR APÓS 1 ANO, IPCA DE 4,84%, CONFORME PROJEÇÃO DO BOLETIM FOCUS; **COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE 0,5% AO ANO; ***TAXA DE 1% AO ANO; ****TAXA DE 2% AO ANO

FONTE: FABIO GALLO, COLUNISTA DO ESTADO E PROFESSOR DA FGV-SP/INFOGRÁFICO: ESTADO

Preferência se justifica pelo fato de que esses ativos, que são um tipo de investimento em renda fixa, se beneficiam da alta dos juros

MURILO MELO
E-INVESTIDOR

Diante do novo aumento na taxa básica de juros, que ontem subiu de 13,25% para 14,25% ao ano, o head de renda fixa da Suno Research, Guilherme Almeida, avalia que os títulos pós-fixados, um tipo de investimento em renda fixa, continuam sendo a melhor opção para os investidores. A preferência se

justifica pelo fato de que esses ativos permitem aproveitar o movimento de alta dos juros, especialmente em um cenário onde o mercado projeta uma taxa final próxima a 15% este ano.

Almeida também destaca os títulos indexados à inflação, sobretudo os de prazo mais curto. Esse tipo de investimento é uma proteção contra a incerteza gerada pelo período eleitoral que se aproxima, o que pode trazer volatilidade aos mercados. De acordo com ele, em anos de eleição, os principais indicadores econômicos tendem a reagir de forma descompassada em relação ao cenário real da economia, tornando papéis atrelados ao IPCA uma escolha estratégica.

Entre os títulos indexados à inflação, a preferência recai sobre os títulos públicos, já que as taxas desses papéis estão em patamares historicamente elevados. Como exemplo, ele cita o Tesouro IPCA+ 2035. Além

Segurança
Além da rentabilidade, títulos públicos oferecem maior liquidez e menor risco de crédito

da rentabilidade, os títulos públicos oferecem maior liquidez e menor risco de crédito.

Já os títulos prefixados podem ser uma alternativa para perfis moderados e arrojados.

Para investidores conservadores, a recomendação é que a exposição a títulos prefixados deve ser feita com cautela e apenas com recursos que não serão necessários no curto prazo. O que está em jogo é que, apesar de uma leve redução nas últimas semanas, as taxas prefixadas seguem atrativas, chegando a 14,5% ou até 15% ao ano. No entanto, o conselho para esse perfil é manter o título até o vencimento para evitar riscos de perda.

PAPÉIS PRIVADOS. Além dos títulos públicos, os papéis privados também podem compor a carteira do investidor, especialmente os isentos de Imposto de Renda, como LCIs e LCAs.

No entanto, Almeida ressalta que, nesses casos, é fundamental avaliar a qualidade do emissor, pois o risco é maior do que nos títulos do governo.

A análise é complementada pelo economista Fabrício Voigt, da gestora Aware Investments, que observa que, atualmente, os investidores podem se beneficiar de uma grande gama de ativos financeiros com risco relativamente baixo, como os títulos de crédito bancário, garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC) em certos casos. Voigt diz que, quando se trata de crédito privado, empresas que pagam IPCA mais uma taxa fixa oferecem um cenário confortável, pois elas podem repassar o aumento da inflação aos preços finais, atenuando o impacto sobre os custos da dívida.

De acordo com Voigt, esse tipo de operação, apesar de sua natureza inflacionária, apresenta uma segurança adicional para o investidor, especialmente em setores como a produção de proteína animal, onde a capacidade de transferir custos para o consumidor final ajuda a proteger a rentabilidade da empresa. Ele também reforça que os investidores que buscam mais segurança podem optar por títulos públicos, como os do Tesouro Direto, cujos riscos são consideravelmente menores.

A pedido do E-Investidor, Fábio Gallo, colunista do Estado e professor de Finanças na Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), realizou uma simulação para analisar o desempenho de investimentos em renda fixa, levando em conta a nova taxa Selic. O estudo utiliza previsão de 5,66% para o IPCA, conforme o boletim Focus, e considera rentabilidade anual da poupança de 7,1%. Os cálculos simulam aplicações de R\$ 1 mil. ●

Grupo HTB

Demonstrações Financeiras 2024



Desempenho do Grupo HTB



Destaques



Prêmio Master Imobiliário
Projeto Teatro
Cultura Artística

GRI Awards
Projeto Teatro
Cultura Artística

Top 100
Open Startups
Inovação

Prêmio
Líderes da Saúde

Prêmio CBIC
Inovação e Sustentabilidade
eWood

ESG



MUDANÇAS CLIMÁTICAS



COMPRAS SUSTENTÁVEIS



CANTEIROS SUSTENTÁVEIS



CÓDIGO DE CONDUTA DE FORNECEDORES E TREINAMENTOS



COMPLIANCE DE FORNECEDORES



AÇÕES SOCIAIS



DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Relatório de Sustentabilidade
O Grupo HTB divulgou o Relatório de Sustentabilidade com as principais realizações e compromissos ESG da Companhia.
<https://www.htb.eng.br/esg>

Balancos Patrimoniais

(Em milhares de Reais)		Controladora		Consolidada		P. S. S. I. V. O		Controladora		Consolidada	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
ATIVO											
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa		4.496	10	171.221	211.325	Empréstimos bancários	-	-	5.000	3.250	-
Aplicações financeiras - vinculadas		-	-	-	58.855	Fornecedores e subempreiteiros	-	-	50.875	29.875	-
Contas a receber de clientes		-	-	162.143	131.374	Adiantamentos de clientes	-	-	81.726	178.421	-
Estoque		-	-	33	33	Impostos e contribuições a recolher	1	16.512	11.862	-	-
Impostos a recuperar		6	6	8.249	7.634	Obrigações trabalhistas e sociais	2	-	48.426	27.857	-
Outros créditos		347	-	22.965	22.943	Provedores gerais	-	-	70.160	54.503	-
Dividendos a receber		7.989	668	-	-	Outras contas a pagar	350	-	27.469	568	-
Crédito com partes relacionadas		-	-	-	-	Passivo de arrendamento	-	-	3.988	4.566	-
Total do ativo circulante		12.838	684	364.611	432.164	Obrigações com consórcios	-	-	2.239	3.535	-
Não circulante						Total do passivo circulante	352	1	306.395	314.437	-
Depósitos judiciais		-	-	1.979	3.020	Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	60.101	53.193	Impostos e contribuições a recolher	-	-	316	399	-
Crédito com partes relacionadas		-	-	1.055	1.055	Provedores gerais	-	-	14.214	25.368	-
Impostos a recuperar		769	769	769	769	Passivo de arrendamento	-	-	9.202	-	-
Outras contas a receber		-	-	4.378	3.252	Outras contas a pagar	-	-	-	3	-
Total do ativo não circulante		769	769	68.282	61.289	Total do passivo não circulante	-	-	23.732	25.770	-
Investimento em controladas		109.335	163.101	-	230	Patrimônio líquido					
Imobilizado líquido		-	-	17.892	10.755	Capital social	27.655	27.655	27.655	27.655	-
Intangível líquido		-	-	2.056	2.056	Reserva de lucros para expansão	94.935	136.898	94.935	136.898	-
Total do ativo		122.942	164.554	452.841	506.494	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	122.590	164.553	122.590	164.553	-
						Participação de acionistas não controladores	-	-	124	1.734	-
						Total do patrimônio líquido	122.590	164.553	122.714	166.287	-
						Total do passivo e patrimônio líquido	122.942	164.554	452.841	506.494	-

Demonstrações de Resultados

(Em milhares de Reais)		Controladora		Consolidada	
		2024	2023	2024	2023
Recursos					
Recursos líquidos de contratos de construções		-	-	1.500.165	1.096.195
Custos de contratos de construções		-	-	(1.329.930)	(1.000.836)
Lucro bruto		-	-	170.235	95.359
Despesas administrativas e gerais	(1)	-	-	(127.393)	(82.225)
Resultado de equivalência patrimonial		47.572	30.271	-	-
Outras receitas operacionais líquidas		-	-	654	-
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		47.571	30.271	43.496	13.134
Recursos financeiros		-	5	23.167	23.734
Despesas financeiras	(1)	(1)	(1)	(2.697)	(1.589)
Resultado financeiro líquido		(1)	4	20.470	22.145
Lucro antes dos impostos		47.570	30.275	63.966	35.279
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-	-	(24.207)	(20.110)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	-	-	6.909	15.670
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(17.298)	(4.440)
Lucro líquido do exercício		47.570	30.275	46.668	30.839
Resultados atribuídos aos:					
Sócio controlador		-	-	47.570	30.275
Sócios não controladores		-	-	(902)	564
Lucro líquido de exercício		47.570	30.275	46.668	30.839

AVISO

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaborada na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável, que está disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://estadoe.estadoa.com.br/publicacoes/>

Política monetária Reação

Para analistas, taxa deve chegar a 15% ou mais

**Economistas dizem
que, mesmo com
aperto nos juros,
inflação só deve voltar
à meta a partir
do próximo ano**

LUIZ GUILHERME GERBELL

Após a decisão e o comunicado de ontem, economistas consultados pelo **Estadão** avaliam que o Banco Central (BC) terá de levar a Selic para um patamar de 15% ao ano – ou até mais – se quiser trazer a inflação para dentro do intervalo da meta, ainda que isso só ocorra no ano que vem.

A meta de inflação do Brasil é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Em fevereiro, a inflação acelerou 1,31%, acumulando 5,06% nos últimos 12 meses.

Para Silvio Campos Neto, da Tendências, o "quadro inflacionário permanece adverso". Segundo Laura Moraes, da Neo Investimentos, o País tem hoje muitos "ruídos internos". ●

Análises

'Juros neutros só vão vir com medidas fiscais'

SILVIO CAMPOS NETO
Economista e sócio da consultoria
Tendências

Sem surpresas, o Copom voltou a elevar a Selic em 1 ponto porcentual, para 14,25%, patamar que não era alcançado desde 2016. Com a inflação corrente e suas expectativas ainda distantes da meta, o comunicado sinalizou um novo ajuste na reunião seguinte, em maio, porém em menor magnitude.

A manutenção de uma política monetária bastante restritiva responde ao quadro in-

flacionário que permanece adverso e ao contexto de baixa ociosidade na economia, em particular no mercado de trabalho, o que pressiona a inflação de serviços.

Ademais, potenciais novos estímulos ao consumo diante de medidas sinalizadas pelo governo, como a ampliação do crédito consignado e a isenção do IR para salários até R\$ 5 mil, representam desafios adicionais ao trabalho do BC.

Com a esperada desaceleração mais intensa da atividade ao longo deste ano e em 2026, contemplamos redução da Selic no primeiro semestre de 2026, para 13%, o que representará a manutenção de uma taxa de juros contracionista, diante da ainda não convergência da inflação à meta. De fato, o alcance de níveis neutros da política monetária dependerá da retomada de medidas fiscais mais restritivas, o que deverá ocorrer apenas a partir de 2027. ●

‘Selic vai a 15,25% até reancoragem de expectativa’

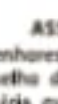
LAURA MORAES
Economista da
Neo Investimentos

O Copom trouxe sinalizações importantes para o futuro ao indicar uma nova alta, de menor magnitude, na próxima reunião. A decisão de ontem foi acertada, pois, mesmo que o cenário para o Copom tenha ficado um pouco menos adverso com o câmbio e alguns dados mais fracos de atividade, é preciso avaliar esse alívio com muita cautela. Parte dessa melhora é fruto

do cenário externo, que, na verdade, aumentou em incerteza. Aumentou a probabilidade de a atividade americana ser mais fraca, porém com mais inflação. Com aumento de incerteza nos EUA, o quadro continua desafiador para os emergentes, em particular por conta de tarifas. Soma-se a isso o quadro interno brasileiro com potencial de muitos ruídos decorrentes de corrida eleitoral e das pressões no fiscal.

No campo da atividade econômica, os riscos altistas são grandes. Mesmo com uma política monetária restritiva, a queda aguda na popularidade do presidente Lula perto de um ano eleitoral pressiona o governo a oferecer estímulos, que acabam contrabalançando o efeito da política monetária.

Por isso, o BC vai levar os juros para 15,25% e mantê-lo nesse patamar por tempo suficiente até que consiga uma reancoragem das expectativas. ●



Itaú Unibanco Holding S.A.

CMF: 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE 35300010230

Edital de Convocação

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Os (as) senhores(as) acionistas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. ("Companhia") são convidados(as) pela Conselho de Administração a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 17.04.2025, respectivamente às 10h e às 10h10. As Assembleias ocorrerão em formato exclusivamente remoto e digital com o objetivo de facilitar a participação dos acionistas de onde quer que estejam e abordar as matérias elencadas abaixo.

Asssembleia Geral Ordinária - 10h

1. Tomar conhecimento dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e examiná-los, para deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024 com ressalva das contas do ex-administrador Sr. Alexandre Broedel Lopes;
2. Deliberar sobre a anulação, de pleno direito, da aprovação das contas do ex-Administrador Alexandre Broedel Lopes relativas aos exercícios de 2021, 2022 e 2023, revogando-se qualquer quitação que possa ter-se operado em seu benefício;
3. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício;
4. Fixar o número de membros que comporão o Conselho de Administração e eleger seus integrantes para o próximo mandato anual, incluindo os corresponsáveis, o vice-presidente e os membros independentes. Tendo em vista as determinações da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 70/22, fica consignado que, para requerer a adoção de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração, os requerentes deverão representar, no mínimo, 5% do capital votante;
5. Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o próximo mandato anual;
6. Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos integrantes da Diretoria e do Conselho de Administração, bem como à remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Asssembleia Geral Extraordinária - 10h10

1. Alterar a redação do artigo 3º, "caput", do Estatuto Social, a fim de consignar a nova composição do capital social subscrito e integralizado, conforme deliberação do Conselho de Administração de 05 de fevereiro de 2025 de aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado;
2. Excluir do item 8.2, VI, do Estatuto Social a menção à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.921/2016, que foi revogada pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.177/2024;
3. Consolidar o Estatuto Social, com as alterações mencionadas acima.

A descrição consolidada das matérias propostas bem como sua justificativa constam do Manual da Assembleia.

Os documentos a serem analisados na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas no site de relações com investidores da Companhia (www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Os acionistas também podem solicitar cópia de referidos documentos pelo e-mail nitau-unibanco.com.br.

As Assembleias serão realizadas através de sistema eletrônico com link e instruções de acesso a serem disponibilizadas pela Companhia aos acionistas que enviarem para o e-mail diret@nitau-unibanco.com.br, até o dia 15.04.2025, os seguintes documentos:

- a) Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do contrato/estatuto social e comprovante de eleição dos administradores, devidamente registrado na Junta Comercial competente;
- b) Pessoas Físicas: cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do acionista.

Os acionistas podem ser representados nas Assembleias por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/76, desde que o procurador envie seu documento de identidade e os documentos listados abaixo comprovando a validade de sua procuração (solicitemos que documentos produzidos no exterior sejam consultados ou apostilados e acompanhados da respectiva tradução juramentada).

Entendemos que o representante do acionista pessoa jurídica não precisa ser acionista, administrador da Companhia ou advogado.

- a) Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório;
- b) Pessoas Físicas: procuração com firma reconhecida em cartório.

Objetivando facilitar os trabalhos nas Assembleias, a Companhia sugere que os acionistas representados por procuradores enviem, até o dia 15.04.2025, cópia dos documentos acima elencados para o e-mail diret@nitau-unibanco.com.br.

A Companhia implementou o sistema de votação à distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, conforme atizada, possibilitando que seus acionistas enviem balotins de voto à distância (i) diretamente à Companhia, (ii) aos seus respectivos agentes de custódia, caso as ações estejam depositadas em depositário central ou (iii) à Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração, conforme procedimentos descritos no Manual da Assembleia.

São Paulo (SP), 17 de março de 2025.

Gustavo Lopes Rodrigues - Diretor de Relações com Investidores

17/03/2025

FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ - 51.319.354/0001-12/RJ/RJ - 35.300.008.184
Edital de Convocação Resumido - Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os acionistas de Fênix Empreendimentos S.A., para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 07 de abril de 2025, às 9h00, de modo exclusivamente virtual, nos termos da Instrução Normativa CEE nº 71/2020, a fim de deliberação sobre as matérias descritas no Edital disponibilizado na íntegra nos endereços eletrônicos aqui indicados. Atente: O presente Edital é feito na forma resumida. As informações completas para a participação dos acionistas na AGO estão disponíveis no endereço eletrônico do Jornal "O Estado de São Paulo" (<https://estadonli.estadao.com.br/publicacoes/>).
Santa Bárbara d'Oeste, 19 de março de 2025
Américo Enlio Ratti Neto - Vice-presidente do Conselho de Administração


SICOOB CREDICERIPA
 Cooperativa de Crédito

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDICERIPA - SICOOB CREDICERIPA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA - DIGITAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDICERIPA - SICOOB CREDICERIPA, CNPJ: 03.395.245/001-12 e NIRE nº 3540037121, com sede instalada na Rua Salvador de Freitas nº 1.243 - Centro - na cidade de Itá, Estado de São Paulo - CEP: 18.759-027 no uso das atribuições que lhe confere no Estatuto Social, convoca os associados, que nesta data são de número: 47.259 (quarenta e sete mil duzentos e noventa e nove), para a convocação de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária Digital a realizar-se por meio eletrônico, acatando-se o APP SICOOB MOOB como meio de participação e de deliberação, nos dias 7 a 10 de abril de 2025, às 09h00 (nove horas) do dia 07, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 10h00 (dez horas) do dia 07 com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; às 11h00 (onze horas) do dia 07, com a presença de 1/3 (terço) associados em terceira e última convocação, para deliberarem sobre os seguintes assuntos:

1. Assembleia Geral Extraordinária:

1. Reforma ampla do Estatuto Social;
2. Atualização da Política Institucional de Governança Corporativa;
3. Atualização da Política Institucional de Controles Internos e Conformidade;
4. Atualização da Política Institucional de Sucessão de Administradores do Sicoob;
5. Aprovação da Política Institucional de Remuneração de Administradores.

2. Assembleia Geral Ordinária:

1. Prestação de contas dos órgãos de administração referente ao exercício findo de 2024, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal com preâmbulo:

- a) relatório da gestão;
- b) balanço;
- c) relatório da auditoria independente;
- d) demonstrativo das sobras apuradas;
- e) Destinação das sobras apuradas e a fórmula de cálculo;
- f) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, para mandato de 03 (três) anos;
- g) Fixação do valor das cotas de presença, faltas e gratificações dos membros do Conselho de Administração e cota de presença dos membros do Conselho Fiscal;

NOTA 1: O período de inscrição de chapas para concorrer à eleição do Conselho Fiscal começou do dia 17/02/2025 até às 17h00 do dia 07/03/2025, conforme Comunicado divulgado em 12 de fevereiro de 2025.

NOTA 2: Houve a inscrição de apenas 01 (uma) chapa para o Conselho Fiscal divulgada conforme previsto no regulamento eleitoral.

NOTA 3: Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária será transmitida digitalmente, a partir do horário da primeira convocação (09 do dia 7 de abril de 2025) até às 11h00 do dia 10 de abril de 2025, no aplicativo SICOOB MOOB. A votação ficará aberta aos associados durante o mesmo período.

NOTA 4: Para a votação dos assuntos da ordem do dia, os associados deverão realizar, em seu celular (smartphone) ou tablet, o download do aplicativo SICOOB MOOB ou do aplicativo SICOOB, disponíveis, gratuitamente, nas lojas Apple Store e Google Play, ou acessar a página <https://www.sicoob.com.br/wbmoobweb>. Para login, os associados Pessoa Física, deverá utilizar o número da Cooperativa (1157), o número da conta corrente e a senha cadastrada no SicoobNet (Internet Banking). Os associados Pessoa Jurídica, deverá utilizar o número da Cooperativa (1157), o chave de acesso e a senha cadastrada no SicoobNet (Internet Banking). Mais informações estão disponíveis no site eletrônico da cooperativa www.credicoop.com.br/assembleia2025.

NOTA 5: A cooperativa contará com suporte on-line da assembleia através do whatsapp (14) 3814-5316, porém recomenda-se aos associados efetuarem o download do aplicativo previamente, QR CODE ao lado evitando assim o acúmulo de dúvidas sobre o acesso.

NOTA 6: Os associados poderão excluir suas cópias de instalação do aplicativo e acesso ao APP SICOOB MOOB diretamente no Postos de Atendimento - PNA.

NOTA 7: As demonstrações financeiras de encerramento do exercício de 2024, devidamente acompanhadas do respectivo relatório de auditoria, estando à disposição aos associados no site eletrônico da cooperativa www.credicoop.com.br/assembleia2025, a partir da data de 24/03/2025.

NOTA 8: A transmissão será através do canal oficial do Sicoob Credicoop no Youtube conforme link <https://www.youtube.com/watch?v=3540037121>.

Itá/RP, 15 de março de 2025.

Núgo Ferraz da Silveira

Presidente Conselho de Administração

 Google Play

 App Store



PENITENCIÁRIA FEMININA "SANTA MARIA EUPRÁSIA PELLETIER" DE TREMÊMBÓIS
Nordeste - Chamação Pública 01/2025
NP Processo: OS 0011186102025-05
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios
Habilitação em: PPAIS para o período de 01/05/2025 a 31/09/2025
Total de Itens Licitados: 15 (quinze)
Valor total da licitação: R\$ 34.370,34 (trinta e quatro mil, trezentos e setenta reais e trinta e quatro centavos)
Disponibilidade do edital: 21/05/2025
Endereço: Rua Major Zanari, nº 04, Centro - Tremembóis/SP
Entrega das Propostas: a partir de 21/03/2025 às 09h00 no endereço acima citado.
Absoluta das Propostas: 04/04/2025 às 10h00 no endereço acima citado
Fonte: DOE SP e PNCP

www.grupocpfl.com.br



CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.

CNPJ nº 58.635.517/0001-37

Relatório da Administração

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial do Grupo demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: • <https://estadon.estadoc.com.br/publicacoes/> • <https://cpfl.rwt.com.br/>

Senhores acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (CPFL Serviços), submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		24.178	121.830	Fornecedores		57.077	56.499
Contas a receber	5	133.510	50.143	Imposto de renda e contribuição social a receber		-	1.027
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6	932	1.354	Outros impostos, taxas e contribuições a receber		28.040	23.247
Outros tributos a compensar	6	16.471	13.839	Mútuos com coligadas, controladas e controladora		37.294	37.942
Estoques		18.592	17.551	Dividendo e juros sobre capital próprio		9.423	3.575
Arrendamentos		3.385	3.960	Obrigações estimadas com pessoal		29.568	22.311
Outros ativos		22.292	16.715	Outras contas a pagar		42.614	35.994
Total do circulante		226.362	225.392	Total do circulante		204.016	180.594
Não circulante				Não circulante			
Depósito judicial	10	7.443	6.181	Imposto de renda e contribuição social a receber		-	113
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6	993	1.012	Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	10	25.419	19.398
Outros tributos a compensar	6	2.041	1.729	Outras contas a pagar		9.711	11.874
Créditos fiscais diferidos		21.651	18.496	Total do não circulante		35.130	31.385
Arrendamentos		8.776	9.550	Patrimônio líquido	11		
Outros ativos		23.216	19.611	Capital social		318.663	259.663
Investimentos	7	32.470	36.330	Reserva legal		10.260	8.276
Imobilizado	8	350.514	297.867	Reserva estatutária - reforço de capital de giro		114.887	86.617
Intangível	9	14.490	15.218	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	59.000
Total do não circulante		462.594	405.992	Dividendo		-	5.851
Total do ativo		688.956	631.385	Total do passivo e do patrimônio líquido		688.956	631.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucro	Dividendo	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva estatutária - reforço de capital de giro				
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	150.929	3.438	34.133	-	-	-	188.500
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	12.723	12.723
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	12.723	12.723
Mutações internas do patrimônio líquido	-	940	9.065	-	-	(16.065)	-
Constituição da reserva legal	-	940	-	-	-	(940)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	9.065	-	-	(9.065)	-
Transações de capital com os acionistas	108.734	3.408	43.418	5.851	59.000	(2.718)	217.783
Incorporação	108.734	3.408	43.418	-	59.000	6.079	220.728
Dividendo adicional proposto	-	-	-	5.851	-	(5.851)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	259.663	8.276	86.617	5.851	59.000	(2.946)	419.451
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	39.677	39.677
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	39.677	39.677
Mutações internas do patrimônio líquido	59.000	1.984	28.270	-	(59.000)	(30.254)	-
Constituição da reserva legal	-	1.984	-	-	-	(1.984)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	28.270	-	-	(28.270)	-
Aumento de capital	59.000	-	-	-	(59.000)	-	-
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	(5.851)	-	(9.423)	(15.274)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	(5.851)	-	-	(5.851)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	318.663	10.260	114.887	-	-	(9.423)	439.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023		2024	2023
Lucro antes dos tributos	56.152	20.308	Outros passivos operacionais	11.625	(1.312)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	11.446	91.367
Depreciação e amortização	53.280	43.157	Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.341)	(2.235)
Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	9.426	7.268	Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(8.961)	89.068
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(33)	Atividades de investimentos		
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	5.694	7.407	Aumento de capital por incorporação	-	72.951
Equivalência patrimonial	(5.349)	-	Aquisições de imobilizado	(72.086)	(29.852)
Perda (ganho) na venda de não circulante	(1.730)	-	Adições de intangível	(2.911)	(5.374)
PIS e COFINS diferidos	(93)	814	Venda de ativo não circulante	-	12.051
Redução (aumento) nos ativos operacionais	117.388	78.940	Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(74.957)	45.776
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(83.375)	50.630	Atividades de financiamentos		
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	8.209	-	Amortização de principal de empréstimos e debêntures	-	(268)
Tributos a compensar	(1.778)	3.887	Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(9.425)	(25.630)
Operações de arrendamento	1.350	-	Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(4.328)	(11.051)
Depósitos judiciais	(883)	(480)	Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(13.753)	(26.956)
Outros ativos operacionais	(39.639)	(18.726)	Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(67.651)	57.894
Aumento (redução) nos passivos operacionais			Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	121.830	23.938
Fornecedores	577	(12.674)	Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	24.178	121.830
Outros tributos e contribuições sociais	3.115	(3.239)			
Processos fiscais, civis e trabalhistas pagos	(5.147)	(5.519)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços" ou "Companhia"), fundada em 1988, é uma companhia por ações de capital fechado e tem como atividade preponderante (i) a construção e manutenção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, além da fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos elétricos e hidráulicos em geral, (ii) a administração de obras prestação de serviços de engenharia, elaboração de projetos, implantação, operação e manutenção de infraestrutura para instalações comerciais e industriais, consultoria em geral no mercado de energia, gestão energética especializada em eficiência energética e qualidade de energia, (iii) locação e comercialização de bens necessários à implementação e modernização de centrais de geração de energia elétrica, cogeração, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização; (iv) participação e operação em mercados de comercialização de energia elétrica; (v) estudo, desenvolvimento, realização e exploração de projetos de pesquisa e desenvolvimento e de programas relacionados à energia e (vi) participação no capital social de outras sociedades, em consideração ou em outras formas de associação. A CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. é uma companhia controlada direta da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Controladora"). A sede administrativa da Companhia está localizada na Avenida dos Braghetta, 364, CEP: 13720-000 - São José do Rio Preto - São Paulo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas

não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 18 de fevereiro de 2025. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico. 2.3 Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseada na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são: • Nota 5 - Contas a receber; • Nota 8 - Imobilizado; • Nota 9 - Intangível; • Nota 10 - Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas e depósitos judiciais; • Nota 12 - Receita operacional. 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional do Grupo é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. 2.5 Demonstração do valor adicionado: A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DNA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação suplementar das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	12	919.584	699.550
Custo com serviços			
Custo com operação	13	(756.578)	(592.189)
Depreciação e amortização		(27.550)	(29.502)
Outros custos com operação		(730.628)	(562.687)
Lucro operacional bruto		161.006	107.361
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	13	(9.260)	(7.499)
Depreciação e amortização		131	(27)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(8)	22
Outras despesas com vendas		(9.383)	(7.494)
Despesas gerais e administrativas	13	(101.346)	(82.526)
Depreciação e amortização		(25.461)	(13.634)
Outras despesas gerais e administrativas		(75.885)	(68.892)
Outras despesas operacionais	13	1.730	7.926
Outras despesas operacionais		1.730	7.926
Resultado do serviço		52.130	25.261
Resultado de participações societárias		5.349	-
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		8.629	5.314
Despesas financeiras		(9.956)	(10.267)
Lucro antes dos tributos		(1.327)	(4.953)
Contribuição social		56.152	20.308
Imposto de renda		(4.489)	(2.125)
Lucro líquido do exercício		(11.566)	(5.460)
Lucro líquido básico por lote de mil ações		(16.475)	(7.585)
		39.677	12.723
		24,26	7,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do período	39.677	12.723
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	39.677	12.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
1 - Receita	1.028.764	801.612
1.1 Receita de serviços	1.028.238	768.679
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	87.537	32.311
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8)	22
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(481.898)	(397.746)
2.1 Material	(256.378)	(168.926)
2.2 Serviços de terceiros	(209.755)	(135.012)
2.3 Outros	(15.765)	(3.809)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	546.866	403.865
4 - Retenções	(53.280)	(43.164)
4.1 Depreciação e amortização	(53.280)	(43.164)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	560.586	450.101
6 - Valor adicionado recebido em transferência	14.461	5.573
6.1 Receitas financeiras	9.951	5.573
6.2 Equivalência patrimonial	5.349	-
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	574.987	455.674
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	355.451	296.480
8.1.1 Remuneração direta	228.701	188.139
8.1.2 Benefícios	106.340	94.789
8.1.3 FGTS	20.411	13.552
8.2 Impostos, taxas e contribuições	176.658	132.461
8.2.1 Federais	137.182	100.835
8.2.2 Estaduais	8.102	7.473
8.2.3 Municipais	31.374	24.152
8.3 Remuneração de capital de terceiros	3.200	14.610
8.3.1 Juros	9.844	10.196
8.3.2 Aluguéis	(6.644)	3.814
8.4 Remuneração de capital próprio	39.677	12.723
8.4.1 Reserva Legal	1.984	940
8.4.2 Dividendos (menor obrigatório)	9.423	2.946
8.4.3 Dividendos adicional proposto	-	5.851
8.4.4 Reserva de retenção de lucros para investimento	28.270	9.065
8.4.5 Lucros (prejuízos) acumulados	-	(6.079)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Imobilizado: Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, incluindo os custos de formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baseado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, líquido de seus valores residuais estimados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais. 3.2 Intangível: Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como softwares. Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou formação e estão deduzidos da amortização acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é calculada linearmente, a taxa anual de 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, líquido de seus valores residuais estimados. 3.3 Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida por meio do PoC (Percentage of Completion) método de cálculo que reconhece as receitas conforme a evolução da obra, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho devida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as

★continuação

CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. - CNPJ nº 58.635.517/0001-37

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetua o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (enforcement) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. 3.4 Custos orçados das obras e projetos: Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras e projetos, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia. 3.5 Mudanças nas principais políticas contábeis: A partir de 1º de janeiro de 2024, o Grupo adotou as alterações ao CPC 26/IAS 1, referentes à Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes, emitidas pelo IFRS. As alterações visam esclarecer que a classificação de passivos com cláusulas contratuais restritivas (covenants) só será afetada quando o atingimento desses índices for exigido até a data do balanço. Além disso, o Grupo levou em consideração as modificações à IAS 7 (equivalente ao CPC 63 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações), que esclarecem as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigem divulgações adicionais sobre tais acordos. Os requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a entender os impactos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez da entidade. Outras novas normas também entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. 3.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Novas normas, emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras. (a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras; (b) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; (c) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPSP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; (d) Alterações ao IFRS 5 e IFRS 7 - Contratos que Referenciam Energia Provenientes de Fontes Renováveis. Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações e os novos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

5. CONTAS A RECEBER



A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Publique seus atos societários no jornal impresso!

SAIBA MAIS EM: [ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR](https://estadao.ri.estadao.com.br)



PORTAL ESTADÃO RI





Alvaro Gribel

E-mail: alvaro.gribel@estadao.com; X: @alvarogribel

BC garante a 'âncora' monetária

A reunião do Copom de ontem foi simbólica sob vários ângulos. Primeiro, porque indicou uma nova alta dos juros no encontro de maio, o que fará com que a Selic de Lula supere o pior momento do governo da ex-presidente Dilma Rousseff. Segundo, porque a decisão foi unânime, o que significa que os diretores indicados pelo atual presidente reafirmaram o compromisso de levar a inflação para a meta. Terceiro, porque esse "guidance", ou indicação futura, foi o primeiro dado sob a gestão de Gabriel Galípolo à frente do banco, que mantém o aperto dos juros, a des-

peito das pressões políticas.

O mercado financeiro fará uma leitura mais ampla da decisão, e já houve interpretações de que o comunicado foi "dovish" (ou pomba em inglês, o que indica um texto leve), porque não apenas indicou um aumento menor à frente, como também afirmou que há "sinais incipientes" de desaceleração do PIB. A leitura mais atenta do texto, contudo, pode ser vista como dura, porque não há sinais de leniência deste BC no combate à inflação. Sob nenhum aspecto a presidência de Galípolo se parece com o período Tombini.

O fato é que a Selic já atingiu

níveis estratosféricos, de 14,25% ao ano, e subir a taxa não é a única forma de se conduzir a política monetária. O tempo em que os juros perma-

Se o País não tem clareza sobre Trump e rumos de Lula, política monetária mantém âncora

necem elevados também conta, e nada indica que o BC vai começar afrouxar as taxas antes que as expectativas voltem a ficar ancoradas. No texto, o BC pontuou que persiste a "as-

simetria altista no balanço de riscos", o que quer dizer que a chance maior é de piora.

Em outro trecho, sintetiza a gravidade do quadro: "O cenário mais recente é marcado por desancoragem adicional das expectativas de inflação, projeções de inflação elevadas, resiliência na atividade econômica e pressões no mercado de trabalho, o que exige uma política monetária mais contracionista".

O cenário externo é desafiador, com os aumentos de tarifas do governo Trump, que podem levar a uma onda inflacionária no país, e juros mais altos por lá. A reunião do Fed, on-

tem, pontuou este cenário, embora o mercado tenha respirado aliviado porque não houve mudanças bruscas na política monetária americana. Internamente, há o risco de que o governo Lula continue lançando medidas de estímulo para evitar um desaquecimento do nível de atividade com a proximidade do ano eleitoral.

Se o País não tem clareza sobre as loucuras de Trump e a direção da política econômica de Lula, na política monetária, a âncora está lançada e parece firme em alto-mar.

REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

SEB: Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles (revezam quinzenalmente) e Antonio Penteado Moutinho • TER: Pedro Fernando Hery e Demi Getschko (quinzenalmente) • QUA: Fábio Alves • QUL: Alvaro Gribel (quinzenalmente) • SEX: Elena Landru e Laura Karpuska (revezam quinzenalmente) • SAB: Fabio Gatto • DOM: José Roberto Moutinho de Barros e Alexandre Schwartzman (revezam quinzenalmente); Roberto Rodrigues (2.º domingo do mês), Albert Fishlow (3.º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

Política monetária Nos Estados Unidos

BC americano mantém juros e vê risco em tarifaço

ALINE BRONZATI

CORRESPONDENTE EM NOVA YORK

O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) manteve inalterada a taxa dos Fed Funds (o juro) na faixa entre 4,25% e 4,50% ao ano, em decisão comunicada ontem. Foi a segunda vez este ano que o Fed decidiu não mexer nos juros – depois de promover uma redução de 1 ponto percentual ao longo de 2024.

Efeito Trump
Para presidente do Fed, é preciso esperar por mais clareza sobre o impacto das tarifas

O presidente do Fed, Jerome Powell, voltou a dizer que não há pressa para ajustar a política monetária nos EUA, repetindo a mensagem da reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) no fim de janeiro.

Segundo Powell, o Fomc pode esperar por um cenário de maior clareza em relação aos impactos econômicos das medidas tomadas pela gestão do presidente Donald Trump.

"Não há pressa em cortar as ta-

xas. Se o mercado de trabalho enfraquecer, podemos flexibilizar a política, se preciso."

O dirigente afirmou ainda que os dados econômicos seguem bastante sólidos nos EUA, mas que a inflação começou a subir em resposta às novas tarifas comerciais impostas pela atual administração. Nesse sentido, ele admitiu que pode haver atraso no progresso dos preços no país, apesar da recente melhora nos indicadores de inflação.

"As tarifas devem empurrar o crescimento para baixo e elevar inflação", disse Powell. "Vamos acompanhar as expectativas para a inflação com muito cuidado", continuou, acrescentando que não vê a contaminação das expectativas para a inflação americana no longo prazo.

Segundo ele, boa parte da inflação elevada vem das tarifas, mas é difícil atrelar toda a piora às políticas comerciais de Trump. O presidente do Fed citou, por exemplo, que a inflação de bens aumentou e que é um "desafio" justificar essa elevação com as tarifas. "Ainda nos resta saber como a incerteza deve afetar perspectivas econômicas", afirmou ele. "A incerteza sobre mudanças na política e seus efeitos econômicos é alta."

De acordo com Powell, a ati-

vidade econômica segue forte nos EUA, embora os consumidores estejam mais contidos.

"Indicadores recentes apontam para uma moderação nos gastos dos consumidores."

E voltou a repetir que os dirigentes do Fed estão observando com atenção os dados sobre as expectativas para a inflação nos EUA. Segundo ele, "sepa-

rar sinais dos barulhos" é um modo de dizer que há alta incerteza no ambiente. "Não estou descartando o aumento nas expectativas de inflação de curto prazo, mas não há nenhum relato de aumento nas expectativas de longo prazo." ●

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500

GOLFE EM MEIO À NATUREZA!

Desafie-se em um campo que combina beleza natural e tranquilidade. O Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 é o lugar perfeito para relaxar e se divertir.

FAÇA SUA RESERVA! ☎ 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

CLUBE DOS 500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel
escaneando
o QR Code!

ESTADÃO

EMBRAESP

LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS

www.embraesp.com.br

(11) 3665-1590

Impostos Mudança de regra

Taxação de alta renda no novo IR enfrenta resistência no Congresso

Oposição diz que não aceita aumento de impostos; governistas prometem tratar o tema como 'batalha de rico contra pobre'

BRASÍLIA

O projeto de lei que isenta contribuintes com rendimento até R\$ 5 mil mensais, apresentado pelo governo na terça-feira, chega ao Congresso com resistências da oposição e de parte do Centrão. Parlamentares prometem propor alterações na parte que tributa os mais ricos.

A percepção geral de integrantes de diversos partidos – entre eles PT, PSD, MDB, União Brasil, PP e PL – é de que a proposta tem apoio popular e de que será difícil se posicionar contra ela. As principais críticas ao texto, vindas da oposição, foram em relação à medida compensatória sugerida pelo governo.

Já congressistas da base do governo apostam na popularidade do aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda para fazer com que a proposta, que também prevê a taxaço do que o governo chamou de “alta renda” como compensação, seja aprovada.

“Somos contra aumento de imposto para quem quer que seja. Não votamos aumento de im-

postos de jeito nenhum”, afirmou o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ).

A Lei de Responsabilidade Fiscal, porém, impede a criação de renúncias de receitas sem que esteja acompanhada de medidas de compensação.

“Sou a favor do aumento da faixa de isenção do IR, desde que não seja acompanhada de aumento de imposto”, disse o senador Marcos Rogério (PL-RO). Questionado sobre o fato de a compensação taxar a “alta renda”, Rogério respondeu que uma das alternativas seria adotar medidas de corte de gastos. A LRF, porém, determina que a compensação tem de ser via aumento de receita. “O governo que resolva”, disse Cavalcante.

Como mostrou o *Estadão*, pesquisa realizada pelo Instituto Ranking dos Políticos em fevereiro mostrava um Congresso rachado diante da proposta. Na Câmara, 49,1% dos deputados aprovam a proposta e 45,4% rejeitam. Outros 5,5% não sabem ou não responderam. No Senado, 50% dos parlamentares apoiam a ideia e 34,6% são contra. Outros 15,4% não sabiam ou não responderam.

‘BOMBA’. Reservadamente, políticos de oposição disseram que será difícil se posicionar contra o projeto. A iniciativa

do governo de apresentar a proposta já com a medida compensatória foi citada por um integrante do PL como uma “bomba no colo” da oposição.

Será difícil para os parlamentares se manifestarem contra o texto – já que isso significaria ser contrário a um benefício a cerca de 10 milhões de brasileiros da classe média.



“Sou a favor do aumento da faixa de isenção do IR, desde que não seja acompanhada de aumento de imposto”

Marcos Rogério (PL-RO), senador



“Quem for a favor dos ricos, que se posicione a favor dos ricos. E quem for a favor dos pobres, que se posicione a favor dos pobres”

Omar Aziz (PSD-AM), senador

Parlamentares de partidos de centro e do Centrão, que compõem a base governista, defenderam o projeto mesmo com a compensação. Para o líder do PSD no Senado, senador Omar Aziz (AM), “será uma batalha de rico contra pobre”. “Quem for a favor dos ricos, que se posicione a favor dos ricos. E quem for a favor dos pobres, que se posicione a favor dos pobres”, disse.

O argumento do senador do Amazonas será repetido pelos

governistas durante a tramitação da proposta como forma de pressionar a oposição.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, repetiu em diversas oportunidades que a tributação sobre os mais ricos seria a forma de compensar a desoneração do Imposto de Renda sobre as pessoas que ganham até R\$ 5 mil.

“Esta tributação simplesmente afugenta um vultoso capital e investimento para outros países com menor taxa do Imposto de Renda”, avalia Fausto Pinato (PP-SP).

COMISSÃO. Há uma cobrança para que a Câmara crie uma comissão especial para a discussão do projeto. O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), indicou na noite de terça-feira que o cronograma de tramitação da proposta deve

ser definido quando o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), retornar de viagem. Ele pretende ir ao Japão no fim deste mês, em agenda que também contará com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

“Não tem muita pressa, não. O importante foi o anúncio”, afirmou, ao deixar a reunião de líderes em que foram divididas as comissões permanentes da Câmara.

MUDANÇAS. No discurso feito durante o anúncio, no Palácio do Planalto, Motta indicou que o texto deverá ser alterado no Congresso. “O Congresso, com certeza, na sua diversidade, fará alterações nessa matéria, não tenho dúvidas, pela importância que ela tem”, disse. Ontem, ele afirmou que é “impossível” não haver mudanças. Ele disse ainda que a matéria será votada “até o final do ano nas duas Casas”. “Vamos trabalhar com esse prazo. A Câmara trabalhará no seu tempo”, disse.

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (PT-RJ), minimizou o recado dado por Motta ao governo. “É uma falsa polêmica, é natural que o Parlamento sempre modifique. Será um debate rico na sociedade”, afirmou Lindbergh.

O PT vê nessa discussão a chance de reconectar com eleitores da classe média baixa, que se desapontaram com a alta da inflação e a falta de uma agenda que atenda ao empreendedor que está fora do mercado de trabalho formal – o que explica a queda na popularidade do Lula. ● **MARIANA CARNEIRO, GABRIEL HIRABANASHI, VICTOR OHANA E PEPITA ORTEGA**

Tributar dividendo vai afastar investidores, dizem especialistas

BRASÍLIA

O projeto de lei enviado pelo governo Lula que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5 mil e institui uma tributação mínima sobre altos rendimentos, incluindo de empresas domiciliadas no exterior, deve afetar investimentos estrangeiros diretos no Brasil, avaliam especialistas ouvidos pelo *Estadão/Broadcast*. O governo, por sua vez, diz não temer impactos e avalia que o País continuará atrativo.

A percepção de analistas é de que a tributação de 10% sobre lucros e dividendos enviados ao exterior vai, na prática, diminuir a lucratividade dessas empresas no País.

“Aqui estamos falando de uma subsidiária, no Brasil, de uma multinacional da Alemanha, por exemplo. Quando es-

sa subsidiária distribuir o lucro que apurou na sua atividade para a controladora na Alemanha, vai ter 10% de retenção do Imposto de Renda na fonte”, diz Felipe Kneipp Salomon, advogado tributarista do Levy & Salomão Advogados.

“A tributação na fonte para dividendos remetidos ao exterior de 10% encarece o investimento estrangeiro no País e faz com o que o Brasil tenha uma das alíquotas sobre lucro mais altas do mundo. Obviamente, o investidor vai olhar outros países para fazer um comparativo”, afirmou.

Ele explica que, como o Brasil tende a ter carga tributária mais alta do que a de outros países, há poucos acordos que permitem o creditamento tributário (restituição do valor pago ao longo da cadeia).

“O acordo que permite creditamento é legal quando vo-

cê tem um parceiro que tributa mais ou menos igual a você. Mas, quando você tem um parceiro que tributa muito mais, faz menos sentido. E o Brasil tem poucos tratados”, afirma.

“A tributação para dividendos remetidos ao exterior de 10% encarece o investimento estrangeiro no País”

Felipe Kneipp Salomon
Advogado tributarista

“Grande parte do retorno de estrangeiro no Brasil vem de ganho de capital, e isso continua sendo isento”

Marcos Barbosa Pinto
Ministério da Fazenda

ALTA RENDA. Para compensar a isenção até R\$ 5 mil, o governo vai exigir o pagamento de uma alíquota mínima de IR progressiva de até 10% sobre rendimentos de pessoas físicas domiciliadas no Brasil que ganhem mais de R\$ 50 mil por mês (R\$ 600 mil por ano).

A nova tributação recai também sobre dividendos, que hoje não entram no cálculo de impostos do investidor porque são isentos. A proposta do governo prevê uma taxaço de 10% sobre os dividendos, com retenção na fonte, para valores recebidos acima de R\$ 50 mil por mês por empresa.

A retenção na fonte de 10% incide sobre dividendos pagos a pessoas jurídicas domiciliadas no exterior. “Com certeza essa tributação não é benéfica para o investidor que investe no País, e o Brasil é dependente desses investimentos”, observa Celso Costa, sócio da área de Tributário do Machado Meyer Advogados.

De acordo com ele, a alíquota de 10% está dentro dos limites previstos na maioria dos tratados comerciais que o Brasil fir-

mou com outros países, por volta de 15%. “Mesmo assim, a empresa vai pagar 34% de alíquota no País (IRPJ mais CSLL).”

IMPACTOS. O secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, disse não temer impacto de investimentos estrangeiros no Brasil com as mudanças propostas no projeto que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR). Em sua avaliação, o País continuará muito atrativo com o projeto.

“Grande parte do retorno de estrangeiro no Brasil vem de ganho de capital, e isso continua sendo isento”, afirmou Barbosa Pinto, em entrevista coletiva para falar sobre o projeto.

Segundo a proposta, a tributação incidente sobre os dividendos também será devolvida caso a empresa que distribuiu os dividendos tenha recolhido o Imposto de Renda sem abatimentos, ou seja, na alíquota nominal de 34% (para a maioria dos setores), 40% (seguradoras) e 45% (instituições financeiras). ● **CAROLINA MAINQUE PIRES, ALVARO ORIBEL E MARIANA CARNEIRO**

Itaú Unibanco S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS A 31/12/2024
As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
• <https://estadonilestadas.com.br/publicacoes/>
• www.itau.com.br/relacoes-com-investidores
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 10 de março de 2025, sem modificações.

CNPJ nº 03.701.190/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhões de reais)					
Ativo	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2024	31/12/2023
Circulante e Não Circulante	2.104.884	1.848.981	Circulante e Não Circulante	2.106.531	1.866.707
Disponibilidades	9.872	9.365	Depósitos	900.516	833.192
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	411.865	387.838	Depósitos à Vista	92.461	73.964
Aplicações no Mercado Aberto	236.023	231.461	Depósitos de Poupança	154.797	154.512
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	175.842	155.577	Depósitos Interfinanceiros	33.469	35.313
Títulos e Valores Mobiliários	677.824	617.384	Depósitos a Prazo	61.3.579	569.403
Carteira Própria	341.656	295.397	Outros Depósitos	6.210	~
Vencidos a Compromisso de Recompra	205.931	198.073	Captações no Mercado Aberto	491.594	486.476
Vencidos a Prestação de Garantias	48.039	54.970	Carteira Própria	21.3.066	198.885
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	75.451	64.865	Carteira de Tesouros	172.686	196.247
Vencidos ao Banco Central do Brasil	5.947	4.079	Carteira Livre Movimentação	105.842	91.344
Instrumentos Financeiros Derivativos	82.285	46.844	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	272.439	256.796
Relações Interfinanceiras	167.310	153.305	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	235.421	227.412
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	6.395	7.573	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	17.607	13.162
Depósitos no Banco Central do Brasil	160.697	145.404	Captação por Certificados de Operações Estruturadas	19.411	10.222
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	7	8	Relações Interfinanceiras	1.066	1.000
Correspondentes	211	320	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	501	593
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	498.974	437.253	Correspondentes	565	407
Operações com Características de Concessão de Crédito	522.731	463.946	Relações Interdependências	8.891	9.428
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(23.757)	(26.693)	Recursos em Títulos de Tesouros	8.891	9.428
Outros Créditos	258.679	194.365	Obrigações por Empréstimos e Repasses	116.600	66.348
Ativos Fiscais Correntes	6.112	4.997	Empréstimos	98.657	53.261
Ativos Fiscais Diferidos	43.000	40.381	Repasses	17.943	13.087
Diversos	201.567	148.987	Instrumentos Financeiros Derivativos	76.211	41.277
Outros Valores e Bens	6.875	3.407	Provisões para Garantias Financeiras Prestadas e Compromissos de Empréstimos	3.120	3.373
Despesas Antecipadas	3.918	3.204	Provisões	14.122	14.648
Outros Valores e Bens	3.038	292	Outras Obrigações	222.972	161.169
(Provisões para Desvalorizações)	(81)	(80)	Obrigações Fiscais Correntes	4.391	4.707
Permanente	168.223	159.310	Obrigações Fiscais Diferidas	4.363	2.739
Investimentos	147.386	138.657	Diversas	21.4.218	153.723
Investimentos em Controladas e Coligadas	147.262	138.532	Patrimônio Líquido	166.576	141.564
Outros Investimentos	124	129	Capital Social	70.450	68.784
(Provisões para Perdas)	~	(4)	Reservas de Capital	834	801
Imobilizado	7.617	7.416	Reservas de Reservação	4	4
Imóveis	6.013	5.735	Reservas de Lucros	90.274	73.709
Outras Imobilizações	1.417	1.613	Outros Resultados Abrangentes	5.014	(2.734)
(Depreciações Acumuladas)	(1.2567)	(11.932)			
Ágio e Intangível	13.220	13.237			
Ativos Intangíveis	31.240	27.601			
(Amortizações Acumuladas)	(18.020)	(14.364)			
Total do Ativo	2.273.107	2.008.271	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	2.273.107	2.008.271

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhões de reais)				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhões de reais)			
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023		01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas da Intermediação Financeira	112.488	225.879	200.844	Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado	(5.021)	(14.059)	16.732
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	40.825	81.275	77.866	Lucro Líquido / (Prejuízo)	13.391	27.115	28.335
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros Derivativos e Outros	62.925	127.942	110.892	Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo)	(18.412)	(41.174)	(11.603)
Resultado de Operações de Câmbio	2.697	4.156	(494)	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.643	13.434	15.365
Resultado das Aplicações Computacionais	6.241	12.506	12.580	Depreciações e Amortizações	2.752	5.272	4.461
Despesas da Intermediação Financeira	(89.706)	(178.224)	(145.577)	Amortização de Ágio	105	177	118
Operações de Captação no Mercado	(76.899)	(132.248)	(143.905)	Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do Hedge)	3.726	5.218	3.275
Operações de Empréstimos e Repasses	(13.007)	(25.978)	(1.672)	Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia	80	(287)	(671)
Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	22.982	47.655	55.267	Despesa de Atualização / Encargos de Provisões	559	953	607
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.483)	(11.318)	(13.062)	Contribuição / (Reversão) de Provisões para Contingências	2.604	4.488	3.067
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.643)	(11.318)	(11.365)	Resultado de Participações em Investidas	(8.864)	(17.620)	(12.374)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.160	2.116	2.303	Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários			
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	18.499	36.337	42.205	Disponíveis para Venda	(14.914)	(31.183)	(17.888)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(5.946)	(10.062)	(13.544)	Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	(10.302)	(21.895)	(8.673)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	7.171	14.495	14.776	(Ganho) / Perda na Alienação de Investimentos	~	(34)	769
Despesas de Pessoal	(7.815)	(14.783)	(13.982)	(Ganho) / Perda na Alienação de Imobilizado	(75)	(81)	3
Outras Despesas Administrativas	(9.429)	(17.800)	(16.120)	Outros (Inclui Variação Cambial)	360	384	338
Despesas de Provisões	(2.727)	(4.832)	(3.776)	Variação de Ativos e Passivos	(35.841)	26.155	1.677
Provisões Cíveis	(173)	(864)	(739)	(Aumento) / Redução em Ativos			
Provisões Trabalhistas	(2.199)	(3.442)	(2.293)	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(10.473)	1.721	(41.091)
Provisões Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos	(155)	(526)	(744)	Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos / Passivos)	8.249	(12.859)	(96.318)
Despesas Tributárias	(1.384)	(3.850)	(4.225)	Depósitos no Banco Central do Brasil	(4.932)	(15.293)	(29.656)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Investidas	8.864	17.620	12.374	Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos / Passivos)	(7.138)	743	366
Outras Receitas Operacionais	486	982	636	Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	(48.095)	(75.155)	(28.604)
Outras Despesas Operacionais	(512)	(1.894)	(3.227)	Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(5.730)	(61.835)	(26.692)
Resultado Operacional	12.553	26.275	28.661	Aumento / (Redução) em Passivos			
Resultado não Operacional	113	196	(658)	Depósitos	4.130	59.663	80.713
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	12.666	26.471	28.003	Captações no Mercado Aberto	(14.715)	5.118	92.929
Imposto de Renda e Contribuição Social	813	840	474	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	20.678	21.643	51.382
Devidos sobre Operações do Período	680	(636)	(1.243)	Obrigações por Empréstimos e Repasses	22.889	50.252	(14.211)
Referentes a Diferenças Temporárias	133	1.476	1.717	Provisões e Outras Obrigações	(492)	52.447	11.490
Participações no Lucro	(88)	(194)	(142)	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(211)	(290)	(631)
Lucro Líquido / (Prejuízo)	13.391	27.115	28.335				
Quantidade de Ações	6.919.096.649	6.919.096.649	6.674.016.728	Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(48.862)	12.096	18.409
Lucro Líquido / (Prejuízo) por Ação - RS	1,94	3,92	4,25	Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	15.049	15.454	4.854

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhões de reais)							
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023		01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido / (Prejuízo)	13.391	27.115	28.335	Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	38.965	13.814	(21.348)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2.063	1.013	1.714	Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(11.844)	(11.844)	(17.053)
Variação de Valor Justo	2.778	3.030	372	Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(11.844)	(11.844)	(17.053)
Efeito Fiscal	(11.26)	(1.137)	(160)	Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	(13.741)	13.268	(19.992)
(Ganho) / Perdas Transferidos ao Resultado	(452)	(474)	1.514	Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	59.560	32.553	52.545
Efeito Fiscal	202	212	(681)	Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	45.819	45.819	32.553
Investidas	661	(618)	669	Disponibilidades	9.872	9.365	
Hedge	(681)	(691)	333	Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	11.800	3.094	
Hedge de Fluxo de Caixa	(198)	(356)	265	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	24.147	20.094	
Variação de Valor Justo	(718)	(639)	531				
Efeito Fiscal	343	314	(253)				
Investidas	(23)	(11)	(13)				
Hedge de Investimentos Líquidos em Operação no Exterior	(283)	(335)	68				
Variação de Valor Justo	(448)	(457)	114				
Efeito Fiscal	213	217	(54)				
Investidas	(48)	(95)	8				
Contratos de Seguro e Previdência Privada	45	162	~				
Variação na Taxa de Juros	79	283	~				
Efeito Fiscal	(34)	(121)	~				
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego (Montantes que não serão recolhidos subsequentemente para o resultado)	(91)	(109)	(324)				
Remensurações	(167)	(191)	(575)				
Efeito Fiscal	76	86	259				
Investidas	~	(4)	(8)				
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	3.501	7.373	(322)				
Variação de Valor Justo	854	1.762	1.021				
Investidas	2.647	5.611	(1.343)				
Total de Outros Resultados Abrangentes	4.837	7.748	1.401				
Total do Resultado Abrangente	18.228	34.863	29.736				

Itaú Unibanco S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhões de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
				Legal	Estatutária			
Saldos em 01/07/2024	66.450	832	4	10.425	68.232	177	--	146.526
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	--	2	--	--	--	--	--	2
Cisão Parcial	3.800	--	--	602	698	--	--	5.100
Outros	--	--	--	--	(19)	--	--	(19)
Total do Resultado Abrangente	--	--	--	--	--	4.837	13.391	18.228
Lucro Líquido / (Prejuízo)	--	--	--	--	--	--	13.391	13.391
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	--	--	--	--	--	2.063	--	2.063
Contratos de Seguro e Previdência Privada	--	--	--	--	--	45	--	45
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	--	--	--	--	--	(91)	--	(91)
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	--	--	--	--	--	3.501	--	3.501
Ganhos e Perdas - Hedge (1)	--	--	--	--	--	(681)	--	(681)
Reservas	--	--	--	676	9.480	--	(10.136)	--
Dividendos	--	--	--	--	--	--	(2.952)	(2.952)
Juros sobre o Capital Próprio	--	--	--	--	--	--	(363)	(363)
Saldos em 31/12/2024	70.450	834	4	11.963	78.371	5.014	--	166.576
Mutações do Período	3.800	2	--	1.278	10.139	4.837	--	29.056
Saldos em 01/01/2023	69.784	249	4	8.534	54.562	(4.135)	--	129.498
Adoção de Política Contábil	--	52	--	--	--	2.703	(2.534)	169
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	--	--	--	--	--	--	--	52
Outros	--	--	--	--	76	--	--	76
Total do Resultado Abrangente	--	--	--	--	--	(1.302)	28.335	27.033
Lucro Líquido / (Prejuízo)	--	--	--	--	--	--	28.335	28.335
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	--	--	--	--	--	1.714	--	1.714
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	--	--	--	--	--	(324)	--	(324)
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	--	--	--	--	--	(3.025)	--	(3.025)
Ganhos e Perdas - Hedge (1)	--	--	--	--	--	333	--	333
Destinações:								
Reservas	--	--	--	1.434	9.103	--	(10.537)	--
Dividendos	--	--	--	--	--	--	(5.900)	(5.900)
Juros sobre o Capital Próprio	--	--	--	--	--	--	(9.364)	(9.364)
Saldos em 31/12/2023	69.784	801	4	9.968	63.741	(2.734)	--	141.564
Mutações do Período	--	52	--	1.434	9.179	1.401	--	12.066
Saldos em 01/01/2024	69.784	801	4	9.968	63.741	(2.734)	--	141.564
Aumento / (Redução) de Capital	(3.134)	--	--	--	--	--	--	(3.134)
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	--	33	--	--	--	--	--	33
Dividendos	--	--	--	--	(4.500)	--	--	(4.500)
Cisão Parcial	3.800	--	--	602	698	--	--	5.100
Outros	--	--	--	--	(419)	--	--	(419)
Total do Resultado Abrangente	--	--	--	--	--	7.748	27.115	34.863
Lucro Líquido / (Prejuízo)	--	--	--	--	--	--	27.115	27.115
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	--	--	--	--	--	1.013	--	1.013
Contratos de Seguro e Previdência Privada	--	--	--	--	--	162	--	162
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	--	--	--	--	--	(109)	--	(109)
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	--	--	--	--	--	7.373	--	7.373
Ganhos e Perdas - Hedge (1)	--	--	--	--	--	(691)	--	(691)
Destinações:								
Reservas	--	--	--	1.334	18.050	--	(20.184)	--
Dividendos	--	--	--	--	--	--	(2.951)	(2.951)
Juros sobre o Capital Próprio	--	--	--	--	--	--	(3.980)	(3.980)
Saldos em 31/12/2024	70.450	834	4	11.964	78.370	5.014	--	166.576
Mutações do Período	466	33	--	1.938	14.629	7.748	--	25.012

(1) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2024 E 2023 PARA RESULTADO (Em milhões de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO ou empresa) é uma sociedade anônima que tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive as de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de suas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário e de arrendamento mercantil financeiro.

As operações do ITAÚ UNIBANCO são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 10 de março de 2025.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis da empresa foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos da Banca Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Conforme determinado pelo BACEN, as Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco S.A. abrangem a consolidação de suas dependências no exterior (ITAÚ UNIBANCO).

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

i - Aplicáveis para Períodos Futuros

Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros:

Estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito e designação e reconhecimento contábil da contabilidade de hedge. Adoção sem perspectiva em 1º de janeiro de 2025, com exceção da contabilidade de hedge, cuja vigência será em 1º de janeiro de 2027.

A empresa, segundo suas melhores estimativas, considera que as novas classificações de instrumentos financeiros e a alteração do provisionamento de perda esperada associadas ao risco de crédito não produzem, individualmente e no total, efeitos materiais no Patrimônio Líquido, líquido os efeitos fiscais.

Resolução CMN nº 4.975/21 - Arrendamentos:

Recepção do Pronunciamento Contábil (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos que elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um

único modelo de arrendamento, que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos como direito de uso no ativo e a respectiva obrigação a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

A empresa utilizará 1º de janeiro de 2019 como data de aplicação inicial, conforme faculdade normativa. A transição, segundo as melhores estimativas, não produz efeitos materiais no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais.

c) Resumo das Principais Políticas Contábeis

Não houve alteração das políticas contábeis significativas durante o período. Abaixo estão descritas as políticas contábeis significativas da empresa:

I - Aplicações, Captações, Operações Ativas e Passivas

As operações com rendas e encargos prefixados são contabilizadas pelo valor presente. As operações com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes são contabilizadas pelo valor do principal atualizado. As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial são contabilizadas pelo valor correspondente em moeda nacional.

As operações passivas de emissão própria são apresentadas líquidas dos custos de transação incorridos, quando relevantes, calculadas pro rata die.

II - Títulos e Valores Mobiliários

São registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo índice do e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme Circular nº 3.068, de 08/1/2001, do BACEN. São classificadas nas seguintes categorias:

- Títulos para Negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

- Títulos Disponíveis para Venda - Podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

- Títulos Mantidos até o Vencimento - Com a exceção de ações não resgatáveis, quando houver a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor justo quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor justo.

III - Operações de Crédito

Registradas a valor presente, calculadas pro rata die com base na variação do índice do e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 60º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações (operações não performando). Nas operações com cartões de crédito estão incluídos os valores a receber, decorrentes de compras efetuadas pelos seus titulares. Os recursos, correspondentes a esses valores, a serem pagos às credenciadoras,

estão registrados no passivo, na rubrica Relações Interfinanceiras.

IV - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas às normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1995, do CMN, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência.

- Considerando exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com prazo a decorrer superior a 36 meses.

A análise da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações concedidas é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso (Rating AA-H), de forma individual ou coletiva. Além dos seguintes aspectos:

- Horizonte de 12 meses, com utilização de cenários macroeconômicos base, ou seja, sem ponderação.

- Classificação de maior risco de acordo com a operação, cliente, atraso, renegociação, dentre outros.

V - Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Constituída com base no modelo de perda esperada, em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada.

NOTA 3 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2024		31/12/2023	
	Acima de		Total	
	Até 365 dias	365 dias	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	232.788	9.235	236.023	231.461
Posição Bancária	14.433	3.235	17.668	3.117
Posição Financiada	170.507	--	170.507	195.243
Posição Vendida	47.848	--	47.848	33.101
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	41.884	133.958	175.842	155.572
Total	274.672	137.193	411.865	387.038
Total 31/12/2023	262.966	124.072	387.038	

NOTA 4 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

	31/12/2024					31/12/2023		
	Custo	Ajuste ao Valor Justo refletido no Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Justo	%	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor Justo
Títulos Públicos - Brasil	343.469	(5.064)	(944)	337.317	44,4%	88.248	249.269	329.351
Letras Financeiras do Tesouro	71.843	(7)	37	71.873	9,5%	782	71.091	16.355
Letras do Tesouro Nacional	95.955	(2.853)	(231)	92.871	12,1%	23.534	69.337	148.394
Notas do Tesouro Nacional	117.432	(1.858)	(529)	115.045	15,2%	40.847	74.198	114.173
Tesouro Nacional / Securitização	47	--	17	64	--	--	64	89
Títulos da Dívida Externa Brasileira	58.192	(288)	(240)	57.664	7,6%	23.085	34.579	50.340
Títulos Públicos - América Latina	14.676	(2)	10	14.684	1,9%	14.303	381	14.185
Títulos Públicos - Outros Países	29.379	(17)	(115)	29.347	3,9%	8.936	20.411	29.828
Títulos de Empresas	292.309	(679)	3.946	295.576	39,0%	137.630	157.946	248.020
Ações	23.292	(262)	(86)	22.944	3,0%	22.944	--	19.712
Cédula do Produtor Rural	61.192	--	(915)	60.277	7,9%	23.089	37.188	42.240
Certificados de Recebíveis Imobiliários	6.733	(22)	(110)	6.601	0,9%	1.095	5.506	6.688
Cotas de Fundos	86.605	(60)	6.234	92.779	12,3%	76.387	16.392	74.954
Direito Creditório	20.346	--	--	20.346	2,7%	3.954	16.392	17.439
Renda Variável no Exterior	1.294	(14)	--	1.280	0,2%	1.280	--	225
Renda Fixa	64.965	(46)	6.234	71.153	9,4%	71.153	--	57.290
Debêntures	79.965	(306)	(1.097)	78.562	10,3%	8.315	70.247	82.598
Fundos e Asemelhados	9.098	(26)	(47)	9.025	1,2%	1.762	7.263	7.208
Letras Financeiras	594	2	6	602	0,1%	179	423	1.703
Notas Promissórias e Comerciais	15.933	--	(1)	15.932	2,1%	3.013	12.919	10.846
Outros	8.897	(5)	(38)	8.854	1,2%	846	8.008	1.891
Subtotal - Títulos e Valores Mobiliários	679.833	(5.704)	2.895	677.024	89,2%	249.117	427.907	617.384
Títulos para Negociação	242.203	(5.704)	--	236.499	31,2%	55.535	180.964	222.819
Títulos Disponíveis para Venda	283.635	--	2.895	286.530	37,7%	141.578	144.952	242.428
Títulos Mantidos até o Vencimento	153.995	--	--	153.995	20,3%	52.004	101.991	152.137
Instrumentos Financeiros Derivativos	47.253	35.832	--	82.285	10,8%	36.208	46.077	46.844
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)	727.086	29.328	2.895	759.309	100,0%	285.325	473.984	664.228
Instrumentos Financeiros Derivativos (Passivo)	(46.337)	(29.874)	--	(76.211)	100,0%	(34.511)	(41.700)	(41.277)

NOTA 5 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

	31/12/2024									31/12/2023
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
	Operações em Curso Anual (1)									Total
Parcelas Vencendo	--	--	2.609	1.594	565	422	1.152	774	6.366	12.722
01 a 60	--	--	115	111	45	38	109	74	682	1.174
61 a 90	--	--	49	48	20	16	49	33	301	516
91 a 180	--	--	133	129	52	43	130	88	791	1.364
181 a 365	--	--	217	212	84	70	232	166	1.310	2.291
Acima de 365 dias	--	--	1.495	1.094	364	255	632	413	3.122	7.375
Parcelas Vencidas	--	--	188	234	171	116	404	559	4.407	6.079
01 a 60	--	--	188	217	67	66	245	174	843	1.800
61 a 90	--	--	--	13	92	16	84	108	422	735
91 a 180	--	--	--	4	12	30	61	240	1.403	1.813
181 a 365	--	--	--	--	--	4	14	37	1.687	1.742
Acima de 365 dias	--	--	--	--	--	--	--	--	52	33
Subtotal	--	--	2.197	1.828	736	538	1.556	1.333	10.613	18.801
Subtotal 31/12/2023	--	--	1.960	2.078	1.169	1.352	2.121	2.170	8.263	19.113

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2024 E 2023 PARA RESULTADO (Em milhões de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

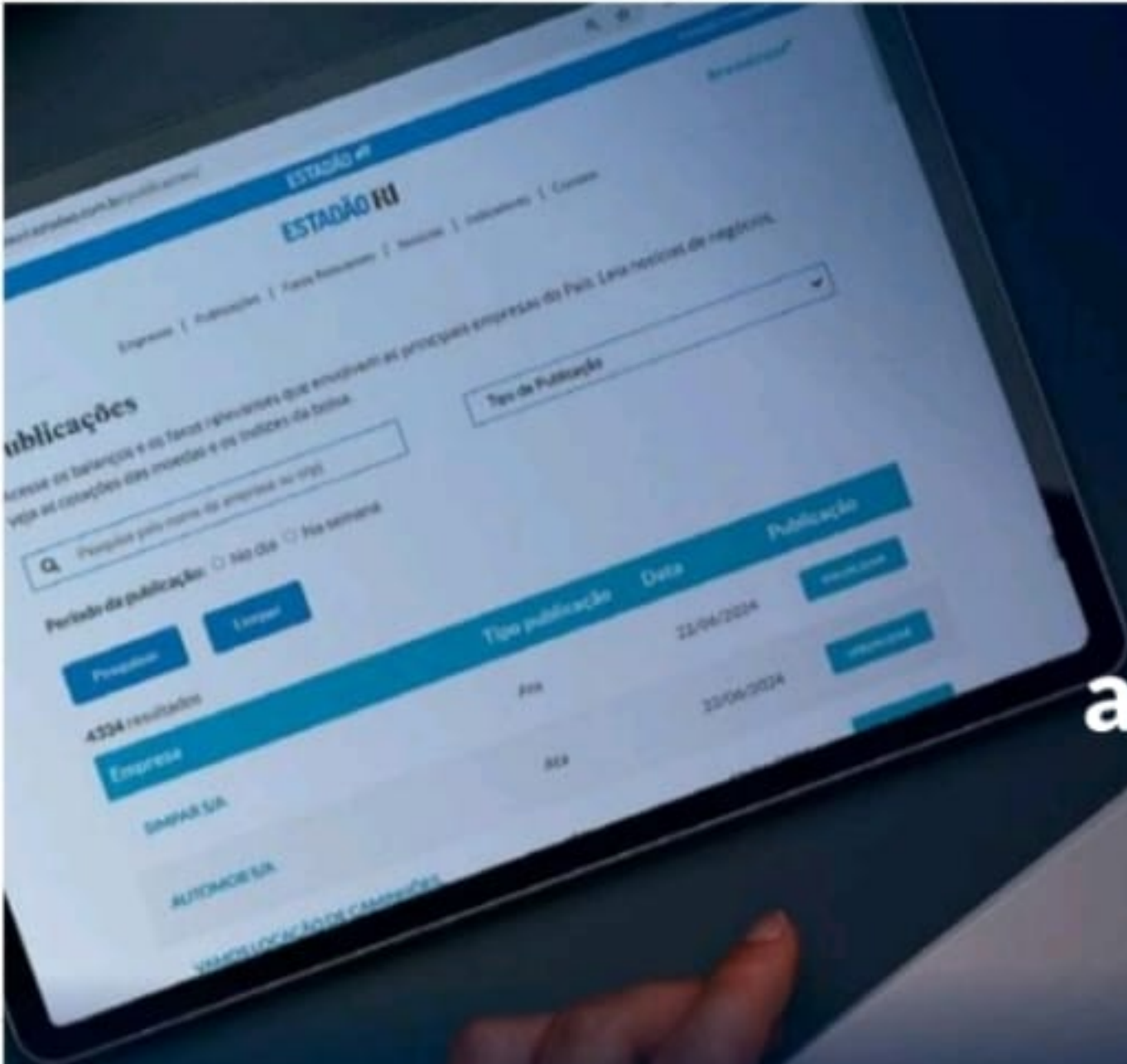
	31/12/2024										31/12/2023
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Parcelas Vincendas					Operações em Curso Normal						
01 a 60	348.902	73.994	50.381	11.104	1.294	753	1.435	1.609	2.200	503.274	443.047
61 a 90	52.259	16.850	10.389	2.069	177	106	377	131	364	82.722	75.395
91 a 180	16.402	2.887	1.832	513	60	21	31	27	89	21.862	19.396
181 a 365	35.841	8.313	5.069	1.300	113	55	115	73	235	51.114	47.289
Acima de 365 dias	52.053	12.036	8.861	2.183	202	93	167	132	392	76.119	63.940
Parcelas Vencidas até 14 dias	204.347	33.908	24.230	5.041	742	478	945	646	1.120	271.457	237.027
Acima de 14 dias	244	119	77	66	12	12	61	24	41	656	1.786
Subtotal	361.146	74.113	50.458	11.172	1.306	765	1.696	1.633	2.241	503.930	444.833
Subtotal 31/12/2023	289.062	89.711	40.157	14.912	2.124	1.278	1.554	3.895	2.140	444.833	
Total da Carteira	361.146	74.113	52.655	13.000	2.042	1.303	3.252	2.366	12.854	522.731	463.946
Provisão (2)	(1.757)	(798)	(1.624)	(2.098)	(605)	(629)	(2.217)	(2.349)	(12.854)	(25.877)	(29.066)
Provisão Circulante										(10.702)	(10.968)
Provisão Não Circulante										(15.175)	(18.098)
Total da Carteira	289.062	89.711	42.117	16.990	3.293	2.630	3.673	6.065	10.403	463.946	
Provisão (2)	(1.713)	(952)	(1.689)	(2.432)	(989)	(1.315)	(2.870)	(6.065)	(10.403)	(29.066)	

1) Para as operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias ou, quando aplicável, de responsabilidade de empresas consorciadas ou em processo de falência.

2) O valor justo da total da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é igual ao valor contábil.

b) Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	31/12/2024		31/12/2023		NOTAS - CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES						31/12/2023
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024					Total	Total
Saldo Inicial - 01/01	(29.066)	(28.565)			0 - 30	31 - 180	181 - 365	365 dias			
Constituição Líquida do Período	(13.434)	(15.365)			Depósitos	276.437	43.422	32.564	547.893	900.516	833.192
Mínima	(16.621)	(15.473)			Captações no Mercado Aberto	411.147	22.619	3.873	53.955	491.594	486.476
Garantias Financeiras Prestadas	(8)	(237)			Carteira Própria	191.957	16.393	1.983	2.731	213.065	198.885
Complementar	3.195	345			Carteira de Terceiros	172.334	-	112	240	172.686	196.347
Write-Off	16.726	14.825			Carteira de Livre Movimentação	46.856	6.226	1.778	50.982	105.842	91.344
Outros, principalmente Variação Cambial	(103)	39			Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	43.868	35.704	35.087	157.780	272.439	256.796
Saldo Final	(25.877)	(29.066)			Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	42.180	33.529	33.096	126.616	235.421	227.412
Mínima	(17.346)	(17.346)			Obrigações por TVM no Exterior	1.079	1.012	923	14.593	17.607	13.162
Garantias Financeiras Prestadas	(646)	(638)			Captação por Certificados de Operações Estruturadas	609	1.163	1.068	16.571	19.411	10.222
Complementar	(7.887)	(11.082)			Obrigações por Empréstimos e Repasses	8.843	47.468	37.050	23.139	116.400	66.348
					Dívidas Subordinadas - Letras Financeiras	-	-	-	11.399	11.399	3.216
					Total	740.595	149.213	108.574	794.166	1.792.548	1.648.028
					% por prazo de vencimento	41,3%	8,3%	6,1%	44,3%	100,0%	
					Total 31/12/2023	678.115	112.742	124.999	724.172	1.640.028	
					% por prazo de vencimento	41,3%	6,9%	7,6%	44,2%	100,0%	



ESTADÃO RI

A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Publique seus atos societários no jornal impresso!



PORTAL ESTADÃO RI



ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150

ESTADÃO RI

EL DORADO FM 107.3

ESTADÃO BLUE STUDIO

AGÊNCIA ESTADO

broadcast

Itaú Corretora de Valores S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS A 31/12/2024

CNPJ nº 61.194.333/0001-64

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

• <https://estado.rli.com.br/publicacoes/>

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 11 de março de 2025, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
Ativo			Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante e Não Circulante	6.148.779	7.767.377	Circulante e Não Circulante	3.477.187	5.241.475
Disponibilidades	31.878	27.881	Depósitos	218.759	216.230
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.424.247	2.649.618	Outros Depósitos	218.759	216.230
Aplicações no Mercado Aberto	2.262.111	2.373.645	Provisões	17.104	11.116
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	222.136	275.573	Outras Obrigações	3.241.324	5.014.129
Títulos e Valores Mobiliários	526.341	529.193	Obrigações Fiscais Correntes	32.580	186.202
Carteira Própria	470.424	478.846	Obrigações Fiscais Diferidas	4.752	-
Vinculados a Prestação de Garantias	55.917	50.347	Negociação e Intermediação de Valores	3.103.411	4.519.084
Outros Créditos	3.165.618	4.552.479	Diversos	100.581	308.843
Ativos Fiscais Correntes	164.930	163.701	Patrimônio Líquido	3.295.526	3.217.428
Ativos Fiscais Diferidos	37.882	43.263	Capital Social	1.600.000	1.550.000
Negociação e Intermediação de Valores	2.813.480	4.231.331	Reservas de Capital	22.233	22.233
Diversos	49.326	114.184	Reservas de Lucros	1.672.973	1.645.076
Outros Valores e Bens	1.495	8.206	Outros Resultados Abrangentes	320	119
Despesas Antecipadas	1.495	8.206			
Permanente	623.534	691.526			
Investimentos	623.476	690.533			
Investimentos em Controladas	-	419			
Outros Investimentos	-	(419)			
(Provisões para Perdas)	-	-			
Imobilizado	458	993			
Outras Imobilizações	17.743	17.580			
(Depreciações Acumuladas)	(17.285)	(16.987)			
Agio e Intangível	-	-			
Ativos Intangíveis	65.869	65.869			
(Amortizações Acumuladas)	(65.869)	(65.869)			
Total do Ativo	6.772.713	8.458.903	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	6.772.713	8.458.903

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas da Intermediação Financeira	199.844	389.316	409.508
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Outros	199.026	389.298	409.508
Resultado de Operações de Câmbio	18	18	-
Despesas da Intermediação Financeira	(584)	(712)	(254)
Operações de Empréstimos e Repasses	(584)	(712)	(254)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	198.460	388.604	409.254
Outras Receitas / (Despesas)	(94.888)	(24.813)	226.670
Operacionais	-	-	-
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	522.752	1.141.771	1.105.809
Despesas de Pessoal	(94.759)	(180.879)	(164.815)
Outras Despesas Administrativas	(429.624)	(801.446)	(564.333)
Despesas de Provisões	(6.096)	(7.521)	(5.459)
Provisões Cíveis	(133)	(203)	817
Provisões Trabalhistas	(5.953)	(5.907)	(6.109)
Provisões Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos	(10)	(1.411)	(167)
Despesas Tributárias	(88.566)	(146.616)	(143.057)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Investidos	1.706	4.784	7.282
Outras Receitas / (Despesas)	-	-	-
Operacionais	(19.501)	(35.706)	(14.757)
Resultado Operacional	164.372	363.791	629.924
Resultado não Operacional	(332)	(1.161)	(303)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	164.040	362.630	629.621
Imposto de Renda e Contribuição Social	42.863	(64.838)	(183.178)
Devidos sobre Operações do Período	32.033	(54.708)	(186.337)
Referentes a Diferenças Temporárias	10.830	(10.130)	4.159
Participações no Lucro	-	20	8
Lucro Líquido / (Prejuízo)	146.903	297.872	447.451
Quantidade de Ações	33.853.542	33.853.542	33.853.542
Lucro Líquido / (Prejuízo) por Ação - R\$	4,34	8,80	13,22

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido / (Prejuízo)	146.903	297.872	447.451
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	116	201	186
Variação de Valor Justo	(1)	8	108
Efeito Fiscal	-	(4)	(46)
Investidas	117	197	124
Total de Outros Resultados Abrangentes	116	201	186
Total do Resultado Abrangente	147.019	298.073	447.637

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

Resolução CVM nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros: Estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixo de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito e designação e reconhecimento contábil da contabilidade de hedge. Adoção sem prospectivo em 1º de janeiro de 2025, com exceção da contabilidade de hedge, cuja vigência será em 1º de janeiro de 2027.

A empresa, segundo suas melhores estimativas, considera que as novas classificações de instrumentos financeiros e alteração de provisionamento de perda esperada associadas ao risco de crédito não produzem efeitos materiais no Patrimônio Líquido.

c) Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais: Não houve alteração das políticas contábeis materiais durante o período. Abaixo estão descritas as políticas contábeis materiais da empresa:

1 - Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando a empresa fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a empresa espera receber em troca desses serviços. Os custos incrementais, quando materiais, são reconhecidos no ativo e apropriados no resultado conforme o prazo esperado do contrato. As principais receitas são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos, à medida que os serviços são prestados.

NOTA 3 - NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES

Representadas pelos saldos das operações por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação, nos termos da Resolução nº 4.373, de 29/07/2014, do CVM, as quais são utilizadas pela empresa como garantia junto às câmaras de liquidação B3 S.A. - Brasil, B3SA, Balcão e Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC ou Clearing, face às operações realizadas no mercado brasileiro, dentro do prazo regulamentar, como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	3.813.486	4.231.331
Devedores Conta Liquidações Pendentes	1.851.354	1.663.707
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	673.336	861.081
Outros Créditos para Negociação e Intermediação de Valores	388.790	1.706.543
Passivo	3.103.411	4.519.084
Credores Conta Liquidações Pendentes	2.606.492	4.175.298
Proventos sobre Rendimentos de Tercários	187.818	250.323
Caixa de Registro e Liquidação	251.616	5
Valores a Repassar a Clientes referentes a Eventos com Debêntures	1.379	872
Aquisição na Subscrição de Títulos Decorrentes de Lançamentos	13.714	12.964
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	138	-
Outras Obrigações para Negociação e Intermediação de Valores	42.254	79.522

NOTA 4 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Assessoria Econômica, Financeira e Corretagem	920.940	848.679
Serviços de Escrituração de Ações e Debêntures	156.277	176.124
Outras	64.554	81.006
Total	1.141.771	1.105.809

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado	171.382	360.454	487.178
Lucro Líquido / (Prejuízo)	146.903	297.872	447.451
Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo)	24.479	62.582	39.727
Depreciações e Amortizações	274	545	340
Amortização de Agio	33.506	72.038	45.234
Tributos Diferidos	(1.830)	10.130	(41.59)
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia	(905)	(1.832)	(2.170)
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões	621	2.595	1.941
Constituição / (Reversão) de Provisões para Contingências	4.065	(15.255)	6.509
Resultado de Participações em Investidas	(1.706)	(4.784)	(7.282)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-
Disponíveis para Venda	(546)	(855)	(886)
Variação de Ativos e Passivos	(618.194)	(836.927)	(700.441)
(Aumento) / Redução em Ativos	(618.194)	(836.927)	(700.441)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(606.793)	(673.402)	(333.739)
Títulos e Valores Mobiliários	34.186	1.934	(69.155)
Outros Créditos e Outros Valores e Bens	1.502.478	1.390.022	(885.904)
Aumento / (Redução) em Passivos	9.103	2.529	15.110
Depósitos	9.103	2.529	15.110
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.138)	-	(1.837)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 01/07/2024	1.600.000	22.233	237.246	304	-	3.368.482
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	116	146.903	147.019
Lucro Líquido / (Prejuízo)	-	-	-	-	146.903	146.903
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	116	-	116
Destinações:						
Reservas	-	-	7.345	(80.417)	73.072	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(219.975)	(219.975)
Saldo em 31/12/2024	1.600.000	22.233	244.591	320	3.295.526	3.295.526
Mutações do Período	-	-	7.345	116	(72.956)	-
Saldo em 01/01/2023	1.650.000	22.233	287.324	1.191.281	(67)	2.470.691
Aumento / (Redução) de Capital	500.000	-	-	-	-	500.000
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	186	447.451	447.637
Lucro Líquido / (Prejuízo)	-	-	-	-	447.451	447.451
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	186	-	186
Destinações:						
Reservas	-	-	22.373	224.178	(246.551)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(200.900)	(200.900)
Saldo em 31/12/2023	1.550.000	22.233	229.697	119	-	3.217.428
Mutações do Período	500.000	-	22.373	186	-	746.737
Saldo em 01/01/2024	1.550.000	22.233	229.697	119	-	3.217.428
Aumento / (Redução) de Capital	50.000	-	-	-	-	50.000
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	201	297.872	298.073
Lucro Líquido / (Prejuízo)	-	-	-	-	297.872	297.872
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	201	-	201
Destinações:						
Reservas	-	-	14.894	63.003	(77.897)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(219.975)	(219.975)
Saldo em 31/12/2024	1.600.000	22.233	244.591	320	-	3.295.526
Mutações do Período	50.000	-	14.894	201	-	78.098

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2024 E 2023 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaú Corretora de Valores S.A. (ITAÚ CORRETORA ou empresa) é uma companhia fechada que tem por objeto a prática de todas as operações permitidas às sociedades corretoras de valores mobiliários e câmbio pelas disposições legais e regulamentares. As operações da ITAÚ CORRETORA são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pela Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são alocados segundo a praticidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos. Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 11 de março de 2025.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis da empresa foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

ESTADÃO

QUER RESULTADOS? PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO

CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.

ACESSE E CONHEÇA

ESTADÃO RI

DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL (11) 3856-2442

ESTADÃO L50

ESTADÃO RI

107,3

ESTADÃO RI

ESTADÃO RI

broadcast

Redecard Instituição de Pagamento S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS A 31/12/2024 CNF nº 01.02.5.787/0001-04

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nas seguintes endereços eletrônicos:

- <https://estadonord.com.br/publicacoes/>
- www.rbc.com.br/relacoes-com-investidores

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 11 de março de 2024, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)					
	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
Ativo			Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante e Não Circulante	127.366.176	125.438.607	Circulante e Não Circulante	83.966.132	78.326.226
Disponibilidades	329.265	531.012	Relações Interfinanceiras	17.487.658	11.041.022
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.533.268	1.588.034	Transações de Pagamentos	17.487.658	11.041.022
Aplicações no Mercado Aberto	1.533.268	1.588.034	Provisões	95.321	84.587
Títulos e Valores Mobiliários	10.842.573	11.829.758	Outras Obrigações	66.383.153	67.194.697
Carteira Própria	10.842.573	11.829.758	Obrigações Fiscais Correntes	369.068	1.282.880
Relações Interfinanceiras	113.654.567	110.104.308	Obrigações Fiscais Diferidas	9.348	7.595
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	113.654.567	110.104.308	Transações de Pagamentos	65.740.504	65.585.403
Outros Créditos	820.876	1.200.320	Diversas	364.233	318.819
Ativos Fiscais Correntes	134.446	692.673			
Ativos Fiscais Diferidos	147.183	168.091	Patrimônio Líquido	45.032.961	48.943.147
Diversos	539.237	339.556	Capital Social	29.305.271	29.305.271
Outros Valores e Bens	85.627	105.175	Reservas de Capital	12.503.732	12.530.799
Despesas Antecipadas	85.627	105.175	Reservas de Lucros	3.216.990	7.099.131
Permanente	1.732.917	1.804.766	Outros Resultados Abrangentes	6.968	7.346
Investimentos	831.322	749.455			
Investimentos em Controladas e Coligadas	831.322	749.455			
Outros Investimentos	-	133			
(Provisões para Perda)	-	(133)			
Imobilizado	486.201	629.858			
Outras Imobilizações	1.532.041	1.625.683			
(Depreciações Acumuladas)	(1.045.840)	(995.825)			
Ágio e Intangível	415.394	425.453			
Ativos Intangíveis	13.700.267	13.579.497			
(Amortizações Acumuladas)	(13.284.873)	(13.154.044)			
Total do Ativo	128.999.093	127.263.373	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	128.999.093	127.263.373

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais)					
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023		01/07 a 31/12/2024
Receitas da Intermediação Financeira	2.956.446	5.487.889	5.067.852	Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado	1.334.551
Operações de Outros Créditos	1.894.317	3.279.918	3.000.485	Lucro Líquido / (Prejuízo)	1.848.861
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Outros	1.062.129	2.208.071	2.067.367	Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo)	(514.110)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.956.446	5.487.889	5.067.852	Depreciações e Amortizações	238.007
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(257.329)	(533.781)	854.117	Amortização de Ágio	21.214
Receitas de Prestação de Serviços	1.541.389	3.123.160	4.906.298	Tributos Diferidos	6.921
Despesas de Pessoal	(260.672)	(507.019)	(509.280)	Recursos de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia	(2.700)
Outras Despesas Administrativas	(984.839)	(1.894.920)	(1.864.182)	Recursos de Atualização / Encargos de Provisões	5.803
Despesas de Provisões	(25.758)	(54.763)	(47.850)	Constituição / (Reversão) de Provisões para Contingências	25.822
Provisões Clientes	(1.881)	(26.983)	(24.124)	Resultado de Participações em Investidas	(14.542)
Provisões Trabalhistas	(9.965)	(26.866)	(24.072)	Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores	-
Provisões Fiscais e Previdenciárias e Outros Físcos	(91.2)	(91.4)	348	Mobiliários Disponíveis para Venda	(764.188)
Despesas Tributárias	(229.299)	(459.961)	(634.285)	(Ganho) / Perda na Alienação de Imobilizado	(430)
Resultados de Participações sobre o Lucro Líquido em Investidas	34.542	68.853	42.033	Outros	(9.817)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(332.692)	(809.131)	(1.038.617)	Variação de Ativos e Passivos	(3.808.888)
Resultado Operacional	2.699.117	4.954.208	5.921.969	(Aumento) / Redução em Ativos	-
Resultado não Operacional	373	(836)	3.992	Títulos e Valores Mobiliários	-
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	2.699.490	4.953.372	5.925.961	Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos / Passivos)	(4.364.971)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(849.030)	(1.462.963)	(1.827.009)	Outros Créditos e Outros Valores e Bens	55.750
Devidos sobre Operações do Período	(842.109)	(1.579.366)	(1.960.364)	Aumento / (Redução) em Passivos	1.029.402
Referentes a Diferenças Temporárias	(8.921)	(23.597)	33.555	Provisões e Outras Obrigações	757.840
Participações no Lucro	(1.799)	(3.578)	(2.502)	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(529.169)
Lucro Líquido / (Prejuízo)	1.848.861	3.346.831	3.996.450	Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(2.474.437)
Quantidade de Ações	1.798.668,128	1.798.668,128	1.798.668,128	(Aquisição) / Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários	8.826.723
Lucro Líquido / (Prejuízo) por Ação - R\$	1,03	1,86	2,22	Disponíveis para Venda	32.321

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)					
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023		01/07 a 31/12/2024
Lucro Líquido / (Prejuízo)	1.848.861	3.346.831	3.996.450	(Aquisição) de Investimentos	26.038
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	666	1.356	2.129	Alienação de Imobilizado	(1.241.299)
Variação de Valor Justo	(1.058)	2.154	3.384	Alienação de Intangível	5.509
Efeito Fiscal	393	(798)	(1.255)	(Aquisição) de Intangível	(63.816)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego (Montantes que não serão reconhecidos subsequentemente para o resultado)	(4.302)	(4.302)	119	Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	8.762.846
Remensurações	(6.518)	(6.518)	180	Dividendos Pagos	(7.039.965)
Efeito Fiscal	2.216	2.216	(61)	Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(7.039.965)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	802	1.968	(101)	Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	(811.556)
Investidos	802	1.968	(101)	Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	2.674.089
Total de Outros Resultados Abrangentes	(4.166)	(978)	2.147	Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.862.533
Total do Resultado Abrangente	1.844.695	3.345.853	3.998.597	Disponibilidades	329.265
				Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	1.533.268

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)						
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros Estatutárias	Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 01/07/2024	29.305.271	12.531.477	8.338.444	11.134	-	50.186.326
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-	(27.745)	-	-	-	(27.745)
Reorganização Societária	-	-	29.885	-	-	29.885
Dividendos	-	-	(5.501.830)	-	-	(5.501.830)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	(4.166)	1.848.861	1.844.695
Lucro Líquido / (Prejuízo)	-	-	-	-	1.848.861	1.848.861
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	(666)	-	(666)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	(4.302)	-	(4.302)
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	-	-	-	802	-	802
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	350.491	-	(350.491)	-
Dividendos	-	-	-	-	(1.498.170)	(1.498.170)
Saldos em 31/12/2024	29.305.271	12.503.732	3.216.990	6.968	-	45.032.961
Mutações do Período	-	(27.745)	(5.121.454)	(4.166)	-	(3.916.186)
Saldos em 01/01/2023	29.305.271	12.518.519	3.315.217	5.799	-	45.144.806
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-	12.280	-	-	-	12.280
Reorganização Societária	-	-	(172.056)	-	-	(172.056)
Outros	-	-	(513)	-	-	(513)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	2.147	3.996.450	3.996.597
Lucro Líquido / (Prejuízo)	-	-	-	-	3.996.450	3.996.450
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	2.129	-	2.129
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	119	-	119
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	-	-	-	(101)	-	(101)
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	3.956.485	-	(3.956.485)	-
Dividendos	-	-	-	-	(39.965)	(39.965)
Saldos em 31/12/2023	29.305.271	12.530.799	7.099.131	7.948	-	48.943.147
Mutações do Período	-	12.280	3.783.914	2.147	-	3.798.341
Saldos em 01/01/2024	29.305.271	12.530.799	7.099.131	7.948	-	48.943.147
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-	(27.067)	-	-	-	(27.067)
Reorganização Societária	-	-	(229.523)	-	-	(229.523)
Dividendos	-	-	(5.501.830)	-	-	(5.501.830)
Outros	-	-	551	-	-	551
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	(978)	3.346.831	3.345.853
Lucro Líquido / (Prejuízo)	-	-	-	-	3.346.831	3.346.831
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	1.356	-	1.356
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	(4.302)	-	(4.302)
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	-	-	-	1.968	-	1.968
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	1.848.861	-	(1.848.861)	-
Dividendos	-	-	-	-	(1.498.170)	(1.498.170)
Saldos em 31/12/2024	29.305.271	12.503.732	3.216.990	6.968	-	45.032.961
Mutações do Período	-	(27.067)	(3.882.141)	(978)	-	(3.916.186)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2024 E 2023 PARA RESULTADO

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Redecard Instituição de Pagamento S.A. (REDE ou empresa) é uma sociedade anônima que basicamente tem por objeto a coordenação dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, fornecimento de terminais eletrônicos, representação de franquias nacionais e internacionais de meios físicos e eletrônicos de pagamento, entre outras atividades.

As operações da REDE são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos. Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 11 de março de 2025.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis da empresa foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009 em consonância, quando aplicável, com as informações do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todos as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

i - Aplicáveis para Períodos Futuros

Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros

Estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e base de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito e designação e reconhecimento contábil da contabilidade de hedge, cuja vigência será em 1º de janeiro de 2025, com exceção da contabilidade de hedge, cuja vigência será em 1º de janeiro de 2027.

A empresa, segundo suas melhores estimativas, considera que as novas classificações de instrumentos financeiros e a alteração do provisionamento de perda esperada associadas ao risco de crédito não produzem, individualmente e no total, efeitos materiais no Patrimônio Líquido, líquido os efeitos fiscais.

Resolução CMN nº 4.975/21 - Amendamentos

Recepção e Pronunciamento Contábil (CPC) 06 (R2) - Amendamentos que eliminam a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento, que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos como direito de uso no ativo e a respectiva obrigação a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

A empresa utilizará 1º de janeiro de 2019 como data de aplicação inicial, conforme faculdade normativa. A transição, segundo as melhores estimativas, não produz efeitos materiais no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais.

c) Resumo das Principais Políticas Contábeis

Não houve alteração das políticas contábeis materiais durante o período. Abaixo estão descritas as principais políticas contábeis materiais da empresa:

i - Outros Créditos e Outras Obrigações

Outros Créditos - Diversos, registro as rendas a receber pela prestação de serviços em arrendo de pagamento, exceto as relativas à execução de transações de pagamento registradas em Relações Interfinanceiras (Ativo e Passivo). Outras Obrigações - Transações de Pagamentos, refere-se principalmente ao repasse de valores a pagar aos estabelecimentos adquirentes, relativos às operações de cartões de crédito e débito.

ii - Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando a empresa fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflita a contraprestação que a empresa espera receber em troca desses serviços. Os custos incrementais, quando materiais, são reconhecidos no ativo e apropriados no resultado conforme o prazo esperado do contrato.

As principais receitas são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos, à medida que os serviços são prestados.

NOTA 3 - INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

a) Eventos Subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 11/03/2025, foi deliberada a redução do capital social em R\$ 5.382.271, sem cancelamento das ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no Capital Social da empresa, em fase de homologação pelo BACEN.

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 11 de março de 2025, sem modificações.

O saldo de Resultado de Participações da Porto Seguro Itaí Unibanco Participações S.A. contém R\$ 162.967, referentes aos dividendos/JCP vinculados a direito de usufruto das ações da Porto Seguro S.A.



**QUER
RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS
ATOS SOCIETÁRIOS
NO ESTADÃO**



**CONTEÚDO
RELEVANTE
DE SEGUNDA
A SEGUNDA**

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.



ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO
MULTIPLATAFORMA
DE RESULTADOS FINANCEIROS
E NOTÍCIAS DE EMPRESAS

ACESSE E
CONHEÇA



CONSULTE NOSSA
EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

ESTADÃO 150

ESTADÃO RI

107.3

ESTADÃO
BLUE STORY

AGÊNCIA
ESTADÃO

broadcast

Banco Itaucard S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS A 31/12/2024

CNPJ nº 17.192.457/0001-70

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- <http://estadon.estadao.com.br/publicacoes/>
- www.itau.com.br/relacoes-com-investidores

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 10 de março de 2025, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhões de reais)

Ativo	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2024	31/12/2023
Circulante e Não Circulante	1.366.918	15.879.836	Circulante e Não Circulante	1.315.747	18.748.536
Disponibilidades	224	80.587	Depósitos	-	7.662.441
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.366.320	13.837.800	Depósitos à Vista	-	47.53
Aplicações no Mercado Aberto	-	13.837.800	Outros Depósitos	-	7.658.288
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.366.320	-	Relações Interfinanceiras	-	72.932
Títulos e Valores Mobiliários	-	1.296.113	Instrumentos Financeiros Derivativos	-	61.451
Carteira Própria	-	1.145.181	Outras Obrigações	1.315.747	2.951.712
Vencidos a Prestação de Garantias	-	158.932	Obrigações Fiscais Correntes	879	33.984
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	2	Obrigações Fiscais Diferidas	-	85.636
Outros Créditos	374	662.062	Diversas	1.314.868	2.832.092
Ativos Fiscais Correntes	-	91.195			
Ativos Fiscais Diferidos	-	20.993	Patrimônio Líquido	51.171	5.133.378
Diversos	374	549.874	Capital Social	50.000	3.850.000
Outros Valores e Bens	-	3.352	Reservas de Lucros	1.171	1.283.399
Despesas Antecipadas	-	2.078	Outros Resultados Abrangentes	-	(21)
Permanente	-	2.078			
Intangível	-	4.899			
Ativos Intangíveis	-	(2.821)			
(Amortizações Acumuladas)	-				
Total do Ativo	1.366.918	15.881.914	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.366.918	15.881.914

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhões de reais)

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas da Intermediação Financeira	130.878	870.244	1.771.937
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	-	12	(259)
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros Derivativos e Outros	130.977	870.222	1.772.196
Resultado de Operações de Câmbio	1	10	-
Despesas da Intermediação Financeira	(50.893)	(333.722)	(699.565)
Operações de Captação no Mercado	(50.893)	(333.722)	(699.554)
Operações de Empréstimos e Repasses	-	-	(11)
Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	80.085	536.522	1.072.372
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	5
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	-	-	5
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	80.085	536.522	1.072.377
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(48.384)	(313.070)	(703.463)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	4.698	32.921	70.019
Outras Despesas Administrativas	(48.111)	(382.554)	(700.676)
Despesas Tributárias	(4.060)	34.761	(44.337)
Outras Receitas Operacionais	495	4.547	16.701
Outras Despesas Operacionais	(1.408)	(1.2745)	(45.170)
Resultado Operacional	31.701	223.452	368.914
Resultado não Operacional	-	-	(1.567)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	31.701	223.452	367.347
Imposto de Renda e Contribuição Social	68.998	16.308	(78.332)
Devidos sobre Operações do Período	93.779	(68.953)	(1.090)
Referentes a Diferenças Temporárias	(25.181)	62.645	(54.242)
Lucro Líquido / (Prejuízo)	100.299	217.144	297.015
Quantidade de Ações	2.544.818.409	2.544.818.409	261.276.306.529
Lucro / (Prejuízo) por lote de mil Ações - R\$	39,41	85,33	1,14

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhões de reais)

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido / (Prejuízo)	100.299	217.144	297.015
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2	21	107
Variação de Valor Justo	4	40	205
Efeito Fiscal	(2)	(19)	(98)
Total de Outros Resultados Abrangentes	2	21	107
Total do Resultado Abrangente	100.301	217.165	297.122

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhões de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 01/07/2024	3.850.000	602.199	798.045	(2)	-	5.250.242
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(138.960)	-	-	(138.960)
Cisão Parcial para o Itaú Unibanco Holding S.A.	(3.800.000)	(596.357)	(548.082)	(70)	(155.973)	(5.100.482)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	72	100.299	100.371
Lucro Líquido / (Prejuízo)	-	-	-	-	100.299	100.299
Ajustes de Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	72	-	72
Destinações:						
Reservas	-	(5.784)	(109.890)	-	115.674	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(66.000)	(66.000)
Saldo em 31/12/2024	50.000	58	1.113	-	-	51.171
Mutações do Período	(3.800.000)	(602.141)	(796.932)	2	-	(5.199.071)
Saldo em 01/01/2023	3.850.000	581.506	2.155.419	(128)	-	6.586.797
Dividendos	-	-	(1.500.000)	-	-	(1.500.000)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(180.000)	-	-	(180.000)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	107	297.015	297.122
Lucro Líquido / (Prejuízo)	-	-	-	-	297.015	297.015
Ajustes de Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	107	-	107
Destinações:						
Reservas	-	14.851	21.623	-	(226.474)	-
Dividendos	-	-	-	-	(78.541)	(78.541)
Saldo em 31/12/2023	3.850.000	596.357	687.842	(21)	-	5.133.378
Mutações do Período	-	14.851	(1.468.377)	107	-	(1.453.419)
Saldo em 01/01/2024	3.850.000	596.357	687.842	(21)	-	5.133.378
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(138.960)	-	-	(138.960)
Cisão Parcial para o Itaú Unibanco Holding S.A.	(3.800.000)	(596.357)	(548.082)	(70)	(155.973)	(5.100.482)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	91	217.144	217.235
Lucro Líquido / (Prejuízo)	-	-	-	-	217.144	217.144
Ajustes de Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	91	-	91
Destinações:						
Reservas	-	58	1.113	-	(1.171)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(66.000)	(66.000)
Saldo em 31/12/2024	50.000	58	1.113	-	-	51.171
Mutações do Período	(3.800.000)	(596.299)	(685.929)	21	-	(5.082.207)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2024 E 2023 PARA RESULTADO (Em milhões de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Itaucard S.A. (ITAUCARD ou empresa) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto a atividade bancária, nas modalidades autorizadas para banco múltiplo, com carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil financeiro, bem como a emissão e administração de cartões de crédito, próprios ou de terceiros, a instituição e gestão de operações de pagamento e a administração de carteiras de valores mobiliários. As operações do ITAUCARD são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos. Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 10 de março de 2025.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis da empresa foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009 em consonância, quando aplicável, com as normativas do Banco Central

do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Resumo das Principais Políticas Contábeis

Não houve alteração das políticas contábeis materiais durante o período. Abaixo estão descritas as políticas contábeis materiais da empresa:

1 - Aplicações, Captações e Demais Operações Ativas e Passivas

As operações com rendas e encargos prefixados são contabilizadas pelo valor presente. As operações com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes são contabilizadas pelo valor do principal atualizado. As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial são contabilizadas pelo valor correspondente em moeda nacional.

As operações passivas de emissão própria são apresentadas líquidas dos custos de transação incorridos, quando relevantes, calculadas pro rata die.



ESTADÃO RI

A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Fique por dentro dos principais Fatos Relevantes das companhias de seu interesse.

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150

ESTADÃO RI

ELDOMAROM 107,3

ESTADÃO BLUE STUDIO

AGÊNCIA ESTADO

broadcast



PORTAL
ESTADÃO RI

a) Base de Preparação
As Demonstrações Contábeis da empresa foram elaboradas conforme as práticas contábeis

Fontes: Portal - Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)

Avaliação Opinião do mercado financeiro

Aprovação de Haddad cai de 41% para 10%, diz pesquisa

Levantamento da Genial/Quaest mostrou que, em 3 meses, o percentual de avaliações negativas subiu de 24% para 58%

LUIS EDUARDO LEAL

A avaliação do mercado financeiro sobre o trabalho do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, teve aguda deterioração entre o levantamento anterior da pesquisa conduzida pela Genial/Quaest, em dezembro, e o de março, divulgado ontem. O percentual de avaliações negativas subiu de 24% para 58% no intervalo, com as avaliações positivas retrocedendo de 41% para 10%. A avaliação regular passou de 35% para 32%.

Foram feitas 106 entrevistas com fundos de investimentos em São Paulo e no Rio de Janeiro, por meio de questionários online entre os dias 12 e 17 de março. Participaram gestores,

economistas, analistas e tomadores de decisão.

Para 85% do mercado, houve enfraquecimento do ministro Haddad, comparado a 61% da pesquisa anterior. O percentual de que ele continua com o mesmo grau de força passou de 35% em dezembro para 14% em março, enquanto o de fortalecimento declinou de 4% para 1%.

Para 93%, a política econômica do governo está na direção errada, em comparação a 96% em dezembro. E, para 92% dos ouvidos, Lula é o principal responsável pela política econômica, comparado a 5% que a atribuem a Haddad.

Para os próximos 12 meses, 83% do mercado aguarda piora econômica, comparado a 88%

Governo Lula

88% foi a avaliação negativa do governo Lula; há 3 meses, era de 90%

no levantamento de dezembro. E, para 58%, há risco de o Brasil entrar em recessão em 2025.

GOVERNO LULA. Segundo a mesma pesquisa, a avaliação do governo Lula pelo mercado financeiro foi considerada negativa por 88% dos entrevistados. O resultado do levantamento anterior, em dezembro, mostrava insatisfação ainda maior, correspondente a 90%.

A avaliação positiva do governo Lula passou de 3% para 4%, entre dezembro e março, enquanto a percepção de que a administração é regular foi de 7% para 8% no mesmo intervalo, apontando a Genial/Quaest.

Para 64%, a alta de preços dos alimentos é o principal motivo para a perda de popularidade de Lula, enquanto 56% consideram ser os equívocos na política econômica e 41%, o aumento de impostos. ●

Indicador Crescimento menor

Fazenda reduz projeção do PIB de 2,5% para 2,3%

BRASÍLIA

O Ministério da Fazenda diminuiu a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, de 2,5% para 2,3%. A estimativa para 2026 caiu de 2,6% para 2,5%. As informações constam da grade de parâmetros publicada ontem pela Secretaria de Política Econômica (SPE). Apesar das reduções, as projeções da pasta estão bem acima das médias do relatório Focus, que indicam alta de 1,99% para o PIB em 2025 e de 1,60% em 2026.

"Após a aceleração projetada para o primeiro trimestre na margem, o PIB tende a desacelerar, ficando próximo da estabilidade no segundo semestre", diz a SPE, sobre 2025. "A desaceleração do crescimento frente a 2024 repercutiu a redução dos estímulos vindos dos mercados de crédito e trabalho em função do patamar mais contracionista da política monetária e o aumento das incertezas e da volatilidade de-

vido ao acirramento das tensões comerciais e geopolíticas no mundo", informa a SPE.

A Fazenda espera crescimento de 1,5% para o PIB no primeiro trimestre, na margem, após alta de 0,2% no quarto trimestre. A aceleração deve ser puxada pelo setor agropecuário, com alta de 12,8%, após queda de 4,5% no trimestre anterior. "Esse forte

Inflação

Ministério elevou projeção para o IPCA de 2025 de 3,6% para 4,9% - acima do teto da meta, de 4,5%

avanco do PIB agropecuário repercutiu a expectativa de maior produção de soja, milho e arroz em 2025, grãos colhidos, em grande parcela, no primeiro trimestre", diz a secretaria.

A Fazenda também aumentou a projeção para o IPCA de 2025 para 4,9% - acima do teto da meta, de 4,5%. Ela era de 3,6% no boletim anterior, de novembro. ● CÍCERO COTRIM

Edital de Convocação A.G.O. - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas Secas e Molhadas, Empresas de Logística e Setor Diferenciado de Jundiaí e região, pelo presente edital, ficam convocados todos os trabalhadores administrativos e operacionais pertencentes a esta categoria profissional, que prestam serviços nas empresas de transportes rodoviários de cargas, secas, líquidas, gasosas e logísticas, bem como os trabalhadores Motoristas da Categoria Profissional Diferenciada, que prestam serviços nas empresas do segmento diferenciado de: indústria, comércio, limpeza urbana, construção civil sediadas na base territorial e abrangendo as empresas sediadas na base territorial: Jundiaí, várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Jandu, Franco da Rocha, Francisco Morato, Caieiras, Louveira, Itatiba, Vinhedo, Itupeva e Morungaba, para comparecerem em assembleia geral ordinária, que será realizada no dia 29 de março de 2025 na Avenida Jundiaí, 268 - Bairro: Anhanguaba - Jundiaí/SP, às 09h00 horas em primeira convocação. Caso não seja atingido o quórum legal a mesma será realizada em segunda convocação nos termos estatutários, com qualquer número de trabalhadores presentes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1ª - Leitura, discussão e aprovação da Ata da Assembleia anterior, 2ª - Formulação e aprovação da Pauta de Revendicações a ser apresentada aos sindicatos patronais; tendo em vista a Data Base da Categoria Profissional em 1º de Maio 3ª - Discussão e fixação do valor de contribuição assistencial e ou custeio sindical e Taxa hegocial, respeitando o direito de opção dos trabalhadores quanto à alíquota contributiva; 4ª - Autorização para a Diretoria do Sindicato assinar Convenção Coletiva, Acordo Coletivo de Trabalho ou Instaurar Dissídio Coletivo, caso malogre a tentativa conciliatória. Jundiaí, 18 de março de 2025. Reinaldo Dias Rabelo - Presidente

OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA DE TITULARES DOS CERTIFICADOS RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 16ª (DÉCIMA SEXTA) EMISSÃO DA OCTANTE SECURITIZADORA S.A. ficam convocados os senhores titulares de CRA da 1ª e 2ª Séries da 16ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A. ("Titulares de CRA", "Emissora", "CRA" e "Emissora", respectivamente), em conformidade com o disposto na Cláusula 12.2 do "Formo de Securitização de Créditos das 1ª e 2ª Séries da 16ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A." ("Formo de Securitização"), a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares de CRA ("AGT"), a ser realizada em primeira convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação para fins de Quórum no dia 08 de abril de 2025, às 15:00, de modo exclusivamente digital, por meio de videoconferência por meio da plataforma digital Microsoft Teams, na qual o acesso será liberado de forma individual após credencialização do Titular de CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de eleger e deliberar sobre o provisionamento de despesas futuras possíveis de serem incorridas no curso da Emissão e/ou na recuperação de valores inadimplidos em favor dos Titulares dos CRA, bem como o provisionamento futuro, inclusive para caso de perda no processamento atrelado às seguintes Ordens do Dia: (a) Em razão do proferimento de sentença atrelada parcialmente proferente em favor da Emissora no âmbito do Procedimento Arbitral nº 71/2022/STCC, reconhecendo expressamente o inadimplemento pela Devedora do Contrato de Assessoria e obrigando a Devedora a realizar o pagamento da condenação arbitral e do Saldo Devedor dos CRA ("Saldo Devedor Total") existente na data da decretação do Verdicto Arbitralizado dos CRA, conforme fatos relevantes publicados em 14 de julho de 2022 e 07 de março de 2025 ("Fatos Relevantes") e atos ratificados sequencialmente, deliberar sobre o plano de cobrança em face da Devedora, inclusive mas não se limitando aos fatos a seguir: (a) Aprovar, ou não, a proposta de negociação encaminhada pela Devedora, contemplando o pagamento do Saldo Devedor Total, cujo detalhamento das condições da negociação será detalhado no momento da Assembleia; (b) Aprovar eventual contraproposta de pagamento para quitação, pela Devedora, do Saldo Devedor Total, para que a Emissora possa seguir com a cobrança, recebimento e posterior pagamento aos Titulares dos CRA; (c) Aprovar a eventual contratação do assessor legal Ferro, Castro Neves, Delella & Gomide ("ECG") para representação da Emissora, na qualidade de representantes dos Titulares dos CRA, em uma possível ação de execução em face da Devedora, caso ocorra o inadimplemento referente a quaisquer valores devido aos Titulares dos CRA, cuja proposta será apresentada aos Titulares dos CRA em Assembleia; (d) Autorizar a Emissora e o Agente fiduciário praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à elevação da deliberação. **INFORMAÇÕES GERAIS:** 1. Em linha com a Resolução CVM nº 60, de 21 de março de 2021 ("RESOLUÇÃO CVM 60"), a AGT será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de videoconferência via plataforma digital Microsoft Teams, cujo o link de acesso será disponibilizado pela Emissora aos Titulares de CRA que enviarem os documentos de representação ao endereço eletrônico cascho@octante.com.br com cópia ao jundiaioctante.com.br e ao Agente fiduciário, no endereço eletrônico agente@cascho.com.br, até o dia 21 de março de 2025. 2. Solicitamos que os documentos de representação sejam enviados em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGT, observando o disposto na Resolução CVM 60 e conforme documentação abaixo: a. **Quando Pessoa Física:** Cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. **Quando Pessoa Jurídica:** (a) último estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. **Quando Fundo de Investimento:** (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, de administração ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. **Quando Representação por Procurador:** caso quaisquer titulares dos CRA encadeados em nome venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. 3. Os documentos relacionados à ordem do dia, bem como as informações acerca do depósito dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções referentes ao sistema e formato da AGT estão disponíveis nos sites bit.ly/procureoctante.com.br e bit.ly/procureoctante.com.br, e 4. Os termos encadeados em letra maiúscula neste edital e não definidos expressamente possuem o mesmo significado que lhes é atribuído no Termo de Securitização.

Guilherme Antonio Moriano da Silva - Diretor de Securitização
Octante Securitizadora S.A. - Rua Barão, 226, São Paulo - SP, CEP 05 445-040

DNIT DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

BRASIL UNIAO E RECONSTRUCAO

AVISO DE ALTERAÇÃO

Concorrência nº 0485/2024 - UASG 393003

Nº Processo: 50600028365202493. Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no DOU de 27/12/2024, foi alterado. Objeto: Contratação de empresa(s) para execução de serviços técnicos de engenharia para regularização das Faixas de Domínio da União em áreas urbanas e rurais, incluindo o levantamento topográfico da faixa de domínio, levantamento documental e auxílio na administração patrimonial das faixas de domínio das rodovias federais integrantes do Sistema Nacional de Viação - SNV, enquanto necessários ou vinculados às atividades do DNIT. Subdividido em 02 (dois) lotes. Total de Itens Licitados: 2. Novo Edital: 20/03/2025 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h55. Endereço: Saun Quadra 3 Bloco A, Asa Norte - BRASILIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/editais/393003-3-90485-2024>. Entrega das Propostas a partir de 20/03/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 13/05/2025 às 15h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O Edital poderá ser obtido nos sites www.dnit.gov.br ou www.comprasgovernamentais.gov.br.

NATHALIA PRADO RADEL
Agente de Contratação

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

ERRATA DO AVISO DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL Nº 01/2025

A Secretaria de Estado da Saúde - SES, vem através deste expediente corrigir o CHAMAMENTO PÚBLICO nº 01/2025 publicado neste veículo em 10/03/2025.

EVENTO	DATA
Divulgação do Chamamento Público	10/03/2025
Prazo máximo para Pedidos de Impugnação do edital	18/03/2025
Prazo máximo para Pedidos de Esclarecimento	20/03/2025
Divulgação da Nota de Esclarecimento	27/03/2025
Divulgação da Nota de Pedidos de Impugnação do edital	28/03/2025
Data para visitação das unidades	24/03/2025 a 04/04/2025
Data para entrega dos Envelopes	11/04/2025
Data para publicação inicial de resultados	05/05/2025
Data para publicação da matriz de avaliação	05/05/2025
Período para recursos	06/05/2025 a 09/05/2025
Data para resposta aos recursos	19/05/2025
Divulgação de resultado definitivo	19/05/2025

CLAUDIO MITIDIERI SIMÕES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
DE SERGIPE

ESTADÃO

QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO

CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.

ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI 107,3



ERA DO CLIMA

FELIPE RAU/ESTADÃO-6/3/2025



Kalil Cury Filho

‘Brasil é o Pelé da sustentabilidade e pode mudar o jogo’

— Para diretor da Fiesp, País não está ainda entre os principais líderes em redução de emissões

ENTREVISTA

Consultor, é diretor de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp e coordenador do Fórum Mundial de Economia Circular

LUCIANA DYNIEWICZ

Na América Latina, Guatemala, Colômbia, Costa Rica, Peru, Uruguai e Chile estão entre os países mais avançados na agenda de sustentabilidade, de acordo com Kalil Cury Filho, diretor adjunto de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e coordenador do Fórum Mundial de Economia Circular, que acontecerá em maio na capital paulista. Em sua visão, porém, se o Brasil melhorar a atuação na área, pode virar exemplo para o resto do mundo.

“O Brasil é como quando o Pe-

lé entrava em campo. Quando ele entrava, o jogo mudava. O Brasil, entrando em campo mais fortemente, passa na frente de todos por causa do ativo que tem – a natureza. Temos água, sol e vento em abundância”, diz Cury Filho.

Segundo ele, as empresas terão de mudar a lógica em que operam para garantir a redução das emissões, trabalhando para que seus produtos durem o máximo possível, de modo a evitar que sejam substituídos rapidamente. Isso diminuiria a necessidade de aquisição de novos itens e, portanto, o gasto de energia para produzi-los.

Presente em 18 edições da COP, a Conferência da ONU sobre mudanças climáticas, Cury Filho diz que pode haver imprevistos na COP-30, que será realizada no Pará em novembro, dado o atraso na organização do evento, avisando que não dá para resolver as coisas no “jeitinho brasileiro”. “Temos de ser profissionais nessas questões, mas ainda temos tempo.”

As seguir, os principais trechos da entrevista.

“O Brasil é como o Pelé. Quando ele entrava em campo, o jogo mudava. O Brasil entrando em campo mais fortemente passa na frente de todos por causa do ativo que tem – água, sol e vento em abundância”

As indústrias siderúrgica e de cimento têm um desafio grande para reduzir emissões. O que elas têm feito até aqui?

Tenho uma visão pessimista e uma otimista sobre isso. Vou mais pela otimista para poder acordar amanhã e continuar. O paralelo que a gente pode fazer é com a energia solar. Ela era caríssima; hoje é barata. Isso porque teve ganho de escala. Tanto na indústria siderúrgica como na do cimento, as alternativas conhecidas hoje são caras, mas, dependendo da escala e de imposições dos órgãos reguladores, pode acontecer (a descarbonização).

Muitos países deram subsídios para as empresas substituírem suas fontes de energia. A Fiesp defende algum subsídio para isso?

Hoje, uma questão relevante é a dos subsídios para a indústria do petróleo. São trilhões de dólares anuais. É um contrassenso, se você pensar que a gente precisa reduzir as emissões. Como é que se dá um subsídio desse tamanho para a indústria do petróleo? Aí você fala: ‘Em vez de dar esse subsídio, posso colocar o dinheiro para tecnologias de menor emissão’. Esse é um trade-off difícil. O mundo está muito conectado ao petróleo, na petroquímica e nos materiais que a gente usa. Desmontar isso demora. Acho que o mundo está fazendo esse trabalho. Tem uma discussão se está fazendo na velocidade possível. Tem críticas em relação a isso. Mas, se você olhar o mainstream das indústrias, as empresas têm isso como dado. O que não está certo é a data. Uns acham que em 2040 não vai mais ter petróleo. Outros falam em 2060. Mas o caminho está dado. Agora, é uma tarefa desafiadora.

O senhor é coordenador do Fórum Mundial de Economia Circular, que vai acontecer no Brasil. A economia circular também pode ter um papel na descarbonização...

Um papel enorme. Quando a gente fala de redução de emissões, a primeira questão é a fonte de energia: petróleo, gás, carvão. Mas você também pode reduzir o uso da energia. Isso tem a ver com consumir apenas aquilo que você precisa. Também tem a ver com o descarte, por exemplo, da embalagem ou mesmo do produto que você utilizou. Se for um descarte seletivo, pode permitir o reaproveitamento do material. Ou se você consome um produto com vida útil mais longa, você vai substituí-lo menos vezes e vai consumir menos energia para fazer novos.

Hoje não é isso que as empresas fazem. A lógica é que os produtos durem menos.

Isso é difícil, mas vai ter de mudar. Algumas empresas estão fazendo isso de uma forma muito inteligente. Por exemplo, no aeroporto de Amsterdã, a Philips vende a iluminação, não a lâmpada. Se a lâmpada queima, ela tem de substituir. Isso acaba fazendo um círculo virtuoso em que a empresa não quer que a lâmpada queime. Outro caminho é via regulador. Aí o governo tem papel fundamental. E isso não tem nada a ver com a discussão política de governo maior ou de Estado mínimo. É o papel do governo de regulador, de indutor de transformações ou de líder. Por exemplo, o governo pode incentivar o aproveitamento de produtos que sejam reciclados, não tributá-los.

Essa pauta está em debate no governo hoje?

Sim. O Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) está envolvido nessa discussão. O governo também definiu um plano nacional de economia circular e está apoiando uma legislação que está em tramitação no Senado sobre o tema. As coisas estão caminhando bem, mas elas ainda são recentes.

Quais países o Brasil deveria ter como exemplo nessa área?

A Finlândia, que é o nosso parceiro para o Fórum Mundial de Economia Circular, tem um programa de economia circular agressivo. A Holanda é outro país muito forte. Na América Latina, Guatemala, Colômbia, Costa Rica, Peru, Uruguai e Chile estão avançados na agenda de sustentabilidade. Mas o Brasil é como quando o Pelé entrava em campo. O jogo mudava. O Brasil entrando em campo mais fortemente passa na frente de todos por causa do ativo que tem – a natureza. Temos água, sol e vento em abundância. ●

Recuperação judicial Nos Estados Unidos

Juiz marca para 20 de maio audiência sobre plano da Gol

ALTAMIRO SILVA JUNIOR

O juiz da Corte de falências de Nova York marcou para o dia 20 de maio a audiência para a avaliação do plano de reestruturação financeira proposto pela Gol, conforme documento assinado na terça-feira. Na audiência, o magistrado vai dizer se concorda ou não com a proposta da companhia aérea brasileira para sair do Chapter 11, processo equivalente à recu-

peração judicial nos Estados Unidos, em que a empresa entrou em janeiro de 2024.

Um dia antes, na segunda-feira, houve uma audiência na Corte em Nova York, em que o juiz responsável pelo caso, Martin Glenn, ouviu as partes. Quatro credores mostraram objeções ao plano proposto pela aérea e o magistrado permitiu que a Whitebox Advisors, gestora dos Estados Unidos que tem títulos de dívida da Gol, apresente documentos com in-

formações confidenciais e que não vão se tornar públicas até o fim do Chapter 11.

A gestora questiona a troca de títulos de dívida proposta pela Gol, que teria buscado garantias mais caras para os ativos.

ATRASO NO CRONOGRAMA. Para a audiência final em maio, as partes que tiveram alguma objeção após novas investigações na Gol e afiliadas devem apresentar os documentos na Corte em Nova York até o dia 6

de maio. Já as partes que apoiam o plano têm até o dia 13 do mesmo mês para encaminhar os documentos explicando seus pontos.

O cronograma sofreu um atraso em relação ao anteriormente previsto. Na agenda anterior, a audiência de confirmação do plano de recuperação proposto pela Gol estava prevista para abril.

O plano de reestruturação da Gol prevê um financiamento de US\$ 1,87 bilhão (R\$ 10,6

bilhões), que pode ser levantado com ações e dívida, para facilitar a saída do Chapter 11. Desse total, US\$ 330 milhões (R\$ 1,86 bilhão) podem ser captados com uma oferta de ações. Analistas preveem uma diluição na casa dos 75% com a conversão de dívida em ações.

O plano também contempla uma potencial fusão da Gol com a Azul, com a ressalva de que primeiro as duas companhias precisam resolver suas questões financeiras. ●



Habitasec Securitizadora S.A.

CNPJ nº 09.304.427/0001-58

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Em cumprimento às determinações legais, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Habitasec Securitizadora S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia emitiu 17 (dezessete) novas séries de CRI e 2 (duas) novas séries de CRA, totalizando as operações o montante de R\$ 485.506.000,00. O resultado líquido obtido pela Companhia no período foi um lucro de R\$ 4.106.170 (lucro de R\$ 5.147.392 em

31 de dezembro de 2023) e o seu patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 10.512.182 (R\$ 6.611.320 em 31 de dezembro de 2023). Em conformidade com a Resolução CVM nº 162/22, informamos que a Companhia adota como procedimento: consultar os auditores independentes Moore MISL Luma Lucchesi Auditores e Contadores Ltda. ("Moore MISL") no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou

objetividade. Para os exercícios findos, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve a contratação de serviços não relacionados a auditores independentes. **Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22 de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. São Paulo, 03 de fevereiro de 2025.

A Administração

Balanco Patrimonial	Notas	31/12/2024		31/12/2023	
		Explicativas		Explicativas	
Ativo/Circulante		14.267.216	9.221.434		
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.039.746	821.340		
Clientes	5	115.435	78.634		
Impostos a recuperar	6	11.974.229	8.225.851		
Outros valores a receber		73.575	92.553		
Partes relacionadas	7	4.225	3.056		
Não Circulante		748.644	872.067		
Depósito judicial	8	274.090	256.733		
Imobilizado	9	473.954	715.334		
Total do Ativo		14.955.254	10.193.501		

Balanco Patrimonial	Notas	31/12/2024		31/12/2023	
		Explicativas		Explicativas	
Circulante		4.443.672	3.582.187		
Impostos e contribuições a receber	10	273.340	224.541		
Obrigações trabalhistas	11	2.452.753	1.913.633		
Dividendos a pagar		1.492.156	1.286.848		
Outras obrigações	12	224.821	157.153		
Patrimônio líquido	14	10.512.182	6.611.320		
Capital social		500.000	500.000		
Reservas de lucros		10.012.182	6.111.320		
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		14.955.254	10.193.501		

Demonstrações do Resultado		Acumulado do exercício atual		Acumulado exercício anterior	
		Notas	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023	
Receita Bruta			8.907.458	5.331.515	
Deduções da Receita			(8.907.458)	(5.331.515)	
Receita Operacional Líquida			(8.907.458)	(5.331.515)	
Receitas (Despesas) Operacionais			(1.961.942)	(1.548.481)	
Honorários e encargos sociais da diretoria			(8.096.326)	(4.953.440)	
Salários, encargos sociais e benefícios			(191.601)	(85.873)	
Despesas tributárias			(4.206.322)	(3.574.069)	
Despesas gerais e administrativas		15	(284.048)	(276.397)	
Amortização e depreciação		9*	46.725	(150.435)	
Outras receitas (despesas) operacionais			(12.690.614)	(10.588.695)	
Resultado antes do resultado financeiro			(8.642.631)	(5.776.854)	
Resultado financeiro líquido		16	10.627.727	13.533.363	
Resultado Antes dos Impostos			6.185.106	7.756.715	
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		13	(2.078.926)	(2.615.323)	
Lucro Líquido do Exercício			4.106.170	5.147.392	
Lucro por ação - R\$			4,56	5,72	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas de Lucros
Dividendos pagos sobre reserva de lucros	500.000	100.000	4.390.778
Lucro líquido do exercício	-	-	(2.200.000)
Destinação do lucro	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	3.960.544
Saldo em 31 de dezembro de 2023	500.000	100.000	6.011.320
Saldo em 31 de dezembro de 2023	500.000	100.000	6.011.320
Lucro líquido do exercício	-	-	4.106.170
Destinação do lucro	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	(205.308)
Reserva estatutária	-	-	3.960.862
Saldo em 31 de dezembro de 2024	500.000	100.000	9.912.182

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas de Lucros
Dividendos pagos sobre reserva de lucros	500.000	100.000	4.390.778
Lucro líquido do exercício	-	-	(2.200.000)
Destinação do lucro	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	3.960.544
Saldo em 31 de dezembro de 2023	500.000	100.000	6.011.320
Saldo em 31 de dezembro de 2023	500.000	100.000	6.011.320
Lucro líquido do exercício	-	-	4.106.170
Destinação do lucro	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	(205.308)
Reserva estatutária	-	-	3.960.862
Saldo em 31 de dezembro de 2024	500.000	100.000	9.912.182

Demonstrações do Resultado Abrangente			
Resultado antes do resultado financeiro	Resultado financeiro líquido	Resultado Antes dos Impostos	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
Lucro Líquido do Exercício	4.106.170	5.147.392	5,72
Lucro por ação - R\$	4,56	5,72	

Demonstrações do Valor Adicionado			
Receitas	31.12.2024	31.12.2023	Distribuição do Valor Adicionado
Prestação de serviços	8.907.458	5.331.515	Pessoal
Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.155.995)	(1.077.553)	Honorários da diretoria e salários
Matérias, energia e outros	(2.637.501)	(2.287.214)	Benefícios
Serviços de terceiros	5.113.962	1.966.748	Fórets
Valor Adicionado Bruto	4.825.914	1.890.350	Impostos, taxas e contribuições
Retenção	(284.048)	(276.398)	Federal
Amortização e depreciação do imobilizado	(4.825.914)	(1.890.350)	Municipal
Valor Adicionado Líquido	10.905.916	13.556.616	Remuneração de capital de terceiros
Valor Adicionado Recebido em Transferência	46.725	26.363	Alugueis
Receitas financeiras	10.905.916	13.556.616	Juros
Outras receitas	46.725	26.363	Despesas bancárias
Valor Adicionado a Distribuir	10.952.641	13.582.979	Outras

Demonstrações do Valor Adicionado			
Receitas	31.12.2024	31.12.2023	Distribuição do Valor Adicionado
Prestação de serviços	8.907.458	5.331.515	Pessoal
Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.155.995)	(1.077.553)	Honorários da diretoria e salários
Matérias, energia e outros	(2.637.501)	(2.287.214)	Benefícios
Serviços de terceiros	5.113.962	1.966.748	Fórets
Valor Adicionado Bruto	4.825.914	1.890.350	Impostos, taxas e contribuições
Retenção	(284.048)	(276.398)	Federal
Amortização e depreciação do imobilizado	(4.825.914)	(1.890.350)	Municipal
Valor Adicionado Líquido	10.905.916	13.556.616	Remuneração de capital de terceiros
Valor Adicionado Recebido em Transferência	46.725	26.363	Alugueis
Receitas financeiras	10.905.916	13.556.616	Juros
Outras receitas	46.725	26.363	Despesas bancárias
Valor Adicionado a Distribuir	10.952.641	13.582.979	Outras

Demonstrações do Resultado Abrangente			
Resultado antes do resultado financeiro	Resultado financeiro líquido	Resultado Antes dos Impostos	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
Lucro Líquido do Exercício	4.106.170	5.147.392	5,72
Lucro por ação - R\$	4,56	5,72	

A Diretoria
Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22 de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. São Paulo, 03 de fevereiro de 2025. A Administração.

Contador: Paulo Sérgio Marques Busto - CRC nº 15P/22455/O-0
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras
Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22 de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. São Paulo, 03 de fevereiro de 2025. A Administração.

Contador: Paulo Sérgio Marques Busto - CRC nº 15P/22455/O-0
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras
Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22 de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. São Paulo, 03 de fevereiro de 2025. A Administração.



ESTADÃO RI
A melhor plataforma de notícias com investimentos

Fique por dentro dos principais Fatos Relevantes das companhias de seu interesse.



PORTAL ESTADÃO RI

ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADÃO.IG/ESTADÃO.COM.BR

ESTADÃO 107.3

ESTADÃO 107.3

SINDIVAL

Sindicato das Empresas Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários no Estado de São Paulo
CNPJ nº 47.835.368/0001-33
Assembleia Geral Ordinária

Nos termos dos Estatutos Sociais do SINDIVAL - Sindicato das Empresas Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários no Estado de São Paulo, convocamos as associadas desta entidade para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 31 de março de 2025, (segunda-feira), às 10h00 hs em 1ª (primeira) convocação, à Rua Gomes de Carvalho, 1629 - 11º andar - Sala - 01 - São Paulo/SP para discussão dos itens da Ordem do Dia: I - Análise e aprovação das demonstrações financeiras, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; II - Parecer do Conselho Fiscal sobre o Balanço e Contas do Exercício de 2024; III - Outros assuntos de interesse geral. Caso não haja número legal para sua instalação, a mesma será realizada em 2ª (segunda) convocação às 10h30hs, com qualquer número de presentes. São Paulo, 20 de março de 2025. Atenciosamente, Carlos Amâncio Borges de Souza - Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

MANOEL ANTÔNIO LOPES RODRIGUES ALVES, brasileiro, casado, arquiteto, portador do Registro Geral número 5.362.881 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o número 033.015.768-00, residente e domiciliado na Rua Casa do Alor, número 593, apartamento 141, bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, São Paulo, e **GRACINDA MARIA LOPES RODRIGUES ALVES**, brasileira, solteira, empresária, portadora do Registro Geral número 15.388.845-2 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o número 163.752.288-67, residente e domiciliada na Rua Marechal Bena Machado, número 517, bairro Jardim Marquês, na cidade de São Paulo, São Paulo, sócios da sociedade limitada "GRACIMAC" - Administração de Bens Ltda., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número 66.723.271/0001-83, com sede na Rua Domingos de Moraes, número 2262, conjunto 6, bairro Vila Mariana, na cidade de São Paulo, São Paulo, convocamos os senhores sócios para a Assembleia Geral Extraordinária de sócios da referida sociedade empresária a ser realizada no dia 31 de março de 2025, às 17 horas, por meio de videoconferência, através do link: meet.google.com/qcyh-ayru, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
a) destituição de administrador da sociedade;
b) nomeação de novo administrador para a sociedade;
c) definição de pró-labores e divisão de lucros.
Os sócios deverão acessar a assembleia por meio do link acima mencionado na data e horário indicados. Recomenda-se testar previamente o acesso à plataforma de videoconferência para evitar contratempos. Ao ingressar na videoconferência, cada sócio deverá se identificar com nome completo e, se possível, manter a câmera ativada para validação de presença. Caso algum sócio não possa participar pessoalmente, poderá ser representado por procurador constituído há menos de um ano, que seja sócio ou advogado, conforme previsto no artigo 1.074, § 1º, do Código Civil. A procuração deverá ser encaminhada para e-mail mra@gracimac.com.br até 1 de abril de 2025. Este edital está sendo publicado conforme as disposições legais e contratuais aplicáveis.

São Paulo, 14 de março de 2025

MANOEL ANTÔNIO LOPES RODRIGUES ALVES
GRACINDA MARIA LOPES RODRIGUES ALVES

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. CASAS PERNAMBUCANAS

CNPJ/MF nº 61.099.834/0001-90 - NIRE nº 35300033451 - Companhia Fechada
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2024

I - DATA, HORA E LOCAL: 09 de setembro de 2024, às 16:00 horas, na sede da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas ("Companhia"), localizada na capital do Estado de São Paulo, na Rua Consolação nº 2.411, 6º andar, Consolação, CEP: 01301-100. II - MESA: Sr. Evaldo Fontes Júnior, Presidente e o Sr. José Eduardo dos Santos Investa Castilho, Secretário. III - PRESENÇA: A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber os Srs. Marlon Mitteldorf, Evaldo Fontes Júnior, Alberto Lundgren Altenburg, Annibal Ribeiro Lima Neto, Evandro Luis Rezera e Raffi Lundgren, virtualmente em conformidade com o § 5º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. IV - CONVOCAÇÃO: Eletuada, em conformidade com o § 3º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. V - ORDEM DO DIA: análise e deliberação acerca (i) eleição da Diretoria sem designação específica de acordo com o § 1º do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia. VI - DELIBERAÇÕES: Após leitura da Ordem do Dia, pela unanimidade dos votos dos membros do Conselho de Administração, foram tomadas as seguintes deliberações, sem reservas ou ressalvas: (i) Aprovar a eleição da Sra. Mariana Lucia Copparoni, argentina, casada, administradora, portadora da cédula de identidade RG nº F294777P, DE/SP, inscrita no CPF sob o nº 244.548.468-55, sem domicílio na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial à Rua da Consolação, nº 2.411, 6º andar, CEP: 01301-100, para o cargo de Diretora sem designação específica, com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração a se realizar após a Assembleia Geral Ordinária que deliberar as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 2024. A Diretora ora eleita toma posse de seu respectivo cargo de imediato, mediante a assinatura do respectivo termo de posse, o qual foi lavrado em livro próprio da Companhia, ocasião na qual firmou também declaração confirmando que não está impedida por lei para investidura no cargo, estando oente do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. O prazo de mandato do membro da Diretoria Estatutária se entenderá até a respectiva eleição ou a investidura de novo membro da Diretoria, nos termos §2º do Artigo 16º do Estatuto Social da Companhia, e as suas atribuições incluídas para efeitos de apuração dos atos tomados isoladamente serão determinadas em Ata pela Diretoria da Companhia. VII - ENCERRAMENTO E ASSINATURAS: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente da Mesa encerrou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário para a lavatura desta ata. Relembros os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. Mesa: Evaldo Fontes Júnior, Presidente, e José Eduardo dos Santos Investa Castilho, Secretário da Mesa. Membros do Conselho de Administração presentes: Marlon Mitteldorf, Evaldo Fontes Júnior, Alberto Lundgren Altenburg, Annibal Ribeiro Lima Neto, Evandro Luis Rezera e Raffi Lundgren. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 09 de setembro de 2024. Mesa: Evaldo Fontes Júnior - Presidente da Mesa e Vice Presidente do Conselho de Administração; José Eduardo dos Santos Investa Castilho - Secretário da Mesa. JUCESP nº 356.364/24-0 em 30/09/2024. Mariana Centurion Dardan - Secretária Geral em Exercício.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.571.059/0001-06

CONPAREGULAMENTO FFM 21102125 - CONCORRÊNCIA - PROCESSO DE COMPRA FFM R\$ Nº 211/2025
A FFM ICESP entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 351 - Conjunto Céas, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo MENOR PREÇO, para contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e em um conjunto mobiliário de água gelada (BACV), cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo Regulamento de Compras da FFM.

Secretaria de
GestãoSALVADOR
PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Salvador, capital do Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE), por meio da Comissão Central Permanente de Contratos (COMPEL), torna pública, para conhecimento dos interessados, que será realizada a seguinte licitação: Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO - SEMGE Nº 90019/2025 - PROC: 231774/2024**. SEMGE, cujo objeto é a elaboração de registro de preço para aquisição de CAIXA ARQUIVO, que tem por finalidade garantir o atendimento às necessidades dos servidores e colaboradores provenientes da rotina de funcionamento básico deste município, assim como acontece em diversas outras instituições, tendo em vista a necessidade de apoiar acervo documental de forma adequada, por meio de materiais de expediente para a realização das atividades cotidianas, de uso comum da prefeitura de Salvador, com a abertura da sessão no dia 1º/04/2025, às 10h. Obs: horário oficial de Brasília. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, que poderão retirar, gratuitamente, da seguinte forma: Portal da SEMGE (www.gov.br/compras), informações compe@salvador.ba.gov.br.

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. CASAS PERNAMBUCANAS

CNPJ/MF nº 61.099.834/0001-90 - NIRE nº 35300033451 - Companhia Fechada
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2024

I - DATA, HORA E LOCAL: 09 de setembro de 2024, às 17:30 horas, na sede da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas ("Companhia"), localizada na capital do Estado de São Paulo, na Rua Consolação nº 2.411, 6º andar, Consolação, CEP: 01301-100. II - MESA: Sr. Marlon Mitteldorf, Presidente e o Sr. José Eduardo dos Santos Investa Castilho, Secretário. III - PRESENÇA: A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber os Srs. Marlon Mitteldorf, Evaldo Fontes Júnior, Alberto Lundgren Altenburg, Evandro Luis Rezera e Raffi Lundgren, virtualmente em conformidade com o § 5º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. IV - CONVOCAÇÃO: Eletuada em conformidade com o § 3º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. V - ORDEM DO DIA: análise e deliberação acerca (i) Tomar ciência de pedido de renúncia de membro do Conselho de Administração ("Conselho") da Companhia e deliberar sobre a eleição de seu substituto, nos termos do § 3º do Artigo 11 do Estatuto Social da Companhia. VI - DELIBERAÇÕES: Após a leitura da Ordem do Dia, pela unanimidade dos votos dos membros do Conselho de Administração, foram tomadas as seguintes deliberações, sem reservas ou ressalvas: (i) Acatar a renúncia apresentada pela Sra. Laila Abraham Loria, brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade RG nº 31645393, inscrita no CPF sob o número 379.862.767-91, conforme carta de renúncia apresentada à Companhia, tendo deixado de exercer suas funções desde 29/08/2024, e nomear, em sua substituição, para cumprimento do mandato do Conselho de Administração até a próxima Assembleia Geral da Companhia, o Sr. Annibal Ribeiro Lima Neto, brasileiro, divorçado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 10557031, inscrito no CPF sob o número 051.088.038-08, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Consolação nº 2.411, 6º andar, Consolação, CEP: 01301-100. O Conselho ora eleito declara em seu respectivo termo de posse, arquivado na sede da Companhia, que não está condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, que não está incorso em qualquer delito que o impeça de exercer as atividades do cargo para o qual foi designado, que não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado com a Companhia e que não têm interesse conflitante com a mesma. VII - ENCERRAMENTO E ASSINATURAS: Nada mais havendo

Consumo Nova frente

Aramis investe em 'moda inteligente' com loja exclusiva da marca Urban

Expectativa é de que os artigos da bandeira respondam por até 8,5% do faturamento da empresa neste ano

LUCAS AGRELA

A Aramis, conhecida por suas roupas sociais de alfaiataria, vem apostando na marca Urban desde 2022 e agora terá uma loja física exclusiva para os produtos no Morumbi Shopping, na zona sul da capital. A unidade faz parte do que a empresa chama de "house of brands", área que agrega novas marcas e que teve crescimento de 46% em dois anos de existência, representando hoje 5% do faturamento da Aramis.

"Há alguns anos, desenhamos a meta de chegar a R\$ 1 bilhão de faturamento em 2026 e, desde então, temos implementado diversos esforços nessa direção. Um deles é a Urban,

nossa marca de moda inteligente que fundamos em 2022 e que combina sofisticação e tecnologia", diz o CEO da Aramis Inc, Richard Stad.

A projeção de faturamento da nova loja da Urban é de R\$ 6 milhões para 2025. A unidade também servirá como ponto de coleta para entregas das vendas via internet. De acordo com Stad, a aceitação dos produtos tem sido positiva e a previsão é de que os artigos da marca passem a representar 8,5% do faturamento da companhia este ano, um crescimento de 60%.

As roupas da marca Urban são diferentes das vendidas pela Aramis. As peças usam tecidos esportivos, mantendo, segundo a rede, o refinamento da alfaiataria, com design minimalista versátil para diferentes ocasiões. As roupas também contam com proteção contra raios ultravioleta (UV) e acabamento antiodor.

Stad diz ainda que os artigos da marca vendidos no Espaço Ur-



Loja da Urban em São Paulo: roupas com proteção UV e antiodor

ban, uma área de 2 m² dentro das lojas da Aramis, representam 18% do faturamento das unidades, indicando o potencial para a abertura de uma loja de marca própria. A escolha do Morumbi Shopping deve-se ao faturamento acima da média desses artigos no local, onde respondem por 24% das vendas da loja da Aramis.

MODA INFANTIL. Além da Urban, a Aramis também tem planos de criar uma nova marca ainda em 2025, desta vez, voltada ao público infantil. "No ano que completamos 30 anos da Aramis, teremos uma outra novidade: a criação da nossa marca infantil, que entra no portfólio da house of brands como mais um reforço na conquista

desta nossa meta. As peças devem estar disponíveis nas lojas no mês de agosto", diz Stad.

Para a sócia-diretora da Gouvêa Fashion Business, Cecília Rapassi, o vestuário masculino passou por mudanças nos últimos anos e o movimento da Aramis com a Urban visa acompanhar a demanda do consumidor. "No segmento de moda masculina, a demanda por peças que unam estilo, conforto e tecnologia cresceu muito, impulsionada por mudanças no dress code corporativo e na rotina do consumidor contemporâneo", diz, lembrando que a criação de uma loja física da marca ajuda a consolidá-la no mercado e atrair novos

Meta

Para alcançar R\$ 1 bilhão em vendas até 2026, grupo vai lançar este ano marca de moda infantil

clientes que desejam peças práticas para o dia a dia.

"No ambiente digital, preço é um fator relevante, mas não é o único. Marcas com um histórico consolidado, como a Aramis, têm a vantagem de contar com credibilidade, reconhecimento e uma base de clientes fiéis, o que influencia diretamente na decisão de compra." ●

SINDCOR
Sindicato das Correntes de Valores e Câmbio do Estado de São Paulo - C.V.P.J. nº 53.002.501/0001-07
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Nos termos do Estatuto Social do SINDCOR - Sindicato das Correntes de Valores e Câmbio do Estado de São Paulo, convocamos as associadas desta entidade para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 31/03/2025 (segunda-feira), às 10:00h em 1ª (primeira) convocação, à Rua Gomes de Carvalho, 1623 - 12º andar - Sala 02 - São Paulo/SP, para discussão dos itens da Ordem do Dia: I - Análise e aprovação das demonstrações financeiras, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; II - Outros assuntos de interesse geral. Caso não haja número legal para sua instalação, a mesma será realizada em 2ª (segunda) convocação às 10:30h, com qualquer número de presentes. Informamos que as respectivas demonstrações financeiras devidamente auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes, encontram-se à disposição das associadas na sede deste Sindicato.
Atenciosamente - Carlos Araújo Soares de Sousa - Presidente - São Paulo, 20 de março de 2025.

SERASA S.A.
CNPJ nº 62.173.620/0001-80 - NIRE 35.3.0006256-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O Conselho de Administração da Serasa S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14401 - Torre C-1 do Complexo Parque da Cidade - conjuntos 191, 192, 201, 202, 211, 212, 221, 222, 231, 232, 241 e 242, Bairro Chácara Santo Antônio, CEP 04794-000 ("Companhia") convoca os Senhores Acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 31 de março de 2025, às 14:00 horas, por videoconferência, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) os termos e condições do Protocolo e a justificativa de Motivos referente a incorporação da Brain Soluções de Tecnologia Digital S.A.; (ii) ratificação da nomeação e contratação da empresa avaliadora KPMG Auditores Independentes Ltda, como Empresa Avaliadora da incorporação da Brain pela Companhia; (iii) os termos e condições do Laudo de Avaliação de Incorporação referente a incorporação da Brain pela Companhia; (iv) a incorporação da Brain pela Companhia; e (v) outros assuntos de interesse geral da Companhia. Cópias autenticadas de documentos de representação devem ser entregues, sob protocolo, no Departamento Jurídico da Companhia, até 3 (três) dias úteis antes da data da Assembleia. São Paulo - SP, 18 de março de 2025. Conselho de Administração da Companhia.

ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico
AVISO
Em conformidade ao disposto no artigo 12 de seu Estatuto, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informa que o Relatório de Administração (Relatório Anual ONS 2024) e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2024, bem como o Relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal, estarão disponíveis a partir de 21 de março de 2025 em seu site: www.ons.org.br.
Rio de Janeiro, 20 de março de 2025.
Operador Nacional do Sistema Elétrico.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 24 HORAS, COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS DE SUPORTE BÁSICO CLASSE B E VEÍCULO DE SUPORTE AVANÇADO - UTI CLASSE D - COM TRIPULAÇÃO, PARA O ATENDIMENTO DOS MUNICÍPIOS QUE NECESSITAM DE TRANSPORTE, REMOÇÃO PRÉ-HOSPITALAR E HOSPITALAR COM TRANSFERÊNCIA PARA SERVIÇOS HOSPITALARES, SITUADOS DENTRO OU FORA DO MUNICÍPIO DE ARUJÁ, ABRANGENDO TODA A REGIÃO METROPOLITANA E INTERIOR DE SÃO PAULO, DISPUTA: dia 04/04/2025 às 10:00 horas.
Edital(is) através do site www.novobmmet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br.
Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras
Prefeitura Municipal de Arujá, 19 de março de 2025

Conheça o que você pode anunciar no Estadão, no portal Estadão.com e na Rádio Eldorado FM.

Noticiário
Anúncio publicitário: informes e Expressão de Opinião veiculados no Estadão em posição determinada ou indeterminada

Classificados
Anúncio de ofertas veiculados no Estadão no caderno Classificados: Automóveis, Imóveis, Vagas de Emprego e Negócios/Oportunidades

Publicidade Legal
Publicação de Atas, Assembleias, Balanços, artigos e comunicados legais para fé pública, veiculados no Estadão em caderno específico

Fúnebre
Publicação de notas de falecimento, missas e homenagens a pessoas falecidas, veiculadas no Estadão em caderno específico.

Fale agora com um consultor

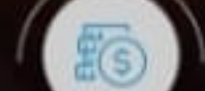
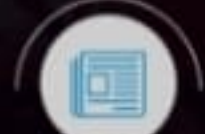
 Telefone (11) 3856-2139
Whatsapp (11) 99123-8351 ou pelo QR Code
Email: balcao.lmiao@estadao.com

Horário de Atendimento
Segunda a Sexta: 8h30 às 21h00
Sábados, Domingos e Feriados: 14h00 às 20h00

ESTADÃO

QUER
RESULTADOS?PUBLIQUE
SEUS ATOS
SOCIETÁRIOS
NO ESTADÃOCONTEÚDO RELEVANTE
DE SEGUNDA A
SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva
informação editorial com
transparência e credibilidade,
admirado por leitores
qualificados e reconhecido
pelo mercado publicitário
em todo o Brasil.

ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO
MULTIPLATAFORMA
DE RESULTADOS FINANCEIROS
E NOTÍCIAS DE EMPRESASLÍDER EM
CONTEÚDO
DE ECONOMIA
& NEGÓCIOSA FORÇA
DO IMPRESSO
+2,2M DE
LEITORESCIRCULAÇÃO
NACIONAL
209.132
EXEMPLARES
(IMPRESSO+DIGITAL)CONSULTE NOSSA
EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA



ESTADÃO L50 ESTADÃO RI 107,3

ESTADÃO RI broadcast

PONTUAÇÃO PORTAL GOOGLE ANALYTICS: 100/100

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 06.577.039/0001-01

COMPRA REGULAMENTO FFM 2031/2025 – CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 8123/2024
AF: Indicação Faculdade de Medicina, entidade de direito privado sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para contratação de empresa especializada no fornecimento de CADERNA DE BOMBA D'ÁGUA, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (<https://www.icsp.org.br/>), e que será regido pelo Regulamento de Compras e Contratação da FFM.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00602746672025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00000228/2025-21
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90016/2025
Objeto: Carro de transporte inox. Total de Itens Licitados: 01 item licitados (um item). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 20/03/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025330000104-1-000747/2025. Entrega das Propostas: a partir de 20/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 01/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00603209972025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00000434/2025-31
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90048/2025
Objeto: Lente intracutânea. Total de Itens Licitados: 01 item licitados (um item). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 20/03/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025330000104-1-000752/2025. Entrega das Propostas: a partir de 20/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 01/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00603290852025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00000842/2025-92
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90064/2025
Objeto: Compressa de gaze e toalha descartável. Total de Itens Licitados: 02 itens licitados (dois itens). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 20/03/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025330000104-1-000752/2025. Entrega das Propostas: a partir de 20/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 01/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu Regulamento de Compras, cujos detalhes estão disponíveis no site (www.fim.br).

CONCORRÊNCIA:

FFM 0241/2025-00 "MONITORAMENTO CFTV"
ADJUDICAÇÃO – COMPRAS REGULAMENTO FFM
FFM 1558/2024-00 (RC 41.525) MED CINE EDITORA E FILMAGEM LTDA-ME, 07.050.619/0001-50
FFM 1859/2024-00 (RC 41.911) NIHON KOHDEN BRASIL MP, EXP. E COM. DE EQUIP. MEDICOS LTDA, 14.365.637/0001-90
FFM 2030/2024-00 (RC 42.107) ELETRONICA ARICANDUVA LTDA-ME, 62.366.943/0001-80

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00.021/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03.643/2024 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE ROUPA DE CAMA, MESA E BANHO conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos sites: <https://www.gov.br/compras>, <https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cd=245> - Envio das Propostas de Preços pelo site <https://www.gov.br/compras> com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 20/03/2025 e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 02/04/2025 às 10h00min.
Osasco, 15 de março de 2025.
Meire Regina Hernandez
Secretária Executiva de Compras e Licitações

COOPERATIVA HABITACIONAL CHAPADÃO
CNPJ: 67.992.238/0001-24 JUCESP: 354.000.509-34
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO
De acordo com o que prescreve o Estatuto Social nos seus Capítulos I, V, Artigo 18, parágrafo Único e Capítulo V, Artigos 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e seus parágrafos, ficam convocados os senhores cooperativistas para deliberarem sobre os assuntos constantes da Ordem do Dia abaixo descrita:
ORDEM DO DIA
(Lei nº 5764/71 – Capítulo IX – Seção II – Artigo 44 – Itens I, II, III, IV, V e suas letras e parágrafos)
a) Apresentação e Deliberação quanto ao Relatório anual da Diretoria – Balanço Geral – Parecer do Conselho Fiscal e Contas; b) Deliberação da Destinação das sobras apuradas no Exercício e ou rateio das perdas decorrentes da inexistência por inadimplência nas contribuições para cobertura das despesas da sociedade; c) Apresentação da situação do IPTU da matrícula da Cooperativa e os valores obtidos na venda das Unidades Reintegradas; d) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o biênio 2025/2026, com mandato até o dia 31 de março de 2027 inclusive; e) Fixar o valor de verba mensal de representação da Diretoria e do Conselho Fiscal que vigorará no Exercício Social; Data: 30 de março de 2025 (Domingo) - Horário: 08 h. - Local: Sede da Cooperativa – Residencial Ibirapuera – Rua do Sol, 148 – Jardim do Sol – Campinas-SP.
O número de cooperativistas para efeito de "quórum" de primeira convocação é de 207. Estatuto da Cooperativa – Capítulo V Artigo 21º – Marcio Aparecido Ferreira - Diretor Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – SINTUNFESP ENTIDADE DE PRIMEIRO GRAU
CNPJ: 06.707.540/0001-95
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ASSOCIADOS
O SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – SINTUNFESP, fundado em 17 e 18 de dezembro de 1992, com base territorial nos municípios de São Paulo, Santos, Osasco, Guarulhos, São José dos Campos, Osasco e Embu das Artes, entidade sindical de primeiro grau, inscrita no CNPJ sob nº 06.707.540/0001-95, com sede e foro na Cidade de São Paulo, localizada na Rua Pedro de Toledo nº 398 – Vila Clementino – São Paulo – SP, CEP 04.039-001, na forma de seu Estatuto Social, por meio de sua Diretoria Colegiada, CONVOCA todos os associados da categoria profissional para ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ASSOCIADOS em pleno gozo estatutário na base territorial representada, em dia com suas obrigações estatutárias, para comparecerem e participarem da Assembleia Geral Extraordinária de Associados que será realizada na data de 27 de março de 2025, na sede social da entidade sindical localizada na Rua Pedro de Toledo nº 398 – Vila Clementino – São Paulo – SP, CEP 04.039-001, às 12h00min em primeira convocação com 51% mais um (quinqüeto por cento mais um) dos associados e às 12h00min em segunda e última convocação, esta com qualquer número de associados presentes, para discutir e deliberar, em observância às normas estatutárias, sobre a seguinte ordem do dia:
a) Elaborar, atualizar e fazer cumprir Regulamento Interno da Diretoria;
b) Encaminhamento para votação e deliberação do item "a";
c) Encerramento.
Assinam pela Diretoria Colegiada:
Antonio de Souza Pereira - Coordenação Geral, CPF: 262.318.619-73;
Wanda Cadelina Costa da Silva - Coordenação Geral, CPF: 296.748.055-22;
Rodrigo Bischof de Oliveira - Coordenação Geral, CPF: 321.325.198-60.
São Paulo, 20 de março de 2025.

PODCAST

Estadão Analisa

com Carlos Andreazza

7h DA MANHÃ

ESTADÃO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Campus "Luiz de Queiroz"
CENTRO DE ENERGIA NUCLEAR NA AGRICULTURA
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00.009.148/0001-25 - UASG 30.202.2
Modalidade: Pregão Eletrônico. Nº Processo: 154.00000234/2025-17. Objeto: Aquisição de condicionadores de ar split com tecnologia inverter e suas respectivas instalações. Total de Itens Licitados: 1036ed0tem. Valor total da licitação: Sigiloso. Disponibilidade do edital: 20/03/2025. Horário: das 08h00 às 17h00. Endereço: Avenida Centenário, 303 - São Carlos - Pírcidulo - SP - CEP: 13.148-000. Link do PNCP: <https://transparencia.usp.br/licitacoes/00010004/2025/730>. Entrega das propostas: a partir de 20/03/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das propostas: 04/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

Baalbek Cooperativa Habitacional

CNPJ 10.331.953/0001-61

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

O Presidente da Baalbek Cooperativa Habitacional - CNPJ 10.331.953/0001-61, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, convoca seus Sócios Cooperados para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada no dia 30 de março de 2025, no Hakka Eventos, situado à Rua São Joaquim, 460, Liberdade, São Paulo, SP, 01508-000, por não haver acomodações na sede social. Em primeira convocação às 13:00 horas com a presença de 2/3 dos convocados, em segunda convocação às 14:00 horas com a presença de metade mais 01 (um) dos convocados, e em terceira e última convocação às 15:00 horas com a presença de no mínimo 10 (dez) convocados presentes, sendo 6588 o número de convocados convocados. Sendo tratada a seguinte ordem do dia:
Ordinária: 1. Deliberação do relatório de administração e contas do exercício fiscal do ano de 2024; 2. Eleição e posse do Conselho Fiscal. Extraordinária: 1. Deliberação da Reforma Estatutária; 2. Ratificação da reforma do Regulamento Interno; 3. Deliberação das Normas Transitórias na implementação das alterações estatutárias e Regimento Interno; 4. Distribuição de unidades habitacionais. São Paulo, 20 de março de 2025. Robinson de Souza Santos - Conselheiro Presidente - Baalbek Cooperativa Habitacional.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00.022/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03.369/2024 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE ITENS COMPLEMENTARES DE MADEIRAS E SARRAFOS conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos sites: <https://www.gov.br/compras>, <https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cd=245> - Envio das Propostas de Preços pelo site <https://www.gov.br/compras> com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 20/03/2025 e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 02/04/2025 às 10h00min.
Osasco, 19 de março de 2025.
Meire Regina Hernandez
Secretária Executiva de Compras e Licitações

CECRESA Corretora Administradora
de Seguros e Consultoria Ltda.

Sociedade Empresarial

CNPJ/RF 03.079.489/0001-27 - NIRE 154000334-79

Assembleia Geral Ordinária de Sócios - Presencial

Edital de Convocação - Presencial

O Presidente do Conselho de Administração da CECRESA Corretora Administradora de Seguros e Consultoria Ltda., no uso das atribuições que lhe confere o contrato social, convoca todos os sócios para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária de Sócios - PRESENCIAL, à Avenida Paulista, 1374 - 5º Andar - Sala 5C, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP: 01310-100, que será realizada no dia 31/03/2025, às 14h00, em primeira convocação, com a presença de titulares de no mínimo 1/4 (um quarto) do capital social, ou às 15h00, em segunda convocação, com qualquer número, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Prestação de contas dos administradores referente ao exercício de 2024; 2. Destinação do lucro líquido do exercício de 2024; 3. Fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração; 4. Outros assuntos de interesse da sociedade (sem deliberação). Clarivaldo Trifido de Almeida - Presidente do Conselho de Administração. CECRESA Corretora Administradora de Seguros e Consultoria Ltda. Nota II: Nos termos do artigo 1.078, § 1º, do Código Civil, a CECRESA Corretora Administradora de Seguros e Consultoria Ltda. informa que as contas dos administradores, o balanço patrimonial e o resultado econômico do exercício de 2024, encontram-se disponíveis no site: <https://www.cecresa.com.br>. Nota III: Os sócios e representantes deverão apresentar, até o dia da assembleia, comprovação de poderes, conforme previsto no contrato social, através de e-mail: juridico.cecresa@cecresa.com.br ou presencialmente, dentro do qual, o Estatuto Social da Cooperativa, Ata de Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração, ata de eleição da Diretoria Executiva e/ou carta de nomeação. Nota IIII: Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no site: <https://www.cecresa.com.br>

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente Edital, Sora Teresa Santana, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual do Estado de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Distrito Federal, entidade sindical de 1º grau, inscrita no CNPJ sob nº 06.083.389/0001-30, convoca todos os trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual do Estado de São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos estatutos, atos ou resoluções, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária dos profissionais técnicos cinematográficos e tribuadores e nas produções cinematográficas e videográficas, de longa, média e curta metragem e de filmes e vídeos publicitários, produtores independentes, produtores de animação e em computação gráfica, laboratórios cinematográficos ou videográficos, pós produção, finalização de imagens, estúdios de imagem e de som, casas de dublagem, com exceção dos atores em dublagem, bem como os tribuadores e profissionais técnicos nas locadoras de equipamento cinematográfico e de infraestrutura do audiovisual e empresas comitadas no Estado de São Paulo, no dia 31 de março de 2025, com início às 13:00 horas, em primeira convocação e em segunda convocação, às 15:30hs, de forma online, com qualquer número de presentes no endereço eletrônico <https://www.sindicato.org.br> que também estará disponível no site da entidade, qual seja: <http://www.sindicato.org.br> a partir do dia 20 de março de 2025, haverá pré-inscrição para participação na assembleia que poderá ser acessada através do link acima. A assembleia será amplamente divulgada pela atuação do Edital na sede e por meios eletrônicos, onde serão deliberados as seguintes ordens do dia: a) Apresentação e votação do Edital de Reivindicações a ser apresentada aos representantes do setor patronal por ocasião da data-base 2025/2026; b) Outorgar poderes à Diretoria do sindicato para celebrar acordo/convenção coletiva de trabalho 2025/2026, instaurar Dissídio Coletivo da Categoria ou Dissídio de Greve e fazer acordo em ambos os casos; c) aprovação da manutenção da assembleia geral da categoria, em caráter permanente, até a conclusão do processo de negociação coletiva, eventual dissídio da categoria e até término de eventual greve; São Paulo, 30 de março de 2025. Sora Teresa Santana - Presidente.

CETESB

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

AVISO AOS ACIONISTAS

Informamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas desta Companhia, em sua sede social à Avenida Professor Frederico Hermann Jr., nº 345, São Paulo/Capital, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei Federal nº 6.404/1976, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. São Paulo, 18 de março de 2025.
Thomas Miazaki de Toledo - Diretor-Presidente

CETESB

Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de Logística

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Edital de Convocação - Sindicato dos Empregados em Fiscalização, Inspeção e Controle Operacional nas Empresas de Transporte de Passageiros e Trabalhadores no Sistema de Veículos Leves sobre Pneus e Caneletas no Estado de São Paulo - SINDIFCOT-VLP - CNPJ 67.142.174/0001-60 - Rua Barão de Iguape, 339 - Liberdade - São Paulo - SP - CEP 01507-000 - Entidade Sindical de 1º grau, por seu presidente, nos termos dos artigos 16 e 31, do Estatuto Social, convoca todos os trabalhadores em fiscalização, inspeção e controle operacional nas empresas de transporte de passageiros urbanos, suburbanos, intermunicipais, interestaduais, turismo e feriado, prestadores de serviços exclusivamente em fiscalização, inspeção e controle operacional no sistema de transporte de passageiros nas empresas gestoras e gerenciadoras de São Paulo Capital: SPTrans, Permissões, Prestadoras de Serviços: Socicam, Osasco e Região; Itapicirica da Serra e Região; Guarulhos e Região; Mogi das Cruzes e Região; Foz de Iguaçu, Foz de Vassouras, Itaquaquecetuba, Poá, Suzano; da SRTU, todas as regiões do Estado de São Paulo, exceto ABCD e Baixada Santista, associados ou não para reunirem-se extraordinariamente nas sedes dos sindicatos: SINDIFCOT-VLP, SINDIFCOT-VLP, nos dias 25, 27, 28 de março e 30 de abril de 2025, às 15h, conforme mencionadas na tabela abaixo, para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias com quórum de 50% mais um em primeira chamada, sendo que não havendo o quórum as assembleias serão realizadas em segunda chamada uma hora após, com qualquer número de participantes, a fim de avaliar e votar a seguinte ordem do dia: 1) - discussão e aprovação da Carta de Reivindicações para renovação e/ou instituição das normas coletivas de trabalho e aprovação da campanha salarial; 2) - Concessão de poderes à Diretoria do Sindicato para manter negociações coletivas, celebrar acordos e convenções coletivas, instaurar dissídio coletivo; 3) - Fixação dos valores e autorização para desconto da contribuição assindical e/ou retributiva para custeio da organização sindical, seu aparelhamento para futuras negociações, fiscalização do cumprimento das normas coletivas que foram estabelecidas e defesa dos interesses coletivos e individuais da campanha salarial, assegurando o direito de oposição pelo empregado, manifestado perante este Sindicato, até 10 dias antes do primeiro pagamento majestado; 4) - Declarar caráter permanente à Assembleia para defender as reivindicações setoriais e regionais até o fechamento final do dissídio. São Paulo, 20 de março de 2025 - Geraldo Abílio de Meireles - Presidente.

Data	Hora	Cidades	Endereço	Trab. Convocados
25/03	15h	Capital, Grande São Paulo e demais Regiões do Estado	Rua Barão de Iguape, 339 - Liberdade - São Paulo - SP	SPTrans, LHTU, CHTD e demais Gerenciadoras do Sistema em Geral
27/03	15h	Capital, Grande São Paulo e demais Regiões do Estado	Rua Barão de Iguape, 339 - Liberdade - São Paulo - SP	SPUrbanos e demais Empresas do Sistema, Prestadores de Serv. Urbanos, Suburbanos, Intermunicipais, Turismo e Feriado
28/03	15h	Campinas - SP e Região	R. Baronesa Geraldo de Resende, 863 - Jd. Guanabara	EMEC, Transus, Urbanos, Suburbanos, Intermunicipais, Turismo e Feriado
30/04	15h	Guarulhos, Vale do Paraíba e Região	R. Trindades, 518, C2, 12 - Centro - Guarulhos - SP	Empresas Prestadoras de Serv. Urbanos, Suburbanos, Intermunicipais, Turismo e Feriado

CRISTE BONATELLI, ALTAMIRO SILVA JUNIOR
E ALEXANDRE ROCHA / GABRIEL BALDOCCI (edição)
X: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Governo elabora texto para manter isenção a fundos imobiliários e Fiagros

O Ministério da Fazenda apresentou na terça-feira uma minuta de projeto de lei que tem por objetivo garantir a manutenção da isenção de impostos para as atividades dos fundos de investimento imobiliário (FIIs) e dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagros). A movimentação busca contornar os efeitos dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para esses fundos, quando sancionou a regulamentação da reforma tributária, em janeiro. Apesar dos vetos, os fundos continuaram isentos de Imposto de Renda (IR), mas acabaram ficando sujeitos a pagar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que são os novos tributos criados pela reforma para substituir os atuais PIS, Cofins, ICMS, IPI e ISS.

Alta de custo seria repassada a inquilinos

No caso dos FIIs, a nova tributação passaria a recair sobre as receitas obtidas com as transações imobiliárias, como os aluguéis. Se nada fosse alterado, o custo do imposto caminharía para ser repassado ao inquilino por meio de aumento no valor do aluguel, ou então o fundo proprietário do imóvel teria de amargar esse custo.

Fundos financiam novos projetos

Isso foi motivo de insatisfação entre agentes dos mercados imobiliário e de capitais, que haviam feito acordo com o governo para manter a isenção tributária, sob a justificativa de que têm peso relevante na economia. Os fundos têm sido uma das principais fontes de recursos para empreendimentos imobiliários.

● **DETALHES.** Representantes do governo apresentaram uma minuta de projeto de lei a empresários do setor. O texto, ao qual a Coluna teve acesso, prevê que o IBS e a CBS não incidirão nas operações de alienação, cessão, locação e arrendamento de imóveis quando realizadas por FII e Fiagros.

● **PINGO NOS IS.** O projeto estabelece também que o IBS e a CBS não incidirão sobre rendimentos financeiros, dividendos e juros sobre capital pró-

prio, bem como sobre as operações com títulos e valores mobiliários dos fundos e das gestoras. A minuta busca deixar claro que não se aplicam, nesses casos, o regime específico de tributação dos serviços financeiros.

● **CRÉDITO.** A proposta ainda permite que o fundo de investimento possa tomar créditos vinculados às operações que estejam sujeitas à incidência do IBS e da CBS, desde que as operações do fundo igualmente tenham a incidência.

REGULAMENTAÇÃO



FELIPE RAU/ESTADÃO/ESTADÃO-384/2023

Projeto prevê que o IBS e a CBS não incidirão sobre alienação, cessão, locação e arrendamento de imóveis realizados por FIIs e Fiagros

● **AValiação.** Agentes do mercado imobiliário estão digerindo a proposta para entender se, de fato, ela garante a manutenção das isenções. “A proposta final do governo atende o setor, mas existe uma dúvida se não seria melhor derrubar o veto em vez de seguir com o projeto de lei”, comentou um interlocutor.

● **APoio.** O Sicredi, uma das principais instituições financeiras cooperativas do País, negocia um empréstimo de até US\$ 250 milhões (R\$ 1,4 bilhão pelo câmbio de ontem) com a Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês), o braço do Banco Mundial para o setor privado. O dinheiro vai ser usado pelo banco para dar crédito principalmente para pequenas empresas tocadas por mulheres empreendedoras, e para pequenos negócios na Amazônia.

● **EMPREENDEDORAS.** Só em 2024, o Sicredi destinou mais de R\$ 14 bilhões para empresas tocadas por mulheres, em locais como Nova Granada (SP) e oeste da Bahia. A instituição tinha uma carteira de crédito de R\$ 243 bilhões ao final de se-

tembro. São 8,5 milhões de associados e 104 cooperativas como parte do sistema, que tem ativos totais de R\$ 386 bilhões.

● **COM A PALAVRA.** À Coluna, o Sicredi informa que “espera concretizar a operação junto ao IFC dando sequência à parceria e ao fomento de financiamentos ESG no Brasil”. Além do IFC, o Sicredi tem procurado aumentar a captação no exterior. No ano passado, levantou R\$ 1,5 bilhão com o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) e na Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

● **PARCERIA.** A fintech Urbe.me e a gestora GSC Capital firmaram uma parceria para captar recursos no mercado e oferecer crédito para construtoras de pequeno e médio portes. A previsão é levantar até R\$ 50 milhões este ano. A Urbe.me começou captando recursos para o setor imobiliário por meio de *crowdfunding*, mas há pouco mais de um ano passou a estruturar operações entre incorporadoras e investidores institucionais. A expectativa da fintech é captar R\$ 200 milhões ainda no primeiro trimestre com a ajuda de parceiros.

SOBE

Captações via debêntures saltaram 34% em fevereiro

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO- 8/3/2020



As captações com debêntures seguem em ritmo forte em 2025, mesmo após os níveis recordes de 2024. Em fevereiro, as empresas levantaram R\$ 30,2 bilhões, crescimento de 34% na comparação com o mesmo período de 2024. Foi a maior captação registrada em fevereiro nos últimos sete anos, segundo dados divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

DESCE

SLC Agrícola cai 3,53% na B3, após ganhos recentes

EVERTON AMARAL/SLC AGRÍCOLA- 13/1/2023



A ação da SLC Agrícola caiu 3,52% ontem na B3, segunda maior perda do Ibovespa. O papel operou em movimento de realização dos ganhos recentes, motivados sobretudo pela compra de 48 mil hectares de terras por R\$ 913 milhões, que inicialmente não agra- dou ao mercado, mas depois passou por uma reavaliação e subiu, diz Hugo Queiroz, sócio da L4 Capital. Mesmo com a baixa de ontem, SLC ainda preserva um saldo positivo de mais de 3% no mês.

BROADCAST MERCADOS

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R\$	Var. %	Neg.
WVRA S.A. ON NY	15,37	8,08	47,740
WISA ON NY	2,76	8,15	13,087
SAPOS ON NY	4,29	8,15	11,618

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R\$	Var. %	Neg.
HAPRO ON NY	2,30	-3,39	6,937
SLC AGRÍCOLA	18,60	-3,53	12,733
YDES PART ON	7,89	-1,41	18,334

TRITOF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

	10/1 a 10/4	01/10 a 01/10	01/10 a 01/10	01/10 a 01/10
10/1 a 10/4	0,770	0,770	0,694	0,500
10/1 a 10/4	0,770	0,770	0,694	0,500

Preços, Dia % Mês % Ano %

	Preço	Dia %	Mês %	Ano %
NOVA YORK - OJA 41864,00	0,02	-4,29	-1,36	
FRANKFURT - DAX 23.280,00	-0,40	3,27	18,97	
LONDRES - FTSE 8.706,00	0,02	-1,7	6,53	
TÓQUIO - NIKKEI 31.622,00	-0,26	1,76	-0,26	

TESOURO DIRETO (%)

	Vcto.	Ano %	R\$
IPCA	15/03/2025	7,81	3.303,32
IPCA	15/03/2040	7,43	1.481,76
JUROS SEMESTRAIS	15/03/2025	7,52	4.182,78
PREFIJADO	15/03/2025	14,12	683,24
PREFIJADO	15/03/2025	14,44	402,56
SELIC	15/03/2025	0,03	16.308,96

(FONTE: AGENCIA)

INFLAÇÃO (%)

	Índice	Jan	Fev	Mar	12 Mes
IPC (B3)	0,00	1,40	1,40	4,80	
IPC (FIDE)	0,17	1,80	1,30	6,44	
IPC (FIDE)	0,17	1,80	1,11	6,78	
IPC (FIDE)	0,24	0,51	0,75	4,52	
IPC (B3)	0,16	1,17	1,47	5,06	
CPI (Data base)	2,04	0,00	2,14	6,78	
FEPCAP (FIDE)	0,47	0,17	0,00	6,75	

Índices de reajuste do aluguel (Fevereiro)

	Índice	IPC (B3)	IPC (FIDE)
IPC (FIDE)	1,0044	IPC (B3)	1,0046
IPC (FIDE)	1,0078	IPC (B3)	1,0087
IPC (FIDE)	1,0452	IPC (B3)	1,0467

FONTE: VALORES PARA O DIA 15/03/2025. VALORES ANTERIORES DO DIA 01/03/2025. VALORES DO DIA 15/03/2025.



Ibovespa: 132.508,45 PTS. | Dia 0,79% | Mês 7,91% | Ano 10,16%

BRS - COMPETÊNCIA (MARÇO)

Trabalhados assalariados e domésticos*			
Salário de contribuição		Alíquota	
ATE R\$ 15.140,00		13%	
DE R\$ 15.140,00 ATE R\$ 2.790,00		9%	
DE R\$ 2.790,00 ATE R\$ 4.180,00		12%	
DE R\$ 4.180,00 ATE R\$ 8.360,00		14%	
Autônomo	Alíquota	A pagar (R\$)	
(BASE EM R\$)			
DE 1.500,00 A 8.057,41	20%	DE 300,00 A 1.611,48	
* INCORPORAR 10% DE PROJEÇÃO TAMB. DO PLANO A SER APLICADO EM CADA LÍMITE DE 10% PARA TAMB. SÓC.			
CDB - CDB			
Data	Taxa ano	Taxa dia	Md% An%*
CDB (CDBP)	14,07	0,38	4,37 16,44
CDB	13,00	0,36	4,00 15,00

**SODRÉ SANTORO**
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE**LEILÕES****ATENÇÃO:** PARA A COMPRA EM LEILÕES OS INTERESSADOS DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.**LEILÕES DE VEÍCULOS****SOMENTE ONLINE - 24 A 28/03 - 09h30****VEÍCULOS DE PASSEIO, MOTOS E UTILITÁRIOS,
INTEIROS E SINISTRADOS*****COM POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO**Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

**LEILÕES EXCLUSIVOS DO GRUPO BRADESCO
SOMENTE ONLINE****VEÍCULOS DE SEGURO
QUARTAS (26/03 E 02/04) - 14h
SÁBADOS (22 E 29/03) - 09H30**

*Visitação: Pátio Guarulhos I - Terça e Sexta-feira (no dia que antecede o leilão) das 15h às 17h mediante agendamento exclusivamente através do telefone 11-2464-6464. Demais Pátios - das 8h às 00h30 de segunda a sábado.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE - É AMANHÃ, 21/03 - 14h E 28/03 - 14h**VEÍCULOS EXCLUSIVOS DE FINANCEIRAS**Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

**LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE - 27/03 - 14h
VEÍCULOS DO BANCO VOTORANTIM****Novidade: Possibilidade de Financiamento**

Correspondente Bancário Independente / Sujeito à análise de crédito

*Visitação dia 26/03 das 15h às 17h mediante agendamento exclusivamente através do telefone 11-2464-6464.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

José Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195.

LEILÕES DE SUCATAS DE VEÍCULOS**SOMENTE ONLINE - HOJE, 20/03 - 08h30, 24/03 - 08h30 E 13h E 27/03 - 08h30****CARROS, MOTOS, PERUAS,
UTILITÁRIOS LEVES E OUTROS**Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**SOMENTE ONLINE - 24, 25, 27 E 28/03 - 15h****MATERIAIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E DE
TERRAPLANAGEM, INFORMÁTICA, ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS,
TELEFONIA, SUCATAS DIVERSAS E OUTROS.**Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Mariana Lauro Sodré Santoro Batochio, Leiloeira Oficial - JUCESP nº 641.

**SOMENTE ONLINE - HOJE, 20/03 - 15h E AMANHÃ, 21/03 - 15h****ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, ÁUDIO E VÍDEO,
INFORMÁTICA, CELULARES E COMUNICAÇÃO, MÓVEIS E OUTROS.**Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Mariana Lauro Sodré Santoro Batochio, Leiloeira Oficial - JUCESP nº 641.

**SOMENTE ONLINE - HOJE, 20/03 - 14h30****TERRAPLENAGEM, TELEFONIA E COMUNICAÇÃO,
TRATORES E OUTRO.**Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

**SOMENTE ONLINE - 26/03 - 15h****ARTES E DECORAÇÃO, MÓVEIS P/ CASA E ESCRITÓRIO,
INFORMÁTICA E OUTROS.**Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Mariana Lauro Sodré Santoro, Leiloeira Oficial - JUCESP nº 641.

LEILÕES DE IMÓVEIS**LEILÃO SOMENTE ONLINE - AMANHÃ, 20/03/25 - 11h****CASA RESIDENCIAL
MACHADINHO - JARINU - SP**

Jarinu/SP. Machadinho. Casa, localizada no lote 6-A, unificado dos lotes 06, 07 e 08 da QUADRA 24, do loteamento Residencial Lagos de Jarinu, no endereço Estrada Municipal Pedro Contesini, com área total construída de 983,12m², sob o nº 107 da Rua Leman e Inscrição Municipal sob o nº de 0650.024.0006.00-00, 0650.024.0007.00-0 e 0650.024.0008.00-0, melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob nº 147.088 do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Atibaia do Estado de São Paulo/SP. OCUPADO. **LANCE INICIAL: R\$ 4.700.000,00.** Visitas deverão ser previamente agendadas com Emerson (setor de imóveis), no telefone: (11) 2464-6460 - Ramal: 6460 ou através do e-mail: af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações no Tel. 11 2464-6464. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial - JUCESP nº 581.

LEILÃO SOMENTE ONLINE - 10/04/25 - 11h**CASA RESIDENCIAL (DESOCUPADO)
VILA CAPIVARI - CAMPOS DO JORDÃO - SP
•2 ANDARES •6 QUARTOS •LAREIRA •CHALÉ EXTERNO
•ÁREA EXTERNA COM AMPLO JARDIM**

Campos do Jordão/SP. Vila do Capivari. Uma casa residencial, sob nº 159, localizada na Rua Dra. Escoiástica M. da Fonseca, com área total de 1.191,00m² e Inscrição Imobiliária sob o nº de 02.221.005, melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob nº 13.853 do Cartório de Registro de Imóveis de Campos do Jordão/SP. Este imóvel exclusivo oferece o equilíbrio perfeito entre sofisticação e tranquilidade, com uma localização privilegiada a poucos minutos da Vila Capivari, famosa por seus restaurantes renomados e mercados, mas mantendo a paz e o silêncio do campo. **Piso Superior:** Suite principal com closet e banheiro amplo, Home theater, Sala de jogos. **Piso Térreo:** 3 suítes, Sala de estar com lareira integrada com a Sala de Jantar, Ampla cozinha, **Chalé Externo** com 2 quartos e 1 banheiro, **Lazer e Conforto:** Jardim com lounge externo, Lavanderia externa, **Suite para funcionários.** DESOCUPADO. **LANCE INICIAL: R\$ 3.249.675,00.** É permitida a visitação, que deverá ser previamente agendada com Sr. Emerson pelo número Tel.: 11 - 2464-6460 / Celular 11 - 97777-0753 ou através do e-mail af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações no Tel. 11 2464-6464. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial - JUCESP nº 581.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA SOMENTE ONLINE**1º LEILÃO: 24/03/25 ÀS 13h. LANCE MÍNIMO: R\$ 12.570.000,00****2º LEILÃO: 31/03/25 ÀS 13h. LANCE MÍNIMO: R\$ 10.648.517,48****HALL/ESTACIONAMENTO - ALPHAVILLE - BARUERI/SP**

Sr. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 581, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Paraná Banco S/A, inscrita no CNPJ nº 14.388.344/0001-89, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel descritos, na forma da Lei 9.514/97. Localização dos imóveis: Salão 01, Tipo A/C/D, localizado no térreo e 1º Pavimento do Edifício Pravda, situado na Alameda Grajaú, nº 88, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, na comarca de Barueri/SP, com área total de 523,289m², sendo deste total 892,570m² em áreas construídas cobertas e 30,719m² em áreas descobertas. Estacionamento Pravda Park, localizado nos 1º, 2º, 3º e 4º subsolos e no Térreo, do Edifício Pravda, situado na Alameda Grajaú, nº 88, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, na comarca de Barueri/SP, com área total de 8.350,607m², sendo que do total acima de 7.050,295m² em áreas construídas cobertas e 1.300,308m² em áreas descobertas, melhores descritas e caracterizadas nas Matrículas sob nº 174.261 e 174.259 do Registro de Imóveis da Comarca de Barueri/SP. (Ocupação). Obs.1: O imóvel está sendo leiloado no estado em que se encontra, tanto em termos físicos quanto em termos documentais, cabendo exclusivamente ao comprador se informar antecipadamente sobre tais aspectos e efetuar seus lances considerando possíveis regularizações posteriores ao leilão; Obs.2: Eventuais averbações, regularizações e registros referente a construção e/ou demolição, deverão ser apurados e pagos pelo arrematante junto aos órgãos competentes. Obs.3: Consta ação Despesas Condominiais, processo nº 1010341-24.2024.8.26.0068, em trâmite na 5ª Vara Cível de Barueri/SP; Ação de Execução Fiscal, processos nº: 1503174-30.2023.8.26.0068, 1503679-89.2021.8.26.0068, 1501892-88.2022.8.26.0068, 1010489-35.2024.8.26.0068 e 1010341-24.2024.8.26.0068 do Foro de Barueri - Vara da Fazenda Pública/SP. O vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas "Condições de Venda dos Imóveis" constantes do edital. Obs.4: A convenção de condomínio está disponível para consulta. O imóvel será adquirido em caráter Ad corpus, cabendo ao arrematante a responsabilidade de se certificar previamente sobre a utilização das áreas. Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 24 horas de antecedência ao evento. O Ex-Devedor Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela Lei nº 14.711, de 2023. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.sodresantoro.com.br. Para mais informações - tel: (11) 2464-6464 - E-mail: af@sodresantoro.com.br.

Visitação Veículos (aos lotes que estiverem disponíveis nos pátios): Pátio Guarulhos 1 - no dia que antecede o leilão, das 15h às 17h, mediante agendamento prévio através da nossa central de atendimento (11) 2464-6464. Demais pátios: No dia do leilão, das 08h às 09h30. Outros serviços e atendimentos presenciais, permanecem suspensos.



Dia 28/03/2025 - 5ª feira 14h00 ONLINE E PRESENCIAL VISITAÇÃO SOMENTE AGENDADA. VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE.	Dia 31/03/2025 - 2ª feira 14h00 SOMENTE ONLINE VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE	Dia 31/03/2025 - 2ª feira 17h00 SOMENTE ONLINE VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
LEILÃO DE PEDRA PRECIOSA CANÇA DE BERILO - VARIEDADE ESMERALDA COM 27,2 KG	DESKTOP LENOVO CORE I7	FERRAMENTAS "JARDINAGEM" - PLACAS SOLAR - OUTROS
LANCES, CONDIÇÕES DE VENDA E PAGAMENTO, FOTOS E OUTRAS INFORMAÇÕES, CONSULTE NOSSO SITE: www.FREITASLEILOEIRO.com.br		

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
2024

ITSA
B3 LISTED N1

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the ESG Research Lab

ISE B3

IGPTWB3

IDIVERSA B3

ITAÚSA

Itaúsa S. A.
CNPJ 61.532.644/0001-15
Companhia Aberta

ITSA
B3 LISTED NY

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Provided by the S&P Global CSB

ISE B3

IGPTWB3

IDIVERSA B3

ITAÚSA

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4º trimestre de 2024 e exercício de 2024

São Paulo, 17 de março de 2025 - Relatório da Administração da Itaúsa S.A. ("Itaúsa" ou "Companhia") relativo ao quarto trimestre de 2024 (4T24) e ao exercício de 2024. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards).

Sumário Executivo

Lucro Líquido Recorrente¹

R\$ 14,8 bilhões

▲ 22% vs. 2023^{1,2}

Valor de Mercado Portfólio

R\$ 121,5 bilhões

▼ 11% vs. 31.12.2023

ROE Recorrente^{1,2,3}

17,4% a.a.

▲ 1,7 p.p. vs. 2023^{1,2}

Destaques da Itaúsa

- Lucro Líquido Recorrente:** crescimento de 21,5% em relação a 2023, o maior da série histórica, refletindo o sólido resultado do portfólio e o melhor resultado financeiro da *holding*, em decorrência da bem-sucedida estratégia de *liability management*.
- Remuneração aos acionistas:** declaração em fev/2025 de R\$ 6,6 bilhões em proventos adicionais, totalizando proventos relativos a 2024 de R\$ 9,6 bilhões líquidos (R\$ 0,88 por ação), aumento de 20% em relação a 2023, *dividend yield*⁴ de 10,8%⁵ e *payout* de 68%.
- JCPs trimestrais de 2025:** a partir de 2025 os proventos trimestrais fixos de R\$ 0,02 por ação (líquidos) passam a ser pagos no 1º dia útil após o encerramento do respectivo trimestre.
- Subscrição de Ações (Chamada de Capital):** aumento de até R\$ 1 bilhão no capital total, ao preço de R\$ 6,70/ação, representando deságio de 30% sobre o valor de mercado⁶, considerando posição acionária de 17.02.2025 e adesão entre 10.03.2025 e 10.04.2025.
- Bonificação de 5% em ações:** concedida aos acionistas com posição acionária final do dia 02.12.2024.

R\$ milhões	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
LUCRATIVIDADE E RETORNO ¹						
Lucro Líquido ^{1,2}	3.722	2.983	24,8%	14.778	13.466	9,7%
Lucro Líquido Recorrente ^{1,2}	3.679	3.172	16,0%	14.780	12.163	21,5%
ROE sobre PL médio (%) ^{1,2,3}	16,8%	14,7%	2,2 p.p.	17,4%	17,4%	0,0 p.p.
ROE Recorrente sobre PL médio (%) ^{1,2,3}	16,6%	15,6%	1,0 p.p.	17,4%	15,8%	1,7 p.p.
BALANÇO PATRIMONIAL						
Ativo Total	99.125	89.898	10,3%	99.125	89.898	10,3%
Endividamento Líquido	1.052	652	61,3%	1.052	652	61,3%
Patrimônio Líquido	90.443	82.952	9,0%	90.443	82.952	9,0%
MERCADO DE CAPITAIS						
Valor de Mercado da Itaúsa ⁴	95.732	107.103	-10,6%	95.732	107.103	-10,6%
Volume Financeiro médio diário ⁷	266	193	37,5%	230	194	18,4%

(1) Atribuível aos acionistas controladores.
(2) Para melhor comparabilidade, os resultados da XP Inc. do 4T23 e 2023 foram excluídos do resultado recorrente.
(3) ROE (Return on Equity) considerando o Lucro Líquido anualizado.
(4) Conforme convenção de mercado, o *dividend yield* é calculado sobre os proventos brutos ajustados pela subscrição e bonificação em ações.
(5) Considera o valor bruto de proventos de R\$ 10.322,6 milhões relativos a 2024 e a cotação de fechamento da ação preferencial da Companhia (ITSA4) em 28.02.2024 (R\$ 8,79 por ação).
(6) Calculado com base na cotação de fechamento das ações preferenciais em 30.12.2024 e 28.12.2023 e não considera as ações mantidas em tesouraria.
(7) Considera as ações preferenciais da Itaúsa (ITSA4) negociadas na B3.
(8) Com base no preço médio das ações preferenciais entre 09.10.2024 (inclusive) e 06.02.2025 (inclusive).

ITSA
B3 LISTED NY

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Provided by the S&P Global CSB

ISE B3

IGPTWB3

IDIVERSA B3

Mensagem da Administração

"O ano de 2024 foi marcado por resultados crescentes do portfólio, além do melhor resultado financeiro da *holding*, em decorrência da sua estratégia de *liability management* iniciada ao final de 2022, que se provou bem-sucedida diante do cenário de juros elevados. Os números apresentados de 2024 refletem a disciplina, solidez e resiliência da Itaúsa e das empresas investidas."

Alfredo Setubal
Presidente da Itaúsa

Em 2024, a economia global enfrentou cenário desafiador, com crescimento moderado, influenciado por juros elevados nos EUA e na Europa, tensões geopolíticas e a desaceleração da China. Embora a desinflação tenha avançado em boa parte do mundo, alguns países começaram a enfrentar sinais de estagnação, o que levou os bancos centrais a adotarem postura mais cautelosa em relação à flexibilização monetária. Em alguns casos, como no Brasil, foi iniciado um ciclo de alta das taxas de juros. Apesar do crescimento do PIB e da queda na taxa de desemprego no país, a inflação apresentou-se persistente, o que exigiu política monetária mais restritiva. Mesmo assim, nosso Lucro Líquido Recorrente de 2024 atingiu R\$ 14,8 bilhões, crescimento de 22% sobre 2023, maior lucro anual da série histórica, reflexo de resultados consistentes do portfólio e o melhor resultado financeiro da *holding*. O resultado recorrente proveniente das empresas investidas, refletido na Itaúsa, foi de R\$ 15,7 bilhões, aumento de 18%, principalmente pelos resultados sólidos do Itaú Unibanco, além dos resultados positivos apresentados pelas empresas do setor não financeiro. Por mais um ano, o Itaú Unibanco apresentou consistentes índices de rentabilidade, crescimento da carteira de crédito no Brasil e na América Latina, aumento das receitas com prestação de serviços e seguros e da margem financeira com o mercado, além da redução do custo de crédito. A Dexco reportou bom desempenho em sua Divisão de Madeira e avanços na Divisão de Metais e Louças, porém, ainda enfrenta desafios em Revestimentos Cerâmicos. A Alpargatas manteve foco na recuperação da competitividade, com maiores volumes no Brasil, ações para otimizar eficiência operacional, apesar dos desafios para o crescimento internacional. O Grupo CCR novamente apresentou melhor desempenho operacional em todos os modais. A Aegea avançou em seu resultado operacional, embora tenha sido parcialmente compensado pelo maior patamar de despesas financeiras. A Copa Energia continuou demonstrando crescimento operacional, boa rentabilidade e sólida geração de caixa. O ano também foi marcado por mais um avanço em nossa estratégia de gestão de passivos. Anunciada em julho de 2024, a 7ª emissão de debêntures aprimorou o perfil da dívida, por meio da redução do custo médio e das despesas financeiras, alongamento do prazo médio e manutenção dos níveis de liquidez. Assim, ao longo de 2024, as três principais agências (Fitch, Moody's e S&P) realizaram sua atualização anual dos ratings da Itaúsa e mantiveram a classificação em "AAA" com perspectiva "estável", ressaltando, entre outros pontos, o sólido perfil de capitalização e a baixa alavancagem. Em setembro, a Itaúsa celebrou o primeiro ano de atuação do Instituto Itaúsa que destinou R\$ 36 milhões durante 2024 a projetos que visam contribuir para uma economia mais produtiva e positiva para o clima, a natureza e as pessoas. Em dezembro, nosso compromisso com a sustentabilidade foi novamente reconhecido, ao integrarmos pelo 21º ano o *Dow Jones Sustainability Index*, que destaca empresas líderes globais no tema. E, pelo 4º ano consecutivo, recebemos a certificação *Great Place to Work*, reflexo do nosso esforço em manter um ambiente de trabalho inclusivo e motivador para nossas pessoas. Em linha com a nossa prática histórica e com foco na criação de valor aos acionistas, em fevereiro de 2025, anunciamos R\$ 6,6 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio adicionais, totalizando proventos líquidos relativos a 2024 de R\$ 9,6 bilhões (ou R\$ 0,88 por ação), que representam aumento de 20% em relação a 2023, *payout* de 68% e *dividend yield* de 10,8%. Na mesma data, anunciamos o aumento de até R\$ 1 bilhão em nosso capital total, com o intuito de reforçar o caixa e preservar o nível de liquidez. Serão subscritas até 149,2 milhões novas ações, ao preço de R\$ 6,70/ação, representando deságio de aproximadamente 30% sobre o nosso valor de mercado. Estamos confiantes de que seguimos o caminho certo na condução dos nossos negócios, focados em nosso propósito de ser um agente de transformação para as empresas, promovendo a criação de valor sustentável para a sociedade, investidas e nossos mais de 900 mil acionistas.

Itaúsa S. A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

ITSA

B3 LISTED NY

Member of

Dow Jones Sustainability Indices

Powered by the S&P Global ESG

ISE B3

IGPTWB3

IDIVERSA B3

ITAÚSA

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4º trimestre de 2024 e exercício de 2024 (Continuação)

1. Desempenho Operacional e Financeiro da Itaúsa

1.1. Resultado individual da Itaúsa

A Itaúsa é uma holding de participações que investe em empresas operacionais e tem seu resultado composto, essencialmente, por Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de suas empresas investidas, pelo resultado de investimentos em ativos financeiros mensurados a valor justo (como é o caso da NTS) e pelo resultado de eventuais alienações de ativos do seu portfólio. Abaixo estão demonstrados os resultados da holding considerando o resultado individual recorrente (os itens não recorrentes encontram-se detalhados na tabela "Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente" na seção 1.6 deste documento).

Resultado Individual Gerencial da Itaúsa¹						
R\$ milhões	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Resultado Recorrente das empresas investidas²	3.984	3.504	14%	15.722	13.327	18%
Sector Financeiro	3.965	3.240	22%	15.126	12.721	19%
Itaú Unibanco	3.965	3.240	22%	15.126	12.721	19%
Sector Não Financeiro	69	306	-77%	796	741	7%
Alpargatas	9	2	309%	48	(14)	n.a.
Dexco	(32)	60	n.a.	75	238	-68%
CCR	37	41	-9%	184	146	26%
Aegea Saneamento	2	30	-93%	40	79	-49%
Copa Energia	80	71	12%	292	275	6%
NTS³	(34)	102	n.a.	145	16	780%
Outras Empresas	6	(2)	n.a.	11	-	n.a.
Outros resultados⁴	(51)	(42)	21%	(199)	(136)	47%
Resultado Próprio	(209)	(196)	7%	(691)	(683)	1%
Despesas Administrativas	(46)	(50)	-8%	(177)	(177)	0%
Despesas Tributárias⁵	(128)	(119)	8%	(453)	(470)	-4%
Doações Instituto Itaúsa	(29)	(11)	160%	(51)	(12)	333%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(6)	(16)	-64%	(10)	(25)	-58%
Resultado Financeiro	(108)	(107)	1%	(294)	(576)	-49%
Lucro antes do IR/CS	3.667	3.201	15%	14.737	12.068	22%
IR/CS	12	(29)	n.a.	44	95	-54%
Lucro Líquido Recorrente²	3.679	3.172	16%	14.780	12.163	22%
Resultado Desinvestimento (XP)⁶	-	291	n.a.	-	1.965	n.a.
Resultado não recorrente	43	(480)	n.a.	(3)	(663)	n.a.
Próprio	(29)	6	n.a.	(66)	312	n.a.
Sector Financeiro	(49)	(17)	196%	(129)	(582)	-78%
Sector Não Financeiro	121	(469)	n.a.	192	(393)	n.a.
Lucro Líquido	3.722	2.983	25%	14.778	13.466	10%
ROE sobre PL médio (%)	16,8%	14,7%	2,2 p.p.	17,4%	17,4%	0,0 p.p.
ROE Recorrente sobre PL médio (%)¹	16,6%	15,6%	1,0 p.p.	17,4%	15,8%	1,7 p.p.

(1) Atribuível aos acionistas controladores.
(2) Para melhor comparabilidade, os resultados da XP Inc. do 4T23 e 2023 foram excluídos do resultado recorrente.
(3) Inclui os dividendos/CF recebidos e o ajuste ao valor justo sobre as ações.
(4) Refere-se, principalmente, à amortização das mais-valias atribuídas nos PPAs (purchase price allocation ou alocação de preço de compra) dos investimentos na Alpargatas, Copa Energia, Aegea Saneamento e Grupo CCR.
(5) Considera, essencialmente, PIS e COFINS (conforme notas explicativas nºs 23 e nº 24).
(6) Refere-se aos resultados advindos da XP Inc., investida que deixou de fazer parte do portfólio da Itaúsa no final de 2023.

1.2. Resultado Recorrente das empresas investidas registrado pela Itaúsa (2024 vs. 2023)

O resultado recorrente proveniente das empresas investidas, refletido na Itaúsa em 2024, foi de **R\$ 15,7 bilhões**, aumento de **18%** em relação ao ano anterior, devido, principalmente, ao sólido desempenho sólido do Itaú Unibanco, somado aos melhores resultados da NTS, Alpargatas, Grupo CCR e Copa Energia. O Itaú Unibanco apresentou resultados robustos, positivamente impactados pelo crescimento da carteira de crédito no Brasil e na América Latina, resultando em melhor margem com clientes, além de melhor margem com mercado e redução no custo do crédito. As receitas com serviços foram impulsionadas por maiores receitas com administração de recursos, maior atividade de banco de investimentos, além do aumento das receitas com cartões. O segmento de seguros, previdência e capitalização tiveram avanços significativos, principalmente em seguros prestamista. Por outro lado, as despesas incluindo os investimentos em tecnologia aumentaram, enquanto os custos-core cresceram em ritmo inferior ao IPCA. O índice de eficiência atingiu o menor indicador anual da série histórica.

A **Alpargatas** manteve seu foco em ações para a recuperação da sua competitividade, com melhora da eficiência operacional, redução do nível de estoques e maior disciplina na alocação de capital. Estas ações resultaram em geração recorrente de caixa operacional ao longo do ano, normalização do nível de capital de giro e melhora do resultado financeiro da companhia. No entanto, o resultado foi impactado por maiores despesas relacionadas a baixas de estoques.

A **Dexco** apresentou resultados crescentes na Divisão de Madeira, melhora em mix de produtos e volumes das Divisões de Metais e Louças, que foram parcialmente compensados por menores volumes e preços na Divisão de Revestimentos Cerâmicos. O resultado capturado da JV LD Celulose foi impactado negativamente pelos fees incorridos com a renegociação do Project Finance e pela menor reavaliação de ativo biológico, apesar dos resultados operacionais crescentes.

O **Grupo CCR** apresentou avanços importantes em seu desempenho operacional, devido ao crescimento em todos os modais, além da cobrança dos eixos suspensos, consolidação dos reajustes tarifários e melhor resultado financeiro, em função das ações de liability management e queda da Selic média no período. Esses resultados foram parcialmente compensados por maiores custos operacionais, incluindo a desmobilização da Via Oeste e Barcas.

A **Aegea** reportou crescimento no resultado operacional, principalmente, por maior volume faturado em suas concessões com a entrada de novas concessões, novas economias e reajustes tarifários, parcialmente compensados pelo aumento das despesas financeiras.

A **Copa Energia** apresentou expansão em seus resultados como consequência de maiores volumes e margens, em função da sua estratégia comercial no segmento empresarial, e melhor resultado financeiro, que foram parcialmente impactados por maiores despesas operacionais (gastos com abastecimento e iniciativas de marketing). Os resultados do investimento na **NTS**, registrados pela Itaúsa como "ativo financeiro", foram positivamente impactados em relação ao ano anterior essencialmente pelo menor efeito negativo em 2024 do ajuste no valor justo do ativo.

Mais detalhes sobre a atuação de cada empresa investida e a respectiva participação acionária da Itaúsa estão disponíveis na seção 6.1 deste documento ("Desempenho operacional e financeiro das empresas investidas").

1.3. Resultado Próprio

As **Despesas Administrativas** totalizaram R\$ 46 milhões no 4T24, redução de 7,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido a renegociações contratuais com fornecedores e menores gastos com garantias de processos judiciais, ambos decorrentes de ações de eficiência. No ano, as despesas administrativas totalizaram R\$ 177 milhões, em linha com ano anterior, em função das ações de eficiência citadas, enquanto a inflação (IPCA) do período atingiu 4,83%.

As **Despesas Tributárias** atingiram R\$ 128 milhões no 4T24, aumento de 8,0% sobre o 4T23, devido, principalmente, à maior despesa de PIS/COFINS em função das maiores declarações de JCP pelo Itaú Unibanco em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Em 2024, as despesas tributárias totalizaram R\$ 453 milhões, ligeiramente inferiores a 2023.

As **contribuições ao Instituto Itaúsa** atingiram R\$ 29 milhões no 4T24 (vs. R\$ 11 milhões no 4T23), sendo que R\$ 10 milhões foram destinados pelo Instituto a projetos relacionados a meio ambiente, R\$ 5 milhões para produtividade & sustentabilidade, R\$ 12 milhões para projetos em fase de formalização e R\$ 1 milhão para despesas administrativas e tributárias. Em 2024, as despesas com doações ao Instituto totalizaram R\$ 51 milhões (vs. R\$ 11 milhões em 2023), sendo que R\$ 23 milhões foram destinados a projetos relacionados a meio ambiente, R\$ 13 milhões a produtividade & sustentabilidade, R\$ 12 milhões para projetos em fase de formalização e R\$ 3 milhões para despesas administrativas e tributárias. Vale destacar que o Instituto Itaúsa foi lançado em setembro de 2023, portanto, as doações foram iniciadas a partir de 4T23, tornando os períodos analisados não comparáveis.

1.4. Resultado Financeiro

O **Resultado Financeiro** atingiu -R\$ 108 milhões no 4T24, em linha com o mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, ao custo de carregue da 7ª emissão de debêntures para antecipação do refinanciamento da 3ª emissão, compensado pelo efeito da redução do CDI médio no período. Em 2024, o Resultado Financeiro

totalizou -R\$ 294 milhões, redução de 49% em relação ao mesmo período do ano anterior devido à redução da dívida bruta, em função do pré-pagamento da 5ª emissão, combinado ao efeito da redução do CDI médio no período, parcialmente compensados pela 7ª emissão.

1.5. Lucro Líquido Recorrente

No 4T24, o **Lucro Líquido Recorrente** foi de R\$ 3.679 milhões, crescimento de 16% em relação ao 4T23 devido, principalmente, ao maior resultado recorrente do Itaú Unibanco (+R\$ 725 milhões) e ao menor patamar de despesas administrativas (-R\$ 4 milhões), parcialmente compensado pelo setor não financeiro (-R\$ 236 milhões). Em 2024, o **Lucro Líquido Recorrente** foi de R\$ 14.780 milhões, crescimento de 22% em relação ao mesmo período do ano anterior devido, principalmente, ao maior resultado recorrente do Itaú Unibanco (+R\$ 2.404 milhões) e melhor resultado financeiro da holding (+R\$ 282 milhões).

Para melhor comparabilidade, os resultados da XP Inc. do 4T23 e 2023 foram excluídos do resultado recorrente.

1.6. Efeitos Não Recorrentes

O **Lucro Líquido** do 4T24 foi afetado por eventos não recorrentes que totalizaram efeito positivo de R\$ 43 milhões, impactado principalmente pelo reconhecimento de valores a receber vinculados ao processo de crédito do IPI na Itaútec (+R\$ 114 milhões), ganho de capital sobre a alienação de floresta e vendas de créditos tributários na Dexco (+R\$ 40 milhões), além de despesas com provisões extraordinárias no Resultado Próprio da Itaúsa (-R\$ 29 milhões). Em 2024, os eventos não recorrentes totalizaram efeito negativo de R\$ 3 milhões, sendo os principais efeitos o impacto positivo de créditos fiscais na Copa Energia (+R\$ 142 milhões) e negativo no Itaú Unibanco (-R\$ 129 milhões).

Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente				
R\$ milhões	4T24	4T23	2024	2023
Lucro Líquido Recorrente	3.679	3.172	14.780	12.163
Total de itens não recorrentes	43	(480)	(3)	(663)
Resultado Próprio¹	(29)	6	(66)	312
Sector Financeiro	(49)	(17)	(129)	(582)
Itaú Unibanco	(49)	(17)	(129)	(582)
Sector Não Financeiro	121	(469)	192	(393)
Alpargatas	(8)	(476)	(15)	(537)
Dexco	40	11	(10)	61
Grupo CCR	(15)	17	(55)	30
Copa Energia	(19)	(21)	142	(19)
Aegea	8	-	8	-
Itaútec²	114	1	122	95
Outros	-	-	(1)	(22)
Resultado Desinvestimento³	-	291	-	1.965
Lucro Líquido	3.722	2.983	14.778	13.466

(1) Referem-se aos efeitos relacionados a eventos de pós-closing das investidas.
(2) Em 2024 refere-se essencialmente reconhecimento de valores a receber vinculados ao processo de crédito do IPI na Itaútec (vide Nota Explicativa 11.1).
(3) Referem-se aos resultados advindos da XP Inc., investida que deixou de fazer parte do portfólio da Itaúsa no final de 2023.

2. Estrutura de Capital e Endividamento

2.1. Retrospectiva da Estratégia de Liability Management

A seguir, apresentamos a retrospectiva dos nossos movimentos estratégicos de gestão de passivos iniciados no 4T22, após termos atingido o maior patamar de dívida bruta da holding em set/22, no montante de R\$ 8,4 bilhões. A execução bem-sucedida desta estratégia conferiu à Itaúsa redução da dívida bruta e da dívida líquida, aumento do prazo médio da dívida, eliminação de amortização de principal até 2028 e redução do serviço da dívida. Estes resultados garantiram a preservação dos níveis de liquidez e mitigaram qualquer risco de refinanciamento.



Itaúsa S. A.
CNPJ 61.532.644/0001-15
Companhia Aberta

ITSA

B3 LISTED NY

Member of

Dow Jones
Sustainability Indices

Approved by NY MSCI Global VTR

ISEB3

IOPTWB3

IDIVERSA B3

ITAÚSA

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4º trimestre de 2024 e exercício de 2024 (Continuação)

2.3. Composição do Capital e Alavancagem

A Itaúsa tem por prática a gestão prudente de caixa e manutenção de patamares saudáveis de alavancagem. Abaixo estão a Composição do Capital, do Passivo e os principais indicadores de Endividamento da Companhia em 31.12.2024.

Composição do Capital¹ em 31.12.2024

Composição	Valor	Porcentagem
Patrimônio Líquido	R\$ 95,4 bilhões	91%
Passivo	R\$ 8,7 bilhões	9%

Composição do Passivo¹ (R\$ milhões)

Passivo Total	Valor	Porcentagem
Debitantes e Notas Comerciais	4.632	4,7%
Provisões ²	1.999	2,0%
Dividendos e JCP a pagar	1.798	1,8%
Demais passivos	253	0,3%

(1) Valores referentes ao balanço individual de Itaúsa.
(2) Conforme nota explicativa 16.1.3, R\$ 1.999 milhões referem-se à provisão de provisões tributárias de R\$ 1.530,6.

2.4. Fluxo de Caixa

A Itaúsa encerrou o 4T24 com **R\$ 3.580 milhões** de saldo de caixa, cuja movimentação desde 31.12.2023 é apresentada abaixo, com destaque para (i) os proventos recebidos do setor financeiro de R\$ 7.762 milhões, (ii) as captações de R\$ 2.031 milhões (R\$ 1,3 bilhão em debêntures e R\$ 731 milhões em Notas Comerciais) e (iii) o pagamento de proventos pela Itaúsa a seus acionistas no montante de R\$ 8.040 milhões.

(1) Considera receita oriunda da rentabilidade do caixa, as despesas gerais e administrativas, entre outros.
(2) Recompria de ações para utilização no âmbito do Plano de Incentivos de Longo Prazo da Itaúsa, aprovado na Assembleia Geral de 28.04.2023.

2.5. Agências de Rating

Em 2024, as três agências realizaram sua atualização anual do rating da Itaúsa, o qual permaneceu em "AAA" com perspectiva "estável". As agências destacaram o sólido perfil de negócios da holding, sua boa governança corporativa, o forte perfil de capitalização, a baixa alavancagem, a robustez do portfólio e do perfil das investidas da Itaúsa, que resultam em adequada previsibilidade de dividendos, mitigando pressões sobre a sua liquidez.

Agência	Rating	Perspectiva	Escala	Última atualização
Fitch Ratings	AAA(bra)	Estável	Nacional	31.10.2024
Moody's	AAA.br	Estável	Nacional	06.09.2024
S&P Global Ratings	brAAA	Estável	Nacional	10.07.2024

3. Remuneração aos acionistas

3.1. Proventos e dividend yield (dos últimos 12 meses)

Os investidores que permaneceram como acionistas nos últimos 12 meses findos em 31.12.2024 fizeram jus ao recebimento do montante bruto total de **R\$ 6,9 bilhões** em proventos, equivalente a **R\$ 0,63162 (bruto)** por ação que, dividido pela cotação da ação preferencial em 30.12.2024, resultou em **7,2 % de dividend yield¹**.

Exercício Competência	Proventos Declarados	Posição Acionária	Data de Pagamento	Montante Bruto Declarado ¹	Valor bruto por ação	Valor líquido por ação ¹
2023	JCP Trimestral	29.02.2024	01.04.2024	R\$ 243,0 milhões	R\$ 0,02353	R\$ 0,02000
	Dividendos	22.02.2024	08.03.2024	R\$ 3.183,2 milhões	R\$ 0,30050	R\$ 0,30050
	JCP	21.03.2024	30.08.2024	R\$ 722,9 milhões	R\$ 0,07000	R\$ 0,05950
	JCP Trimestral	31.05.2024	01.07.2024	R\$ 243,0 milhões	R\$ 0,02353	R\$ 0,02000
2024	JCP	20.06.2024	30.08.2024	R\$ 976,9 milhões	R\$ 0,09460	R\$ 0,08041
	JCP Trimestral	30.08.2024	01.10.2024	R\$ 243,0 milhões	R\$ 0,02353	R\$ 0,02000
	JCP	19.09.2024	07.03.2025	R\$ 499,8 milhões	R\$ 0,04840	R\$ 0,04114
	JCP Trimestral	29.11.2024	02.01.2025	R\$ 243,0 milhões	R\$ 0,02353	R\$ 0,02000
	JCP	11.12.2024	07.03.2025	R\$ 629,9 milhões	R\$ 0,05810	R\$ 0,04939
Total de proventos dos últimos 12 meses				R\$ 6.665,72	R\$ 0,61094	
Total de proventos ajustados pela bonificação e subscrição				R\$ 6.904,6 milhões	R\$ 0,63438	R\$ 0,58199

Valor da ação preferencial (ITSA4) em 30.12.2024: R\$ 8,83

Dividend Yield ¹ em 30.12.2024	7,2%	6,6%
---	------	------

(1) Conforme convenção de mercado, o Dividend Yield foi calculado considerando os proventos brutos por ação ajustados pela bonificação de 5% em ações concedida aos acionistas posicionados em 02.12.2024 e pelo direito a subscrição de ações aos acionistas posicionados em 17.02.2025, dividido pelo valor da ação (ITSA4) em 30.12.2024. Fonte: Economática.
(2) O capital social da Itaúsa era composto por 16.328.149.431 ações até 02.12.2024 e por 10.844.556.902 ações após bonificação de 5% em ações.
(3) Os juros sobre capital próprio (JCP) estão sujeitos à tributação de 15% de imposto de Renda, retidos na fonte, conforme legislação vigente.

Adicionalmente aos proventos de 2024 listados acima, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 10.02.2025, declarou proventos no valor de **R\$ 6,8 bilhões** (R\$ 6,8 bilhões líquidos) ou **R\$ 0,62502** por ação, com base na posição acionária ao final do dia 17.02.2025 e 28.02.2025, a serem pagos até 22.04.2025.

Exercício Competência	Proventos Declarados	Posição Acionária	Data de Pagamento	Montante Bruto Declarado ¹	Valor bruto por ação	Valor líquido por ação ¹
2024	JCP	17.02.2025	07.03.2025	R\$ 1.096,1 milhões	R\$ 0,10110	R\$ 0,08594
	Dividendos	17.02.2025	07.03.2025	R\$ 4.425,0 milhões	R\$ 0,40815	R\$ 0,40815
	Dividendos	17.02.2025	22.04.2025	R\$ 1.000,0 milhões	R\$ 0,09224	R\$ 0,08224
	JCP Trimestral	28.02.2025	01.04.2025	R\$ 255,1 milhões	R\$ 0,02353	R\$ 0,02000
Total de proventos dos últimos 12 meses (28.02.2025)				R\$ 6.776,1	R\$ 0,62502	R\$ 0,58199
Total de proventos ajustados pela bonificação e subscrição				R\$ 10.334,7 milhões	R\$ 0,94969	R\$ 0,88201

Valor da ação preferencial (ITSA4) em 28.02.2025: R\$ 8,79

Dividend Yield ¹ em 28.02.2025	10,8%	10,0%
---	-------	-------

Dessa forma, os investidores que mantiveram suas ações durante os últimos 12 meses, encerrados em 28.02.2025, tiveram direito ao recebimento de **R\$ 10,3 bilhões em proventos brutos**, referentes ao exercício social de 2024. Esse valor corresponde a **R\$ 0,94969 (bruto)** por ação, que, quando dividido pelo preço da ação preferencial em 28.02.2025, resulta em um **dividend yield¹ de 10,8%**, representando aumento de 2,4 pontos percentuais em relação ao de fevereiro de 2024 (referente ao exercício social de 2023).

Histórico do Dividend Yield da Itaúsa

(1) UDM: Últimos doze meses. (2) Conforme convenção de mercado, o dividend yield é calculado sobre os proventos brutos ajustados pela subscrição e bonificação em ações.
Acesse o histórico completo de proventos pagos e a pagar em www.itausa.com.br/mercado-de-capital/dividendos-e-jcp/.

3.2. Fluxo de Proventos por competência do exercício¹

Apresentamos a seguir os fluxos de proventos (líquidos) recebidos e a receber das investidas e os declarados (líquidos) pela Itaúsa (pagos e a pagar) nos exercícios de 2024 e 2023.

Proventos recebidos e a receber das Investidas

(1) Referente ao Balanço Individual (valores em R\$ milhões).
(2) Payout = Dividendos e JCP líquidos declarados / Lucro Líquido deduzido a reserva legal de 5%.
(3) Em 2023 considera a redução de capital da NTS de R\$ 301 milhões que gerou pagamento de restituição aos acionistas no 3T23 (sendo R\$ 26 milhões referente a participação da Itaúsa).

Proventos pagos e a pagar pela Itaúsa

A prática de distribuição de proventos da Itaúsa tem sido, até o momento, repassar integralmente aos seus acionistas os proventos recebidos do Itaú Unibanco relativos aos seus resultados de cada exercício social. Entre 2020 e 2024, os proventos declarados pela Itaúsa apresentaram crescimento médio anual de 54%.

3.3. Aumento de Capital e Subscrição de Ações (Chamada de Capital)

Com o intuito de reforçar o caixa e aumentar os níveis de liquidez, em 10.02.2025 a Itaúsa anunciou aumento de capital por meio da subscrição de novas ações, conforme segue:

- **Montante:** R\$ 1,0 bilhão.
- **Ações a serem emitidas:** até 149.253.731 novas ações.
- **Preço:** R\$ 6,70 por ação.
- **Deságio:** 30% (em relação ao preço médio das ações preferenciais entre 09.10.2024 e 06.02.2025).
- **Posição Acionária:** 17.02.2025.
- **Forma de pagamento:** dinheiro ou dividendos a serem recebidos em 22.04.2025.
- **Período de Adesão:** de 10.03.2025 a 10.04.2025 (para acionistas com posição na B3) ou 11.04.2025 (para acionistas com posição no ambiente escritural).

Para mais informações sobre a subscrição de ações, acesse www.itausa.com.br/servicos-aos-investidores/chamada-de-capital/.

4. Valor de Mercado do Portfólio

O valor de mercado da Itaúsa em 31.12.2024, com base no valor da ação mais líquida (ITSA4), era de **R\$ 95,7 bilhões**, enquanto a soma das participações nas empresas investidas a valor de mercado totalizava **R\$ 121,5 bilhões**, resultando em desconto da holding de **21,2%**, redução de **0,3 p.p.** em relação a 31.12.2023.

Empresas do Portfólio	Cotação da ação mais líquida (R\$) (A)	Total de ações (milhões) (B)	Valor de mercado (R\$ milhões) (C)	Participação da Itaúsa (%) (D)	Valor de mercado das participações (R\$ milhões) (E)
Itaú	R\$ 30,73	9.776	300.420	37,34%	112.165
ALPARAGATAS	R\$ 6,36	676	4.302	29,47%	1.268
DEXCO	R\$ 5,96	808	4.818	37,84%	1.823
CCR	R\$ 10,17	2.010	20.443	10,38%	2.122
oegea	(D)	n.a.	n.a.	12,88%	2.394
ntu	(E)	n.a.	n.a.	8,50%	1.587
COPA energia	(D)	n.a.	n.a.	48,93%	1.737

Demais Ativos e Passivos (F) (1.552)
Valor de Mercado da Soma das Partes 121.544

ITAÚSA	R\$ 8,83	10.842	95.732	95.732
--------	----------	--------	--------	--------

Desconto -21,2%

(A) Cotações de fechamento do último dia útil do período das ações mais líquidas do Itaú Unibanco (ITU4), Alparagatas (ALPA4), Dexco (DXCO3), Grupo CCR (CCRO3) e Itaúsa (ITSA4). (B) Total de ações emitidas excluindo as ações em tesouraria. (C) Participação direta e indireta da Itaúsa no capital total das empresas investidas, conforme Nota Explicativa 1 das Demonstrações Contábeis da Itaúsa de 31.12.2024. (D) Considera o valor do investimento contabilizado no Balanço Patrimonial de 31.12.2024. (E) Considera o valor justo do ativo contabilizado no Balanço Patrimonial de 31.12.2024. (F) Considera os demais ativos e passivos refletidos no balanço individual de 31.12.2024.

Itaú S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15
Companhia Aberta

ITSA
B3 LISTED NY

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Provided by the NYSE Euronext

ISE B3

IGPTWB3

IDIVERSA B3

ITAÚSA

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4º trimestre de 2024 e exercício de 2024 (Continuação)

O desconto é um indicador resultante da diferença entre o valor de mercado da Itaúsa e a soma dos investimentos da Companhia a valores de mercado (para empresas listadas) ou a valor justo/justo (para as empresas não listadas) ("soma das partes").

Parte do desconto é justificável pelas despesas gerais, administrativas e financeiras da holding, despesas tributárias relativas aos impostos (PIS/COFINS) incidentes sobre juros sobre capital próprio (JCP) recebidos (ineficiência fiscal), pela avaliação de risco, dentre outros fatores. Em janeiro de 2025, foi aprovada a Lei Complementar 214/25 que trata da reforma tributária sobre bens e serviços e, conforme artigos 6 e 542, a partir de 1º de janeiro de 2027 o PIS/COFINS deixará de existir e não haverá a incidência de IBS e/ou CBS sobre receitas financeiras (incluindo JCP), pois tais tributos somente incidirão sobre operações onerosas com bens e serviços. Dessa forma, a partir de 2027 (inclusive), tais despesas tributárias da Itaúsa deixarão de existir. Nesse contexto, a Administração da Companhia reforça que o atual patamar de desconto está acima do que considera adequado para o indicador. Adicionalmente, a Aegea e a Copa Energia estão consideradas no valor de mercado do portfólio pelos seus valores contábeis. Entretanto, conforme consta na seção 6.1 ("Desempenho operacional e financeiro das empresas investidas"), tais empresas têm apresentado resultados operacionais acima do esperado, o que, na avaliação da Administração da Itaúsa, justificaria avaliação superior, indicando patamar de desconto da holding ainda maior se o cálculo acima considerasse o valor justo desses ativos.

A Itaúsa divulga mensalmente um informativo de desconto, disponível em www.itausa.com.br/mercado-de-capitais/valor-justo-portfolio-e-desconto/.

5. Mercado de Capitais

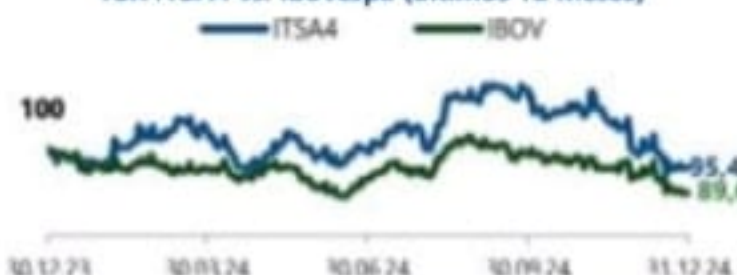
5.1. Desempenho da Ação

As ações preferenciais da Itaúsa (B3: ITSA4) eram cotadas a R\$ 8,83 ao final do 4T24 apresentando, nos últimos 12 meses, desvalorização de 4,6% quando ajustadas pelo pagamento de proventos, ao passo que o principal índice da B3, o Ibovespa, apresentou desvalorização de 10,4% no mesmo período.

Desempenho das ações da Itaúsa e Investidas¹

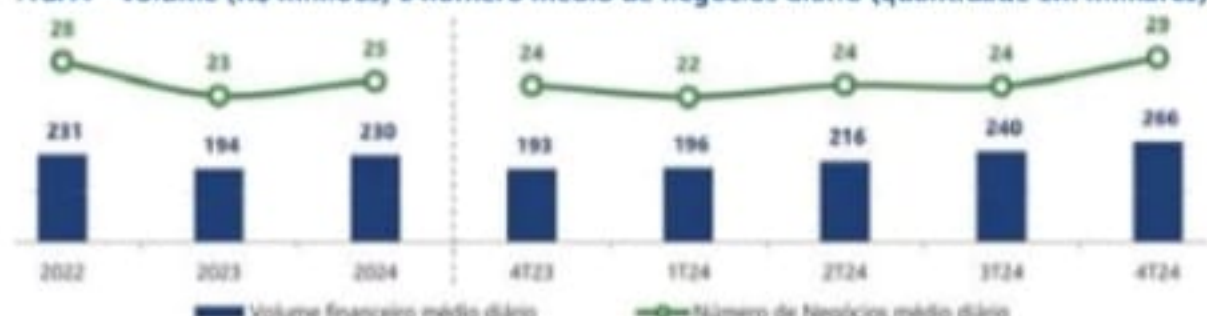
Companhia	Fechamento	Δ 4T24	Δ 2024
ITSA4	R\$ 8,83	-15,5%	-4,6%
ITSA3	R\$ 8,99	-14,1%	-2,7%
ITUB4	R\$ 30,73	-14,0%	-2,9%
ALPA4	R\$ 6,36	-8,5%	-17,2%
DXCO3	R\$ 5,96	-20,8%	-24,0%
CCRO3	R\$ 10,17	-14,9%	-25,8%
IBOV	120,283	-8,7%	-10,4%

(1) Ajustado por proventos.

TSR ITSA4 vs. Ibovespa (últimos 12 meses)¹

O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais da Itaúsa no 4T24 foi de R\$ 266 milhões ante R\$ 193 milhões no 4T23, com média diária de 29 mil negócios ante 24 mil no 4T23, aumento de 37,5% e de 17,9%, respectivamente, quando comparados ao mesmo período de 2023. No mesmo período, o volume médio diário negociado do Ibovespa apresentou queda de 2,6%.

ITSA4 - Volume (R\$ milhões) e número médio de negócios diário (quantidade em milhares)



5.2. Evolução da base acionária

Em 31.12.2024, a Itaúsa detinha 919 mil acionistas (sendo 99,6% pessoas físicas) em sua base, o que a posiciona dentre as maiores bases de acionistas da B3. Um em cada 6 acionistas da B3 possui ações da Itaúsa em sua carteira.

Evolução da quantidade de acionistas (em milhares)



6. Anexos

6.1. Desempenho operacional e financeiro das empresas investidas

Apresentamos abaixo os principais destaques dos resultados do 4T24 das empresas investidas que compõem o portfólio da Itaúsa.

Empresas Investidas	Atividade	Participação ¹ no capital total	Listagem
Itaú Unibanco Holding S.A. ²	Instituição Financeira (Banco)	37,34%	B3: ITUB4
Alpargatas S.A.	Calçados e Vestuários	29,47%	B3: ALPA4
Dixco S.A.	Madeira, Metais, Louças, Revestimentos e Celulose Solúvel	37,84%	B3: DXCO3
CCR S.A.	Infraestrutura e Mobilidade	10,38%	B3: CCRO3
Aegea Saneamento e Participações S.A. ³	Saneamento	12,88%	n.a.
Copa Energia S.A.	Distribuição de Gás (GLP)	48,93%	n.a.
Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS	Transporte de Gás Natural	8,50%	n.a.

(1) Considera o percentual de participação direta e indireta detida pela Itaúsa em 31.12.2024 e desconsidera as ações em tesouraria, conforme Nota Explicativa nº 1 (Contexto Operacional). (2) A Itaúsa detém participação indireta no Itaú Unibanco Holding por intermédio da participação de 66,53% do capital da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., cujo único investimento é a participação acionária no Itaú Unibanco. (3) A Itaúsa detém participação acionária de 10,20% do capital votante e 12,88% do capital total da Aegea Saneamento. Adicionalmente, possui 3,10% do capital da Águas do Rio Investimentos.



Itaú Unibanco Holding S.A.

Eventos recentes:

- Retorno aos acionistas:** no 4T24, o banco anunciou a distribuição adicional aos acionistas no montante total de R\$ 18,0 bilhões, sendo: (i) R\$ 15,0 bilhões de dividendos e juros sobre o capital próprio líquidos; e (ii) R\$ 3,0 bilhões de recompra e cancelamento de ações.
- Bonificação em ações:** anunciada em fevereiro, à razão de 10%, as ações serão atribuídas de forma gratuita, conforme posição acionária final do dia 17.03.2025.
- Investimento social privado:** em 2024, foram investidos R\$ 826 milhões em projetos sociais voltados para educação, cultura, mobilidade, diversidade, dentre outros.
- Estratégia ESG:** em novembro, o banco atualizou sua estratégia ESG, estruturada nos pilares de Diversidade e Desenvolvimento, Transição Climática e Finanças Sustentáveis. O Itaú também atingiu, um ano antes do previsto, a meta de R\$ 400 bilhões para o desenvolvimento sustentável e ampliou esse compromisso para R\$ 1 trilhão até 2030*.

* O objetivo estratégico contempla o horizonte de tempo de jan/2020 a dez/2030, considera o antigo compromisso de R\$ 400 bilhões e projeta mais novos R\$ 600 bilhões. A partir de jan/2025, serão considerados novos critérios de contabilização alinhados aos avanços da taxonomia de finanças sustentáveis, a serem divulgados no site de sustentabilidade do banco.

Dados Financeiros e Operacionais (em IFRS)

(R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Produto Bancário ¹	44.712	40.049	11,6%	174.744	159.962	9,2%
Receita Financeira Líquida ^{1,2}	29.898	25.696	16,4%	110.542	102.703	7,6%
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	12.265	11.895	3,1%	47.071	45.731	2,9%
Resultado de Contratos de Seguro e Previdência Privada ³	1.824	1.465	24,5%	6.982	6.613	5,6%
Perda Esperada de Ativos Financeiros	(10.470)	(6.422)	63,0%	(32.311)	(30.445)	6,1%
Despesas Gerais e Administrativas	(17.174)	(19.522)	-12,0%	(79.416)	(75.759)	4,8%
Lucro Líquido ⁴	10.835	8.773	23,5%	41.085	33.105	24,1%
Lucro Líquido Recorrente ⁴	10.967	8.818	24,4%	41.431	34.664	19,5%
ROE (anualizado)	21,0%	18,8%	2,2 p.p.	20,9%	18,6%	2,4 p.p.
ROE Recorrente (anualizado)	21,3%	18,9%	2,4 p.p.	21,1%	19,4%	1,7 p.p.
Patrimônio Líquido ⁴	211.090	190.177	11,0%	211.090	190.177	11,0%
Carteira de Crédito ⁵	1.362.473	1.179.681	15,5%	1.362.473	1.179.681	15,5%
Índice de Capital Nível I	15,0%	15,2%	-0,2 p.p.	15,0%	15,2%	-0,2 p.p.

(1) Para melhor comparabilidade, foram reclassificados os efeitos fiscais dos ajustes gerenciais. (2) Soma das (i) Receitas de Juros e Similares, (ii) Despesas de Juros e Similares, (iii) Resultado de Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado, e (iv) Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior. (3) Resultados de Contratos de Seguros e Previdência Privada, líquidos de Resseguros. (4) Atribuído aos Acionistas Controladores. (5) Carteira de Crédito com Garantias Financeiras Prestadas e Títulos Privados.

Desempenho Financeiro (4T24 vs. 4T23):

- Carteira de Crédito:** aumento de 15,5%, impulsionado pelo crescimento em todos os segmentos no Brasil (7,0% em pessoas físicas, 20,9% em grandes empresas e 17,7% em micro, pequenas e médias empresas) e na América Latina (21,1%).
- Receita Financeira Líquida:** aumento de 16,4%, devido a alta de R\$ 16,5 bilhões nas receitas de juros e similares, principalmente com ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aplicações em mercado aberto e operações de crédito.
- Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias:** crescimento de 3,1% principalmente em função do aumento das receitas relacionadas com administração de recursos, pelo maior saldo e melhor performance dos fundos, aumento de receitas com operações de crédito e garantias financeiras prestadas, e a maior atividade de banco de investimentos, que foram parcialmente compensadas pela redução das receitas com cartões de crédito e débito.
- Resultados de Contratos de Seguros e Previdência Privada:** aumento de 24,5% em função do maior resultado financeiro e operacional, principalmente relacionado ao seguro prestamista.
- Perda Esperada de Ativos Financeiros:** aumento de 63,0%, devido a maior perda com demais ativos financeiros, em função da reclassificação de outros ativos para títulos e valores mobiliários, sem impacto relevante no lucro por conta da reversão desta provisão em outras despesas.
- Índice de Capital Nível I:** ao final de dezembro, estava em 15,0%, acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil (9,6%).
- Índice de Eficiência:** no acumulado de 12 meses atingiu 39,5% no consolidado e 37,7% no Brasil, com base no modelo gerencial em BRGAAP.

Para mais informações sobre os resultados do Itaú Unibanco, acesse: www.ita.com.br/relacoes-com-investidores



ALPARGATAS

Evento recente:

- Resgate antecipado da 1ª série da 2ª emissão de debêntures:** com desembolso total de R\$ 566 milhões e cuja conclusão ocorreu em 30.01.2025.

Dados Financeiros e Operacionais

(R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Volume (mil pares/peças) ¹	65.352	62.864	4,0%	226.558	206.854	9,5%
Brasil	62.223	59.372	4,8%	204.352	183.928	11,1%
Internacional	3.129	3.492	-10,4%	22.206	22.925	-3,1%
Receita Líquida	1.122	1.009	11,2%	4.108	3.734	10,0%
EBITDA Recorrente	36	67	-46,5%	353	215	64,1%
Margem EBITDA Recorrente	3,2%	6,7%	-3,5 p.p.	8,6%	5,8%	2,8 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido ²	2	(1.606)	n.a.	107	(1.867)	n.a.
Lucro (Prejuízo) Líquido Recorrente ³	29	5	496,7%	158	(49)	n.a.
ROE (anualizado) ⁴	0,2%	-140,9%	141,1 p.p.	3,3%	-36,3%	39,6 p.p.
ROE Recorrente (anualizado) ⁵	2,9%	0,5%	2,4 p.p.	4,1%	-0,9%	5,0 p.p.
CAPEX	77	57	35,4%	159	332	-52,1%
Dívida Líquida/EBITDA UDM	-0,3x	2,6x	-2,9x	-0,3x	2,6x	-2,9x

(1) Considera somente operações Havaianas. Houve reclassificação do volume de vendas na operação do Brasil em 2023 e 2024 em função de problemas sistêmicos que geraram erro de contagem do indicador de volume de vendas, sem impacto no resultado. (2) Atribuído aos acionistas controladores. (3) Atribuído aos acionistas controladores e de operações continuadas.

Desempenho Financeiro (4T24 vs. 4T23):

- Receita Líquida:** aumento de 11,2%, em função de maior volume de pares vendidos. No Brasil, houve crescimento de 4,8% e em linha com a quantidade de pares vendidos em sell-out esperado para o trimestre. No mercado internacional, houve redução de 10,4%, impulsionado pelo processo de padronização das políticas comerciais e precificação.
- EBITDA Recorrente:** apesar do maior volume de vendas no período, ganho de eficiência fabril e disciplina nas despesas, a redução de R\$ 31 milhões do EBITDA Recorrente refletiu, principalmente, a baixa de estoques realizada no período.
- Lucro Líquido:** o resultado reverteu o prejuízo do ano anterior dado o menor volume de despesas não recorrentes em 2024.
- CAPEX:** aumento de 35,4% em função do faseamento dos investimentos. Por outro lado, no ano, houve redução de 52,1% em decorrência da maior governança no processo de aprovação de investimentos da Alpargatas.
- Posição de Caixa:** caixa líquido positivo em R\$ 122 milhões, sendo a geração de caixa operacional decisiva para a construção da posição líquida de caixa. Adicionalmente, a Alpargatas recebeu a última parcela referente a venda da Osklen, no valor de R\$552 milhões.
- Dívida Líquida/EBITDA:** reversão da posição de 2,6x Dívida Líquida sobre EBITDA ao final de 2023 para Caixa Líquido em 2024, principalmente, pela retomada de geração de caixa operacional, redução dos níveis de capex e liberação de capital de giro.

Para mais informações sobre os resultados da Alpargatas, acesse: <https://ri.alpargatas.com.br>

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15
Companhia Aberta

ITSA
B3 LISTED IN

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Pioneer by the S&P Global 100

ISEB3

IOPTWB3

IDIVERSA B3

ITAÚSA

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4º trimestre de 2024 e exercício de 2024 (Continuação)

DEXCO

Eventos recentes:

- Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio (JCP):** (i) em dezembro, foram anunciados JCP (líquidos) de R\$ 32,3 milhões (ou R\$ 0,039 por ação) que serão pagos até 31.12.2025; (ii) no mesmo mês, foi realizado o pagamento de R\$ 174,0 milhões de JCP (líquidos) e R\$ 57,7 milhões de Dividendos, considerando as posições acionárias de 19.12.2023 e 12.03.2024, respectivamente.
- Celebração de contrato com ativos florestais:** em dezembro, a Dexco anunciou contrato para venda de participação de 8 mil hectares de florestas plantadas. A transação de R\$ 200 milhões fortalece a posição financeira da companhia e visa otimizar a exploração sustentável desses ativos.
- Rating:** em fevereiro de 2025, a Moody's atribuiu à companhia a classificação Ba2 na escala global, com perspectiva estável. No mesmo período, a Fitch Ratings reafirmou os ratings de longo prazo em moeda estrangeira e em moeda local da Dexco em 'BB' e o rating de escala nacional de longo prazo em 'AAA(bra)', com perspectiva estável.

Dados Financeiros e Operacionais

(R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Receita Líquida	2.064	1.949	5,9%	8.235	7.383	11,5%
Divisão Madeira	1.326	1.298	2,2%	5.351	4.831	10,8%
Divisão Metais Sanitários e Louças	518	444	16,7%	1.991	1.683	18,3%
Divisão Revestimentos	220	206	6,8%	893	869	2,8%
EBITDA Ajustado e Recorrente ¹	372	404	-7,9%	1.650	1.393	18,4%
Margem EBITDA Ajustado e Recorrente ¹	18,0%	20,8%	-2,8 p.p.	20,0%	18,9%	1,1 p.p.
Lucro Líquido ²	23	187	-88,0%	172	790	-78,2%
Lucro Líquido Recorrente ²	(83)	160	n.a.	199	629	-68,4%
ROE ³	1,3%	11,7%	-10,4 p.p.	2,6%	12,9%	-10,3 p.p.
ROE Recorrente ³	-4,9%	10,0%	-14,9 p.p.	3,0%	10,3%	-7,3 p.p.
CAPEX ⁴	375	436	-14,0%	1.578	1.404	12,4%
Dívida Líquida/EBITDA UDM ⁵	3,0x	3,1x	-0,1x	3,0x	3,1x	-0,1x

(1) Não considera LD Celulose. (2) Atribuído aos acionistas controladores e incluindo efeitos da operação de celulose solúvel (LD Celulose). (3) Considera apenas de manutenção, expansão e projetos.

Desempenho Financeiro (4T24 vs. 4T23):

- Receita Líquida:** aumento de 5,9% atribuído ao desempenho positivo em todas as divisões, principalmente pelos resultados da Divisão Madeira, com altos níveis de demanda e boa dinâmica de preço de painéis de madeira, além da recuperação das Divisões de Metais e Louças, que apresentaram maior volume de produtos vendidos, ganhos de market share e melhor mix de produtos.
- EBITDA Ajustado e Recorrente:** redução de 7,9% em função da menor diluição de custos fixos em relação aos níveis de produção das fábricas, que foram impactados por paradas de manutenção programadas e período de férias coletivas, que afetaram todas as divisões, além de maiores custos de insumos dolarizados.
- Lucro Líquido:** redução de 88,0%, impactada pelo resultado negativo da equivalência patrimonial da LD Celulose, que, no final do ano, apropriou os encargos da renegociação do Project Finance em seus resultados, afetando pontualmente o Lucro Líquido no 4T24. Além disso, ajustes contábeis no imposto de renda diferido também influenciaram negativamente o resultado.
- Lucro Líquido Recorrente:** redução em função dos mesmos fatores mencionados anteriormente, além do impacto de impairments financeiros relativos à venda da operação de chuveiros e torneiras elétricas (finalizada em dezembro de 2024) e dos custos relativos ao início das operações da nova fábrica de Revestimentos em Botucatu (SP).
- Celulose Solúvel (DWP):** resultados operacionais recorde, tanto em receita quanto em EBITDA Ajustado e Recorrente, somados ao processo de diligência em custos, minimizando impactos da alta do dólar sobre os insumos, considerando a exposição da operação à moeda estrangeira. Por outro lado, houve impacto negativo da equivalência patrimonial da LD Celulose, conforme explicado acima.
- Dívida Líquida/EBITDA:** redução de 0,1x justificada pela melhora no resultado dos períodos, além de ações de geração de caixa e ajustes contábeis que favoreceram o Endividamento Líquido da companhia no período.

Para mais informações sobre os resultados da Dexco, acesse: <https://ri.dexco/>



Eventos recentes:

- Novas concessões:** conquista da Rota Sorocabana (São Paulo) e do Lote 3 (Paraná), que adicionam quase 900 quilômetros de vias ao portfólio de ativos.
- Repactuação MSVIA:** assinatura, em novembro, de termo consensual para resolução do desequilíbrio contratual da MSVIA.
- Encerramento de Barcas:** em fevereiro, foi encerrado o contrato de concessão e a operação foi finalizada, em linha com a estratégia de otimização do portfólio.
- Aquisição VLT Carioca S.A.:** em dezembro, foi assinado instrumento para aumento de participação acionária da CCR na Concessionária, que passará a deter 99,90% do seu capital social.
- 15ª emissão de debêntures:** em outubro, aprovou a 15ª emissão pela AutoBAn, no valor de R\$ 2 bilhões, para o resgate antecipado das 10ª, 12ª e 13ª emissões de debêntures.
- Recuperação de ações:** anunciado em dezembro para atender as obrigações do seu Plano de Incentivo de Longo Prazo, poderão ser adquiridas até 3,5 milhões de ações ordinárias (ou 0,1733% do total de ações) no prazo máximo de 18 meses.

Dados Financeiros e Operacionais

(R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Receita Líquida ajustada Consolidada (sem construção) ¹	3.790	3.469	9,3%	14.538	13.214	10,0%
Receita Líquida (sem construção)	3.790	4.478	-15,4%	14.538	14.985	-3,0%
Rodovias	2.153	2.055	4,8%	8.352	7.758	7,7%
Aeroportos	570	486	17,3%	2.127	1.995	6,6%
Mobilidade	1.066	1.939	-45,0%	4.063	5.245	-22,5%
Outros ²	0	(2)	n.a.	(4)	(14)	-71,2%
EBITDA Ajustado e Recorrente ³	2.017	1.917	5,2%	8.281	7.771	6,6%
Margem EBITDA Ajustado e Recorrente ³	53%	55%	-2,1 p.p.	57%	59%	-1,8 p.p.
Lucro Líquido ⁴	218	554	-60,7%	1.249	1.705	-26,8%
Lucro Líquido Recorrente ⁴	360	394	-8,6%	1.780	1.416	25,7%
CAPEX	2.360	2.054	14,9%	7.342	6.244	17,6%
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado UDM	3,3x	3,0x	0,3x	3,3x	3,0x	0,3x

(1) Desconsidera os efeitos dos requisitos econômicos. (2) Inclui Holdings e CSC. (3) Equivalente aos números "Ajustados e Recorrentes" reportados pela Itaúsa no mesmo período do ano anterior. (4) Atribuído aos acionistas controladores.

Desempenho Financeiro (4T24 vs. 4T23):

- Receita Líquida Ajustada (sem construção):** aumento de 9,3% devido ao melhor desempenho operacional em todos os modais, além de correções tarifárias.
- Desempenho do tráfego:** boa performance operacional em todas as plataformas (rodovias, mobilidade urbana e aeroportos).
- Rodovias:** aumento de 1,1% no tráfego de veículos equivalentes, sendo que veículos leves cresceram 2,2%, devido às concessões do Sul (ViaSul e ViaCosteira) e veículos pesados cresceram 0,2%, em função de menor escoamento de grãos e açúcar.
- Mobilidade urbana:** crescimento de 7,6%, devido à maior demanda na Via Quatro e Via Mobilidade, às novas estações do Metrô Bahia e à inauguração do Terminal Intermodal Gentileza (TIG) no VLT (Veículo Leve sobre Trilhos).
- Aeroportos:** crescimento de 9,1% devido à consolidação das rotas internacionais em Curaçao e Aeris e maior oferta de voos no BH Airport, em função de incentivos e descontos do estado de Minas Gerais sobre o Querosene de Aviação (QAV), estimulando a ampliação das ofertas de voos.
- EBITDA Ajustado:** aumento de 5,2% devido à maior margem em todos os modais, sobretudo em função do melhor desempenho operacional e correções tarifárias.
- Lucro Líquido Ajustado:** queda de 8,6% principalmente em função da variação negativa do resultado financeiro, devido ao aumento de 10,5% no endividamento bruto, ao efeito negativo de correção monetária (PCA) sobre empréstimos e a outorga de BH Airport, que foram parcialmente compensados pela maior capitalização de custos sobre empréstimos (RiOSP, Blocos Sul e Central e ViaSul).
- CAPEX:** aumento de 14,9% devido a maiores investimentos na: (i) RioSP (ampliações), (ii) ViaSul (duplicações na BR-386 e reconstruções após catástrofe climática), (iii) Linhas 8 e 9 (material rodante e melhorias na rede elétrica), e (iv) Bloco Sul e Central (melhorias previstas no plano de investimentos).
- Dívida Líquida/EBITDA Ajustado (UDM):** aumento em função do crescimento de 6,0% da dívida líquida compensado pelo aumento de 6,6% no EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses.

Para mais informações sobre os resultados do Grupo CCR, acesse: <https://ri.ccr.com.br/>

ae aegea

Eventos recentes:

- Águas do Piauí:** em janeiro de 2025, foi realizada a assinatura do contrato de concessão de água e esgoto nos 224 municípios do Estado, com uma população de, aproximadamente, 1,9 milhão de pessoas.
- PP Ambiental Paraná 2:** em janeiro de 2025, foi realizada a assinatura do contrato de esgotamento sanitário do Lote 1 da Sanepar (PR), com 36 municípios e uma população de cerca de 190 mil pessoas.
- Financiamento BNDES:** celebração, em dezembro de 2024, do contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES para a Águas do Manaus, no montante de R\$ 1,5 bilhão e prazo de 19 anos.
- Diversificação de fontes de acesso a capital:** em fevereiro de 2025, foi aprovada a captação de US\$ 600 milhões de empréstimos com liquidação financeira em março e prazo de 5 anos, que será destinada à conservação e recuperação de recursos hídricos e ecossistemas marinhos.
- Ratings:** a Fitch Ratings e a Moody's reafirmaram os ratings da Aegea (BB e AA-, respectivamente), ambas com perspectiva estável, refletindo a expectativa de melhora gradual das métricas de crédito à medida que os ativos se tornem maduros, tenham maior geração de caixa e distribuição de dividendos para a holding.

Dados Financeiros e Operacionais

(R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Volume faturado ¹ (m³ milhões)	295	265	11,5%	1.117	752	48,5%
Receita Líquida ²	2.635	2.552	3,3%	10.007	6.856	46,0%
EBITDA Ajustado (Consolidado) ^{3,4}	1.956	1.715	14,0%	6.361	4.507	41,1%
Margem EBITDA Ajustada ^{3,4}	74,2%	67,2%	7,0 p.p.	63,6%	65,7%	-2,2 p.p.
Lucro Líquido (Controlador) ^{5,6}	194	229	-15,1%	483	582	-16,9%
Lucro Líquido (Consolidado)	754	672	12,3%	2.049	1.351	51,6%
CAPEX	1.813	1.069	69,6%	4.996	2.344	113,1%
Dívida Líquida/EBITDA Covenant UDM ⁷	2,8x	2,3x	0,5x	2,8x	2,3x	0,5x

(1) O volume faturado da Aegea no 4T23 e em 2023 foram reapresentados para contemplarem os dados operacionais da Ambiental Ceará. (2) Receita operacional líquida deduzida das receitas de construção com margem próxima a zero (CPC 01) e sem efeito-caixa. (3) Exclui a receita e o custo de construção com margem próxima a zero (CPC 01). (4) Atribuído aos acionistas controladores. (5) O indicador refere-se à alavancagem societária. O EBITDA utilizado para medição de covenants e para o índice de alavancagem incorpora os resultados dos últimos 12 meses de Corsan, sendo que a incorporação da Corsan nos resultados da Aegea ocorreu a partir de julho de 2023.

Nota: A tabela acima apresenta as informações da Aegea Saneamento em base societária, ou seja, com os resultados da Águas do Rio reconhecidos por equivalência patrimonial.

Desempenho Financeiro (4T24 vs. 4T23):

- Receita Líquida:** crescimento de 3,3% devido, principalmente, ao aumento do volume faturado na Corsan e aos reajustes tarifários.
- EBITDA Ajustado:** crescimento de 14,0% devido, principalmente, ao aumento do volume faturado, aos reajustes tarifários e às medidas de eficiência operacional e financeira implementadas, sobretudo, na Corsan.
- Lucro Líquido:** redução de 15,1% no lucro líquido atribuído aos acionistas controladores, refletindo o aumento das despesas financeiras decorrente da elevação do endividamento.
- CAPEX:** aumento de R\$ 744 milhões, com destaque para a ampliação da cobertura de esgoto em todas as concessões e PPPs. No período, foram pagos R\$ 384 milhões em outorgas.
- Águas do Rio:** no 4T24, registrou um EBITDA ajustado de R\$ 651,3 milhões e Receita Líquida de R\$ 1,7 bilhão. O Lucro Líquido atingiu R\$ 113,2 milhões, representando uma queda de 36,4%, impactada principalmente pelo aumento das despesas financeiras, decorrente das captações e desembolsos em linhas de longo prazo destinadas à execução do capex. A Dívida Líquida totalizou R\$ 13,2 bilhões. Em outubro de 2024, foi paga a última parcela da outorga, no valor de R\$ 3,8 bilhões.

Para mais informações sobre os resultados da Aegea Saneamento, acesse: <https://ri.aegea.com.br/>



Evento recente:

- 6ª emissão de debêntures:** em dezembro, a Copa Energia anunciou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de R\$ 1,38 bilhão, para o resgate antecipado da 2ª emissão de debêntures.

Dados Financeiros e Operacionais

(R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Volume ('000 tons)	455	445	2,4%	1.851	1.798	2,9%
Receita Líquida ¹	2.838	2.470	14,9%	10.945	10.294	6,3%
EBITDA Recorrente ²	305	221	37,5%	1.114	1.111	0,2%
Lucro Líquido Recorrente ²	164	146	12,3%	597	562	6,2%
CAPEX	91	119	-23,6%	315	279	12,7%
Dívida Líquida/EBITDA UDM ³	1,0x	1,2x	-0,2x	1,0x	1,2x	-0,2x

(1) Considera venda de ativos. (2) Os números de 2023 foram reapresentados para melhor comparabilidade dos eventos recorrentes. (3) Nota: Números não auditados.

Desempenho Financeiro (4T24 vs. 4T23):

- Receita Líquida:** crescimento de 2,4% devido, principalmente, ao maior volume vendido no segmento empresarial, em função da estratégia de aumento de participação de mercado.
- EBITDA Recorrente:** aumento de 37,5% principalmente devido ao maior volume de vendas no segmento empresarial e maior preço de venda no canal, parcialmente compensados por maiores despesas operacionais (abastecimento, logística e marketing).
- Lucro Líquido Recorrente:** aumento de 12,3% devido ao melhor resultado financeiro, impactado, principalmente, pela redução da dívida bruta.
- CAPEX:** redução de 23,6% devido a menores gastos nas linhas de T1, automóveis, utilitários, caminhões e botijões.
- Dívida Líquida/EBITDA:** diminuição de 0,2x devido à redução da Dívida Líquida.

Para mais informações sobre a Copa Energia, acesse: <https://www.copaenergia.com.br/relacao-com-investidores/>



Eventos recentes:

- Liability Management e Ratings:** em dezembro, a NTS anunciou a 8ª emissão de debêntures no total de R\$ 1,75 bilhão para resgate antecipado das debêntures da 1ª série da 5ª emissão no total de R\$1 bilhão, que conferiu redução do custo médio da sua dívida e aumento do prazo médio. No mesmo mês, a Fitch atribuiu rating "AAA (nacional)" à 8ª emissão de debêntures da companhia e manteve o rating de longo prazo da NTS em "AAA(bra)" com perspectiva estável.
- Empréstimo:** em fevereiro, foi contratado junto ao Scotiabank um empréstimo no valor de US\$ 170 milhões, com vencimento de 3 anos, para fins de pré-pagamento total de empréstimo anterior.

Dados Financeiros e Operacionais

(R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Receita Líquida	1.867	1.840	1,5%	7.256	7.353	-1,3%
EBITDA	1.617	1.629	-0,7%	6.562	6.801	-3,5%
Lucro Líquido	887	788	12,6%	3.279	3.252	0,8%
Proventos ¹ - Total	-	-	n.a.	3.224	3.114	3,5%
Proventos ¹ - % Itaúsa	-	-	n.a.	274	305	-10,0%
CAPEX	94	68	37,8%	176	210	-16,3%
Dívida Líquida ²	9.257	9.603	-3,6%	9.257	9.603	-3,6%
Dívida Líquida/EBITDA UDM ³	1,4x	1,4x	0,0x	1,4x	1,4x	0,0x

(1) Considera dividendos, correção monetária sobre dividendos declarados, JCP bruto e redução de capital social distribuído pela NTS aos acionistas. Os proventos são com base caixa. (2) Dívida líquida considera o impacto dos instrumentos de derivativos. A NTS possui uma exposição final 100% indexada à taxa de juros atrelada ao CDI e moeda local. (3) Considera valores reportados de covenants com EBITDA dos últimos 12 meses e Dívida Líquida na data de fechamento do período.

Itaú S. A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

ITSA

B3 LISTED NY

Member of

Dow Jones Sustainability Indices

Powered by the Data Stream Cloud

ISE B3

IGPTWB3

IDIVERSA B3

ITAÚSA

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4º trimestre de 2024 e exercício de 2024 (Continuação)

Desempenho Financeiro (4T24 vs. 4T23):

- Receita Líquida:** aumento de 1,5% devido ao crescimento de receitas provenientes de contratos de curto prazo oferecidos a novos clientes, relacionados a disponibilização de capacidade ociosa de transporte.
- EBITDA:** redução de 0,7%, principalmente, devido a reajuste anual de folha e de contratos de serviços.
- Lucro Líquido:** crescimento de 12,6%, devido principalmente ao aumento de receita financeira, em função da rentabilidade de investimentos e menor Seic média no período.
- CAPEX:** aumento de 37,8% devido a despesas relacionadas a manutenção de dutos, no âmbito do programa de verificação contínua da integridade.
- Dívida Líquida/EBITDA:** estável em 1,4x, devido à redução de 3,5% do EBITDA acompanhada pela redução de 3,6% da dívida líquida oriunda da estratégia de *debt management* e redução do EBITDA, mantendo o ratio inalterado.

Para mais informações sobre os resultados da NTS, acesse: <https://www.ntsbrasil.com/home-ri/>

6.2. Estrutura Acionária em 31.12.2024^{1,2}

Free Float

Controlado

Família Egídio de Souza Araújo (ESA)

Itaú

ALPARAGATAS

DEXCO

CCR

aegea

COPA energia

nts

6.3. Balanço Patrimonial (individual e gerencial)¹

(R\$ milhões)

ATIVO	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE	7.423	6.944
Ativos Financeiros	7.090	6.781
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.580	3.156
Ativos Financeiros (VJR)	1.587	1.716
Dividendos/JCP a Receber	1.923	1.909
Ativos Fiscais	321	134
Tributos a Compensar	321	134
Outros Ativos	12	29
Despesas Antecipadas	11	3
Outros Ativos	1	26
NÃO CIRCULANTE	91.702	82.954
Investimentos	90.660	81.957
Investimentos em participações societárias	90.653	81.953
Outros investimentos	7	4
Ativos Fiscais	858	810
Tributos a Compensar	13	9
Imp. Renda/Contrib. Social Diferidos	845	801
Imobilizado e Intangível	110	111
Outros Ativos	74	76
Ativos de Direito de Uso	-	1
Despesas Antecipadas	29	1
Depósitos Judiciais	29	34
Outros Ativos	16	40
TOTAL DO ATIVO	99.125	89.898

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE	2.132	1.255
Empréstimos, financiamentos e debêntures	109	17
Dividendos/JCP a Pagar	1.798	1.073
Fornecedores	43	11
Tributos a Recolher	112	97
Obrigações com Pessoal	45	53
Passivos de Arrendamentos	-	2
Outros Passivos	25	2
NÃO CIRCULANTE	6.550	5.691
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.523	3.791
Fornecedores	25	-
Provisões	1.999	1.898
Outros tributos diferidos	2	2
Outros Passivos	1	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.443	82.952
Capital Social	80.189	73.189
Reservas de capital	700	656
Reservas de Lucros	10.945	12.582
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.361)	(3.475)
Ações em Tesouraria	(30)	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	99.125	89.898

(1) As participações apresentadas são referentes ao total de ações excluídas as existentes em tesouraria.

(2) Corresponde a participação direta e indireta nas empresas investidas.

(3) Ações detidas diretamente por pessoas físicas ou entidades da Família ESA (Egídio de Souza Araújo).

(1) Balanço Patrimonial atribuível aos acionistas controladores.

6.4. Apuração do Resultado de Equivalência Patrimonial

A Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pelo Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de suas empresas investidas e do resultado de investimentos em ativos financeiros.

Visão do 4º trimestre de 2024 e de 2023

(R\$ milhões)

	Setor Financeiro				Setor não Financeiro								Holding			
	Itaú		XP Inc.		ALPARAGATAS		DEXCO		CCR		aegea		COPA energia		nts	
	4T24	4T23	4T24	4T23	4T24	4T23	4T24	4T23	4T24	4T23	4T24	4T23	4T24	4T23	4T24	4T23
Lucro Líquido Recorrente das Empresas Investidas	10.967	8.818	-	-	29	5	(83)	160	360	394	194	229	164	146	-	-
(a) Participação Direta / Indireta	37,29%	37,21%	0,00%	0,00%	29,47%	29,53%	37,84%	37,85%	10,37%	10,35%	Vide nota	Vide nota	48,93%	48,93%	8,50%	8,50%
(+/-) Outros Resultados	(124)	(14)	-	-	(3)	(6)	-	-	(28)	(18)	(15)	(13)	(3)	(3)	-	-
(+/-) Resultado de Equivalência Patrimonial Recorrente	3.966	3.288	-	-	4	(4)	(32)	60	8	23	(18)	15	79	66	-	-
(+/-) Resultado não Recorrente	(48)	(15)	-	-	(8)	(47)	40	11	(15)	17	8	-	(18)	(20)	114	1
(+/-) Resultado da Equivalência Patrimonial	3.917	3.273	-	-	(4)	(48)	8	71	(7)	40	(5)	15	60	46	-	-
(+/-) Resultado de Investimentos em Ativos Financeiros - VJR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(34)	102
(+/-) Resultado das Empresas Investidas na Itaúsa	3.917	3.273	-	-	(4)	(48)	8	71	(7)	40	(5)	15	60	46	(34)	102
Contribuição	96,6%	106,2%	0,0%	0,6%	-0,1%	-15,8%	0,2%	2,1%	-0,2%	1,3%	-0,1%	0,5%	1,3%	1,0%	-0,8%	3,4%

Notas:

- As participações (direta e indireta) nas empresas investidas consideram o percentual médio de participação da Itaúsa no período.
- O investimento na NTS é reconhecido como ativo financeiro, não sendo avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial.
- Em relação à Aegea Saneamento, a participação demonstrada no quadro considera a equivalência patrimonial sobre os resultados da Aegea Saneamento e Águas do Rio Investimentos, respeitando o acordo de divisão de resultados celebrado entre as partes.
- "Outras empresas" considera os investimentos na Itaútec e ITH Zux Cayman (empresas não operacionais).
- Para CCR, Aegea e Copa Energia os "Outros Resultados" referem-se substancialmente a amortização de mas valias.

Visão acumulada de 2024 e de 2023

(R\$ milhões)

	Setor Financeiro				Setor não Financeiro								Holding			
	Itaú		XP Inc.		ALPARAGATAS		DEXCO		CCR		aegea		COPA energia		nts	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Lucro Líquido Recorrente das Empresas Investidas	41.431	34.664	-	1.779	158	(48)	199	629	1.780	1.416	483	562	567	562	-	-
(a) Participação Direta / Indireta	37,29%	37,21%	0,00%	0,50%	29,49%	29,54%	37,84%	37,85%	10,36%	10,34%	Vide nota	Vide nota	48,93%	48,93%	8,50%	8,50%
(+/-) Outros Resultados	(325)	(394)	-	-	(21)	(21)	-	-	(111)	(66)	(56)	(33)	(6)	(10)	-	-
(+/-) Resultado de Equivalência Patrimonial Recorrente	15.124	12.719	-	108	27	(37)	75	236	73	78	(18)	46	288	265	-	-
(+/-) Resultado não Recorrente	(129)	(340)	-	-	(15)	(33)	(10)	61	(55)	9	8	-	141	(10)	123	95
(+/-) Resultado da Equivalência Patrimonial	14.995	12.379	-	108	12	(37)	65	299	18	87	(10)	46	427	255	194	95
(+/-) Resultado de Investimentos em Ativos Financeiros - VJR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	145	16
(+/-) Resultado das Empresas Investidas na Itaúsa	14.995	12.379	-	108	12	(37)	65	299	18	87	(10)	46	427	255	145	16
Contribuição	95,0%	96,9%	0,0%	1,4%	-0,1%	-4,6%	0,4%	2,4%	-0,1%	0,7%	-0,1%	0,4%	2,7%	2,0%	0,9%	0,1%

Notas:

- As participações (direta e indireta) nas empresas investidas consideram o percentual médio de participação da Itaúsa no período.
- O investimento na NTS é reconhecido como ativo financeiro, não sendo avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial.
- Em relação à Aegea Saneamento, a participação demonstrada no quadro considera a equivalência patrimonial sobre os resultados da Aegea Saneamento e Águas do Rio Investimentos, respeitando o acordo de divisão de resultados celebrado entre as partes.
- "Outras empresas" considera os investimentos na Itaútec e ITH Zux Cayman (empresas não operacionais).
- Para CCR, Aegea e Copa Energia os "Outros Resultados" referem-se substancialmente a amortização de mas valias.

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante						Circulante					
Caixa e Equivalentes de caixa	5	3.580	3.156	4.852	5.977	Fornecedores	17	43	11	1.306	1.187
Aplicações financeiras	5	-	-	523	-	Obrigações com pessoal		45	53	273	276
Títulos e valores mobiliários	6	1.587	1.716	1.587	1.716	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	109	17	1.373	1.109
Contas a receber de clientes	7	-	-	1.220	1.160	Imposto de renda e Contribuição social a recolher		-	-	35	16
Estoques	8	-	-	1.642	1.541	Outros tributos a recolher	10	112	97	290	248
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	9	1.923	1.909	1.911	1.819	Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	20.6.2	1.798	1.073	1.828	1.218
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		319	132	403	265	Arrendamentos	14	-	2	54	53
Outros tributos a compensar	10	2	2	185	122	Derivativos	4.1.3	-	-	121	136
Derivativos	4.1.3	-	-	53	-	Outros passivos	11	25	2	496	555
Outros ativos	11	12	29	143	191	Total Circulante		2.132	1.255	5.776	4.798
Total Circulante		7.423	6.944	12.519	12.791	Não circulante					
Não circulante						Fornecedores	17	25	-	25	-
Realizável a longo prazo		932	886	6.369	5.979	Obrigações com pessoal		1	-	1	-
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	161	138	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	4.523	3.791	9.739	9.663
Ativos biológicos	12	-	-	2.790	2.365	Arrendamentos	14	-	-	719	698
Depósitos judiciais	19.1.2	29	34	171	153	Provisões	19	1.999	1.898	2.320	2.252
Benefícios a empregados	26	16	16	106	128	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	13	-	-	357	425
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	13	845	801	1.342	1.396	Outros tributos diferidos		2	2	2	2
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8	9	9	149	103	Outros tributos a recolher	10	-	-	33	45
Outros tributos a compensar	10	5	-	416	645	Benefícios a empregados	26	-	-	32	37
Direito de uso	14	-	1	694	690	Derivativos	4.1.3	-	-	331	127
Derivativos	4.1.3	-	-	153	106	Outros passivos	11	-	-	293	251
Outros ativos	11	29	25	387	255	Total Não circulante		6.550	5.691	13.852	13.500
Investimentos	15	90.660	81.957	90.171	81.297	TOTAL DO PASSIVO		8.682	6.946	19.628	18.298
Imobilizado e Intangível	16	110	111	5.566	5.281	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	20.1	80.189	73.189	80.189	73.189
						Reservas de capital	20.2	700	656	700	656
						Reservas de lucros	20.3	10.945	12.582	10.945	12.582
						Ajustes de avaliação patrimonial	20.4	(1.361)	(3.475)	(1.361)	(3.475)
						Ações em tesouraria	20.5	(30)	-	(30)	-
						Total do Patrimônio líquido dos acionistas controladores		90.443	82.952	90.443	82.952
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	4.554	4.098
						Total do Patrimônio líquido		90.443	82.952	94.997	87.050
TOTAL DO ATIVO		99.125	89.898	114.625	105.348	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		99.125	89.898	114.625	105.348

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida	21	-	-	8.235	7.383
Custos dos produtos e serviços	22	-	-	(5.783)	(5.006)
Lucro bruto		-	-	2.452	2.377
Receitas e despesas operacionais					
Despesas com vendas	22	-	-	(1.225)	(1.042)
Despesas gerais e administrativas	22	(178)	(177)	(542)	(582)
Resultado de participações societárias	15	15.641	12.444	15.389	12.830
Outras receitas	23	132	988	334	1.027
Total das receitas e despesas operacionais		15.595	13.255	13.936	11.733
Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos sobre o lucro		15.595	13.255	16.388	14.130
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	459	1.563	980	2.188
Despesas financeiras	24	(1.320)	(1.447)	(2.343)	(2.523)
Total do Resultado Financeiro		(861)	116	(1.363)	(335)
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro		14.734	13.371	15.025	13.795
Tributos sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	-	1	(130)	(40)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	44	94	(8)	243
Total dos Tributos sobre o Lucro		44	95	(138)	203
Lucro líquido do exercício		14.778	13.466	14.887	13.978
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		14.778	13.466	14.778	13.466
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		-	-	109	512
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)					
Ordinárias	25	1,36291	1,25474	1,36291	1,25474
Preferenciais	25	1,36291	1,25474	1,36291	1,25474

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas	(29)	-	10.795	9.983
Vendas de produtos e serviços	-	-	10.134	9.081
Variação no valor justo do ativo biológico	-	-	520	769
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(8)	(25)
Outras receitas	(29)	-	149	158
Insumos adquiridos de terceiros	(250)	(845)	(5.949)	(6.810)
Custos dos produtos e serviços	-	-	(4.575)	(4.927)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(250)	(845)	(1.374)	(1.883)
Valor adicionado bruto	(279)	(845)	4.846	3.173
Depreciação, amortização e exaustão	(10)	(11)	(1.231)	(1.176)
Valor adicionado líquido produzido	(289)	(856)	3.615	1.997
Valor adicionado recebido em transferência	16.317	15.781	16.623	16.324
Resultado de participações societárias	15.641	12.444	15.369	12.330
Receitas financeiras	330	1.563	851	2.188
Outras receitas	346	1.774	403	1.805
Valor adicionado total a distribuir	16.028	14.925	20.238	18.321
Distribuição do valor adicionado	16.028	14.925	20.238	18.321
Pessoal	85	80	1.337	1.248
Remuneração direta	76	72	1.027	971
Benefícios	8	7	228	206
FGTS	2	2	63	60
Outros	(1)	(1)	19	11
Impostos, taxas e contribuições	423	386	2.254	1.031
Federais	422	385	1.584	857
Estatuais	-	-	654	146
Municipais	1	1	16	28
Remuneração de capital de terceiros	742	993	1.760	2.064
Juros	742	993	1.760	2.064
Remuneração de capital próprio	14.778	13.466	14.887	13.978
Dividendos e juros sobre Capital Próprio	10.335	8.855	10.360	9.011
Lucros retidos	4.443	4.611	4.443	4.611
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	-	-	84	35

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	14.778	13.466	14.887	13.978
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados para o resultado (líquidos de tributos)				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	2.163	1.515	-	-
Ajuste a valor justo de ativos financeiros	-	-	(752)	1.738
Hedge	-	-	(825)	282
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	3.844	(242)
Contratos de seguro	-	-	175	(264)
Itens que não serão reclassificados para o resultado (líquidos de tributos)				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	(49)	(126)	-	-
Remensuração em obrigações de benefício pós-emprego	-	-	(46)	(127)
Total de Outros resultados abrangentes	2.114	1.389	2.396	1.387
Total do Resultado abrangente	16.892	14.855	17.283	15.365
Atribuível aos acionistas controladores	16.892	14.855	16.892	14.855
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	391	510

	Nota	Controladora		Consolidado		
		2024	2023	2024	2023	
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Ajustes para reconciliação do lucro líquido						
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro		14.734	13.371	15.025	13.775	
Resultado de participações societárias	15.2	(15.641)	(12.444)	(15.369)	(12.330)	
Provisões		32	2	181	281	
Juros e variações cambiais e monetárias (líquidas)		713	953	1.520	1.703	
Depreciação, amortização e exaustão		10	11	1.231	1.176	
Variação do valor justo dos Ativos biológicos	22	-	-	(520)	(769)	
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa		-	-	8	25	
Resultado na venda de Investimentos	15.2.1	-	(409)	(121)	(409)	
Variação do valor justo dos Títulos e valores mobiliários	6.1	129	(1.117)	129	(1.117)	
Exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS		-	-	(4)	(116)	
Outros		37	3	(9)	25	
		14	370	2.071	2.244	
Variações nos Ativos e Passivos						
(Aumento) Redução de Clientes		-	-	(147)	239	
(Aumento) Redução em Estoques		-	-	(74)	112	
(Aumento) Redução em Tributos a compensar		511	755	690	677	
(Aumento) Redução em Outros ativos		(283)	(357)	(238)	(254)	
Aumento (Redução) em Tributos a receber		(435)	(768)	(425)	(766)	
Aumento (Redução) em Fornecedores		57	6	127	(58)	
Aumento (Redução) em Obrigações com pessoal		(7)	-	(30)	16	
Aumento (Redução) em Outros passivos		18	(24)	(96)	(96)	
		(139)	(388)	(193)	(110)	
Caixa proveniente das operações		(125)	(18)	1.878	2.134	
Pagamento de imposto de renda e Contribuição social		(4)	(4)	(115)	(89)	
Juros pagos sobre Empréstimos, financiamentos e Debêntures	18.2.1 e 18.3.1	(553)	(1.007)	(1.150)	(1.747)	
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais		(662)	(1.029)	613	298	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Aquisição de Investimentos		(2)	-	(2)	-	
Alienação de investimentos	15.2.6	35	1.112	45	1.112	
Alienação de Títulos e valores mobiliários	6.1	-	2.705	-	2.705	
Investimentos em Fundo de Corporate Venture Capital		-	-	(7)	(84)	
(Aumento) Redução de capital social em investidas	15.2	-	26	(189)	26	
Aquisição de Imobilizado, Intangível e Ativos biológicos		(8)	(14)	(1.355)	(1.263)	
Alienação de Imobilizado, Intangível e Ativos biológicos		-	5	50	34	
Juros sobre capital próprio e Dividendos recebidos	9	8.429	4.178	8.344	4.098	
(Aplicação) Resgates de aplicações financeiras		-	-	(497)	-	
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		8.454	8.012	6.389	6.628	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos						
Integralização de Capital social		-	426	-	433	
(Aquisição) Alienação de Ações em tesouraria	20.5	(33)	-	(33)	-	
Juros sobre capital próprio e Dividendos pagos	20.6.2	(8.039)	(4.390)	(8.196)	(4.561)	
Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18.2.1 e 18.3.1	2.026	1.248	2.439	3.703	
Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18.2.1 e 18.3.1	(1.300)	(3.750)	(2.293)	(4.692)	
Amortização de passivos de arrendamento	14.2	(2)	(3)	(142)	(132)	
Amortização de derivativos		-	-	(128)	(182)	
Recebimento na venda parcial de controlada a não controladores		-	-	200	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(7.348)	(6.469)	(8.153)	(5.431)	
Variação cambial sobre Caixa e equivalentes de caixa		-	-	24	10	
Aumento (redução) líquido de Caixa e equivalentes de caixa		424	514	(1.125)	1.505	
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício		3.156	2.642	5.977	4.472	
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício		3.580	3.156	4.852	5.977	
		424	514	(1.125)	1.505	

Itaúsa S. A.
CNPJ 61.532.644/0001-15
Companhia Aberta

ITSA

B3 LISTED NY

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices

Powering Up the SDG Index 100

ISE B3

IGPTWB3

IDIVERSA B3

ITAÚSA

ITSA3

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAL E CONSOLIDADA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Nota	Atribuível aos acionistas controladores						Participação dos não controladores	Total Consolidado
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	63.500	563	13.588	-	(4.864)	-	72.797	76.535
Transações com os acionistas								
Subscrição e integralização de capital	877	-	-	-	-	-	877	877
Aumento de capital com integralização de Reservas de lucros	8.812	-	(8.812)	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio prescritos	-	-	3	-	-	-	3	3
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio de exercícios anteriores	-	-	(877)	-	-	-	(877)	(877)
Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP	-	3	-	-	-	-	3	3
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das investidas	-	90	(1.034)	-	-	-	6	(938)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	13.466	13.466	13.978
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.389	-	1.389	1.387
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(2)	-
Destinação do lucro								
Reserva legal	-	-	673	-	-	(673)	-	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio do exercício	-	-	-	-	-	(3.762)	(3.762)	(3.918)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio propostos	-	-	5.093	-	-	(5.093)	-	-
Reservas estatutárias	-	-	3.938	-	-	(3.938)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	73.189	656	12.582	-	(3.475)	-	82.952	87.050
Saldo em 31 de dezembro de 2023	73.189	656	12.582	-	(3.475)	-	82.952	87.050
Transações com os acionistas								
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	6	6
Aquisição de ações em tesouraria	20,5	-	-	(33)	-	-	(33)	(33)
Entrega de ações em tesouraria - Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP	20,5	-	-	3	-	-	3	3
Aumento de capital com integralização de Reservas de lucros	20,1	7.000	(7.000)	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio prescritos	-	-	2	-	-	-	2	2
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio de exercícios anteriores	-	-	(5.093)	-	-	-	(16)	(5.109)
Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP	-	6	-	-	-	-	6	6
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das investidas	-	38	(195)	-	-	-	100	(57)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	14.778	14.778	14.887
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.114	-	2.114	2.396
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro								
Reserva legal	20,3	-	739	-	-	(739)	-	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio do exercício	20,6,1	-	-	-	-	(4.129)	(4.129)	(4.154)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio propostos	20,6,1	-	6.206	-	-	(6.206)	-	-
Reservas estatutárias	20,3	-	3.704	-	-	(3.704)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	80.189	700	10.945	(30)	(1.361)	-	90.443	94.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaúsa S.A. ("ITAÚSA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Av. Paulista nº 1938, 5º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil. As ações da ITAÚSA estão registradas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob os códigos "ITSA3" para as ações ordinárias e "ITSA4" para as ações preferenciais. Além do Índice Bovespa - Ibovespa, as ações da ITAÚSA integram determinadas coteiras de segmentos na B3 com características ASG (Ambiental, Social e Governança Corporativa), destacando a participação pelo 24º ano no Índice de Governança Corporativa - IGC, pelo 21º ano no Índice de Ações com Flag Along Diferenciado - ITAG, pelo 17º ano no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, pelo 2º ano no Índice Great Place

to Work - IGPTW e 2º ano no Índice de Diversidade - IDIVERSA. Adicionalmente, a ITAÚSA integra, pela 21ª vez, o principal índice de alcance global Dow Jones Sustainability World Index - DJSI e é classificada como uma empresa de baixo risco sob a ótica ASG pela Sustainalytics, além de participar de iniciativas como o Carbon Disclosure Project - CDP.

A ITAÚSA tem por objeto participar em outras sociedades, no País ou no exterior, para investimento em quaisquer setores da economia, inclusive por meio de fundos de investimento, disseminando nas investidas os seus princípios de valorização do capital humano, governança e ética nos negócios e geração de valor para os acionistas, de forma sustentável. A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egidio de Souza Aranha que detém 63,52% das ações ordinárias e 17,86% das ações preferenciais, resultando em 33,55% do capital total.

1.1. Portfólio de investimentos

	País de constituição	Atividade	% de Participação (Direta e Indireta) (%)	
			31/12/2024	31/12/2023
Controladas				
Dexco S.A. ("Dexco")	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários e Celulose solúvel	37,84%	37,85%
Itaútec S.A. ("Itaútec")	Brasil	Holding	100,00%	100,00%
ITH Zua Cayman Ltd. ("ITH Zua Cayman")	Ibus Cayman	Holding	100,00%	100,00%
Controladas em conjunto				
Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco")	Brasil	Instituição Financeira	37,14%	37,23%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR")	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Alpargatas S.A. ("Alpargatas")	Brasil	Calçados e Vestuários	29,47%	29,53%
Coligadas				
CCR S.A. ("CCR")	Brasil	Infraestrutura e mobilidade	10,18%	10,35%
Aegae Saneamento e Participações S.A. ("Aegae")	Brasil	Saneamento	12,88%	12,88%
Águas do Rio Investimentos S.A. ("Águas do Rio Investimentos")	Brasil	Saneamento	2,67%	4,08%
Copa Energia S.A. ("Copa Energia")	Brasil	Distribuição de GLP	48,93%	48,93%
Ativos financeiros				
Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS ("NTS")	Brasil	Transporte de gás natural	8,50%	8,50%

(1) Desconsidera as ações em tesouraria.

Estas Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2025.

1.2. Principais eventos ocorridos no exercício

1.2.1. Novas captações de recursos

Empresa	Tipo de emissão	Valor	Objetivo	Nota
Empréstimos e financiamentos				
ITAÚSA	Notas comerciais	731	Propósitos corporativos gerais	18,2
Dexco	Nota comercial - Lastro do CRA (com swap)	363	Reforço do capital	18,2
Dexco	Cédula de Produto Rural - CPR	50	Reforço do capital	18,2
Total		1.144		
Debêntures				
ITAÚSA	7ª Emissão de debêntures	1.300	Resgate antecipado facultativo da 3ª emissão de debêntures	18,3.1.2
Total		1.300		

1.2.2. Resgates antecipado de debêntures

Em dezembro de 2024 a ITAÚSA realizou o resgate antecipado da totalidade da 3ª emissão de debêntures, no valor de R\$1.300 (Nota 18,3.1.1).

1.2.3. Deliberação e pagamento de proventos aos acionistas

O Conselho de Administração da ITAÚSA deliberou juros sobre capital próprio no montante bruto de R\$10.335 (R\$9.597 líquido), dos quais foram pagos, durante o exercício, o montante de R\$1.858 (Nota 20,6).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, contudo, as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela ITAÚSA na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo (Nota 4.1.1); (ii) os passivos de benefício definido que são reconhecidos ao valor justo, com limitação de reconhecimento do ativo (Nota 26); e (iii) os ativos biológicos mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 12).

2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação, sendo todos os saldos acordados para milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma. A definição da moeda funcional reflete o principal ambiente econômico de operação da ITAÚSA e suas controladas.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente do Real, quando aplicável, são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do Balanço Patrimonial;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica "Outros resultados abrangentes".

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos no Resultado financeiro.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas é requerido que a Administração da ITAÚSA e de suas controladas se utilizem de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas durante os exercícios apresentados e em exercícios subsequentes.

Os julgamentos, estimativas e premissas são baseados em informações disponíveis na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos

relativos a eventos futuros. Adicionalmente, quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas para os próximos exercícios, são os seguintes:

Descrição	Nota
Reconhecimento dos tributos diferidos	13
Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos	4.1.2
Provisões e Ativos e Passivos contingentes	19
Determinação do valor justo para ativos biológicos	12
Reconhecimento de ativos e passivos relacionados a planos de previdência	26
Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)	15.5

2.5. Consolidação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas.

A ITAÚSA consolida suas controladas a partir do momento em que obtém o controle sobre as mesmas. As Demonstrações Contábeis das controladas são elaboradas na mesma data-base das Demonstrações Contábeis da ITAÚSA, utilizando políticas e práticas contábeis consistentes. Quando necessário, ajustes são realizados nas Demonstrações Contábeis das controladas para adequar suas políticas e práticas contábeis às políticas contábeis da ITAÚSA.

Os montantes relativos aos acionistas não controladores, provenientes das controladas cuja participação societária detida pela ITAÚSA não corresponda à totalidade do Capital social, estão destacados no Balanço Patrimonial na rubrica "Participação dos acionistas não controladores", na Demonstração do Resultado na rubrica "Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores" e na Demonstração do Resultado Abrangente na rubrica "Total do resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores".

As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados.

2.6. Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade da Fundação IFRS e, consequentemente, o CPC, emitem novas normas e revisões às normas já existentes.

2.6.1. Normas revisadas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2024

No exercício de 2024 a ITAÚSA e suas controladas adotaram as normas e/ou revisões relacionadas abaixo as quais não apresentaram impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis, exceto pelo CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que contemplou alterações vinculadas a passivo de arrendamento em uma transação de "Sole and Leaseback", não aplicáveis a ITAÚSA e suas controladas.

Norma	Descrição
CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros	Contemplam divulgações adicionais que permitem a avaliação dos efeitos de acordos de financiamento com fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.
CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	(i) Esclarece que a classificação dos passivos como circulante ou não circulante se baseia em direitos existentes no final do período de reporte e especifica que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se a entidade exercerá seu direito de diferir a liquidação do passivo; e (ii) Especifica que somente covenants cuja obrigação é existente ao final do período de relatório afetará a classificação do passivo e introduz requisitos de divulgação sobre o risco do passivo se tornar exigível nos próximos 12 meses.

2.6.2. Normas e interpretações novas e revisadas ainda não adotadas

As novas normas e revisões abaixo já foram emitidas, contudo, não encontram-se vigentes em 31 de dezembro de 2024.

A ITAÚSA e suas controladas não estimam impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção, exceto: (i) por alterações no CPC 02 (R2) / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, que definiu o conceito de "moeda convertível", não aplicáveis a ITAÚSA e suas controladas; e (ii) pela emissão da IFRS 18.

Norma	Descrição	Vigência
CPC 18 (R3) / IAS 28 - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	Contempla ajustes de redação relacionadas a aplicação do método da equivalência patrimonial.	1º janeiro de 2025

Itaúsa S. A.
CNPJ 61.532.644/0001-15
Companhia Aberta

ITSA

B3 LISTED NY

Member of

Dow Jones

Sustainability Indices

Ranked by the DJSI Global 100

ISEB3

IOPTWB3

IDIVERSA B3

ITAÚSA

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)

Norma	Descrição	Vigência
CPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Contempla ajustes de redação e atualização de referências às normas posteriores à sua emissão.	1º janeiro de 2023
CPC 32 (R1) / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	O Pilar Dois é uma iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") para garantir que grandes grupos multinacionais, com receitas anuais superiores a 750 milhões de euros, paguem um nível mínimo de tributos em cada jurisdição que atuem. Grupos multinacionais devem coletar informações de suas controladas para aferir a necessidade de pagamento de um tributo adicional caso essas entidades possuam uma alíquota tributária efetiva inferior a 15% sobre os lucros.	1º janeiro de 2025
CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgação e CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Contempla: (i) esclarecimento sobre a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros liquidados por meios eletrônicos; (ii) orientações adicionais para avaliação se um ativo financeiro atende ao critério "de somente pagamento de principal e juros"; (iii) novas divulgações para instrumentos financeiros com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (Ex. instrumentos vinculados à metas ASGI; e (iv) atualizações sobre as divulgações de instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.	1º janeiro de 2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	Substitui o CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e introduz novas exigências para: (i) apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; (ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração nas notas explicativas; e (iii) melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações financeiras por similaridade. Alterações no CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, estabelecendo o "lucro ou prejuízo operacional" como ponto de partida para reconciliar os fluxos de caixa das atividades operacionais e a eliminação das opções existentes de apresentação de juros e dividendos pagos e recebidos. A nova norma será aplicada de forma retrospectiva e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão conduzidos até a data de entrada em vigor da norma.	1º janeiro de 2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos. Para ser elegível, uma entidade deve ser uma controlada, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare e divulgue Demonstrações Contábeis que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.	1º janeiro de 2027

J. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis da ITAÚSA e suas controladas foram adotadas de forma consistente nos exercícios e estão apresentadas, de maneira resumida, nas respectivas notas explicativas, exceto pela política abaixo que está relacionada a mais de uma nota explicativa.

3.1. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros - Investimento, Imobilizado e Intangível

O valor recuperável de um ativo está representado pelo seu valor em uso e é calculado por meio de metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, condições de mercado e os riscos de negócio. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa) e estão agrupados:

(i) Vida útil definida: são avaliados apenas se existem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável.

(ii) Vida útil indefinida: são avaliados no mínimo anualmente ou quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis.

Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, uma provisão para perda (impairment) é reconhecida no resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida, com exceção da perda por redução ao valor recuperável do ágio (goodwill), caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

	Nota	Custo amortizado		Controladora		Total	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros							
Caixa e Equivalentes de caixa	5	-	-	3.580	3.156	3.580	3.156
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	1.587	1.716	1.587	1.716
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	9	1.923	1.909	-	-	1.923	1.909
Depósitos judiciais	19.1.2	29	34	-	-	29	34
Outros ativos	11	41	54	-	-	41	54
Total		1.993	1.997	5.167	4.872	7.160	6.869
Passivos financeiros							
Fornecedores	17	68	11	-	-	68	11
Obrigações com pessoal		46	53	-	-	46	53
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	4.632	3.808	-	-	4.632	3.808
Arrendamentos	14	-	2	-	-	-	2
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	20.6.2	1.798	1.073	-	-	1.798	1.073
Outros passivos	11	25	2	-	-	25	2
Total		6.569	4.949	-	-	6.569	4.949

	Nota	Custo amortizado		VJR		VJORA		Total	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros									
Caixa e Equivalentes de caixa	5	294	297	4.558	5.680	-	-	4.852	5.977
Aplicações financeiras	5	523	-	-	-	-	-	523	-
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	1.748	1.854	-	-	1.748	1.854
Contas a receber de clientes	7	1.220	1.160	-	-	-	-	1.220	1.160
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	9	1.911	1.819	-	-	-	-	1.911	1.819
Depósitos judiciais	19.1.2	171	153	-	-	-	-	171	153
Derivativos	4.1.3	-	-	206	106	-	-	206	106
Outros ativos	11	530	446	-	-	-	-	530	446
Total		4.649	3.875	6.512	7.640	-	-	11.161	11.515
Passivos financeiros									
Fornecedores	17	1.331	1.187	-	-	-	-	1.331	1.187
Obrigações com pessoal		274	276	-	-	-	-	274	276
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	8.215	10.772	2.897	-	-	-	11.112	10.772
Arrendamentos	14	773	751	-	-	-	-	773	751
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	20.6.2	1.828	1.218	-	-	-	-	1.828	1.218
Derivativos	4.1.3	-	-	378	220	74	43	452	263
Outros passivos	11	785	804	4	2	-	-	789	806
Total		13.206	15.008	3.279	222	74	43	16.559	15.273

4.1.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, são utilizadas técnicas de avaliação previstas no CPC 46 / IFRS 13 - Mensuração do valor justo, podendo resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo, principalmente, em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares, assim como pela alteração da taxa das taxas de juros futuros.

(a) Hierarquia do valor justo

	Nota	Controladora			Consolidado		
		Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros							
Caixa e Equivalentes de caixa	5	3.580	-	3.580	3.156	-	3.156
Títulos e valores mobiliários	6	-	1.587	1.587	-	1.716	1.716
Total		3.580	1.587	5.167	3.156	1.716	4.872

	Nota	Controladora			Consolidado		
		Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros							
Caixa e Equivalentes de caixa	5	4.558	-	4.558	5.680	-	5.680
Títulos e valores mobiliários	6	-	1.748	1.748	-	1.854	1.854
Derivativos	4.1.3	206	-	206	106	-	106
Total		4.764	1.748	6.512	5.786	1.854	7.640

Passivos financeiros

Empréstimos e financiamentos (Moeda nacional - com swap)

Derivativos

Outros passivos

Total

	Nota	Controladora			Consolidado		
		Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Empréstimos e financiamentos (Moeda nacional - com swap)	18	2.897	-	2.897	-	-	-
Derivativos	4.1.3	452	-	452	263	-	263
Outros passivos	11	4	-	4	2	-	2
Total		3.353	-	3.353	265	-	265

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros relevantes, são divulgadas a seguir:

(i) **Títulos e valores mobiliários**

- **Controladora:** Participação societária na NTS (Nota 6.3) cujo valor justo é calculado com base no fluxo de caixa futuro para a ITAÚSA descontado a valor presente à taxa que corresponde ao custo de capital próprio que, em 31 de dezembro de 2024 é de 12,3% (13,5% em 31 de dezembro de 2023). As premissas consideradas para o cálculo do custo do capital próprio levam em consideração: (i) risco país; (ii) taxa livre de risco de títulos do tesouro americano (com vencimento em 10 anos); (iii) prêmio de risco de mercado; (iv) beta considerando empresas com modelo de negócio semelhante; e (v) diferencial de inflação entre mercado externo (Estados Unidos) e interno.

- **Controlada Dexco:** (i) Substancialmente composto pela participação em fundo de corporate venture capital, denominado "DIX Ventures Fundo de Investimento em Participações Multissetorial Investimentos no Exterior" cujo valor justo é calculado com base na análise econômico-financeira realizada pelos gestores do fundo.

(ii) **Empréstimos e financiamentos:** São mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

(iii) **Instrumentos derivativos:** (i) os valores justos dos contratos de taxas de juros são calculados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e (ii) os valores justos dos contratos em moeda estrangeira é determinado com base nas taxas de câmbio futuras descontadas a valor presente.

Itaúsa S. A.
CNPJ 61.532.644/0001-15
Companhia Aberta

ITSA

B3 LISTED MI

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices

Reviewed by the S&P Global 100

ISEB3

IOPTWB3

IDIVERSA B3

ITAÚSA

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros a custo amortizado
Com exceção às Debêntures, os demais ativos e passivos financeiros, mensurados ao custo amortizado, apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo decorrentes do fato de que estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Nota	Controladora				Consolidado			
	Saldo Contábil	Valor Justo	Saldo Contábil	Valor Justo	Saldo Contábil	Valor Justo	Saldo Contábil	Valor Justo
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures	18	3.865	3.919	3.808	3.922	4.472	4.526	5.024

Segue as premissas utilizadas na apuração dos valores justos:
(b) Debêntures: São mensuradas com base na cotação do mercado secundário de debêntures divulgadas pela Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capital).
4.1.3. Derivativos
Os derivativos têm como finalidade mitigar a exposição a indexadores de taxas juros e/ou a exposição cambial. A contratação de derivativos deverá ser utilizada somente como instrumento de proteção (hedge), sendo vedada operações com caráter especulativo. A gestão dos riscos financeiros e derivativos é realizada conforme estratégias e diretrizes estabelecidas em políticas financeiras. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 apenas a controlada Dexco apresentava operações com derivativos. Foram realizados testes de efetividade que demonstraram que o programa de contabilidade de hedge implementado é efetivo. Os testes consideraram a relação econômica a partir da análise do hedge ratio, o efeito do risco de crédito envolvido no instrumento e objeto de hedge e a avaliação dos termos críticos.
Segue abaixo os contratos vigentes, cujo objetos de proteção são Empréstimos e financiamentos com a finalidade de mitigar o risco das taxas de juros:

Instrumento derivativo	Taxas		Vencimento	Valor de referência R\$ (Nacional)	Consolidado									
	Ponta ativa	Ponta passiva			31/12/2024				31/12/2023					
					Valor justo		Ganhos (Perdas)		Valor justo		Ganhos (Perdas)			
					Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido		
Hedge - Valor justo														
Swap	IFCA+3,8% a 6,4%	95,0% a 108,6% CDI	out-35	2.857	2	283	(7)	-	-	-	-	-		
Swap	Pré 11,0%	108,5% CDI	dez-33	375	-	80	-	-	-	-	-	-		
Total					2	363	(7)	-	-	-	-	-		
Hedge - Fluxo de caixa														
Swap	IFCA+3,8% a 6,4%	95,0% a 108,6% CDI	out-35	2.857	-	-	-	-	106	48	15	43		
Swap ME	USD + 2,3% a 6,0%	CDI + 1,7% e 110,9% a 115,0% CDI	mar-27	1.336	204	89	189	74	-	215	(157)	(58)		
Total					204	89	189	74	106	263	(142)	(15)		
Total derivativos					206	452	182	74	106	263	(142)	(15)		
					Circulante	53	121	-	-	136	-	-		
					Não circulante	153	331	-	-	106	127	-		

(a) Hedge - Valor justo
(i) 1 contrato com valor nominal de R\$697, trocando taxas em IFCA + taxa prefixada (ponta ativa) por uma posição passiva média em 96,3% do CDI;
(ii) 2 contratos com valor nominal agregado de R\$942, trocando taxa prefixada + atualização monetária em IPCA (ponta ativa) por uma posição passiva média em 104,1% do CDI;
(iii) 2 contratos com valor nominal agregado de R\$1.218, trocando taxas em IFCA + taxa prefixada (ponta ativa) por uma posição passiva em 106,7% do CDI;
(iv) 1 contrato com valor nominal de R\$375, trocando taxa prefixada por uma posição passiva em 108,5% do CDI.
(b) Hedge - Fluxo de caixa
(i) 1 contrato com valor nominal de US\$75.000 (setenta e cinco milhões de dólares), trocando dólar + taxa prefixada (ponta ativa) por uma posição passiva em reais de CDI + 1,7%; e
(ii) 4 contratos com valor nominal agregado de US\$175.000 (cento e setenta e cinco milhões de dólares), trocando dólar + taxa prefixada (ponta ativa) por uma posição passiva média em reais de 112,2% do CDI.

4.2. Gerenciamento de riscos
Pelo fato dos resultados da ITAÚSA estarem diretamente atrelados às operações, às atividades e aos resultados de suas investidas, a ITAÚSA está exposta, essencialmente, aos riscos das empresas de seu portfólio. Por meio de sua alta administração, a ITAÚSA participa nos conselhos de administração e comitês de assessoramento das empresas investidas, além da presença de membros independentes com experiência nos respectivos mercados de atuação, sempre estimulando boas práticas de gerenciamento de riscos e compliance, incluindo, a integridade. Como exemplos dessa atuação, os membros da ITAÚSA participam: (i) no Comitê de Gestão de Riscos e Capital do Itaí Unibanco; (ii) no Comitê de Auditoria Estatutária da Alpargatas; (iii) no Comitê de Auditoria, Riscos e Integridade da Aegex; e (iv) no Comitê de Auditoria da Copa Energia.
A ITAÚSA segue as diretrizes constantes em sua Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, onde são definidas: (i) as principais diretrizes na gestão e no controle de riscos, em linha com o apetite a riscos estabelecido pelo Conselho de Administração; (ii) as metodologias do processo de gerenciamento de riscos; (iii) as diretrizes e orientações à área de Compliance e Riscos Corporativos na implementação do programa de integridade; e (iv) as revisões dos normativos da ITAÚSA, submetendo-os, quando necessário, à avaliação e à aprovação do Conselho de Administração.
A ITAÚSA possui Comitê de Auditoria que tem como principais objetivos: (i) assessorar na gestão de riscos, incluindo proposta de apetite e tolerância; (ii) rever e propor priorização de riscos e planos de resposta; e (iii) manifestar-se sobre a avaliação da aderência normativa, do Programa de Integridade e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos.
Para gestão de riscos financeiros, são adotadas diretrizes estabelecidas em políticas financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, com foco no monitoramento e mitigação de eventos adversos de mercado e/ou de crédito que podem impactar negativamente o fluxo de caixa.

4.2.1. Riscos de mercado
Envolve, principalmente, a possibilidade de oscilação nas taxas de juros e taxas de câmbio, podendo resultar em redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função das oscilações no mercado.
Em relação aos riscos de taxa de câmbio, a controlada Dexco possui política financeira que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio. Em função dos procedimentos de gerenciamento de riscos, são realizadas pela Administração avaliações periódicas das exposições cambiais, com o objetivo de mitigá-las, além de manter mecanismos de hedge que visam proteger grande parte de sua exposição cambial.
Em relação aos riscos de taxas de juros são aqueles que geram perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente pela Administração com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade destas taxas. Em relação às aplicações financeiras, os rendimentos estão indexados à variação do CDI; (i) com resgate garantido pelos bancos emissores, de acordo com as taxas contratadas nos casos de aplicações em CDB's; ou (ii) pelo valor da quota no dia de resgate para os fundos de investimento.

4.2.1.1. Análise de sensibilidade
Tem como objetivo mensurar os impactos oriundos das mudanças das variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação destas transações poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade utilizada na preparação dessas análises.
As informações demonstradas no quadro abaixo mensuram, com base na exposição dos saldos contábeis de 31 de dezembro de 2024, os possíveis impactos no Resultado e no Patrimônio Líquido, em função da variação de cada risco, para os próximos 12 meses ou, caso inferior, até data de vencimento destas operações. O cenário base representa a taxas atuais e o cenário possível representa as taxas projetadas disponíveis no mercado (B3):

	Controladora					Nota	Consolidado				
	Indexador	Taxa projetada	Saldo em 31/12/2024	Ganho (Perda)			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
				Cenário base	Cenário possível						
Equivalentes de caixa											
Aplicações financeiras	CDI	15,8%	3.580	448	568	18	4.632	3.808	11.112	10.772	
Total Ativos financeiros			3.580	448	568	5	(3.580)	(3.156)	(5.375)	(5.977)	
Empréstimos e financiamentos							1.052	652	5.737	4.795	
Moeda nacional	CDI	17,9%	767	(112)	(138)						
Debêntures	CDI	De 16,4% até 17,7%	3.865	(532)	(660)						
Total Passivos financeiros			4.632	(644)	(798)						
Efeito no Resultado				(196)	(230)						
	Consolidado					Nota	Consolidado				
	Indexador	Taxa projetada	Saldo em 31/12/2024	Ganho (Perda)			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
				Cenário base	Cenário possível						
Aplicações financeiras	CDI	De 14,6% a 15,8%	5.081	623	787	20	90.443	82.952	94.997	87.550	
Total Ativos financeiros			5.081	623	787		1,2%	0,8%	6,0%	5,5%	
Empréstimos e financiamentos											
Moeda nacional	CDI	16,0% a 17,9%	2.182	(266)	(327)						
Moeda nacional	IPCA	16,2%	2.612	(348)	(436)						
Moeda nacional	Pré	17,4%	285	(48)	(60)						
Moeda estrangeira	USD	16,8%	1.561	(180)	(223)						
Debêntures	CDI	De 16,4% até 17,7%	4.472	(608)	(756)						
Total Passivos financeiros			11.112	(1.450)	(1.802)						
Efeito no Resultado				(479)	(579)						
Efeito no Patrimônio líquido				(348)	(436)						

4.2.2. Riscos de crédito
Compreendem a possibilidade de ocorrência perdas resultante da dificuldade de realização de seus recebíveis e demais créditos. Essa descrição está relacionada, principalmente, às rubricas abaixo, sendo a exposição máxima ao risco de crédito refletida pelos saldos contábeis das mesmas:
(a) Contas a receber de clientes
A controlada Dexco possui política formalizada para a concessão de créditos, com o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito em operações comerciais de venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados, a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber.
(b) Caixa e Equivalentes de caixa e Aplicações financeiras
Para gestão do risco de crédito são estabelecidas na política financeira das companhias limites de exposição e critérios de seleção para contrapartes de operações financeiras conforme classificação de risco (rating). A Administração entende que as operações de aplicações financeiras e/ou derivativos contratados não expõem a ITAÚSA e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

4.2.3. Riscos de liquidez
Correspondem a possibilidade da ITAÚSA e suas controladas não honrarem seus compromissos financeiros nas datas de vencimento por falta de recursos suficientes, em decorrência de descasamentos que possam afetar de forma relevante a capacidade de pagamento das companhias.
A ITAÚSA e a controlada Dexco adotam diretrizes e medidas de monitoramento de liquidez para mitigação de risco, incluindo a projeção de fluxo de caixa e cálculo do caixa mínimo, de acordo com os critérios previstos em suas políticas financeiras. Adicionalmente a controlada Dexco dispõe de uma linha de crédito rotativo ("revolving credit facility"), no valor de até R\$750, disponível para saque até setembro de 2025, que poderá ser utilizada em eventuais momentos de restrição de liquidez. O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros de acordo com os fluxos de caixa não descontados:

	Controladora				
	Em anos				
	Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 3 e 5	Acima de 5	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	606	1.234	5.630	1.223	8.693
Fornecedores	43	25	-	-	68
Obrigações com pessoal	45	1	-	-	46
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	1.798	-	-	-	1.798
Outros passivos	25	-	-	-	25
Total	2.517	1.260	5.630	1.223	10.630

	Consolidado				
	Em anos				
	Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 3 e 5	Acima de 5	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.215	4.366	11.428	2.858	20.867
Derivativos	121	331	-	-	452
Fornecedores	1.306	25	-	-	1.331
Obrigações com pessoal	273	1	-	-	274
Amendamentos	54	85	65	569	773
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	1.828	-	-	-	1.828
Outros passivos	496	293	-	-	789
Total	6.293	5.101	11.493	3.427	26.314

A projeção orçamentária, aprovada pela Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações.

4.2.3.1. Cláusulas restritivas (covenants)
A controlada Dexco possui determinados contratos de Empréstimos, financiamentos e Debêntures (Nota 18) que estão sujeitos a determinadas cláusulas restritivas (covenants), de acordo com as práticas usuais de mercado, e que, quando não cumpridas, podem acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A manutenção dos covenants está baseada nas Demonstrações Contábeis da controlada Dexco e, caso a referida obrigação contratual não seja cumprida, a mesma deverá solicitar "waiver" dos credores. Em 31 de dezembro de 2024 todas as obrigações contratuais acima foram cumpridas.

4.3. Gestão de capital
A gestão de capital é realizada de forma a garantir a continuidade das operações, bem como oferecer retorno aos acionistas, por meio da otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento, pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira, que corresponde à relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	4.632	3.808	11.112
(-) Caixa e Equivalentes de caixa e Aplicações financeiras	5	(3.580)	(3.156)	(5.375)
Dívida líquida		1.052	652	5.737
Patrimônio líquido	20	90.443	82.952	94.997
Índice de alavancagem financeira		1,2%	0,8%	6,0%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Política Contábil
O caixa e as contas bancárias estão reconhecidas pelo custo amortizado e as aplicações financeiras, acrescidas dos rendimentos, estão mensuradas a valor justo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Bancos	-	-	284	297
Equivalentes de caixa (i)	3.580	3.156	4.558	5.680
Operações comprometidas e aplicações financeiras no exterior	-	-	10	60
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	929	2.431
Fundos de investimento	3.580	3.156	3.619	3.189
Total	3.580	3.156	4.812	5.977

(i) Em 31 de dezembro de 2024 a remuneração média anual das aplicações financeiras equivale na Controladora e no Consolidado a 103% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

5.2. Aplicações financeiras
Letras financeiras (LF)
Letras financeiras do Tesouro (LFT)
Total
Referem-se às aplicações financeiras da controlada Dexco em fundo de investimento exclusivo, o qual a Dexco detém 100% das cotas e cuja rentabilidade média foi de 108% do CDI para as LFs e de 100% do CDI para as LFTs.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Referem-se a participações societárias nas quais não é exercida influência significativa nas decisões sobre políticas financeiras e operacionais e, como consequência, sendo classificadas como um ativo financeiro e mensurada a valor justo por meio do resultado no Resultado financeiro.

	Controladora				Consolidado			
	Circulante				Circulante			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos em ações	6.1	1.587	1.716	1.587	1.716	-	-	-
Fundo de Corporate Venture Capital	-	-	-	-	-	-	161	138
Total		1.587	1.716	1.587	1.716	161	138	

Itaúsa S. A.
CNPJ 61.532.644/0001-15
Companhia Aberta

ITSA
B3 LISTED NY

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Promoted by the DJSI Index 2024

ISEB3 IOPTWB3 IDIVERSA B3

ITAÚSA

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)

6.1. Investimentos em ações					7.2. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				
					Política Contábil				
					Com base em uma abordagem simplificada, a PECLD é estimada e revisada anualmente, podendo ser reavaliada caso se comporte diferente do resultado esperado. É realizada a análise individual de risco dos valores a receber considerando, principalmente: (i) dificuldade financeira relevante da emissora ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para determinado ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados. O montante da PECLD é considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.				
					Uma vez que as recebíveis não possuem componente de financiamento significativa, a PECLD é registrada sobre toda a vida do recebível realizando a aplicação de um percentual calculado a partir de estudo histórico de inadimplência segregada por parâmetros de: (i) segmento; (ii) data de futuroamento; e (iii) data de vencimento.				
					7.2.1. Classificação de risco				
					A classificação de risco acontece com base em modelos de agentes externos, tanto para o mercado interno como para o mercado externo, e estão classificados entre "A" e "D", no qual "A" indica os clientes de baixo risco e "D" os clientes de alto risco. A parcela de clientes com PECLD está classificada separadamente.				
					Classificação				

Itaúsa S. A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

ITSA

B3 LISTED NY

Member of

Dow Jones Sustainability Indices

Pesquisa do ISE B3

IGPTWB3

IDIVERSA B3

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

ITAÚSA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)

11. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros ativos									
Despesas antecipadas		11	3	29	1	38	32	29	1
Ativos de planos de aposentadoria (Plano BDI)	26.1.2	-	-	-	-	-	2	-	-
Alienação de imobilizados		-	-	-	-	33	40	14	30
Alienação de investimentos e Segmentos de negócios		-	-	-	-	16	-	-	13
Fomento nas operações florestais		-	-	-	-	-	-	8	7
Adiantamento a funcionários		1	1	-	-	9	12	-	-
Ativos indenizáveis		-	16	-	24	-	16	18	42
Retenção de valores na aquisição de empresas		-	-	-	-	2	2	54	53
Venda de energia elétrica		-	-	-	-	-	11	-	-
Ativos Não circulante mantidos para venda		-	-	-	-	34	56	-	-
Créditos com precatórios	11.1	-	-	-	-	-	-	236	96
Demais ativos		-	9	-	-	11	20	28	11
Total		12	29	29	25	143	191	387	251
Outros passivos									
Adiantamento de clientes		-	-	-	-	77	114	2	13
Lucros a distribuir aos sócios participantes das SCP's (*)		-	-	-	-	-	19	-	-
Aquisição de áreas para reflorestamento		-	-	-	-	124	68	-	-
Contas a pagar aos sócios participantes das SCP's (*)		-	-	-	-	-	85	-	-
Aquisições de empresas		-	-	-	-	33	41	243	188
Frete e seguros a pagar		-	-	-	-	39	50	-	-
Comissões a pagar		-	-	-	-	25	19	-	-
Bônus, garantias, assistência técnica e manutenção		-	-	-	-	88	93	6	5
Vendas para entrega futura		-	-	-	-	31	16	-	-
Aquisição de fazendas		-	-	-	-	-	-	20	19
Outros acordos	11.2	24	-	-	-	24	-	-	-
Demais passivos		1	2	-	-	55	50	22	26
Total		25	2	-	-	496	553	293	251

(*) SCP - Sociedade em Conta de Participação.

11.1. Créditos com precatórios
Do montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$236 (R\$58 em 31 de dezembro de 2023), R\$134 refere-se a reconhecimento, pela controladora Itaúsa, de valores a receber vinculados ao processo crédito do IP, decorrente de insumos sientos adquiridos da Zona Franca de Manaus (Nota 19.3.1).

11.2. Outros acordos
No âmbito da alienação da participação societária na Elekeiroz S.A. ("Elekeiroz"), a ITAÚSA firmou acordos junto aos compradores que preveem determinados direitos e obrigações, cujo reconhecimento ocorre quando da realização das condições pré-estabelecidas.

12. ATIVOS BIOLÓGICOS

Política Contábil
Correspondem às reservas florestais e são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. As estimativas para avaliar o valor justo são baseadas em referências de mercado, sujeitas a mudanças de cenário, que poderão impactar as Demonstrações Contábeis e são realizadas trimestralmente, ou na medida em que são realizados os inventários rotativos. São reconhecidas na Demonstração de Resultado na rubrica de "Custo dos produtos e serviços": (i) os ganhos ou perdas decorrentes da variação do valor justo; e (ii) a exaustão proveniente dos ativos colhidos, composto pelo custo de formação e diferencial do valor justo.

12.1. Composição
As controladas indiretas Dexco Colômbia S.A., Duratex Florestal Ltda., Carlex Florestal S.A. e Duratex SPE I S.A. detêm reservas florestais de eucalipto que são utilizadas, preponderantemente, como matéria-prima na produção de painéis de madeira, pisos e, complementamente, para venda a terceiros.

As reservas florestais funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais que, aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2024 as empresas possuíam, aproximadamente, 112,9 mil hectares em áreas de efetivo plantio (109,1 mil hectares em 31 de dezembro de 2023) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Adicionalmente, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Custo de formação dos ativos biológicos	1.504	1.222
Diferencial entre o custo de formação e o valor justo	1.286	1.143
Total	2.790	2.365

A movimentação do exercício é a seguinte:

	Nota	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial		2.365	1.917
Variação no valor justo			
Preço/Volume	22	520	769
Exaustão		(377)	(384)
Variação no custo de formação			
Custos com o plantio		724	478
Exaustão		(387)	(277)
Transferência para Estoques		(55)	(138)
Saldo final		2.790	2.365

12.2. Valor justo
O cálculo do valor justo dos ativos biológicos é classificado na hierarquia de valor justo, prevista no CPC 46 / IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo, como nível 3, devido a sua complexidade e estrutura. É determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para florestas com até um ano de vida, que são mantidas ao custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

O valor justo considera a valorização dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado. As principais premissas utilizadas foram:

- Fluxo de caixa descontado: volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio, mensurados a valor presente pela taxa de desconto em 31 de dezembro de 2024 de 8,5% a.a. (8,5% a.a. em 31 de dezembro de 2023) que corresponde ao custo médio ponderado de capital da controlada Dexco, o qual é revisado anualmente pela sua Administração;
- Preços da madeira: são obtidos em R\$/metro cúbico por meio de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da controlada Dexco, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos;
- Diferenciação: os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie: (i) pinus e eucalipto; (ii) região; e (iii) destinação (serraria e processo);
- Volumes: estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira que são estimados por meio de inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas.

12.2.1. Análise de sensibilidade
Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa. Segue abaixo o impacto no ativo biológico se consideradas essas possíveis variáveis:

	2024	2023
Preço médio (R\$/m³)	127,01	116,75
Taxa de desconto (% a.a.)	8,5%	8,5%

Impacto no valor justo

	2024	2023
Queda de preço (5%)	130	113
Aumento taxa de desconto (0,5%)	33	28

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política Contábil
O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são representados pelos tributos abaixo, sendo registrados na Demonstração do Resultado, na rubrica "Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro", exceto na proporção em que estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente na Patrimônio líquido ou no Resultado abrangente.

(i) Correntes, apuradas conforme a legislação tributária vigente; e

(ii) Diferidos, apurados sobre os ativos e os passivos fiscais diferidos, representados por diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Eventuais alterações na legislação fiscal relacionadas com as alíquotas tributárias são reconhecidas no exercício em que entram em vigor.

Os tributos correntes são apresentados líquidos no Balanço Patrimonial, por entidade contribuinte, e se aproximam dos montantes a serem pagos ou recuperados, e os tributos diferidos, estão apresentados no Não circulante pelo seu montante líquido quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, em geral, com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos, aprovados pela Administração. Novas informações podem ser disponibilizadas, podendo alterar o julgamento com relação aos tributos já registrados, reconhecendo estes impactos no exercício em que foram realizadas.

13.1. Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social
Os valores registrados como despesas de IRPJ e CSLL nas Demonstrações Contábeis estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro	14.734	13.371	15.025	13.775
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (34%)	(5.010)	(4.546)	(5.109)	(4.683)
(Acréscimo)/Decréscimo para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos				
Resultado de participações societárias	5.318	4.231	5.225	4.192
Dividendos sobre investimento classificados como ativo financeiro	92	117	92	117
Juros sobre capital próprio	(279)	401	(264)	460
Lucros do Exterior	-	(37)	-	(37)
Créditos tributários	(72)	(61)	(106)	(119)
Incentivos fiscais	-	-	4	47
Diferença de tributação de empresa controlada	-	-	36	39
Atualização Selo sobre ICMS na base do PIS/COFINS	-	-	37	95
Reversão de Prejuízo fiscal (*)	-	-	(36)	-
Outros ajustes não dedutíveis	(5)	(10)	(17)	(8)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	44	95	(138)	203
Correntes	-	1	(130)	(40)
Diferidos	44	94	(8)	243
Alíquota efetiva	-0,3%	-0,7%	0,9%	-1,5%

(*) Na controladora Dexco, pela incorporação da Dexco Revestimentos.

13.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos estão apresentados a seguir:

	Controladora				
	31/12/2022	Resultado	31/12/2023	Resultado	31/12/2024
Ativos fiscais diferidos					
Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição social	643	-	643	-	643
Contingências	602	-	602	-	602
Outros	20	(9)	11	(1)	10
Total do ativo	1.265	(9)	1.256	(1)	1.255
Passivos fiscais diferidos					
Valor justo de instrumentos financeiros	(533)	89	(444)	44	(400)
Outros	(25)	14	(11)	1	(10)
Total do passivo	(558)	103	(455)	45	(410)
Total Líquido	707	94	801	44	845

	Consolidado					
	31/12/2022	Resultado	Resultado Abrangente	31/12/2023	Resultado	Resultado Abrangente
Ativos fiscais diferidos						
Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição social	877	165	-	1.042	(48)	-
Provisão para impairment no contas a receber de clientes	11	(5)	-	6	(1)	-
Contingências	724	-	-	724	(6)	-
Perdas nos estoques	24	(6)	-	18	4	-
Lucros no exterior	64	(54)	-	10	52	-
Impairment de imobilizado	62	(2)	-	60	(20)	-
Hedge Accounting	42	-	(27)	15	-	11
Benefício Pós-emprego	7	6	(1)	12	-	(1)
Outros	103	26	-	129	(18)	-
Total do ativo	1.814	130	(28)	2.016	(38)	10
Passivos fiscais diferidos						
Reserva de reavaliação	(53)	3	-	(50)	5	-
Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos	(533)	89	-	(444)	45	-
Depreciação	(42)	16	-	(26)	-	-
Ativos biológicos	(258)	(131)	-	(389)	(23)	-
Carteira de clientes	(14)	7	-	(7)	5	-
Planos de Pensão	(42)	(2)	-	(44)	8	-
Mais valor de ativos	(23)	-	-	(23)	-	-
Hedge Accounting	-	-	(9)	(9)	-	9
Outros	(72)	22	(3)	(53)	(7)	2
Total do passivo	(1.037)	4	(12)	(1.045)	31	11
Total Líquido	877	134	(40)	971	(7)	21

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados pelas entidades tributáveis:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	845	801	1.342	1.396
Passivo	-	-	(357)	(423)
Total Líquido	845	801	985	971

13.3. Ativos diferidos

A Administração da ITAÚSA avaliou a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos e concluiu que a sua realização é provável.

13.4. Créditos fiscais não reconhecidos

A ITAÚSA e suas controladas possuem créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, não reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, tendo em vista as incertezas na sua realização.

Em 31 de dezembro de 2024, os créditos não reconhecidos na ITAÚSA correspondem ao montante de R\$133 (R\$61 em 31 de dezembro de 2023) e no consolidado no montante de R\$277 (R\$171 em 31 de dezembro de 2023). Os referidos créditos poderão ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis, não havendo prazo de prescrição para a utilização dos mesmos.

Itaúsa S. A.
CNPJ 61.532.644/0001-15
Companhia Aberta

ITSA

B3 LISTED M1

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices

ISEB3 IOPTWB3 IDIVERSA B3

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

ITAÚSA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)

14. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

Política Contábil

Os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento, quando o ativo subjacente está disponível para uso. São mensurados pelo custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por remensuração dos passivos de arrendamento. A depreciação é linear, com base no menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil do ativo.

Os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente das pagamentos futuros, a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Inclui pagamentos fixos, pagamentos variáveis (que dependem de um índice ou taxa), e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Pagamentos variáveis não dependentes de índices são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem, exceto se forem relacionados à produção de estoques.

De modo substancial, devido às características de longo prazo dos contratos, a mensuração não considerou a renovação para os contratos de arrendamento de terrenos. Para os demais contratos, quando aplicável, foi considerada uma renovação.

14.1. Ativos de direito de uso

	Controladora		Consolidado				
	Equipamentos de informática	Terras	Edifícios	Veículos	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldo em 31/12/2022	5	498	6	5	4	52	565
Novos contratos / atualizações	-	208	33	7	-	11	260
Depreciação no exercício (Resultado)	(4)	-	(7)	(7)	(3)	(17)	(34)
Depreciação no exercício (*)	-	(37)	-	-	-	-	(37)
Vanagem cambial	-	1	-	-	-	-	1
Baixa de contratos	-	(64)	-	-	-	(1)	(65)
Saldo em 31/12/2023	1	607	32	5	1	45	690
Novos contratos / atualizações	-	52	5	6	-	2	65
Depreciação no exercício (Resultado)	(1)	14	3	-	(1)	3	19
Depreciação no exercício (*)	-	-	(9)	(6)	-	(16)	(31)
Aquisição de empresas	-	(45)	-	-	-	-	(45)
Vanagem cambial	-	1	-	-	-	-	1
Baixa de contratos	-	(1)	(4)	-	-	-	(5)
Saldo em 31/12/2024	-	628	27	5	-	34	694

(*) Contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de "Ativos biológicos".

14.2. Passivos de arrendamento

	Controladora		Consolidado				
	Equipamentos de informática	Terras	Edifícios	Veículos	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldo em 31/12/2022	5	535	9	5	5	53	607
Novos contratos / atualizações	-	208	33	7	-	11	260
Juros apropriados no exercício (Resultado)	-	-	3	1	-	7	11
Juros apropriados no exercício (*)	-	69	-	-	-	-	69
Pagamentos	(3)	(89)	(10)	(8)	(3)	(22)	(132)
Baixa de contratos	-	(65)	-	-	-	(1)	(66)
Vanagem cambial	-	1	-	-	-	1	2
Saldo em 31/12/2023	2	660	35	5	2	49	751
Novos contratos / atualizações	-	66	8	6	-	5	85
Juros apropriados no exercício (Resultado)	-	-	3	1	-	5	9
Juros apropriados no exercício (*)	-	75	-	-	-	-	75
Pagamentos	(2)	(102)	(12)	(6)	(2)	(20)	(142)
Baixa de contratos	-	(1)	(4)	-	-	-	(5)
Saldo em 31/12/2024	-	698	30	6	-	39	773
Circulante	-	-	-	-	-	-	54
Não circulante	-	-	-	-	-	-	719

(*) Contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de "Ativos biológicos".

As taxas de desconto utilizadas estão apresentadas a seguir:

Prazos dos contratos	Consolidado
Até 5 anos	11,50% a.a.
De 6 a 10 anos	11,67% a.a.
Acima de 10 anos	11,88% a.a.

Os vencimentos dos passivos não circulantes de arrendamento consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

	Consolidado
31/12/2024	54
2025	54
Total	54
Não circulante	48
2026	37
2027	33
2028	32
2029	569
2030 em diante	719
Total	719

15.2. Movimentação dos investimentos

	Controladas		Controladas em conjunto		Controladora									
	Dexco	Itaútec	ITH Zux Cayman	Itaú Unibanco (**)	IUPAR	Alpargatas (Nota 15.2.4)	XP (Notas 15.2.1 e 15.2.2)	CCR (Nota 15.2.5)	AEGEA	Águas do Rio 1 (Nota 15.2.3)	Águas do Rio 4 (Nota 15.2.3)	Águas do Rio Investimentos (Notas 15.2.3 e 15.2.6)	Copa Energia	Total
Saldo em 31/12/2022	2.224	21	3	33.773	28.476	2.816	1.901	2.784	2.463	53	57	-	1.286	75.857
Resultado de participação societária	299	95	-	6.567	5.572	(576)	108	87	37	2	4	3	246	12.444
Dividendos e Juros sobre capital próprio	(96)	(21)	-	(2.443)	(1.953)	-	-	(75)	(57)	(3)	(11)	(3)	(70)	(4.732)
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	(669)	-	-	-	-	-	-	(669)
Outros resultados abrangentes	(6)	-	-	793	696	(45)	23	(10)	(27)	-	-	-	(6)	1.418
Transferência para títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(1.339)	-	-	-	-	-	-	(1.339)
Reorganização societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(52)	(50)	102	-	-
Outros	3	-	-	(521)	(457)	(5)	(24)	(21)	(1)	-	-	-	-	(1.026)
Saldo em 31/12/2023	2.424	95	3	38.169	32.334	2.190	-	2.765	2.415	-	-	102	1.456	81.953
Resultado de participação societária	65	134	-	8.090	6.905	12	-	18	(15)	-	-	5	427	15.641
Dividendos e Juros sobre capital próprio	(23)	(2)	-	(4.692)	(3.828)	(5)	-	(45)	(138)	-	-	(5)	(140)	(8.878)
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35)	-	(35)
Aumento de capital com integralização de dividendos	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Outros resultados abrangentes	171	-	-	941	825	54	-	40	89	-	-	-	(6)	2.114
Outros	4	-	-	(75)	(65)	6	-	(3)	(24)	-	-	-	-	(157)
Saldo em 31/12/2024	2.641	242	3	42.433	36.171	2.257	-	2.775	2.327	-	-	67	1.737	90.683
Valor de mercado em 31/12/2023 (*)	2.469	-	-	66.040	-	2.017	-	2.959	-	-	-	-	-	-
Valor de mercado em 31/12/2024 (*)	1.823	-	-	59.741	-	1.268	-	2.122	-	-	-	-	-	-

(*) O valor de mercado está sendo apresentado apenas para as empresas investidas que possuem suas ações negociadas na bolsa de valores (B3) e representam o percentual de participação da ITAÚSA.

(**) O valor de mercado apresentado para o Itaú Unibanco corresponde apenas à participação direta detida pela ITAÚSA. Considerando a participação indireta detida pela IUPAR, o valor total de mercado corresponde a R\$ 112.165 (R\$ 123.991 em 31 de dezembro de 2023).

	Controladas em conjunto		Controladas em conjunto indireta		Consolidado									
	Itaú Unibanco (**)	IUPAR	Alpargatas (Nota 15.2.4)	LD Florestal	XP (Notas 15.2.1 e 15.2.2)	CCR (Nota 15.2.5)	AEGEA	Águas do Rio 1 (Nota 15.2.3)	Águas do Rio 4 (Nota 15.2.3)	Águas do Rio Investimentos (Notas 15.2.3 e 15.2.6)	Copa Energia	LD Celulose	Mysa (***)	Total
Saldo em 31/12/2022	33.773	28.476	2.816	83	1.901	2.784	2.463	53	57	-	1.286	1.563	102	75.357
Resultado de participação societária	6.567	5.572	(576)	15	108	87	37	2	4	3	246	265	-	12.330
Dividendos e Juros sobre capital próprio	(2.443)	(1.953)	-	-	-	(75)	(57)	(3)	(11)	(3)	(70)	-	-	(4.615)
Alienação de ações	-	-	-	-	(669)	-	-	-	-	-	-	-	-	(669)
Outros resultados abrangentes	793	696	(45)	-	23	(10)	(27)	-	-	-	(6)	(155)	-	1.269
Transferência para títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(1.339)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.339)
Reorganização societária	-	-	-	-	-	-	-	(52)	(50)	102	-	-	-	-
Outros	(521)	(457)	(5)	-	(24)	(21)	(1)	-	-	-	-	(14)	-	(1.043)
Saldo em 31/12/2023	38.169	32.334	2.190	98	-	2.765	2.415	-	-	102	1.456	1.659	102	81.290
Resultado de participação societária	8.090	6.905	12	(5)	-	18	(15)	-	-	5	427	(66)	(2)	15.389
Dividendos e Juros sobre capital próprio	(4.692)	(3.828)	(5)	-	-	(45)	(138)	-	-	(5)	(140)	-	-	(8.853)
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35)	-	-	-	(35)
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	189	-	189
Outros resultados abrangentes	941	825	54	-	-	40	89	-	-	(6)	487	-	-	2.430
Outros	(75)	(65)	6	-	-	(3)	(24)	-	-	-	(68)	-	-	(229)
Saldo em 31/12/2024	42.433	36.171	2.257	93	-	2.775	2.327	-	-	67	1.737	2.201	100	90.161
Valor de mercado em 31/12/2023 (*)	66.040	-	2.017	-	-	2.959	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor de mercado em 31/12/2024 (*)	59.741	-	1.268	-	-	2.122	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) O valor de mercado está sendo apresentado apenas para as empresas investidas que possuem suas ações negociadas na bolsa de valores (B3) e representam o percentual de participação da ITAÚSA.

(**) O valor de mercado apresentado para o Itaú Unibanco corresponde apenas à participação direta detida pela ITAÚSA. Considerando a participação indireta detida pela IUPAR, o valor total de mercado corresponde a R\$ 112.165 (R\$ 123.991 em 31 de dezembro de 2023).

(***) Atual denominação da ABC Atacado Brasileiro da Construção S.A. ("ABC da Construção").

Itaúsa S. A.
CNPJ 61.532.644/0001-15
Companhia Aberta

ITSA

B3 LISTED NY

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices

Ranked by the DJSI Global 100

ISEB3

IOPTWB3

IDIVERSA B3

ITAÚSA

ITSA3

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)

15.2.1. Alienações das ações da XP

No exercício de 2023, a ITAÚSA realizou diversas alienações de ações da XP, conforme demonstrado abaixo:

	2023
Qtde. de ações	12,0 milhões
% vendido do capital social da XP	2,27%
Valor da venda (bruto)	1.112
Custo do investimento	(669)
Outros resultados abrangentes	(34)
Resultado da venda	409

15.2.2. Rescisão de Acordo de Acionistas da XP

Em 16 de julho de 2023, por meio de Fato Relevante, a ITAÚSA comunicou que rescindiu o Acordo de Acionistas da XP em comum acordo com os demais signatários.

Com essa rescisão, os membros iniciados pela ITAÚSA no Conselho de Administração e no Comitê de Auditoria da XP renunciaram aos seus cargos e, como consequência da perda da influência significativa, a ITAÚSA deixou de mensurar a participação societária na XP pelo método de equivalência patrimonial na rubrica "Investimentos" e passou a tratá-la como ativo financeiro mensurado a valor justo na rubrica "Ativos e Valores Mobiliários" (Nota 6.1 item (b)).

15.2.3. Reorganização societária - Águas do Rio 1 e Águas do Rio 4

Em julho de 2023, em decorrência da estruturação de financiamento de longo prazo nas Águas do Rio 1 e Águas do Rio 4, os acionistas decidiram pela criação de uma holding para a centralização dos investimentos. Desta forma, foi constituída a empresa Águas do Rio Investimentos cujo aporte de Capital social correspondeu ao valor contábil do investimento devido pelos acionistas nas empresas Águas do Rio 1 e Águas do Rio 4.

A reorganização não resultou em impactos no resultado da ITAÚSA e o Acordo de Acionistas permanece com as mesmas condições estabelecidas anteriormente.

15.2.5. Conclusão da alocação do preço de compra da CCR

No 2º trimestre de 2023, a ITAÚSA concluiu o processo de alocação do preço de compra, considerando a participação nos ativos e passivos líquidos avaliados a valor justo, a contraprestação paga pela ITAÚSA e o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill). O laudo de avaliação, elaborado por consultores independentes, apresentou os seguintes montantes de mais valias atribuídas ao Balanço Patrimonial da CCR, os quais foram refletidos na ITAÚSA pelo percentual de participação societária acionária adquirenta na data da transação:

	CCR (100%)	Itaúsa (10,33%)
Mais (Menos) valias atribuídas		
Intangível (Contratos de concessão)	14.670	1.515
Imobilizado	(31)	(3)
[a] Total	14.639	1.512
[b] Patrimônio líquido - CCR	12.276	1.268
[c] Ágio (Goodwill)	-	53
[d] = [a] - [b] - [c] Total da contraprestação transferida	-	2.833

15.2.6. Alienação de ações da controlada Águas do Rio Investimentos

Em janeiro e outubro de 2024 a ITAÚSA alienou 19.206 mil ações, correspondente à 1,41% de participação societária, da controlada Águas do Rio Investimentos para a controlada Aegea pelo montante de R\$35.

As transações não resultaram em impactos no resultado da ITAÚSA e o Acordo de Acionistas permanece com as mesmas condições estabelecidas anteriormente.

15.3. Reconciliação dos investimentos

	Controladora 31/12/2024						Controladas em conjunto		Coligadas	
	Controladas			Controladas em conjunto			Controladas em conjunto		Coligadas	
	Dexco	Itaúsa	ITH Zux Cayman	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas	CCR	Copa Energia		
Patrimônio líquido da investida	6.977	242	3	211.090	54.367	4.036	13.609	2.884		
% de participação	37,84%	100,00%	100,00%	18,89%	66,53%	28,47%	10,38%	48,93%		
Participação no investimento	2.641	242	3	41.976	36.171	1.190	1.412	1.412		
Resultados não realizados	-	-	-	(10)	-	-	-	-		
Ajustes decorrentes de combinações de negócios	-	-	-	38	-	372	1.310	121		
Mais valia	-	-	-	429	-	695	53	204		
Ágio (Goodwill)	-	-	-	-	-	-	-	-		
Saldo contábil do investimento na controladora	2.641	242	3	42.433	36.171	2.257	2.775	1.737		

	Controladora 31/12/2023						Controladas em conjunto		Coligadas	
	Controladas			Controladas em conjunto			Controladas em conjunto		Coligadas	
	Dexco	Itaúsa	ITH Zux Cayman	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas	CCR	Copa Energia		
Patrimônio líquido da investida	6.404	95	3	190.177	48.593	3.727	12.462	2.298		
% de participação	37,85%	100,00%	100,00%	18,83%	66,53%	28,53%	10,35%	48,93%		
Participação no investimento	2.424	95	3	37.712	32.334	1.101	1.289	1.125		
Resultados não realizados	-	-	-	(11)	-	-	-	-		
Ajustes decorrentes de combinações de negócios	-	-	-	39	-	394	1.423	127		
Mais valia	-	-	-	429	-	695	53	204		
Ágio (Goodwill)	-	-	-	-	-	-	-	-		
Saldo contábil do investimento na controladora	2.424	95	3	38.169	32.334	2.190	2.765	1.456		

As ações preferenciais detidas pela ITAÚSA, tanto na Aegea quanto nas Águas do Rio Investimentos, possuem características específicas previstas no acordo de acionistas e, desta forma, a equivalência patrimonial não reflete o percentual de participação total em relação a sua remuneração.

As ações preferenciais de classe D da Aegea possuem direito a dividendos de 17,5% do lucro ajustado do exercício (equivalente a 5,75% para as ações detidas pela ITAÚSA), não participando de distribuições remanescentes e dos prejuízos acumulados (até 31 de dezembro de 2023 representavam 12,5% do lucro líquido ajustado, equivalente a 4,11% para as ações detidas pela ITAÚSA).

Já as ações preferenciais de classe A da Águas do Rio Investimentos, em caso de lucro, possuem direito a dividendos de 15% do lucro ajustado do exercício (equivalente a 0,95% para as ações detidas pela ITAÚSA) e, em caso de prejuízo, participam com 5,33% que corresponde ao percentual de participação do capital votante (até 31 de dezembro de 2023 representavam 1,45% do lucro líquido ajustado e 8,16% em caso de prejuízo).

15.4. Informações consolidadas resumidas das investidas relevantes

	Controladas em conjunto			
	Itaú Unibanco		IUPAR	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Sector financeiro				
Qtde. de ações em circulação das investidas (em milhares)	9.776.105	9.803.698	1.061.396	1.061.396
ON	4.958.290	4.958.290	710.454	710.454
PN	4.817.814	4.845.408	350.942	350.942
Qtde. de ações de propriedade da ITAÚSA (em milhares)	1.944.076	1.944.076	706.169	706.169
ON	1.943.907	1.943.907	355.227	355.227
PN	169	169	350.942	350.942
% de participação ⁽¹⁾	19,89%	19,83%	66,53%	66,53%
% de participação no capital votante ⁽²⁾	39,21%	39,21%	50,00%	50,00%

	Controlada		Controlada em conjunto		Coligadas		Coligadas		Coligadas	
	Dexco		Alpargatas		CCR		AEGEA		Copa Energia	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Sector não financeiro										
Qtde. de ações em circulação das investidas (em milhares)	808.365	808.142	676.433	675.137	2.010.116	2.016.918	1.820.256	1.820.256	564.296	352.430
ON	808.365	808.142	339.511	339.511	2.010.116	2.016.918	709.956	709.956	564.296	352.430
PN	-	-	336.922	335.626	-	-	310.300	310.300	-	-
Qtde. de ações de propriedade da ITAÚSA (em milhares)	305.897	305.897	199.356	199.356	208.670	208.670	131.417	131.417	276.088	172.430
ON	305.897	305.897	148.275	148.275	208.670	208.670	72.416	72.416	276.088	172.430
PN	-	-	51.081	51.081	-	-	59.001	59.001	-	-
% de participação	37,84%	37,85%	29,47%	29,53%	10,38%	10,35%	12,88%	12,88%	48,93%	48,93%
% de participação no capital votante	37,84%	37,85%	43,67%	43,67%	10,38%	10,35%	10,20%	10,20%	48,93%	48,93%
Informações sobre o Balanço Patrimonial	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos circulantes	5.066	5.900	3.459	3.200	10.441	10.995	8.195	7.778	1.646	1.287
Ativos não circulantes	13.078	12.071	3.381	3.128	48.656	43.648	35.602	26.390	4.262	4.133
Passivos circulantes	3.642	3.609	1.350	985	6.132	8.482	4.733	4.020	1.001	981
Passivos não circulantes	7.307	7.840	1.454	1.615	30.963	33.083	28.194	18.510	2.023	2.141
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	6.977	6.404	4.036	3.727	13.609	12.462	6.050	5.305	2.884	2.298
Caixa e equivalentes de caixa	1.231	2.785	1.489	923	4.188	4.549	183	139	588	523
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	6.480	6.965	1.424	1.486	33.879	30.654	24.781	17.080	1.557	1.832
Informações sobre a Demonstração do Resultado	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receitas líquidas	8.235	7.383	4.108	3.734	21.784	18.933	13.899	8.563	10.910	10.275
Receita financeira	425	543	141	98	1.587	2.328	2.737	1.534	64	76
Despesa financeira	(1.617)	(1.061)	(129)	(194)	(4.679)	(5.540)	(5.011)	(3.279)	(260)	(340)
Tributos sobre o lucro	(170)	60	44	217	(1.025)	(1.157)	(1.194)	(724)	(290)	(170)
Lucro líquido atribuível aos controladores	172	790	108	(1.867)	1.249	1.705	483	582	886	523
Outros resultados abrangentes	454	(16)	183	(153)	404	(103)	(48)	223	(13)	(13)
Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.554)	1.014	566	275	(361)	(680)	44	65	65	248

Itaúsa S. A.
CNPJ 61.532.644/0001-15
Companhia Aberta

ITSA

B3 LISTED M1

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices

Reviewed by the DJSI Global Index

ISEB3

IOPTWB3

IDIVERSA B3

ITAÚSA

ITSA3

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)

Controladora						
	Terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizados em andamento	Total
Saldo em 31/12/2022	18	68	14	2	2	104
Aquisições	-	3	3	-	8	14
Baixas	-	-	-	-	(4)	(4)
Depreciação	-	(3)	(3)	-	-	(6)
Transferências	-	2	-	-	(2)	-
Saldo em 31/12/2023	18	70	14	2	4	108
Custo	18	93	24	5	4	144
Depreciação acumulada	-	(23)	(10)	(3)	-	(36)
Taxas médias de depreciação (% a.a.)	-	2,5%	15,0%	10,0%	-	-
Saldo em 31/12/2023	18	70	14	2	4	108
Aquisições	-	1	1	-	6	8
Depreciação	-	(4)	(2)	(1)	-	(7)
Transferências	-	2	-	-	(2)	-
Saldo em 31/12/2024	18	69	13	1	8	109
Custo	18	96	25	5	8	152
Depreciação acumulada	-	(27)	(12)	(4)	-	(43)
Taxas médias de depreciação (% a.a.)	-	2,5%	15,0%	10,0%	-	-

Consolidado								
	Terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Imobilizados em andamento	Total
Saldo em 31/12/2022	719	721	1.846	23	12	80	654	4.055
Aquisições	16	8	60	1	2	9	728	824
Baixas	(17)	(4)	(15)	(1)	-	-	(4)	(41)
Depreciação	-	(43)	(315)	(4)	(4)	(27)	-	(393)
Transferências	-	19	189	2	11	34	(255)	-
Redução ao valor recuperável	-	(14)	(33)	-	-	-	-	(49)
Amortização de mais valia	(18)	(6)	(7)	-	-	-	-	(31)
Mais valia - transferência de intangível	-	-	14	-	-	-	-	14
Outros	3	8	19	-	-	1	5	36
Saldo em 31/12/2023	703	687	1.758	21	21	97	1.128	4.415
Custo	703	1.278	5.442	74	55	325	1.128	9.005
Depreciação acumulada	-	(591)	(3.684)	(53)	(34)	(228)	-	(4.590)
Taxas médias de depreciação (% a.a.)	-	4,0%	7,0%	10,0%	De 20,0% a 25,0%	De 10,0% a 20,0%	-	-
Saldo em 31/12/2023	703	687	1.758	21	21	97	1.128	4.415
Aquisições	1	23	90	2	-	41	588	745
Baixas	(1)	-	(24)	-	-	(15)	-	(40)
Depreciação	-	(45)	(306)	(4)	(4)	(28)	-	(387)
Transferências	-	179	690	4	2	50	(925)	-
Redução ao valor recuperável - Provisão	-	-	(23)	-	-	-	-	(23)
Redução ao valor recuperável - Reversão	-	-	28	-	-	-	-	28
Transferência para Ativos mantidos para venda	-	(4)	(31)	(3)	-	(4)	-	(42)
Outros	4	6	17	-	-	-	8	35
Saldo em 31/12/2024	707	846	2.199	20	19	141	799	4.731
Custo	707	1.441	6.061	69	55	369	799	9.501
Depreciação acumulada	-	(596)	(3.862)	(49)	(36)	(227)	-	(4.770)
Taxas médias de depreciação (% a.a.)	-	2,8%	4,2%	4,4%	8,9%	De 10,0% a 20,0%	-	-

16.2.2. Imobilizado em garantias	
Em 31 de dezembro de 2024, a controlada Dexco possuía, em seu ativo imobilizado, ativos dados como garantia, totalizando R\$2 (R\$2 em 31 de dezembro de 2023).	
16.2.3. Avaliação do valor recuperável	
Para o exercício de 2024, não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.	
Para o exercício de 2023, a controlada Dexco constituiu provisão para redução ao valor recuperável, no montante de R\$48, em decorrência do encerramento das atividades nas unidades de louças em Quermacos - RI e de panéis em Manizales na Colômbia.	
16.3. Intangível	
Política Contábil	
Referem-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.	
• Ativos de vida útil definida	
Estão deduzidas da amortização acumulada calculada pelo método linear de acordo com a vida útil de cada item, revisadas ao final de cada exercício, e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.	
• Ativos de vida útil indefinida	
Não são amortizados mas testados, na mínima, anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, ou quando houver indícios de perdas.	
16.3.1. Movimentação	

Controladora						
	Software					
Saldo em 31/12/2022	4					
Amortizações	(1)					
Saldo em 31/12/2023	3					
Custo	10					
Amortização acumulada	(7)					
Taxas médias de amortização (% a.a.)	20,0%					
Saldo em 31/12/2023	3					
Amortizações	(2)					
Saldo em 31/12/2024	1					
Custo	10					
Amortização acumulada	(9)					
Taxas médias de amortização (% a.a.)	20,0%					

Consolidado							
	Software	Marcas e patentes	Ágio por rentabilidade futura (Nota 16.3.2)	Carteira de clientes	Intangíveis em andamento	Direito contratual	Total
Saldo em 31/12/2022	98	209	432	53	90	-	882
Aquisições	5	-	3	-	62	10	80
Amortizações	(47)	-	-	(26)	-	(4)	(77)
Transferências	114	32	(33)	1	(114)	-	-
Transferência para investimentos	-	-	(6)	-	-	-	(6)
Transferência para imobilizado (Mais valia)	-	-	(14)	-	-	-	(14)
Outros	-	-	-	1	-	-	1
Saldo em 31/12/2023	170	241	382	29	38	6	866
Custo	301	241	382	405	38	10	1.377
Amortização acumulada	(131)	-	-	(376)	-	(4)	(511)
Taxas médias de amortização (% a.a.)	24,5%	-	-	6,1%	-	10,0%	-
Saldo em 31/12/2023	170	241	382	29	38	6	866
Aquisições	2	-	-	-	17	-	19
Amortizações	(24)	-	-	(19)	-	(1)	(44)
Transferências	43	-	-	-	(43)	-	-
Transferência para imobilizado	(6)	-	-	-	-	-	(6)
Saldo em 31/12/2024	185	241	382	10	12	5	835
Custo	334	241	382	405	12	10	1.384
Amortização acumulada	(149)	-	-	(395)	-	(5)	(549)
Taxas médias de amortização (% a.a.)	6,8%	-	-	5,6%	-	10,0%	-

16.2. Imobilizado	
16.2.1. Movimentação	

16.3.2. Ágio por expectativa de rentabilidade futura		
A controlada Dexco reconheceu ágio por expectativa de rentabilidade futura no processo de aquisição dos seguintes investimentos:		
Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023
Satipel	46	46
Metalingica Jacaré	2	2
Cartex Florestal	20	20
Cerâmica Urussanga	93	93
Massima	6	6
Cecrua	168	168
Castelatto	47	47
Total	382	382

16.3.3. Teste de avaliação do valor recuperável		
A controlada Dexco realizou a avaliação do valor recuperável dos seus intangíveis com vida útil indefinida que estão alocados às unidades geradoras de caixa (UGCs) que produzem Painéis, Louças, Metas, Chuveiros (2023) e Revestimentos Cerâmicos e Cimentícios. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor dos fluxos de caixa das UGCs eram superiores aos valores contábeis não havendo, portanto, a necessidade de contabilização de perda no valor recuperável.		
As projeções utilizadas pela controlada Dexco na avaliação do valor recuperável, aprovadas pelo Conselho de Administração, tiveram como base o planejamento estratégico que considera projeções macroeconômicas de crescimento e inflação, bem como suas condições operacionais.		
As principais premissas utilizadas foram:		
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Prazo para o fluxo de caixa	5 anos (todas as áreas de negócios)	5 anos (todas as áreas de negócios)
Taxa de desconto (Custo Médio Ponderado de Capital calculado pelo método CAPM - Capital Asset Pricing Model) (*)	14,27% a.a. (todas as áreas de negócios) (*)	15,44% a.a. (todas as áreas de negócios) (*)
Taxa de crescimento (margem bruta)	Painéis: 0,5 % a.a. Louças: 2,1% a.a. Metas: 1,5% a.a. Revestimentos cerâmicos: 0,6% a.a.	Painéis: 0,5 % a.a. Louças: 2,1% a.a. Metas: 1,5% a.a. Chuveiros: 1,2% a.a. Revestimentos cerâmicos: 0,6% a.a.
Taxa de crescimento (perpetuidade)	5,6% a.a.	5,6% a.a.
(*) Taxa antes do imposto de renda em 2024 de 15,5% (23,4% para 2023).		

17. FORNECEDORES	
------------------	--

Controladora				Consolidado			
	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Nacionais	43	10	25	903	853	25	25
Estrangeiros	-	-	-	126	113	-	-
Partes relacionadas	-	1	-	4	33	-	-
Risco sacado	17,1	-	-	273	188	-	-
Total	43	11	25	1.306	1.187	25	25

17.1. Risco sacado	
A controlada Dexco firmou convênios junto aos bancos Santander e Itaú com o objetivo de permitir aos fornecedores do mercado interno a antecipação de seus recebíveis. Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos provenientes das vendas das suas mercadorias para as instituições financeiras e, em troca, recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira descontado por um deságio, cobrado diretamente pelas instituições financeiras no momento da cessão, que por sua vez, passam a ser credoras da operação. Vale destacar que, independentemente dos convênios com as instituições financeiras, as condições comerciais são sempre acordadas entre a Dexco e os fornecedores.	
A Administração avaliou que a substância econômica dessas transações é de natureza operacional e que os potenciais efeitos de ajuste a valor presente dessas operações são imateriais para mensuração e divulgação. Adicionalmente, foi avaliado que estas transações não geram modificações substanciais nos passivos originais com fornecedores, sendo os pagamentos desses títulos apresentados como saídas de caixa das atividades operacionais, na Demonstração do Fluxo de Caixa, de acordo com o CPC 03 (R2) / IAS 7, conjuntamente com os demais pagamentos com fornecedores.	

Itaúsa S. A.
CNPJ 61.532.644/0001-15
Companhia Aberta

ITSA
B3 LISTED NY

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Providing the B3 Index Data

ISEB3

IOPTWB3

IDIVERSA B3

ITAÚSA

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES									
Política Contábil Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido utilizando a método da taxa de juros efetivo. Determinados empréstimos, que possuem instrumentos derivativos de proteção, poderão ser avaliados ao seu valor justo. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for: (i) provável que irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade, e (ii) mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.									
18.1. Composição									

Itaúsa S. A.
CNPJ 61.532.644/0001-15
Companhia Aberta

ITSA

83 LISTED NY

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices

ISEB3 IOPTWB3 IDIVERSA B3

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

ITAÚSA

1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)

19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS

Política Contábil

Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. As obrigações legais, independente da avaliação da probabilidade de perda, são provisionadas.

A avaliação da probabilidade de perda, por parte dos consultores jurídicos inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nas tribunaux e sua relevância no ordenamento jurídico. As atualizações das provisões e dos depósitos judiciais em garantias são reconhecidas no Resultado financeiro.

Passivos Contingentes

Não são provisionados, aqueles avaliados como risco de perda possível ou remoto, sendo divulgados em nota explicativa somente os valores classificados como possível.

Ativos Contingentes

São divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos no período em que a sua realização é praticamente certa.

19.1. Provisões e Garantias

A ITAÚSA e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

No curso dos processos, a ITAÚSA e suas controladas utilizam algumas modalidades de garantias, entre elas depósitos judiciais, seguro garantia e fiança bancária, com a finalidade de segurar com as discussões.

19.1.1. Provisões

Segue abaixo a movimentação das provisões durante os exercícios:

	Controladora		Consolidado		
	Tributários	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2022	1.799	1.998	147	156	2.301
Provisões					
Constituição	21	39	55	5	99
Atualização monetária	106	116	13	7	136
Reversão	(2)	(6)	(47)	(7)	(60)
Pagamentos	-	-	(26)	(52)	(78)
Programa Litígio Zero	-	(21)	-	-	(21)
Conversão em Renda	(2)	(5)	-	-	(5)
Combinação de negócios	-	-	(8)	(26)	(34)
Subtotal	1.922	2.121	134	83	2.338
(-) Depósitos judiciais (*)	(24)	(69)	(16)	(1)	(86)
Saldo em 31/12/2023 líquido de Depósitos Judiciais	1.898	2.052	118	82	2.252
	Controladora		Consolidado		
	Tributários	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2023	1.922	2.121	134	83	2.338
Provisões					
Constituição	13	33	26	17	76
Atualização monetária	90	103	10	2	115
Reversão	-	(36)	(20)	(3)	(59)
Pagamentos	-	(1)	(26)	(3)	(30)
Conversão em Renda	-	(10)	-	-	(10)
Combinação de negócios	-	(57)	-	5	(52)
Subtotal	2.025	2.153	124	101	2.378
(-) Depósitos judiciais (*)	(26)	(47)	(11)	-	(58)
Saldo em 31/12/2024 líquido de Depósitos Judiciais	1.999	2.106	113	101	2.320

(*) Correspondem aos depósitos vinculados às referidas provisões. Os depósitos relativos aos processos não provisionados, avaliados como possíveis ou remotos, estão apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica "Depósitos Judiciais".

(a) Tributários

As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos.

(b) Trabalhistas

Referem-se a processos que discutem, de forma substancial, pretensões diretos trabalhistas relativos a horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e responsabilidade subsidiária.

(c) Cíveis

Referem-se, principalmente, a ações por danos morais e materiais.

19.1.1.1. Principais processos

Tributário

PIS/COFINS - Mandado de Segurança ajuizado pela ITAÚSA no qual discute a inconstitucionalidade e ilegalidade da inclusão das "holdings puras" no regime não cumulativo. A diferença contestada (período de abril de 04/2011 a 10/2017), foi cobrada em Execução Fiscal, garantida por meio de seguro garantia. A discussão nesse processo encerrou de forma desfavorável em abril de 2022. Nos autos da Execução Fiscal foi proferida sentença desfavorável em 06/2024, a qual foi objeto de recurso de apelação e aguarda o julgamento pelo TRF da 3ª Região.

PIS/COFINS - Discussões via processo judicial (exercício 2011) e processo administrativo (exercício 2017), para anular as autuações com a exigência do recolhimento de PIS/COFINS sobre as vendas de florestas, na controlada Dexco.

IR/CS - Auto de infração lavrado para anular crédito tributário decorrente da descon sideração da dedutibilidade sobre a base do IR/CS realizada no ano de 2017, decorrente do pagamento de multas e encargos de débitos da atual Dexco. Reversamentos, reconhecidos e provisionados contabilmente no ano de 2016 e quitados em parcelamentos especiais no ano de 2017, na controlada Dexco.

19.1.2. Garantias

a) Depósitos Judiciais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Tributários	55	58
Trabalhistas	-	-
Cíveis	-	-
(-) Depósitos judiciais vinculados	(26)	(24)
Total líquido (*)	29	34

(*) Correspondem aos valores depositados pela Itaúsa e suas controladas, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram classificados como perda possível e remota, não havendo, assim, a respectiva provisão.

(b) Demais garantias

Além dos depósitos judiciais, a ITAÚSA e suas controladas contrataram outras garantias, para alguns processos judiciais, como seguro garantia e fiança bancária. Na ITAÚSA, essas garantias equivalem a R\$4.521 em processos tributários. No Consolidado, o total de garantias contratadas é de R\$4.718, sendo R\$4.635 para processos tributários, R\$81 para processos trabalhistas e R\$2 para processos cíveis.

19.2. Passivos Contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos em discussão de natureza tributária, trabalhista e cível, avaliados pelos consultores jurídicos com risco de perda possível, que não requerem a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
	Notas	31/12/2024
Tributários	19.2.1	247
Trabalhistas	-	-
Cíveis	-	-
Total		247

19.2.1. Tributários

Abaixo destacamos as principais discussões referentes aos passivos contingentes:

	Consolidado
	31/12/2024
IRPJ/CSLL: Discussões judiciais sobre autuações pelo não oferecimento à tributação de suposto ganho de capital (reserva de reavaliação), nas operações societárias de cisão parcial, com incorporação de ativos (terras e florestas), avaliados a valor contábil, contabilizadas em 2006 e 2009, na controlada Dexco.	358
IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS (indeferimento de pedido de compensação): Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza de créditos gerados na apuração desses tributos e utilizados em pedidos de compensação não homologados (*).	348
PIS/COFINS (glossa de créditos): Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições, nas controladas Dexco e Itaútec.	60
ICMS: Discussões judiciais e administrativas envolvendo a glossa de crédito, recolhimento e multa relativos ao ICMS, na controlada Dexco.	110
IRPJ e CSLL sobre a taxa SELIC: Afastar a incidência incorreta na restituição do indébito tributário, na controlada Dexco.	-

(*) Na ITAÚSA, corresponde a R\$233 (R\$242 em 31 de dezembro de 2023).

19.2.2. Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) - "Programa Litígio Zero"

Dante da publicação da Portaria Conjunta RFB/PGF nº 1, de 12 de janeiro de 2023, que estabeleceu a possibilidade de transação tributária de débitos fiscais federais em discussão na esfera administrativa com descontos de até 65% dos débitos, e

a possibilidade de liquidação mediante a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL, a controlada Itaútec avaliou a oportunidade de redução de seus débitos fiscais com os benefícios previstos no PRLF e optou pela liquidação, em 30 de junho de 2023, de 34 processos tributários, com impacto líquido no resultado de R\$1.

19.3. Ativos Contingentes

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como são parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.

O quadro abaixo apresenta os principais processos cíveis, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, sem probabilidade de êxito considerada provável. Por serem ativos contingentes, os valores respectivos a esses processos e a contabilização ocorrerão na forma e proporção da decisão judicial favorável, quando esta se der de forma definitiva. Desta forma, esses processos não estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.

	Notas	Consolidado
		31/12/2024
Tributários e Cíveis		
Crédito prêmio de IPI (1980 a 1985)		115
Correção monetária de créditos com a Eletrobras		10
Crédito IPI - Insumos Zona Franca de Manaus	19.3.1	-
INSS - Contribuições previdenciárias		38
Lucro no Exterior (levantamento de depósito)		14
PIS e COFINS		11
Cobrança / execução de títulos extrajudiciais		2
Outros		15
Total		205

19.3.1. Crédito de IPI - Insumos Zona Franca de Manaus

Em setembro de 2022, a controlada Itaútec obteve decisão judicial definitiva reconhecendo o direito ao crédito do IPI, sendo também definido o critério de atualização monetária dos créditos (SELIC a partir da data do ajuizamento da ação: abril/2008), decorrente de insumos ventos adquiridos da Zona Franca de Manaus, conforme decisão do STF em sede repercussão geral (Tema 322: Recurso Extraordinário nº 592.891/SP).

Em dezembro de 2024, com o reconhecimento pela Fazenda Nacional do valor devido, a Itaútec registrou o ativo no valor atualizado de R\$134, dos quais R\$58 correspondem ao principal, reconhecido em contrapartida da rubrica "Outras receitas e despesas" (Nota 23) e R\$76, correspondem a atualização monetária, reconhecido no "Resultado financeiro" (Nota 24). Atualmente, aguarda-se a expedição de precatório pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

19.3.2. Bônus do Tesouro Nacional - ("BTN")

No exercício de 2020, a ITAÚSA e a controlada Itaútec obtiveram decisão judicial definitiva em processo ajuizado que visava o reconhecimento de crédito decorrente da incorreta atualização monetária aplicada pelo Governo quando do resgate do BTN, adquirente no âmbito da Lei nº 7.777/89, que previa a correção pelo Índice de Preço ao Consumidor - IPC ou por variação cambial, à escolha do autor. Contudo, por ocasião do resgate, o indexador do BTN foi alterado para o Índice de Reajuste de Valores Fiscais - IIRV e variação cambial do dólar americano, em razão da superveniência do Plano Collor e da Lei nº 8.088/1990, resultando em redução do valor resgatado. O valor do crédito é discutido em execução de sentença que, após o trânsito em julgado, será pago mediante expedição de precatório judicial.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$80.189 (R\$73.189 em 31 de dezembro de 2023), sendo composto por ações escriturais e sem valor nominal.

Em 11 de novembro de 2024, o Conselho de Administração deliberou o aumento do Capital social, no montante de R\$7.000, mediante capitalização de reservas de lucros com bonificação de ações, na proporção de 5 novas ações para cada 100 ações da mesma espécie, atribuídas gratuitamente aos acionistas. Como resultado da bonificação, foram emitidas 177.465.112 ações ordinárias e 338.942.359 ações preferenciais.

A composição do capital social está apresentada conforme a seguir:

	Ordinária	%	Preferencial	%	Total	%
Grupo controlador (família Egypcio de Souza Aranha)	2.367.061.654	63,52	1.270.968.273	17,86	3.638.029.927	33,55
Demais acionistas	1.359.705.701	36,48	5.843.930.822	82,10	7.203.636.523	66,45
Ações em tesouraria	-	-	2.890.452	0,04	2.890.452	0,03
Total	3.726.767.355	100,00	7.117.789.547	100,00	10.844.556.902	100,00
Residente no país	3.725.718.191	99,97	4.542.151.940	63,81	8.267.870.131	76,24
Residente no exterior	1.049.164	0,03	2.575.637.607	36,19	2.576.686.771	23,76
	Ordinária	%	Preferencial	%	Total	%
Grupo controlador (família Egypcio de Souza Aranha)	2.254.344.447	63,52	1.210.281.991	17,85	3.464.626.438	33,55
Demais acionistas	1.294.957.796	36,48	5.568.565.197	82,15	6.863.522.993	66,45
Total	3.549.302.243	100,00	6.778.847.188	100,00	10.328.149.431	100,00
Residente no país	3.546.635.652	99,92	4.246.746.575	62,65	7.793.382.227	75,46
Residente no exterior	2.666.591	0,08	2.532.100.613	37,35	2.534.767.204	24,54

As ações preferenciais não possuem direito a voto, contudo, apresentam as seguintes vantagens aos seus detentores:

• Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$0,01 por ação, não cumulativo, assegurado dividendo, pelo menos, igual ao das ações ordinárias; e

• Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

O capital social, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser aumentado até o limite de 12.000.000.000 de ações, sendo até 4.000.000.000 em ações ordinárias e 8.000.000.000 em ações preferenciais.

20.2. Reservas de capital

	Controladora
	31/12/2024
Planos de outorga e opções de ações	769
Ágio na emissão de ações	4
Incentivos fiscais	2
Reserva de reavaliação	6
Outras	(81)
Total	700

20.3. Reservas de lucros

	Controladora
	Reservas estatutárias
	Reserva legal
	Reserva de equalização de dividendos
	Reforço do capital de giro
	Aumento de capital de empresas participadas
	Reservas reflexas
	Dividendos/JCP propostos
	Total
Saldo em 31/12/2022	3.909
Constituição	673
Capitalização de reservas (Bonificação de ações)	(4.542)
Dividendos e JCF	-
Dividendos e JCF propostos	-
Dividendos e JCF prescritos	3
Equivalência patrimonial reflexa	-
Saldo em 31/12/2023	4.582
Constituição	739
Capitalização de reservas (Bonificação de ações)	(4.582)
Dividendos e JCF	-
Dividendos e JCF propostos	-
Dividendos e JCF prescritos	2
Equivalência patrimonial reflexa	-
Saldo em 31/12/2024	739

(a) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do Capital social.

(b) Reservas estatutárias

• Reserva para equalização de dividendos: tem por finalidade garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, limitada a 40% do Capital social;

• Reserva para reforço do capital de giro: tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da ITAÚSA, limitada a 30% do Capital social; e

• Reserva para aumento de capital de empresas participadas: tem por finalidade garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, limitada a 30% do Capital social. O montante das referidas reservas estatutárias acima não excederá o limite de 95% do Capital social. Adicionalmente, o saldo dessas reservas, somado ao da Reserva legal, não poderá ultrapassar o Capital social.

(c) Reservas reflexas

Correspondem ao efeito reflexo na ITAÚSA das movimentações das reservas de lucro das coligadas, controladas e controladas em conjunto.

(d) Dividendos propostos

Referem-se aos Dividendos e Juros sobre capital próprio do exercício, deliberados pelo Conselho de Administração no exercício seguinte ao das Demonstrações Contábeis (Nota 31.4).

Itaúsa S. A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

ITSA

83 LISTED NY

Member of

Dow Jones

Sustainability Indices

Powered by the DJSI Index 2024

ISEB3

IOPTWB3

IDIVERSA B3

ITAÚSA

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)

20.4. Ajuste de avaliação patrimonial

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Benefício pós-emprego	(734)	(665)
Valor justo de ativos financeiros	(1.104)	(352)
Ajuste de conversão / hiperinflação	4.303	806
Hedge accounting	(3.737)	(2.980)
Contratos de seguro	(89)	(264)
Total	(1.361)	(3.475)

O saldo refere-se, substancialmente, à equivalência patrimonial sobre os ajustes de avaliação patrimonial das coligadas, controladas e controladas em conjunto.

20.5. Ações em tesouraria

Em fevereiro e outubro de 2024 a ITAÚSA adquiriu o total de 3.000.000 ações preferenciais, de sua emissão, para utilização no âmbito do Plano de Incentivos a Longo Prazo (Plano ILP), aprovado em Assembleia Geral de 28 de abril de 2023. Em junho de 2024, foi realizada a entrega de ações relativas ao 1º aniversário do primeiro programa.

	Controladora	
	Quantidade de ações	Valor
	Preferenciais	
Saldo em 31/12/2023	-	-
Aquisição de ações	3.000.000	(33)
Entrega de ações - Plano ILP	(247.188)	3
Reversão de ações	137.640	-
Saldo em 31/12/2024	2.890.452	(30)

20.6. Destinação do resultado e Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar

20.6.1. Destinação do resultado

	Controladora	
	2024	2023
Lucro líquido	14.778	13.466
(-) Reserva legal	(739)	(673)
Base de cálculo para Dividendos/JCP	14.039	12.793
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	3.510	3.198
Destinação:		
Distribuição aos acionistas		
JCP	4.129	3.762
Dividendos e JCP propostos	6.206	5.093
Total de distribuição aos acionistas	10.335	8.855
Reservas de lucros	3.704	3.938
Total	14.039	12.793
% bruto pertencente aos acionistas	73,61%	69,22%

As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinarías, evidenciando igual ao mínimo proutório anual de R\$0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais.

O valor por ação dos dividendos e juros sobre capital próprio, para o exercício de 2024, está apresentado a seguir:

	Data do pagamento (realizado ou previsto)	Valor por ação		Montante distribuído	
		Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Deliberados					
JCP	01/07/2024	0,02353	0,02000	243	207
JCP	30/08/2024	0,07000	0,05950	723	614
JCP	30/08/2024	0,09460	0,08041	977	830
JCP	01/10/2024	0,02353	0,02000	243	207
JCP	02/01/2025	0,02353	0,02000	243	207
JCP	07/03/2025	0,04840	0,04114	500	425
JCP	07/03/2025	0,05810	0,04938	630	535
		0,34169	0,29043	3.559	3.025
Provisionados					
JCP	07/03/2025	0,02911	0,02474	315	268
JCP	01/04/2025	0,02353	0,02000	255	216
		0,05264	0,04474	570	484
Propostos					
JCP	07/03/2025	0,07199	0,06119	781	663
Dividendos	07/03/2025	0,40815	0,40815	4.425	4.425
Dividendos	22/04/2025	0,09224	0,09224	1.000	1.000
		0,57238	0,56158	6.206	6.088
Total		0,96671	0,89675	10.335	9.597

20.6.2. Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar

Política Contábil

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustados na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, podendo ser imputado ao mínimo obrigatório a modalidade JCP. Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos e JCP adicionais ao mínimo obrigatório. Os dividendos e o JCP são reconhecidos como passivo quando da sua deliberação em contrapartida da patrimonialização.

20.6.2.1. Movimentação

	Controladora			Consolidado		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Saldo em 31/12/2022	4	1.964	1.968	5	2.106	2.111
Chamada de capital	-	(451)	(451)	-	(451)	(451)
Dividendos e JCP deliberados	-	3.949	3.949	25	4.097	4.122
Dividendos e JCP prescritos	(2)	(1)	(3)	(2)	(1)	(3)
Pagamentos	-	(4.390)	(4.390)	-	(4.561)	(4.561)
Saldo em 31/12/2023	2	1.071	1.073	28	1.190	1.218
Dividendos e JCP de exercícios anteriores	3.104	1.989	5.093	3.120	1.989	5.109
Dividendos e JCP deliberados	-	3.103	3.103	-	3.129	3.129
Provisão de JCP	-	570	570	-	570	570
Dividendos e JCP prescritos	-	(2)	(2)	-	(2)	(2)
Pagamentos	(3.102)	(4.937)	(8.039)	(3.141)	(5.055)	(8.196)
Saldo em 31/12/2024	4	1.794	1.798	7	1.821	1.828

21. RECEITA LÍQUIDA

Política Contábil

Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades e estão apresentadas líquidas dos impostos, devoluções, descontos, bonificações e abatimentos concedidos e não possuem componente de financiamento significativo.

São reconhecidas no resultado quando todas as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência das riscos e benefícios ao comprador.

21.1. Composição

	Consolidado	
	2024	2023
Receita de venda de produtos e serviços		
Mercado interno	8.828	8.002
Mercado externo	1.590	1.414
	10.418	9.416
Deduções da receita		
Tributos sobre as vendas	(1.899)	(1.688)
Devoluções e abatimentos	(284)	(335)
	(2.183)	(2.033)
Total	8.235	7.383

22. RESULTADO POR NATUREZA

	Nota	Controladora		Consolidado						
		Despesas gerais e administrativas	Custos dos produtos e serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	
Varição nos estoques de produtos acabados e em elaboração	-	-	3.774	1.916	-	-	-	-	3.774	1.916
Varição no valor justo dos ativos biológicos	12	-	-	520	769	-	-	-	520	769
Matérias primas e materiais de consumo	-	-	(6.936)	(4.939)	-	-	-	-	(6.936)	(4.939)
Remuneração e encargos com pessoal	(99)	(91)	(1.061)	(985)	(188)	(175)	(312)	(311)	(1.561)	(1.471)
Depreciação, amortização e exaustão	(10)	(11)	(1.160)	(1.054)	(4)	(4)	(43)	(72)	(1.207)	(1.130)
Serviços de terceiros	(39)	(38)	-	-	(32)	(28)	(112)	(114)	(144)	(142)
Despesas de publicidade	(8)	(8)	-	-	(187)	(150)	(9)	(10)	(196)	(160)
Despesas de transporte	-	-	(30)	(40)	(670)	(520)	-	-	(700)	(560)
Comissões	-	-	-	-	(59)	(60)	-	-	(59)	(60)

	Nota	Controladora		Consolidado							
		Despesas gerais e administrativas	Custos dos produtos e serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total		
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(14)	(12)	-	(14)	(12)	(12)		
Seguros	(14)	(21)	(18)	(16)	-	(16)	(22)	(34)	(38)		
Outras despesas	(8)	(8)	(872)	(657)	(71)	(93)	(50)	(53)	(993)	(803)	
		(178)	(177)	(5.783)	(5.006)	(1.225)	(1.042)	(542)	(582)	(7.550)	(6.630)

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Resultado na venda de investimentos	15.2.1	-	409	51	409
Earn-out e outros acordos - Elekeiroz	23.1	(42)	127	(42)	127
Dividendos e Juros sobre capital próprio	6.1	271	346	271	346
Recuperação PIS/COFINS sobre ganho de capital	-	-	161	-	161
Crédito com precatórios	19.3.1	-	-	58	36
Créditos com a Eletrobrás	-	-	-	60	-
Perda no valor recuperável	(29)	-	-	(23)	(63)
Resultado da venda/baixas de imobilizado	-	-	-	6	34
Doações e patrocínios	-	-	(1)	(4)	-
Doações Instituto Itaúsa	(51)	(11)	(51)	(12)	-
Reversão de provisão - Aquisição de empresas	-	-	-	29	-
Exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS	-	-	-	-	116
Resultado de processos judiciais	(17)	(34)	(23)	(90)	-
Amortização carteira de clientes	-	-	-	(19)	(26)
PIS/COFINS sobre outras receitas	(3)	(16)	(20)	(18)	-
Outros	3	7	41	7	-
Total		132	988	334	1.027

23.1. Earn-out e outros acordos - Elekeiroz

No âmbito da alienação da participação societária na Elekeiroz S.A. ("Elekeiroz"), a ITAÚSA firmou acordos junto aos compradores que preveem determinados direitos e obrigações, cujo reconhecimento ocorre quando da realização das condições pré-estabelecidas.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras		433	400	692	624
Varição no valor justo de títulos e valores mobiliários	6.1	-	1.117	-	1.117
Varição cambial ativa	-	-	-	92	19
Juros e descontos obtidos	-	-	-	1	-
Atualização de depósitos judiciais	-	2	3	16	15
Outras atualizações monetárias	19.3.1	24	42	139	155
Atualizações - Créditos de PIS e COFINS	-	-	-	29	223
Outras receitas financeiras	-	-	1	11	35
Total Receitas financeiras		459	1.563	980	2.188
Despesas financeiras					
Encargos de dívida		(651)	(888)	(1.364)	(1.558)
Varição no valor justo de títulos e valores mobiliários	6.1	(129)	-	(129)	-
PIS/COFINS sobre receita financeira	24.1	(448)	(440)	(475)	(472)
Juros de passivo de arrendamento	-	-	-	(9)	(11)
Varição cambial passiva	-	-	-	(136)	(159)
Atualização de provisões com processos	(86)	(97)	(88)	(104)	-
Outras atualizações monetárias	(3)	(7)	(40)	(37)	-
Operações com derivativos	-	-	-	(51)	(93)
Outras despesas financeiras	(2)	(15)	(51)	(89)	-
Total Despesas financeiras		(1.320)	(1.447)	(2.343)	(2.523)
Total Resultado financeiro		(861)	116	(1.363)	(335)

24.1. PIS/COFINS sobre Receitas financeiras

Referem-se, substancialmente, ao PIS/COFINS incidentes sobre a receita com JCP.

25. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		
Preferenciais	9.699	8.838
Ordinárias	5.079	4.628
	14.778	13.466
Denominador		
Média ponderada das ações em circulação		
Preferenciais	7.116.172.270	7.043.992.613
Ordinárias	3.726.767.355	3.688.128.392
	10.842.939.625	10.732.121.005
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)		
Preferenciais	1,36291	1,25474
Ordinárias	1,36291	1,25474

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Política Contábil

- Plano de benefício definido

O valor presente é apurado com base em avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuários independentes, com base no Método do Crédito Unitário Projetado.

As obrigações são reconhecidas se o valor presente da obrigação for maior que o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de alterações nas premissas atuariais são reconhecidos na Patrimonialização líquida na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Os custos com serviços passados e os juros sobre o déficit/superávit atuarial são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem.

Para as crises em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, em contrapartida do resultado, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolso ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é partilhada entre as patrocinadoras e os participantes.

- Plano de contribuições definido

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva das pagamentos futuros.

- Plano de incentivo de longo prazo - ILP

O plano de outorga de ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga sendo a despesa reconhecida no resultado em contrapartida da patrimonialização líquida.

26.1. Planos de previdência privada

A ITAÚSA e suas controladas no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial ("Fundação"), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade operar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou semelhantes aos da Previdência Social, sendo regulada pelos órgãos competentes.

A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida - FAI - CD ("Plano CD") e o Plano de Benefícios Definido - BD ("Plano BD"), sendo que os colaboradores contam com a opção de participar voluntariamente do Plano CD.

26.1.1. Plano de Contribuição Definida - Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras e contava em 31 de dezembro de 2024 com 5.801 participantes (5.939 em 31 de dezembro de 2023).

No Plano CD não há risco atuarial para as patrocinadoras, ou seja, não há obrigação adicional de pagamento depois que as contribuições são efetuadas. O regulamento vigente prevê a contribuição das patrocinadoras com percentual entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários.

Devido à posição superavitária do plano, demonstrada no item (a) abaixo, a ITAÚSA e suas controladas não realizaram contribuições nos exercícios de 2024 e 2023.

(a) Fundo Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram um Fundo Previdencial que, de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições futuras das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal das patrocinadoras, foi calculado pelos atuários independentes e está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valor presente das obrigações	(155)	(137)	(2.167)	(2.009)
Valor justo dos ativos	171	153	3.497	3.261
Restrição no reconhecimento do ativo	-	-	(1.224)	(1.124)
Ativo reconhecido (Não circulante)	16	16	106	128

A variação do saldo a receber é registrada no resultado em contrapartida da rubrica "Outras receitas e despesas".

Itaúsa S. A.
CNPJ 61.532.644/0001-15
Companhia Aberta

ITSA

B3 LISTED N1

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices

ISEB3

IGPTWB3

IDIVERSA B3

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

ITAÚSA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)

	DEXCO	ITAÚSA	Outros	Eliminação / Reclassificação	Consolidado	DEXCO	ITAÚSA	Outros	Eliminação / Reclassificação	Consolidado
Demonstração de resultado	2024					2023				
Receita líquida	8.235	-	-	-	8.235	7.383	-	-	-	7.383
Mercado interno	6.828	-	-	-	6.828	6.122	-	-	-	6.122
Mercado externo	1.407	-	-	-	1.407	1.261	-	-	-	1.261
Resultado de participações societárias	(73)	15.641	-	(199)	15.369	280	12.444	-	(394)	12.330
Resultado financeiro	(592)	(861)	90	-	(1.363)	(518)	116	67	-	(335)
Depreciações e amortizações	(1.221)	(10)	-	-	(1.231)	(1.165)	(11)	-	-	(1.176)
Tributos sobre o lucro	(170)	44	(12)	-	(138)	60	95	48	-	203
Lucro líquido	174	14.778	134	(199)	14.887	811	13.466	95	(394)	13.978

Embora o Itaú Unibanco, a CCR, a Alparagatas, a Aegea, a Copa Energia e a NTS não sejam empresas controladas e, por consequência, não sejam consideradas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, a Administração revisa suas informações e as considera como um segmento de negócio por serem parte do portfólio de investimentos da ITAÚSA. O detalhamento de suas atividades e o resumo de suas informações financeiras está demonstrado a seguir:

- **Itaú Unibanco:** é uma instituição financeira que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.
- **CCR:** opera empresas de concessão de infraestrutura e mobilidade na América Latina, atuando nos segmentos de concessão de rodovias, mobilidade urbana, aeroportos e serviços.
- **Alparagatas:** suas atividades são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; e artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial.
- **Aegea:** líder no setor privado em serviços de saneamento básico no Brasil.
- **Copa Energia:** consolida as marcas Copagaz e Liquegás que respondem juntas por cerca de 25% da distribuição de GLP no Brasil e com operações em 24 estados e no Distrito Federal.
- **NTS:** transportadora de gás natural, por meio de sistema de gasodutos, operando nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, os quais respondem por aproximadamente 50% do consumo de gás no Brasil. Esse sistema possui conexões com o gasoduto Brasil-Bolívia, com os terminais de gás natural liquefeito (GNL) e com as unidades de processamento de gás.

	itaú	CCR	ALPARGATAS	aegea	COPA energia	nts
Balanco Patrimonial	31/12/2024					
Total do Ativo	2.854.475	59.097	6.840	43.797	5.908	21.814
Total do Passivo	2.833.191	45.095	2.804	32.927	3.024	25.652
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	211.090	13.609	4.036	6.050	2.884	(3.838)
Demonstração de Resultado	2024					
Receita líquida (1)	325.179	21.784	4.108	13.899	10.910	7.256
Mercado interno	268.151	20.932	3.154	13.899	10.910	7.256
Mercado externo	57.028	852	954	-	-	-
Resultado de participações societárias	1.047	247	21	96	4	-
Resultado financeiro (2)	-	(3.092)	12	(2.274)	(196)	(1.276)
Depreciações e amortizações	(7.177)	(1.716)	(250)	(926)	(174)	(424)
Tributos sobre o lucro	(5.428)	(1.025)	44	(1.194)	(290)	(1.583)
Lucro líquido atribuível aos controladores	41.085	1.249	108	483	886	3.279
Balanco Patrimonial	31/12/2023					
Total do Ativo	2.543.100	54.643	6.328	34.169	5.420	11.347
Total do Passivo	2.344.050	41.565	2.600	23.530	3.122	15.250
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	190.177	12.462	3.727	5.305	2.298	(3.903)
Demonstração de Resultado	2023					
Receita líquida (1)	308.306	18.933	3.734	8.563	10.275	7.353
Mercado interno	269.294	18.028	2.761	8.563	10.275	7.353
Mercado externo	39.012	905	973	-	-	-
Resultado de participações societárias	920	179	(422)	257	4	-
Resultado financeiro (2)	-	-	(96)	(1.745)	(264)	(1.503)
Depreciações e amortizações	(6.529)	(1.573)	(211)	(686)	(163)	(443)
Tributos sobre o lucro	(5.823)	(1.157)	217	(724)	(170)	(1.603)
Lucro líquido atribuível aos controladores	33.105	1.705	(1.867)	582	523	3.252

(1) Para o Itaú Unibanco corresponde a: (i) Receita de juros, rendimentos e dividendos; (ii) Ajuste ao valor justo de ativos e passivos financeiros; (iii) Resultado de operações de câmbio e variações cambiais sobre transações no exterior; (iv) Receita de prestação de serviços e tarifas bancárias; e (v) Resultado de contratos de seguros e previdência privada.

(2) Devido o Itaú Unibanco pertencer ao "Setor financeiro" as receitas e despesas financeiras encontram-se incorporadas no item de "Receita líquida".

28. PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas decorrem do curso normal dos negócios e são efetuadas a valores e taxas usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

A ITAÚSA possui "Política para Transações com Partes Relacionadas", aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras e procedimentos para assegurar que as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas assegurando comutatividade e transparência, garantindo aos acionistas, investidores e outras partes interessadas que as transações foram pautadas nas melhores práticas de Governança Corporativa.

Em 9 de agosto de 2021 foi criado o Comitê de Partes Relacionadas com o objetivo de avaliar e deliberar previamente sobre a viabilidade das transações com partes relacionadas, conforme critérios indicados na referência política.

Além dos montantes de Dividendos e JCP a receber (Nota 9), os demais saldos e transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo:

Ativo	Natureza	Relacionamento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo						
Caixa e Equivalentes de caixa						
Itaú Unibanco S.A. (1)	Conta corrente e aplicações financeiras	Controlada em conjunto	-	-	2	3
Clientes						
Mysa	Venda de produtos	Coligada indireta	-	-	2	3
Leo Materias	Venda de produtos	Acionista não controlador da controlada Dexco	-	-	37	75
LD Celulose	Venda de produtos	Coligada indireta	-	-	27	22
Ativo Biológico						
LD Celulose		Coligada indireta	-	-	9	53
Total					17	23
Passivo						
Empréstimos						
Fundo NTS (2)	Notas comerciais	Outros	(767)	-	(767)	-
Arrendamentos						
Ligna Florestal	Aluguéis	Acionista não controlador da controlada Dexco	(767)	-	(767)	-
Debêntures						
Itaú Unibanco S.A. (1)	Debêntures	Controlada em conjunto	-	-	(52)	(52)
Itaú Unibanco S.A. (1)	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	(518)	(1.265)	(518)	(1.265)
Itaú Unibanco	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	(520)	(1.273)	(520)	(1.273)
Outros passivos						
Itaú Unibanco S.A. (1)	Prestação de Serviços	Controlada em conjunto	1	7	1	7
Itaú Corretora	Prestação de Serviços	Controlada em conjunto	(11)	(1)	(24)	(47)
Instituto Itaúsa	Doações	Outras partes relacionadas	-	-	(9)	(14)
LD Celulose	Fornecimento de produtos	Coligada indireta	(11)	(1)	-	(1)
Total			(1.296)	(1.266)	(1.361)	(1.364)
Resultado	Natureza	Relacionamento	Controladora		Consolidado	
			2024	2023	2024	2023
Receita líquida						
Leo Materias	Venda de produtos	Acionista não controlador da controlada Dexco	-	-	382	277
Mysa	Venda de produtos	Coligada indireta	-	-	269	203
LD Celulose	Venda de produtos	Coligada indireta	-	-	102	65
Custo dos produtos e serviços						
Ligna Florestal	Custos com arrendamentos	Acionista não controlador da controlada Dexco	-	-	11	9
LD Celulose	Fornecimento de produtos	Coligada indireta	-	-	(84)	(57)
Despesas gerais e administrativas						
Itaú Corretora	Prestação de serviços	Controlada em conjunto	-	-	(8)	(6)
Copa Energia	Fornecimento de gás	Coligada	(6)	(9)	(8)	(13)
Outras receitas e despesas						
Dexco	Receita de aluguel	Controlada em conjunto	(8)	(9)	(6)	(10)
Fundação Itaú para a Educação e Cultura	Receita de aluguel	Outras partes relacionadas	-	-	(2)	(3)
Instituto Itaúsa	Doações	Outras partes relacionadas	(45)	(3)	(49)	(8)
Fundação Itaú	Doações	Controlada em conjunto	-	-	-	-
Resultado financeiro						
XP	Aplicações financeiras	Coligada indireta	(1)	-	(1)	-
Itaú Unibanco S.A. (1)	Despesas de Juros - Debêntures	Controlada em conjunto	(260)	(179)	(260)	(177)
Itaú Unibanco S.A. (1)	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	-	-	-	2
Itaú Unibanco	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	(177)	(176)	(177)	(176)
Fundo NTS (2)	Despesas de Juros - Empréstimos	Outros	-	(1)	-	(1)
Total			(5)	(2)	(5)	(2)
Total			(311)	(191)	(19)	22

(1) Em 21 de fevereiro de 2024 a ITAÚSA celebrou o Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais em três séries (Nota 18.2) junto a NTS Campos Eliseos Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Investimento no Exterior ("Fundo NTS"), cuja única cotista do fundo é a NTS.

(2) Refere-se ao banco comercial.

28.1. Garantias prestadas

A ITAÚSA é garantidora das seguintes transações demonstradas abaixo:

Parte relacionada	Relacionamento	Tipo	Objeto	Controladora	
				31/12/2024	31/12/2023
Dexco (1)	Controlada	Aval	Empréstimo	421	480
Itaútec	Controlada	Aval	Seguro garantia em processos judiciais	57	55
Águas do Rio	Coligada	Alienação fiduciária de ações	Empréstimo	67	102
Copa Energia (1)	Coligada	Alienação fiduciária de ações	Debêntures	678	791
Total				1.223	1.428

(1) Em março de 2023, a controlada Dexco, com o objetivo de aprimorar seu perfil de liquidez e endividamento, assinou contrato de financiamento com a BNDES no valor de R\$657 (baldo de R\$628 em 31 de dezembro de 2024), sendo 67% deste valor garantido pela ITAÚSA.

(2) Em julho de 2023 a ITAÚSA outorgou alienação fiduciária da totalidade das suas ações da Águas do Rio Investimentos, como garantia real à financiadora de longo prazo. A redução apresentada é decorrente da alienação de parte das ações na coligada Águas do Rio Investimentos, conforme nota 15.2.6.

(3) Em janeiro de 2021, a ITAÚSA outorgou alienação fiduciária da totalidade das ações existentes ou futuras, representativas do capital social da Copa Energia, de titularidade da ITAÚSA, nas terras do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outros Avenças" celebrado entre a ITAÚSA e o outro acionista da Copa Energia, na qualidade de alienantes fiduciárias, para assegurar o cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, e serem assumidas pela Copa Energia no âmbito da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e no montante total contratado de R\$ 1,35 bilhão.

Itaúsa S. A.
CNPJ 61.532.644/0001-15
Companhia Aberta

ITSA
B3 LISTED NY

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Pioneer by the NYSE Euronext

ISEB3

IOPTWB3

IDIVERSA B3

ITAÚSA

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma) (Continuação)

28.2. Remuneração da Administração

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Remuneração	34	41	66	69
Encargos sociais	5	5	8	8
Benefícios de curto prazo ⁽¹⁾	2	2	2	2
Plano de remuneração baseado em ações	26,3	2	20	13
Total	47	50	96	92

(1) Compreendem: Assistência médica e odontológica, Auxílio alimentação e Seguro de vida

29. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA

Em conformidade com o CFC 03 (R2) /IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de Caixa ou Equivalentes de Caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. As atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da Demonstração do Fluxo de Caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Atividades de Investimentos				
Dividendos/JCP deliberados não recebidos	(1.905)	(1.908)	(1.893)	(1.818)
Gastos com encerramento de unidade industrial	-	-	-	22
Provisão para perda de ativos	-	-	-	29
Alienação de imóveis	-	-	-	(10)
Aumento de capital em investidas com créditos de dividendos/JCP	15	-	-	-
Total	(1.890)	(1.908)	(1.893)	(1.777)

Atividades de Financiamento

Dividendos/JCP deliberados não pagos	1.781	1.064	1.808	1.201
Aumento de capital com créditos de dividendos/JCP	-	(451)	-	(451)
Instrumentos derivativos	-	-	247	157
Novos contratos e atualizações de arrendamentos	-	-	85	260
Entrega de ações em tesouraria - Plano B/P	3	-	3	-
Baixa de contratos de arrendamento	-	-	(5)	(66)
Total	1.784	613	2.138	1.101

30. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Calamidade no estado do Rio Grande do Sul

Entre os meses de abril e maio de 2024, em decorrência de volumes extremos de precipitação pluviométrica, foi decretado o estado de calamidade no estado do Rio Grande do Sul. Desde o início das chuvas a ITAÚSA e suas investidas vêm acompanhando os impactos das enchentes em suas operações, além das ações governamentais emergenciais para enfrentamento desse desastre. A ITAÚSA, por meio do Instituto Itaúsa, anunciou a doação de R\$6 para 3 frentes: (i) Apoio emergencial - para água, medicamentos, alimentos etc.; (ii) Apoio ao legado - para a reconstrução de escolas, postos de saúde etc.; e (iii) Apoio aos municípios - com planos de emergência climática e ações de recuperação econômica. Destacamos abaixo os principais reflexos apresentados pelas nossas investidas:

• **Itaú Unibanco:** O Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil emitiram normativos a serem observados relacionados às operações de crédito, computação e consórcio. Foram identificados, com base nas melhores estimativas e julgamentos críticos, os seguintes impactos: (i) em relação à perda esperada para provisionamento das operações, que é atualizada periodicamente em função das variáveis macroeconômicas e circunstanciais, foi constituída provisão para perda considerada suficiente para fazer frente a exposição ao risco de crédito no Rio Grande do Sul, não sendo identificados impactos significativos nesta carteira; e (ii) aumento material nas despesas de sinistros referentes aos seguros de danos dos ramos patrimonial e habitacional. Acionalmente, o Itaú Unibanco realizou doação no valor de R\$16, com objetivo de auxiliar ações emergenciais na região.

• **Dexco:** Suspensão temporariamente as atividades de suas operações de painéis e florestal da unidade de Taquari entre os dias 4 e 8 de maio de 2024. Nenhum ativo industrial ou florestal da Dexco foi afetado pelas chuvas, contudo, o abastecimento de insumos e o transporte de produtos foram impactados pela situação das estradas. A unidade em questão representa cerca de 20% da capacidade total de produção de painéis da Dexco no Brasil, entretanto, considerando o curto espaço de tempo de suspensão das atividades, não ocorreram impactos relevantes no resultado. A Dexco segue contribuindo com a comunidade de Taquari, em especial com seus colaboradores.

Cabe destacar que a ITAÚSA e suas investidas continuaram acompanhando e avaliando os impactos em seus resultados, bem como os efeitos nas estimativas e julgamentos críticos que envolvem suas Demonstrações Contábeis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Raul Caffat (*)	Conselheiros Alfredo Egydio Setubal Edson Carlos De Marchi (*) Patrícia de Moraes (*) Rodolfo Vilela Maino Vicente Furlan Assis (*)	Presidente Guilherme Tadeu Pereira Júnior	Conselheiros Suplentes Felício Cintra do Prado Junior José Carlos de Brito e Cunha Luiz Alberto de Castro Fallerios Oliver Michel Colat
Vice-Presidentes Ana Lúcia de Mattos Barreto Vilela Roberto Egydio Setubal	Conselheiros Suplentes Ricardo Egydio Setubal Ricardo Vilela Maino	Conselheiros Elaine Maria de Souza Fumo Gustavo Amaral de Lucena Marco Túlio Leite Rodrigues Maurício Nogueira	Coordenador Raul Caffat
(*) Conselheiros independentes			Membros Isabel Cristina Lopes (especialista) Marco Antonio Antunes

CONSELHO FISCAL

COMITÊ DE AUDITORIA

DIRETORIA

Diretor Presidente Alfredo Egydio Setubal (**)	Diretores Gerentes Frederico de Souza Querroz Pasowitch Maria Fernanda Ribas Caramuru Piscidia Grecco Toledo
Diretores Vice-Presidentes Executivos Alfredo Egydio Arruda Vilela Filho Ricardo Egydio Setubal Rodolfo Vilela Maino	
(**) Diretor de Relações com Investidores	
Contadora Sandra Oliveira Ramos Medeiros CRC 15P 220.957/O-9	

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Itaúsa S.A. ("Itaúsa" ou "Companhia") é órgão de caráter de assessoramento, instituído em 15 de agosto de 2022, que passou a ser estatutário na Assembleia Geral da Companhia de 28 de abril de 2023. O Comitê possui funções técnicas e com reporte direto ao Conselho, sendo que suas recomendações não possuem caráter vinculante. Desde 15 de maio de 2023, o Comitê é composto por 3 membros independentes, sendo coordenado por membro independente do Conselho de Administração, que exercem as atribuições e responsabilidades estabelecidas pela legislação aplicável e pelo Conselho de Administração da Itaúsa por meio do Regulamento Interno do Comitê. Compete ao Comitê zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualificação do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da auditoria interna; e (v) pela qualificação e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos. A BDO RCS Auditores Independentes S/S ("Auditoria independente para fins regulatórios") e a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("Auditoria independente para fins de governança"), em conjunto "Auditores independentes", são as empresas responsáveis pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias e completas, individuais e consolidadas, da Itaúsa, conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC ("CFC") e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). O relatório dos Auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta as suas opiniões a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC, em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) (atualmente denominadas pela

Fundação International Financial Reporting Standards - IFRS como "normas contábeis IFRS"), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. **Atividades do Comitê de Auditoria em 2024:** No decorrer do exercício de 2024, o Comitê reuniu-se em 7 ocasiões. Dentre as atividades realizadas, cabe destacar: a) avaliação do plano anual de Compliance e de Riscos Corporativos; b) avaliação e acompanhamento do plano anual da Auditoria interna e de seus relatórios; c) análise e acompanhamento do Plano Anual de Trabalho dos Auditores independentes e sua execução temporária; d) revisão das Políticas Anticorrupção, Doações e Patrocínios, Contratação de Auditor Independente e Programa de Integridade; e) avaliação da matriz de riscos corporativos e monitoramento dos planos de ação dos riscos acima do apetite a riscos; f) avaliação da matriz de riscos de integridade; g) monitoramento dos indicadores do Programa de Integridade e do Canal de Denúncias; h) monitoramento das matrizes de controles internos: Recursos Humanos, Compras e Contratações e Jurídico Contencioso; i) acompanhamento do Plano Diretor de Segurança da Informação (PDSI); j) discussão e apreciação das melhorias propostas pela administração nas Demonstrações Contábeis de 31.12.2024, objetivando aprimorar a transparência e a objetividade do disclosure, em linha com as melhores práticas de mercado e as respectivas normas contábeis; k) monitoramento dos indicadores de alavancagem e da gestão do risco de liquidez da Companhia; l) discussão e análise das informações trimestrais (ITRs) de 2024 e das Demonstrações Contábeis de 31.12.2023 por meio de reuniões com os

administradores e Auditores independentes; m) aprovação e, quando aplicável, recomendação ao Conselho de Administração, para a contratação de outros serviços que não os de auditoria das Demonstrações Contábeis da Itaúsa a serem prestados pelos Auditores independentes; e n) discussão, análise e aprovação do Relatório do Comitê de Auditoria do exercício de 2023 que consignou a recomendação ao Conselho de Administração de aprovação das Demonstrações Contábeis Completas Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Conclusão** Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regulamento Interno do Comitê, reuniram-se em 14 de março de 2025, para discutir e analisar a qualidade e integridade das Demonstrações Contábeis Completas, Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório da Administração da Companhia e dos relatórios dos Auditores independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, considerando as informações e esclarecimentos prestados pela administração da Companhia e pelos Auditores independentes, opinaram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e entendem que foram elaborados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis IFRS, recomendando-os à aprovação pelo Conselho de Administração da Itaúsa. São Paulo, 17 de março de 2025. Raul Caffat - Coordenador, Isabel Cristina Lopes - membro efetivo especialista e Marco Antonio Antunes - membro efetivo.

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: em 17 de março de 2025, às 13h00, realizada na sede social da ITAÚSA S.A., localizada na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP). **PRESIDENTE:** Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente. **QUORUM:** a totalidade dos membros do Comitê Executivo, com a presença dos Diretores Gerentes convidados a participar da reunião. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** após exame das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório de administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, que foram objeto de recomendação favorável da Comissão de Finanças, a **Diretoria deliberou**, por unanimidade e em observância às disposições dos incisos V e VI do § 1º, do Artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, conforme alterada, declarar que: (i) reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas

nos relatórios de revisão sem ressalvas emitidos pela BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda. (para fins regulatórios) e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (para fins de governança); e (ii) reviu, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata sob a forma de sumário, que foi lida, aprovada e assinada de forma eletrônica pelos membros do Comitê Executivo. São Paulo (SP), 17 de março de 2025. (aa) Alfredo Egydio Setubal - Diretor Presidente; Alfredo Egydio Arruda Vilela Filho, Ricardo Egydio Setubal e Rodolfo Vilela Maino - Diretores Vice-Presidentes Executivos. (a) ALFREDO EGYDIO SETUBAL - Diretor de Relações com Investidores

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Itaúsa S.A. ("Companhia"), em cumprimento das disposições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis Completas, individuais e consolidadas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos prestados no decorrer do exercício em reuniões com a administração da Companhia e auditores externos e, considerando, ainda, os relatórios dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda., para fins regulatórios, e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., para fins de governança, emitidos sem ressalvas nesta data, bem como o relatório do Comitê de Auditoria, os membros efetivos do Conselho Fiscal opinam que referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia. São Paulo (SP), 17 de março de 2025. (aa) Guilherme Tadeu Pereira Júnior - Presidente, Elaine Maria de Souza Fumo, Gustavo Amaral de Lucena, Marco Túlio Leite Rodrigues e Maurício Nogueira - Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores

Itaúsa S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

ITSA

B3 LISTED NY

Member of

Dow Jones Sustainability Indices

Powered by the DJSI World Index

ISE B3

IGPTWB3

IDIVERSA B3

ITAÚSA

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Itaúsa S.A. São Paulo - SP Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Itaúsa S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Itaúsa S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os principais assuntos de auditoria são temas advindos dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. Controladas em conjunto - Itaú Unibanco Holding S.A. e Itaú Unibanco Participações S.A. Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui investimentos no Itaú Unibanco Holding S.A. ("IUH") e Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR") que representam parte substancial de seus ativos individuais e consolidados, sendo registrados na rubrica "investimentos" e contabilizados por equivalência patrimonial. A IUPAR é uma holding constituída para controle do IUH, sendo este seu principal ativo. O IUH por sua vez é uma instituição financeira que atua nas diversas modalidades bancárias, bem como em atividades de seguros, previdência e capitalização. O IUH realiza um volume expressivo de operações em todas as modalidades e devido ao porte de suas operações, a sua estrutura de tecnologia é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Dessa forma, o IUH é altamente dependente de seu ambiente de tecnologia da informação para processamento dessas operações. Adicionalmente, as demonstrações contábeis do IUH apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento, em especial em decorrência do ambiente econômico, para registro e mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis envolvem as seguintes principais áreas: (i) Provisão para perda esperada de créditos; (ii) Mensuração de ativos e passivos financeiros, incluindo derivativos; e (iii) Provisões e passivos contingentes. Em função do exposto acima, a considerar essas estimativas contábeis, assim como o próprio ambiente de tecnologia da informação, consideramos como áreas de foco de auditoria. Resposta da auditoria sobre o assunto Em nossos procedimentos de auditoria para abordar o risco de avaliação relacionada a equivalência patrimonial da IUH e IUPAR, realizamos testes sobre a apuração dos saldos comparando os resultados obtidos com os registros contábeis da Companhia. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis em conformidade com os requerimentos das normas contábeis. Os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas da IUH e IUPAR, conforme o caso, incluíam comunicação com outros auditores com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Também, revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados. Especificamente, em relação ao ambiente de tecnologia da informação e às estimativas contábeis críticas das Investidas, IUH e IUPAR, consideramos: - Os trabalhos executados e as conclusões dos auditores, incluindo seus especialistas, quanto ao ambiente de tecnologia da informação, a razoabilidade de determinadas premissas e julgamentos da Administração do IUH e IUPAR; - As correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Com a aplicação desses procedimentos, consideramos que os testes sobre os controles permitem estabelecer um adequado nível de confiança de auditoria na operação dos sistemas e controles informatizados, bem como as premissas e as metodologias utilizadas para as estimativas contábeis são adequadas para mitigar os riscos associados de distorções relevantes. Consideramos que as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apropriadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outros investimentos em Controladas, Controladas em conjunto e Coligadas Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, os demais investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas ("Investidas"), são contabilizados por equivalência. As demonstrações contábeis das Investidas apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas às operações que requerem elevado nível de julgamento para registro, mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis. Devido às incertezas inerentes às estimativas contábeis críticas, os eventuais impactos nas demonstrações contábeis das Investidas e, consequentemente, na apuração da equivalência patrimonial da Companhia, esta foi considerada área de foco na auditoria. Resposta da auditoria sobre o assunto Em nossos procedimentos de auditoria para abordar o risco de avaliação relacionada a equivalência patrimonial das Investidas, realizamos testes sobre a apuração dos saldos comparando os resultados obtidos com os registros contábeis da Companhia. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis em conformidade com os requerimentos das normas contábeis. Os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas das Investidas, conforme o caso, incluíam comunicação com outros auditores com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Também, revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados. Especificamente, em relação às estimativas contábeis críticas das Investidas, consideramos: - Os trabalhos executados e as conclusões dos auditores, incluindo seus especialistas, quanto a avaliação das premissas e metodologias usadas pela administração das referidas Investidas; - As correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Com a aplicação desses procedimentos, consideramos que as premissas e as metodologias utilizadas para as estimativas contábeis são adequadas para mitigar os riscos associados de distorções relevantes. Consideramos que as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apropriadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.	Outros assuntos Demonstrações do Valor Adicionado As demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 17 de março de 2025. BDO BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. CRC 2 SP 013846/O-1 Robinson Meira Contador CRC 1 SP 244496/O-5
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS Ao Conselho de Administração Itaúsa S.A. Opinião Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Itaúsa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa S.A. e da Itaúsa S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (usualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").	Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os PAA são temas advindos dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, a seguir apresentados. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Porque é um PAA Controladas em conjunto - Itaú Unibanco Holding S.A. ("IUH") e Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR") - (Nota 15) Os investimentos no IUH e na IUPAR representam parte substancial dos ativos individuais e consolidados da Companhia, sendo registrados na rubrica "investimentos" e contabilizados por equivalência patrimonial. A IUPAR é uma holding constituída para controle do IUH, sendo este seu principal ativo. O IUH por sua vez é uma instituição financeira que atua nas diversas modalidades bancárias, bem como em atividades de seguros, previdência e capitalização. O IUH realiza um volume expressivo de operações em todas as modalidades e devido ao porte de suas operações, a sua estrutura de tecnologia é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Dessa forma, o IUH é altamente dependente de seu ambiente de tecnologia da informação para processamento dessas operações. Adicionalmente, as demonstrações contábeis do IUH apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento, em especial em decorrência do ambiente econômico, para registro e mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis envolvem as seguintes principais áreas: - Provisão para perda esperada de operações de créditos. - Mensuração de ativos e passivos financeiros, incluindo derivativos. - Provisões e passivos contingentes. Em função do exposto acima, continuamos a considerar essas estimativas contábeis, assim como o próprio ambiente de tecnologia da informação, como áreas de foco de auditoria.	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Como parte de nossos procedimentos de auditoria, realizamos testes sobre a apuração da equivalência patrimonial realizada pela Administração da Companhia em relação aos investimentos no IUH e na IUPAR, comparando os resultados obtidos com os registros contábeis. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis da Companhia em conformidade com os requerimentos das normas contábeis. Os resultados de nossos procedimentos de auditoria estão consistentes com as divulgações em notas explicativas. Adicionalmente, nossos procedimentos como auditores do IUH, abrangeram, entre outros, os seguintes principais procedimentos de auditoria: - Em relação ao ambiente de tecnologia da informação: Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de tecnologia da informação e dos controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes do desenho e da efetividade dos principais controles relevantes, bem como a execução de testes relacionados à segurança da informação, incluindo gestão de acessos, gestão de mudanças sistêmicas e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia. Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria. - Em relação às estimativas contábeis críticas: Aplicamos testes sobre o desenho e a operação dos principais controles para registro, mensuração, baixa e divulgação das operações, em conformidade com o IFRS 9 - Financial Instruments e IFRS 7 - Financial Instruments Disclosures. Com auxílio de nossos especialistas, analisamos, quando aplicável, a razoabilidade de determinadas premissas e julgamentos da Administração do IUH, considerando também o contexto atual das operações e o cenário econômico. Também, testamos a integridade das bases de dados e os modelos de cálculos envolvidos para apuração dos saldos. Realizamos testes relacionados à existência, valor correto, integridade, valor recuperável e registro no momento correto das operações, bem como realizamos confirmação de informações sobre a probabilidade de perda dos processos judiciais junto aos assessores jurídicos do IUH. Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração e divulgadas nas demonstrações contábeis estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15
Companhia Aberta

ITSA
B3 LISTED NY

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Provided by the S&P Global CSA

ISE B3

IGPTWB3

IDIVERSA B3

ITAÚSA

Av. Paulista, 1938 - São Paulo - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Continuação)

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Outros investimentos em Controladas, Controladas em conjunto e Coligadas (Nota 15) Os demais investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas ("Investidas"), somados representam aproximadamente 12% do total de ativos nas demonstrações contábeis individuais da Companhia e são contabilizados por equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. As demonstrações contábeis das Investidas apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas às operações que requerem elevado nível de julgamento para registro, mensuração e apuração dos saldos contábeis. Devido às incertezas inerentes às estimativas contábeis críticas, os eventuais impactos nas demonstrações contábeis das Investidas e, consequentemente, na apuração da equivalência patrimonial da Companhia, esta foi considerada área de foco na auditoria.	Em relação à equivalência patrimonial das Investidas, realizamos testes sobre a apuração dos saldos comparando os resultados obtidos com os registros contábeis da Companhia. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis em conformidade com os requerimentos das normas contábeis. Os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas das Investidas, conforme o caso, incluíram comunicação com as equipes de auditoria e/ou outros auditores com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos e discutimos os resultados alcançados. Especificamente, em relação às estimativas contábeis críticas das Investidas, consideramos: • Os trabalhos executados e as conclusões dos auditores, incluindo seus especialistas quando aplicável, quanto à avaliação dos dados, premissas e metodologia usadas pela Administração das referidas Investidas. • As correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Itaúsa. Após a realização desses procedimentos, consideramos que os dados, as premissas e as metodologias divulgadas nas demonstrações contábeis estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Outros assuntos Demonstrações do Valor Adicionado As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.	Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 17 de março de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 15P245281/O-6

ESTADÃO 150 ANOS

150 ANOS DE HISTÓRIA E TRADIÇÃO NO JORNALISMO PAUTADOS PELA TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE.

Publique seus balanços e atos societários no Estadão e garanta os melhores resultados



PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA:


CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ESTADÃO 150

ESTADÃO RI

A rádio dos melhores assuntos
ELDORADO FM 107.3

ESTADÃO BLUE STUDIO

AGÊNCIA ESTADO

broadcast

Fontes: Portal - Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)



Fotos e vídeo inéditos de Elis Regina aparecem depois de 40 anos



BONFILM

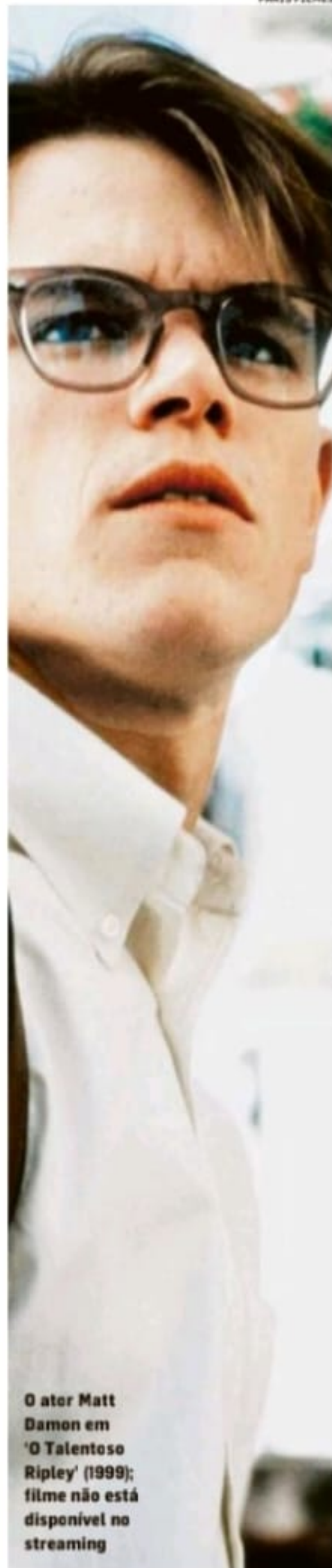
PARIS FILMES

FINE LINE FEATURES

LORENZO SISTI/NETFLIX



Alain Delon em 'O Sol por Testemunha', de 1960; filme está disponível para aluguel no YouTube



O ator Matt Damon em 'O Talentoso Ripley' (1999); filme não está disponível no streaming



'O Retorno do Talentoso Ripley' (2004), com John Malkovich, pode ser visto na AppleTV+



Andrew Scott interpreta a mais recente encarnação de personagem em série da Netflix

C3 Literatura

70 anos de um anti-herói

Livros de Tom Ripley, personagem de Patricia Highsmith que segue provocando fascínio e repulsa, ganham novas edições



**Alice
Ferraz**

colunaaliceferraz@estadao.com



NA WEB
Acompanhe atualizações diárias
da coluna no Portal Estadão
www.estadao.com.br/

CAMILA ROSA/ISTOCK



Uma 'New Yorker' tropicalizada

Uma das seis capas comemorativas dos 100 anos da icônica revista *The New Yorker* foi desenhada por uma brasileira: a ilustradora Camila Rosa, de Joinville, radicada em Nova York desde 2023. Ela transformou o personagem-símbolo do periódico, o Tilley, em uma mulher latino-americana. A edição foi publicada logo após a posse de Trump, quando milhares de imigrantes ilegais estavam sendo deportados. "A capa mostra que estamos aqui (nos EUA), em uma das maiores revistas do mundo, por mais que muitos deles nos queiram fora daqui", disse Camila à coluna. Ela diz que a escolha de sua ilustração simboliza o potencial internacional dos brasileiros.

● **DIRETO DA ESPANHA.** O coreógrafo espanhol Carlos Pons Guerra se apresentará pela primeira vez no Brasil. Destaque da programação da São Paulo Companhia de Dança, ele estreia sua obra em julho, no Teatro Sérgio Cardoso. O espetáculo, ainda sem nome, abordará a crise climática e o abuso da natureza, especialmente dos animais. "Será uma obra muito teatral, que combina movimentos clássicos, contemporâneos e inspirados nos gestos dos animais, com muita emoção e uma mensagem profundamente relevante", afirma o coreógrafo.



JOSH HAWKINS

1. Vivi Orth 2. Luciana Brito 3. Constantino Bittencourt 4. Victor Collor 5. Cauã Reymond 6. Humberto Campana 7. Luciano Ribeiro. No lançamento da revista americana *Esquire* no Brasil. A publicação apresenta o estilo de vida do homem moderno



NITOLAS CALLIGARO

● **DISCURSO DE ÓDIO.** A 2.ª instância do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro condenou por racismo os sócios da Editora Centauro, pela venda de livros antissemitas. A decisão ocorre 20 anos após o início da ação, em 2005, quando a Federação Israelita do Rio de Janeiro denunciou a comercialização das obras durante a Bienal do Livro carioca.

A companhia realizava a edição e distribuição das obras *Minha Luta*, de Adolf Hitler, e *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, de autoria apócrifa. O advogado Fernando Lottenberg foi um dos responsáveis pelo caso contra a editora. "A decisão demonstra que atos e discursos preconceituosos não ficam impunes", afirmou à coluna, que não conseguiu entrar em contato com a Editora Centauro. Ainda cabe recurso por parte da empresa.

Literatura Suspense

Imoral, charmoso, golpista e pronto para as novas gerações

Continuação da página C1

Especialistas tentam explicar o fascínio do público, e do cinema e streaming, pelo sociopata igualmente nefasto e sedutor

GABRIEL ZORZETTO

Charmoso, imoral e camaleônico são apenas alguns adjetivos apropriados para rotular Tom Ripley, personagem complexo e multifacetado que completa 70 anos em 2025.

Sua primeira aparição, no clássico romance *O Talentoso Ripley* (1955), nasceu da mente inventiva da escritora norte-americana Patricia Highsmith (1921-1995), referência no gênero de suspense.

Na trama publicada há sete décadas, Ripley, um golpista de baixo escalão, vê sua sorte mudar ao receber uma proposta tentadora: ir até a Itália e convencer Dickie Greenleaf, filho de um empresário milionário, a voltar para os Estados Unidos e assumir os negócios da família. Mas a história toma outros rumos quando o vigarista é seduzido pela vida de playboy e se mostra capaz de fazer tudo para mantê-la.

Para acompanhar a efeméride, o livro foi reeditado pela Intrínseca, com nova capa e projeto gráfico, junto com os outros quatro capítulos da série, que retorna às livrarias cinco anos após a editora adquirir a coleção Ripley, que vinha sendo publicada pela Companhia das Letras desde 2002.

Em 2021, a editora Intrínseca lançou versões de *O Talentoso Ripley* e *Ripley Subterrâneo* (este publicado em 1970) em formato de capa dura, com preços elevados, que se esgotaram rapidamente – cerca de 25 mil exemplares foram vendidos. Já *O Jogo de Ripley* (de 1974) estava fora de catálogo havia anos.

Os três primeiros volumes da coleção já chegaram às livrarias, enquanto *O Garoto Que Seguiu Ripley* (1980) e *Ripley Debaixo d'Água* (1991), antes também indisponíveis, serão lançados em julho para completar a icônica pentalogia.

“Há um tempo notamos que muitos leitores aguardavam o lançamento das novas edições. Agora, os cinco livros estão sendo publicados em brochura, o que torna os preços mais atraentes. Desta forma, as obras voltam ao mercado

Livros da série

A saga do serial killer



● **O Talentoso Ripley**
Suspense psicológico de 1955 é o primeiro livro da série sobre personagem que ganha vida aplicando golpes.



● **Ripley Subterrâneo**
Publicado em 1970, mostra Ripley no sul da França e mantendo esquema de falsificação de quadros.



● **O Jogo de Ripley**
Na 3.ª obra, de 1974, Ripley está de novo no centro de uma sucessão de crimes de integrantes da máfia.

com o potencial de conquistar novas gerações”, afirma ao *Estado* a editora executiva da Intrínseca, Rebeca Bolite.

SOBREVIVÊNCIA. Mas o que explica o fascínio do público em torno de um sociopata? É inegável que os leitores nutrem simpatia pelo anti-herói, construído de maneira minuciosa por Highsmith. Apesar de seus atos nefastos, Ripley, capaz de assumir a identidade de outras pessoas como mecanismo de sobrevivência, é indiscutivelmente sedutor e inteligente.

Para Daniel Puglia, professor de Literaturas em Língua Inglesa na Universidade de São Paulo, o personagem reflete uma imagem estranhamente familiar: a do nosso próprio



Patricia Highsmith lançou Ripley em 1955, com grande sucesso

rosto no espelho. “Não estamos diante de um vilão que claramente deve ser desmascarado e punido, nem ante um herói desafortunado que merece toda nossa solidariedade”, diz ele. “Patricia Highsmith não criou em seus livros uma marionete previsível. Tom Ripley tenta navegar nas águas do mundo dos ricos e privilegiados. Essa é sempre uma rota perigosa. Entre o êxito e o naufrágio, temos um limite que é muito tênue”, afirma.

Não por acaso, a figura transcendeu as páginas e foi explorada em vários projetos audiovisuais, mais notavelmente no filme de 1999 estrelado por Matt Damon, indicado para cinco Oscars, e na minissérie estrelada por Andrew Scott –

“Para a autora, suas histórias falavam sobre pessoas ordinárias em situações extraordinárias. Ripley é quem mais representa essa visão de mundo. Somos todos potencialmente bons e potencialmente maus”

Raphael Montes
Escritor

“Tom Ripley tenta navegar no mundo dos ricos e privilegiados. Entre o êxito e o naufrágio temos um limite muito tênue”

Daniel Puglia
Professor de Literatura da USP

que chegou à Netflix em 2024. Destaca-se também o longa-metragem francês *O Sol por Testemunha* (1960), protagonizado pelo astro Alain Delon.

“As produções para televisão e cinema sempre agitam o mercado editorial, e muitas vezes relembram o público de obras-primas literárias que estavam fora de seu radar”, reconhece Rebeca Bolite.

Raphael Montes, autor-sensação de thrillers psicológicos contemporâneos como *Jantar Secreto*, *Uma Família Feliz* e a recém-lançada telenovela *Beleza Fatal*, considera *O Talentoso Ripley* um marco determinante em sua formação.

Nas telas
Histórias transcenderam as páginas e foram exploradas em vários projetos audiovisuais

Ele conta que aprendeu a criar suas tramas surpreendentes lendo as histórias de Highsmith, costumeiramente descrita como uma mulher amarga, viciada em álcool e com algumas manias esquisitas, como criar centenas de lesmas e carregá-las em sua bolsa.

“Os personagens da Patricia Highsmith são todos ambíguos e transitam numa espécie de zona cinzenta em que você sempre se pergunta até onde eles serão capazes de chegar. Ela costumava dizer que suas histórias falavam sobre pessoas ordinárias em situações extraordinárias. Sem dúvida o Tom Ripley é quem mais representa essa visão de mundo com que compartilho tanto. Somos todos potencialmente bons e potencialmente maus, como eu até já disse em uma entrevista ao *Estado*”, analisa o escritor de 34 anos.

TENSÕES. Puglia alerta para uma contribuição pouco discutida na obra da artista. “Na forma e no conteúdo de vários de seus livros as tensões psicológicas estão relacionadas às tensões socioeconômicas.”

“Quer de maneira explícita, quer de maneira implícita, as ligações que ela elabora nunca são desprovidas de interesse. O caráter atual das correlações entre psicopatia e contextos de profunda desigualdade social é algo que merece nota”, pontua o docente.

Rebeca Bolite, por sua vez, acredita que seu estilo revolucionário continua sendo um norte para autores e cineastas da atualidade. “Para Patricia Highsmith, o psicológico é tão importante quanto a trama em si, e sua escrita, que já influenciou gente como o cineasta Alfred Hitchcock na década de 1950, seguirá influenciando novas gerações”, diz. A autora lançou *Pacto Sinistro* em 1950 e logo em seguida, em 1951, o mestre do suspense o adaptou para o cinema com o mesmo título. ●



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Feliz ano novo!

Data estelar: Sol ingressa em Áries

Nossa nave Terra se translada ao redor do Sol a uma velocidade de 108.000 km/h ou 30 km/s, sendo, graças ao mistério das potências cosmo-gônicas, muito estável e persistente em seu movimento, o que nos permite ter confiança de que, todo ano, nesta data, ela retornará ao ponto vernal, o equinócio, quando as horas do dia e da noite se igualam, e

a partir desse instante começa a correr um novo ano.

Pois então, feliz ano novo! Porque este começo do ano tem substância estelar, diferente do que acontece no dia 1 de janeiro, que é completamente desprovido de qualquer referência no céu.

Projeta tua mente ao futuro, sem pudor nem temor, aproveitando a velocidade da nave Terra em que tu e todos existimos, e que teus anseios legítimos, não os caprichos egoístas, se realizem até o ano que vem. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Aos poucos, mas com firmeza e sabedoria, começa a abrir passagem, desconsiderando os obstáculos e limitações, apostando naquilo que sua alma pretende realizar nas próximas semanas. Com fé e impulso sábio, tudo se resolve.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Não importa quão loucas sejam suas ideias, o que importa, nesta parte do caminho, é com quem você as vai dividir e, ainda, com quem vai você se associar para que, dessa vez, as coisas não fiquem no mundo da imaginação.

LEÃO 22-7 a 22-8

Apesar de todos os perrengues que você ainda precisa administrar, sua alma consegue se lançar ao futuro e, nessa projeção, imaginar cenários deliciosos, que não são meras fantasias, são conversas com realidades futuras.

LIBRA 23-9 a 22-10

O dia em que o ser humano conseguir celebrar o sucesso alheio como se fosse o próprio, será também o dia em que o mundo começará a se parecer com os ideais que todas as pessoas reconhecem ser os mais certos possíveis.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

O ímpeto renovado há de ser tratado com sabedoria, porque não se trata de aliviar a tensão que sua alma vem sentindo nos últimos tempos, mas de fazer algo útil com essa energia renovada que circula por você.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Há muitas coisas que precisam ser conversadas direito, mas não seria o caso de juntar todas numa só conversa, porque aí tudo degingolaria em conflito. Vai tocando aos poucos cada tema que achar necessário.

TOURO 21-4 a 20-5

Agora é quando sua alma precisa se recolher para contemplar o cenário do mundo e, em silêncio, tomar impulso para as decisões que precisará colocar em marcha nas semanas vindouras. Faça tudo com tranquilidade.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Seria o caso, agora, de tentar fazer passar a imaginação infinita pela limitada porta de acesso à realidade concreta. Essa é a tensão que toda alma humana precisa administrar enquanto respira entre o céu e a terra.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Alguns riscos será necessário assumir, porque seria tolice imaginar que um grande caminho poderia ser trilhado em absoluta segurança. Escolha que riscos assumir, porque só assim haverá grandes resultados.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Para realizar suas pretensões, você precisa começar a juntar todos os ingredientes que estão esparsos, porque assim vai ser mais fácil do que se você se dedicar a adquirir coisas novas, sem necessidade. Em frente.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Agora é quando se torna necessário você colocar fim às questões que não se resolveram do jeito que você queria e, ao mesmo tempo, dar o pontapé inicial nos assuntos em que sua alma começa a apostar.

PEIXES 20-2 a 20-3

Procure se focar na sua estabilidade material e emocional, porque no meio desse cenário confuso do mundo, o mais importante é manter o eixo para, assim, tomar decisões sábias. Você tem total capacidade para isso.

Justiça

Diretor acusado de dar golpe de US\$ 11 milhões na Netflix é preso

Carl Rinsch teria usado dinheiro de série para comprar itens de luxo e investir em criptomoedas

O diretor Carl Rinsch foi preso em Nova York na terça, 18, depois de utilizar US\$ 11 milhões da Netflix, que seriam destinados a uma produção em seu nome, para investir em criptomoedas e carros de luxo, entre outros itens pessoais.

O contrato inicial envolvia a compra de uma série ficcional chamada *White Horse*, escrita por Rinsch, por US\$ 44 milhões. Mas o diretor pediu mais US\$ 11 milhões para concluir a produção. Partes da série chegaram a ser gravadas em São Paulo, em 2023. Keanu Reeves e Bruna Marquezine integravam o elenco. Mas o roteiro de Rinsch não foi finalizado.

Indiciado por fraude e lavagem de dinheiro, ele transferiu os US\$ 11 milhões para uma conta pessoal e os investiu em uma série de empreendimentos que

fracassaram. O cineasta perdeu metade da quantia em dois meses. O resto do dinheiro foi usado na compra de itens pessoais e para pagar advogados em um processo contra a Netflix, no qual exigia mais verbas para a série. Ao juiz Pedro V. Castillo, Rinsch comentou que "entendia as alegações" e pagou uma fiança de US\$ 100 mil.

CANCELAMENTO. Rinsch é responsável por uma única produção em sua carreira, o filme *47 Ronin*, de 2013. Ao jornal *The New York Times*, que revelou a história em 2023, a Netflix alegou que a empresa forneceu todo o apoio à série, mas optou pelo cancelamento após perceber que ela nunca seria finalizada. "Depois de muito tempo e esforço, ficou claro que Rinsch nunca iria concluir o projeto que concordou em fazer", disse um porta-voz da plataforma. ● AP

QUADRINHOS

Mindum Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Maurício de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves





DANILO CASALETTO

Durante 44 anos uma fita de vídeo acompanhou o fotógrafo Paulo Kwall, de 70 anos, por onde ele morou. Ficava sempre em sua mesa de cabeceira, junto com outras nas quais ele registrou, com uma câmera que comprou em Nova York, no início dos anos 1980, cenas de sua família. Na etiqueta, já meio apagada pela ação do tempo, ainda era possível ler uma anotação feita com caneta azul: 'Elis'.

Foi apenas em fevereiro deste ano que Kwall, que no passado assinava com o sobrenome Vasconcellos, decidiu digitalizar a fita. A conversão para o digital revelou uma raridade: 35 minutos de uma das apresentações da turnê *Trem Azul*, a última apresentada por Elis Regina (1945-1982), em 1981. Nem Elis nem mesmo Kwall assistiram à filmagem na época. Som e imagens guardam as marcas do tempo, o que não tira o brilho da descoberta.

São cenas raras, jamais exibidas da forma como o *Estadão*, com exclusividade, apresenta agora – Elis completaria 80 anos na segunda-feira, dia 17. Ao que a reportagem apurou, as imagens foram feitas no Palácio das Convenções do Anhembi, durante a segunda passagem de *Trem Azul* por São Paulo, em outubro de 1981 – o show estreou em julho e passou por cidades do sul e do interior de São Paulo antes de voltar ao cartaz na capital paulista.

"Filmei para mim mesmo. Nunca assisti. Nunca mostrei para ninguém. A primeira pessoa que viu foi você", avisa Kwall à reportagem. "Achei bem filmado. Poderia ter feito uma carreira de cineasta", brinca o fotógrafo, que fez um curso de vídeo com a renomada fotógrafa Claudia Andujar, mas nunca conseguiu largar a fotografia.

"Devo ter filmado o vídeo apoiado no palco. Não lembro de ter levado tripé", explica. Kwall também não levou iluminação própria. Por isso, o registro, vez ou outra, fica mais escuro – era a luz do próprio show, que mudava de clima a cada bloco de canções.

LEVE E ALEGRE. As cenas vistas pelo *Estadão* mostram Elis alegre, leve e, em alguns momentos, quase "over", acompanhada por uma banda que tocava alto, bastante alto. Ela corresponde a cada acorde, brinca e conversa com os músicos. Mantém o pique e a qualidade vocal durante toda a gravação. Ainda tem fôlego para agradecer aos seus companheiros de palco de joelhos, ao final da apresentação.

Em um bloco mais efusivo, o show alterna vinhetas de pro-



—Fotos e vídeo de show feitos por Paulo Kwall ficaram guardados por 40 anos

Memórias inéditas nos 80 anos de Elis Regina

gramas de TV como *Os Trapalhões* e *Fantástico*, da Rede Globo, com trechos de sucessos da época, entre eles, *Começar de Novo*, *Menino do Rio* e *Lança Perfume*. Elis termina a apresentação ovacionada ao interpretar *Maria, Maria*.

MISSÃO. Kwall conheceu Elis quando estava em começo de carreira. Recebeu a missão de fotografar a cantora para a então recém-lançada revista *Música* quando ela fazia o show *Falso Brilhante*, um dos marcos de sua carreira. A foto foi capa da publicação e ilustrou a reportagem publicada pela revista.

A relação profissional – e, sobretudo, de confiança – foi em frente. Em 1979, Kwall fazia uma exposição no Parque Lage, no Rio de Janeiro, quando foi chamado às pressas a São Paulo para novamente fotografar Elis. A gravadora Warner, da qual ele era contratado, queria material de divulgação para o álbum *Essa Mulher*, lançado pela cantora naquele ano.

Apenas Elis e Kwall estavam no estúdio, no bairro de Pinheiros, em São Paulo. Foi a própria cantora que se ves-



Elis Regina com a filha Maria Rita na Serra da Cantareira, em junho de 1981, em foto para divulgação da turnê 'Trem Azul'

cantora revelada pela televisão e juntou isso à canção *Trem Azul*, de Lô Borges e Ronaldo Bastos. "O *Trem Azul* é o azul das televisões nas casas, à noite. Você olha e vê o azul", disse Faro, em entrevista que deu à revista *Época*, em 2011.

Juntou-se à ideia de Faro o fato de o Canecão Paulista, onde o show estreou em São Paulo, ter uma porção de colunas na plateia. Bonecos desenhados por Elifas Andreato (1946-2022), com um monitor na cabeça, instalados nos pilares, compunham o cenário e reproduziam o que ocorria no palco.

Os arranjos do show *Trem Azul* foram divididos entre Cesar Camargo Mariano – que deixou a produção ainda na época dos ensaios, quando ele e Elis se separaram – e o guitarrista Natan Marques.

RASCUNHO. No fim do primeiro ato da apresentação, havia um áudio pré-gravado em que Elis lia um texto escrito por Faro. Elis dizia que deixava de ser ela para ser um "rascunho", "uma forma nebulosa feita de luz e sombra". No início do segundo ato, então, Elis saía do palco e se transformava em uma imagem de televisão.

Enquanto a banda tocava uma versão instrumental de *Baila Comigo*, que era a abertura da novela das 8 da época, um telão exibía um vídeo no qual Elis aparecia sendo maquiada no camarim e saindo em direção à câmera. O filme foi gravado na TV Globo, com a ajuda da equipe do *Fantástico* e do diretor Narciso Kalili.

De volta à cena, Elis fazia um bloco em que misturava trechos de canções de sucesso da época com vinhetas de programas de TV – tudo bem caricatural e intencional. A cantora corria no palco, simulando o tempo corrido da TV. Ao som da abertura do *Fantástico*, usava uma máscara cheia de lantejoulas para, depois, emendar *Começar de Novo*, abertura da série *Malu Mulher*.

Em seguida, ao som da vinheta de *Os Trapalhões*, com o auxílio de uma gravata, imitava com perfeição Renato Aragão como Didi para, logo em seguida, debochar de Baby do Brasil cantando *Menino do Rio*. A plateia ria.

Ao ouvir a banda tocar *The Fuzz*, abertura do *Jornal Nacional*, fazia uma cara meio plastificada, passava a mão nos cabelos para lambe-los para franja e vestia um blazer. Como para exorcizar o formato enge-

3 anos, agarrada à mãe, em foto tirada na Serra da Cantareira, onde Elis tinha uma casa, em junho de 1981. Os cliques foram feitos justamente para o material de divulgação do show *Trem Azul*.

Não é exagerado afirmar que *Trem Azul* foi um ponto fora da curva na carreira de Elis. Depois do musical *Falso*

Momento
'Trem Azul' foi um ponto fora da curva. Elis chamou Fernando Faro para dirigi-la. Pediu algo simples

Brilhante (1975-1977), do politizado *Transversal do Tempo* (1977-1978) e do teatralizado *Saudade do Brasil* (1980), Elis queria fazer algo como um recital. Ela flertou com o pop que dominava as rádios naquele momento. Chamou o diretor Fernando Faro (1927-2016), homem da música e da televisão, para dirigi-la. Pediu algo "simples".

Criativo, Faro resolveu aproveitar o fato de Elis ser uma



Publicação
Projeto do fotógrafo é lançar livro de bolso com as fotos exclusivas que ainda tem guardadas em seu acervo pessoal

"Filmei para mim mesmo. Nunca assisti. Nunca mostrei para ninguém. Devo ter filmado o vídeo apoiado no palco. Não lembro de ter levado tripé"

Paulo Kwall
Fotógrafo

"O que se ouve é a voz, o que se vê é a cantora, o que se quer e ama é Elis Regina, é essa que ficará"

Zuza Homem de Melo
Musicólogo, em crítica publicada no 'Estadão' na estreia do show



O nome 'Elis' na fita VHS agora resgatada e digitalizada; vídeo mostra Elis descontraída no contato com outros músicos

sado que o telejornal tinha à época, explodia, na sequência, ao cantar *Lança Perfume*, erguendo os braços e dançando, simulando o estilo rock carnavalesco de Rita Lee.

A biografia *Elis – Nada Será Como Antes*, de Julio Maria, reproduz um diálogo que Elis teria tido com o músico Cassio Poletto, na época do show. "Fazer sucesso cantando *Lança Perfume* é fácil. Quero ver fazer sucesso cantando esses versos com as harmonias que eu canto."

A seguir, agachada no chão, Elis tirava o blazer e voltava a ser a cantora mais próxima do que sempre foi para encerrar o show com uma sequência de *O Que Foi Feito Devera* (de Vera), *Caxangá* e *Maria, Maria*.

De acordo com uma fonte que fez parte da equipe de *Trem Azul*, mas que prefere não se identificar, Elis, verdadeiramente, parecia muito à vontade com a proposta do espetáculo. Havia uma preocupação por parte da cantora sobre como o show seria recebido no Rio de Janeiro. O de Gal Costa (1945-2022), *Fantasia*, apresentado a partir de julho 1981, foi duramente criticado pela imprensa local. "Elis não queria passar pelo mesmo problema", diz a fonte ao *Estadão*.

E não passou. Segundo essa mesma fonte, o show foi muito bem recebido no Rio. Assim como ocorreu em outras praças. Músicas como *O Trem Azul*, *Se Eu Quiser Falar com Deus* e *Maria, Maria* levavam o público ao delírio. Até as canções mais lentas, como *Flora*, de Gilberto Gil, agradavam. No vídeo feito para Kwall é possível ouvir a empolgada reação da plateia quando Elis começa a cantar *Começar de Novo*. "Com o sucesso de público e de crítica, ela foi se soltando (no palco)", diz a fonte.

Em crítica publicada no *Estadão* na época da estreia de *Trem Azul*, o musicólogo Zuza Homem de Mello escreveu que o show era uma "extraordinária récita vocal". Zuza apontava certas "trepidações", que surgiram em função de problemas relacionados a contratos com diferentes gravadoras e questões pessoais.

"Elis continua dominando facilmente o ofício que abraçou e pelo qual lutou muito. E que lhe deu o que ela tanto desejou. E ainda pode dar muito mais. 'Agora quero voar', 'sou mais livre', 'quero ser feliz', essas histórias fazem parte de um outro lance sempre presente na sua vida trepidante, que porém deve ser mantida como sua somente", diz o texto.

Zuza finaliza a crítica de forma quase profética: "O que se ouve é a voz, o que se vê é a cantora, o que se quer e ama é Elis Regina, é essa que ficará". ●



NA WEB
Veja o vídeo inédito feito por Paulo Kwall no Portal Estadão
www.estadao.com.br/

© tiu e se maquiou. Uma das fotos dessa sessão, também recém-descobertas no arquivo físico do fotógrafo, ilustra a capa da edição ampliada da biografia *Elis – Nada Será Como Antes*, do jornalista Julio Maria, lançada na terça-feira, 18, pela Companhia das Letras.

Kwall juntou as fotos dessa sessão e preparou um livro de bolso. No momento, aguarda a liberação dos filhos de Elis para lançá-lo. Pretende vendê-lo por um preço acessível. Quer que Elis seja vista. "Acredito que seja um dos únicos ensaios em que Elis estava mais sensual", diz. "Lembro que ela estava de saco cheio dessa história de 'essa mulher' que a gravadora havia planejado para ela naquele momento", conta.

O fotógrafo tem ainda o projeto de lançar outros dois livros de fotos inéditas de Elis – um com imagens verticais e outro com registros na horizontal. Kwall aguarda apoio e patrocínio para poder viabilizar o alto custo da publicação.

Uma das imagens mais emocionantes, também nunca antes divulgada, traz a cantora Maria Rita, à época com



Luciana Garbin

Instagram: @lucianagarbin

Que tal viver com amigos depois dos 50?

Além dos hábitos saudáveis, um outro fator impacta a longevidade segundo pesquisas: os relacionamentos. E a questão é especialmente preocupante entre os idosos: estimativas globais sugerem que 1 em cada 4 adultos mais velhos sofre de isolamento social.

Uma ideia que vem se espalhando por diversos países é a das sênior cohousings, comunidades nas quais as pessoas têm a própria residência, mas compartilham espaços coletivos. Uma espécie de república 50+, mas com cada um no seu pedaço.

“É uma comunidade autogerida, de concepção própria, que

busca o envelhecimento ativo. Uma vida conjunta baseada na amizade e na solidariedade. Atividade e companhia criam um modo de vida mais pleno e feliz”, diz post no Instagram da Sênior Cohousing MDP, de Mar Del Plata, na Argentina.

No Reino Unido, a New Ground Cohousing abriga desde 2016 em Londres apenas mulheres 50+. “Somos um grupo de 26 mulheres, muitas das quais viviam sozinhas. Viemos de uma variedade de origens e nossas idades variam de 50 anos para cima. Embora tenhamos nossos próprios interesses, conexões familiares e trabalho, o que todas nós compartilhamos é

uma determinação de permanecer autossuficientes, jovens de coração e ativas.”

Há outras particularidades em projetos como o do MDP e do New Ground. Geralmente é preciso um investimento inicial, mas eles não têm fins lucrativos e as decisões são tomadas em conjunto. Diferem assim de casas de repouso e outros serviços destinados aos mais velhos.

“Eu temia meu envelhecimento. Tenho notado como, muito, muito lentamente, minhas faculdades, principalmente físicas, vão diminuindo”, escreveu, em 25 de fevereiro, Esther Rodríguez, do Ad Petrum Cohousing Sênior, da região de

Madri, na Espanha. Ela então decidiu procurar um grupo de pessoas em circunstâncias semelhantes. E achou sua “nova família”. “Não tenho mais medo de envelhecer.”

No Brasil, também cresce o número de iniciativas, ainda que mais lentamente. O Vilarejo Sênior Cohousing se apresenta, por exemplo, como a primeira sênior cohousing em Curitiba e uma solução em moradia para 50+. Já a Cohousing Bem Viver conta que está implantando em Mogi das Cruzes uma vila de 28 casas e espaços comuns para pessoas 50+. Em Campinas, a Associação de Docentes da Unicamp (ADunicamp) divulgou

ainda em 2016 a proposta de criar a Vila ConViver. Professores e funcionários, aposentados e na ativa, além de pessoas externas à Unicamp, compraram a ideia e fundaram, no final de 2017, a Associação de Moradores da Cohousing Sênior Vila ConViver. O terreno já foi adquirido. O plano é construir nele 34 residências, de dois ou três dormitórios. Cada passo e cada encontro são compartilhados com entusiasmo nas redes sociais. ●



NA WEB
Leia a íntegra da coluna 'Que tal viver com amigos depois dos 50?'
www.estadon.com.br/

JORNALISTA DO ESTADO,
PROFESSORA DA FAAP E MÃE DE GÊMEOS

TER: Patrícia Ferraz, Sérgio Martins (quintzenal) • GUA: Roberto DeMatta • QUI: Luciana Garbin (quintzenal), Patrícia Ferraz • SEX: Lusa Silvestre (quintzenal) e Maria Fernanda Rodrigues (quintzenal) • SAB: Alice Ferraz, Suzana Barelli • DOM: Leandro Karnal, Igório e Lúcia Brandão (quintzenal)

Streaming Estreia

‘Adolescência’ é drama real e desconfortável



O ator Owen Cooper é uma verdadeira revelação na pele de Jamie Miller; cada episódio da minissérie foi filmado em plano-sequência, sem cortes, pelo diretor Philip Barantini

Em quatro episódios, história policial acompanha família após filho de 13 anos ser acusado de matar colega de escola

ESTADÃOANALISA

BEATRIZ AMENDOLA

Não há como ficar indiferente a *Adolescência*, minissérie de quatro episódios que se tornou um sucesso inesperado na Netflix. Em apenas quatro episódios, a produção criada e escrita por Stephen Graham e Jack Thorne prova-se um

primor tanto técnico quanto narrativo – e certamente já tem seu lugar garantido entre as melhores séries de 2025.

A trama começa com a operação policial montada para capturar Jamie Miller (Owen Cooper), um garoto de 13 anos acusado de matar uma colega de escola na Inglaterra. Em sua primeira subversão narrativa, no entanto, a minissérie mostra que não vai girar em torno do tradicional “quem matou?”. Ela, na verdade, está mais interessada nos impactos da morte e da investigação nas pessoas que vivem em seu entorno.

Dispensando sem cerimônia a estrutura das séries investigativas tradicionais, Graham e Thorne escolhem os focos

de seus episódios com precisão para lançar luz sobre diferentes aspectos do caso.

Com isso, aos poucos, a dupla consegue construir um quadro incômodo, que força o espectador a confrontar questões difíceis, como o bullying, a forma perversa como a misoginia consegue se infiltrar até mesmo entre adolescentes e a impotência dos pais perante a vida quase paralela dos filhos em suas redes sociais.

FLUIDEZ. Não há, no entanto, respostas fáceis e mastigadas, nem lições de moral. O texto de *Adolescência* é de uma fluidez tão real quanto desconfortável, levando a altos e baixos em cada episódio – especialmente no ter-

ceiro, o melhor em um grupo já de altíssimo nível.

O desconforto constante é reforçado pelo maior trunfo técnico da série: cada episódio foi filmado em plano-sequência, sem cortes. O feito do diretor Philip Barantini e do diretor de fotografia Matthew Lewis já seria notável por si, mas está também justificado na dramaturgia da minissérie, pois faz o espectador se sentir carregado pelos acontecimentos, tal qual acontece com os personagens. O recurso ainda cria uma cumplicidade quase claustrofóbica entre quem está na tela e quem os acompanha, amplificando as emoções que a história desperta.

Não bastasse a ótima combinação de forma e trama, *Adoles-*

cência é também elevada por um notável conjunto de atuações, a começar pela do estreante Owen Cooper, uma verdadeira revelação na pele de Jamie Miller. Graham, irrepreensível na pele de Eddie, pai do garoto, é responsável por alguns dos momentos mais emocionantes da série. Também merecem destaque Ashley Walters, como o detetive Bascombe, e Erin Doherty, como a psicóloga Briony Ariston.

Ao fim, a sensação é de que *Adolescência* é uma série como havia tempos não se via na TV e no streaming. Inovadora e intensa, ela se apresenta como uma ótima surpresa neste começo de ano – e como prova de que ainda há novas formas de se contar velhas histórias. ●



04 Neste ano
Com surpresas como
Perícia, EAD deve
superar o presencial
nas graduações

Raio X do ensino superior

Especialização EAD se consolida, com foco na expectativa dos estudantes

— De 2023 para 2024, houve aumento de 12,2% nas especializações – e 61% dos alunos estão a distância. Formato amplia rede de contatos, mas exige maior comprometimento

RENATA OKUMURA

Com o mercado de trabalho cada vez mais exigente e dinâmico, as instituições de ensino também têm ampliado os investimentos no setor para oferecer cursos de especialização no formato de ensino a distância, mantendo o aprendizado de qualidade e atendendo ao perfil dos estudantes que querem impulsionar sua carreira com esse tipo de aprendizado. O Mapa do Ensino Superior no Brasil de 2025, publicado pelo Instituto Semesp, indica que de 2023 para 2024 houve aumento de 12,2% nas especializações – e 61% dos alunos estão no EAD.

“O crescimento dessa demanda reforça a importância de um modelo educacional que não apenas ofereça conhecimento atualizado, mas também favoreça a criação de redes de relacionamento e o desenvolvimento de novas oportunidades profissionais”

Marco Tullio Vasconcelos
Reitor da Mackenzie

Quando se considera o mesurado, houve aumento de 7,9% no ano passado, com três em cada dez alunos no ensino a distância. No doutorado, onde 16% frequentam o EAD, o avanço foi menor: de 2,2%.

“Além de escolher uma instituição idônea, reconhecida, e um curso de qualidade, o estudante (de especialização) precisa estar atento a detalhes como compreender a necessidade do seu comprometimento e a responsabilidade na condução dos estudos”, afirma Zilma Cavaleiro Carvalho, coordenadora dos cursos de pós-graduação do Senac EAD.

No Senac, atualmente, há

cerca de 50 opções, com maior procura em Controladoria e Finanças, UX Design, Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, Docência no Ensino Superior, ESG (Governança Ambiental, Social e Corporativa), Gestão Cultural: Cultura, Desenvolvimento e Mercado, Liderança e Desenvolvimento Humano.

Formada em 2007 em Administração de Empresas com ênfase em Comércio Exterior, Giselle Marchi de Carvalho, de 42 anos, tem investido em cursos de especialização a distância para avançar em sua carreira. Valorizando a flexibilidade e o custo-benefício, ela concluiu uma pós-graduação em CRM – Gestão de Relacionamento com o Cliente, em 2023, e atualmente está cursando outra em Liderança e Desenvolvimento Humano. “Fiz a primeira pós-graduação pela minha área de atuação: importação em trading company, ou seja, 100% atendimento ao cliente. A escolha da segunda pós ocorreu em decorrência das oportunidades que a primeira me proporcionou.”

Em razão dos avanços nas tecnologias da informação e da comunicação que dão suporte aos diversos ambientes, processos, estratégias e recursos de aprendizagem, Mary Murashima, diretora acadêmica da FGV Educação Executiva, destaca pontos positivos ao se fazer uma especialização de qualidade no formato de ensino a distância. “Com um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) bem planejado e amigável, os estudantes podem ter à disposição todos os materiais didáticos e recursos multimidiáticos necessários para desenvolver seu aprendizado de forma personalizada, com flexibilidade, sem necessidade de estar fisicamente presentes em uma instituição de ensino.”

Além disso, um corpo docente familiarizado com recursos tecnológicos pode ensinar



Zilma destaca responsabilidade do aluno na condução dos estudos

de forma eficiente e eficaz, sem prejuízos para os estudantes. Com mais de duas décadas de experiência com o ensino a distância, a FGV tem no portfólio diversas opções. “São cursos que respondem a diferentes necessidades dos participantes, com propostas metodológicas diversificadas em função dos diferentes perfis de aprendizagem dos estudantes”, diz ela. A maior demanda é para as áreas de Gestão Empresarial, Gerenciamento de Projetos, Liderança e Inovação, Gestão Financeira, ESG e Sustentabilidade Corporativa.

NETWORKING. Com a possibili-

bém é possível ter acesso a professores que são considerados excepcionais em determinadas áreas, independentemente de onde moramos.”

Dornellas atualmente mora em Pernambuco e trabalha para uma empresa de Nova York, (EUA). No dia a dia, já tem contato, por meio de reuniões virtuais, com pessoas que moram do outro lado do mundo. “Sempre quis ir para a área de gestão. Essa carência de conhecimento está sendo muito bem suprida com o aprendizado que estou conseguindo obter na atual especialização.”

Análise do especialista
No contexto das aulas mediadas por tecnologia, as sessões síncronas online vêm ganhando força

PERFIL. Para o reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Marco Tullio Vasconcelos, a busca por cursos de pós-graduação EAD cresceu significativamente, especialmente entre profissionais com mais de 30 anos. Eles valorizam a flexibilidade e a possibilidade de conciliar estudos com carreira e outras responsabilidades.

“No contexto das aulas mediadas por tecnologia, as sessões síncronas online (que ocorrem em tempo real) vêm ganhando força como um modelo preferencial. Isso não apenas acompanha as tendências do mercado, mas também fortalece o vínculo entre professores e alunos, garantindo um monitoramento mais próximo da evolução da aprendizagem”, afirma o reitor do Mackenzie.

A entidade oferece 30 cursos de extensão e de pós-graduação lato sensu na modalidade EAD desde 2017. Entre os mais procurados estão Neurociência e Psicologia Aplicada, Processo Civil, Gestão de Projetos, Inteligência Artificial e Data Science para Líderes e Gestão Estratégica de Negócios. ●

Transição

Nova regulamentação do ensino a distância entra em fase final



UFRJ: área de Saúde é uma das que mais preocupa o ministério



Laboratório de Física em um dos polos da Federal do Rio de Janeiro

Governo estuda veto a alguns cursos e prorrogou até 10 de abril deste ano a suspensão da criação de cursos e vagas

Em meio ao avanço da educação a distância no Brasil, que ganhou força sobretudo com a pandemia, os debates sobre a regulamentação da modalidade de ensino no País se intensificaram. O Ministério da Educação previa concluir até 31 de dezembro os trabalhos que devem estabelecer os novos referenciais de qualidade e o marco regulatório para a oferta de cursos de graduação EAD. A proposta agora está em avaliação na Casa Civil.

Enquanto as novas regras ainda não estão em vigor, o MEC decidiu prorrogar até 10 de abril deste ano a suspensão da criação de cursos e vagas em educação a distância no ensino superior privado, bem como o aumento de vagas e a criação de polos, ampliando o prazo definido em junho do ano passado. "A pasta desenha o novo marco regulatório para a educação a distância, visando a estabelecer novos referenciais de qualidade para os cursos dessa modalidade de ensino, bem como definir procedimentos transitórios para os processos regulatórios em andamento", disse o MEC.

Em decisão anterior envol-

vendo o setor, em maio de 2024, o ministério classificou como válido o parecer do Conselho Nacional da Educação (CNE) que definiu que os cursos de Licenciatura no formato EAD deveriam ser oferecidos com 50% das aulas de forma presencial, com prazo de dois anos, a partir da data de publicação, para as instituições de ensino se adaptarem. Entre 2018 e 2023, o número de cursos de graduação a distância registrou crescimento de 232%, passando de 3.177 para 10.554, conforme os resultados do Censo da Educação Superior 2023, divulgados em outubro.

MESTRADO. A preocupação vai além da graduação e atinge a especialização. "Em dezembro, a

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) publicou uma portaria que estabelece novas diretrizes para os cursos de mestrado e doutorado, proibindo a contagem de aulas assíncronas (gravadas e assistidas em horários flexíveis) na carga horária desses cursos. Segundo a legislação, o ensino híbrido deve combinar momentos presenciais e digitais para potencializar a aprendizagem.

DETALHAMENTO. O decreto que contém as novas regras foi finalizado pelo MEC e deverá provocar alterações nas regras de oferta de todos os cursos de graduação a distância. Tratará de aspectos como presencialidade, parâmetros de qualida-

de, entre outros. Como mostrou o *Estadão* ontem, a preocupação do governo é com a forma de comunicar as mudanças, de maneira que não dê a ideia de que se está limitando o acesso ao ensino superior.

Desde que assumiu o Ministério da Educação, Camilo Santana tem questionado o aumento acelerado do ensino a distância. Em evento realizado em São Paulo há uma semana, ele afirmou que os cursos de Enfermagem deverão passar a ser 100% presenciais, ficando proibida a modalidade EAD. "As áreas de Saúde, por exemplo, Enfermagem, quando nós chegamos ao ministério, 40% das matrículas já estavam sendo autorizadas a distância. Nós suspendemos isso. E, com certeza, deverá ser uma das áreas que nós vamos garantir que seja feita 100% presencial", disse o ministro. No entanto, há pressão das instituições de ensino para que isso não ocorra.

Conforme o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), essa informação havia sido antecipada durante reunião entre o ministro e o presidente do órgão, Manoel Neri, em dezembro. "Na ocasião, apresentamos ao ministro os dados comprovando o impacto negativo da EAD na Enfermagem", diz.

FOCO NA QUALIDADE. Conforme o Mapa do Ensino Superior no Brasil, divulgado na semana passada pelo Semesp, institu-

to que representa mantenedoras de ensino superior no Brasil, a nova edição revela que a rede privada aumentou sua participação no ensino superior do Brasil alcançando 79,3% das matrículas em 2023. Parte desse crescimento foi impulsionada pelos cursos EAD, já que a rede privada é responsável por 95,9% das matrículas nessa modalidade, enquanto as matrículas presenciais somam 63,1%.

Rodrigo Capelato, diretor executivo do Semesp, que tem participado ativamente da discussão do novo marco regulatório, entende a necessidade de um novo marco regulatório, mas considera preocupante a demora para a publicação do decreto. "Isso faz com que todos os processos fiquem parados e todo mundo fique paralisado em relação ao que vai acontecer. É necessária uma reorganização dessa oferta para que ela se torne uma modalidade sustentável a longo prazo."

O que pensam as faculdades Para presidente da Abed, há risco de comprometer a flexibilidade, um dos atrativos do formato

Para o presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), João Mattar, algumas decisões têm chamado mais a atenção, no cenário atual. "Exigências de maior presencialidade e mais atividades síncronas no novo marco, que podem comprometer a flexibilidade da EAD", afirma. Segundo ele, cursos a distância também possuem momentos presenciais obrigatórios, como provas, estágios, atividades de extensão e encontros nos polos, variando conforme a estrutura do curso.

Já Carlos Bielschowsky, coordenador do Núcleo de Educação a Distância (Nead) da Universidade Federal do Rio (UFRJ), avalia que o ensino a distância é um sistema muito potente, mas que precisa transitar em um marco regulatório que aponte para a qualidade. "Avalio que o MEC tem dialogado com as instituições públicas e privadas, fazendo uma série de visitas às instituições de ensino. E acho que está em uma direção correta, perseguindo o aproveitamento deste belíssimo instrumento, colocando trajetórias que levem a questão da qualidade acadêmica." ● RENATA OKUMURA

Saiba mais

As vantagens do modelo não presencial

- **Flexibilidade**
O aluno pode organizar os estudos conforme sua rotina.
- **Desenvolvimento de competências digitais**
A modalidade estimula o uso de tecnologias educacionais e o aprendizado autônomo, habilidades valorizadas no mercado de trabalho.

- **Acessibilidade e democratização do ensino**
Permite acesso ao ensino superior especialmente em regiões sem oferta presencial.

- **Custo-benefício**
Em geral, cursos EAD são mais acessíveis, além de reduzir gastos com transporte e materiais físicos.

- **Opções e mais oferta**
Possibilita o acesso a diferentes cursos e especializações, muitas vezes indisponíveis presencialmente em determinadas regiões.

Entre as inovações, há um modelo semipresencial

Em novembro, o *Estadão* teve acesso a uma proposta apresentada pelo MEC ao Conselho Consultivo para o Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior (CC-Pares), que reu-

ne representantes do governo, do Conselho Nacional de Educação e de entidades ligadas a faculdades públicas e privadas. Na ocasião, o ministério fixou algumas das principais diretrizes que devem conter o decre-

to para a etapa, incluindo o ensino semipresencial. A proposta é criar essa modalidade, que incluirá, além da carga horária presencial e remota, um número de aulas síncronas, ou seja, em tempo real.

No caso das aulas em tempo real, o MEC quer fixar um número limite de alunos. Outro dos pontos trazidos é o fortalecimento de avaliações presenciais. Na proposta entregue ao conselho, a pasta sugere que haja aplicação de provas presenciais a cada dez semanas, a partir da finalização de cada unida-

de curricular e com peso maior na nota final dos estudantes.

Por fim, a ideia é impedir que instituições diferentes compartilhem o mesmo edifício-sede e também exigir que os polos de ensino tenham uma estrutura mínima, incluindo laboratório, espaço para estudos e para reuniões de alunos. ●

Quer uma graduação a distância que vai te ajudar a ir mais longe e **alcançar seus sonhos**, para você **ser quem quiser ser**?

QUER SABER?
SENAC EAD!

SEJA
QUEM
VOCÊ QUER
SER



GRADUAÇÃO

INSCREVA-SE JÁ

ead.senac.br


Senac

Tendência

Graduações no remoto devem superar o presencial, com surpresas como Perícia

Curso está entre os mais concorridos na rede particular do País, em uma lista que hoje é liderada por Estatística

RENATA OKUMURA

Barbara Woiciechowski, de 32 anos, sempre nutriu um grande interesse por assuntos ligados às áreas de Direito e Psicologia. Desta forma, veio a escolha pelo curso de Investigação e Perícia Criminal, em que está no 5.º semestre na modalidade a distância. “Esse curso representa a junção desses campos, indo ainda além. Sou apaixonada pela área e vejo nela uma oportunidade de aprofundar meus conhecimentos sobre o comportamento humano, a justiça e a criminalidade.”

Além de carreiras tradicionais, o Censo da Educação Superior 2023, divulgado em outubro pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada à pasta, mostrou que há cursos que surpreendem pela alta procura como é o caso da graduação em Investigação e Perícia. Está entre os cursos de EAD mais concorridos no ensino superior da rede privada com mais de 50 novas vagas oferecidas e maior relação candidato por vaga. Na lista, liderada por Estatística, também aparecem os programas de Sistemas Automotivos e Música.

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior do MEC, dos 9,9 milhões de estudantes na etapa no ano passado, 4,9 milhões estavam na modalidade a distância e 5,06 milhões no modelo presencial, diferença de apenas 150.220 matrículas. E, considerando as projeções atuais, o EAD deve superar o presencial neste ano.

JUSTIFICATIVA. “Investigação e Perícia é a área que mais me chama atenção, pois envolve análise de casos, coleta de evidências e compreensão do comportamento criminoso, aspectos que considero fascinantes. Vejo no curso diversas oportunidades profissionais, especialmente no âmbito dos concursos públicos, que oferecem estabilidade e possibilidades de crescimento na carreira”, diz Bárbara. Ela também destaca a flexibilidade que o formato de ensino proporciona. “Optar pelo ensino a distância tem sido um diferencial essencial para minha ro-



Barbara vê oportunidade de aprofundar conhecimentos sobre comportamento, justiça e criminalidade

tina, pois me permite conciliar os estudos com outras responsabilidades diárias. Assim, consigo manter meu compromisso com a aprendizagem de forma prática e eficiente”, afirma.

A estudante também avalia que os prazos oferecidos para a realização das atividades são bem estruturados, “o que me permite concluir as matérias mesmo em períodos mais corridos”. “Além disso, o ensino a

Na rede pública
UFSCar observou boa procura em programas relacionados à área de educação e inclusão

distância exige e incentiva o desenvolvimento do foco e da autonomia, habilidades essenciais tanto para estudos quanto para vida profissional”.

Segundo Juliano Miguel Braga Griebeler, sócio e diretor de Relações Institucionais da Cogna, detentora da instituição de ensino Anhanguera, o curso de Investigação e Perícia Criminal se tornou referência na área. “Nós oferecemos em todas as unidades, consolidando-se como uma referência na área. Além disso, nossos cursos mantêm padrões elevados de qualidade, com avaliações de excelência (conceitos 4 e 5) pelo Ministério da Educação, reforçando nosso compromisso em formar profissionais capacitados para o mercado de trabalho.”

Para manter a qualidade em EAD, Griebeler também cita os investimentos contínuos, assim como acompanha as discussões envolvendo as mudanças de regulação da educação a distância. “Investimos em tecnologia de ponta, como inteli-

gência artificial generativa e plataformas de aprendizado adaptativo, para proporcionar uma experiência mais eficiente e interativa aos alunos. Com mais de 2 mil polos e câmpus, seguimos ampliando o acesso à educação de qualidade, impulsionando a mobilidade social e o desenvolvimento econômico em diversas regiões.”

EDUCAÇÃO. Na rede pública, de acordo com o Censo da Educação Superior 2023, entre os cursos de EAD mais concorridos estão as graduações em programas interdisciplinares abrangendo Educação, além de Pedagogia. Um exemplo é o do estudante Vitor Duarte Ernesto, de 25 anos, que optou pelo curso de Pedagogia EAD da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), uma das carreiras mais procuradas na rede pública dentro dessa modalidade de ensino.

“Escolhi a licenciatura em Pedagogia pela facilidade em conciliar a graduação com o

trabalho. Além disso, estávamos em um período pandêmico, o que me levou a esse caminho e consolidação da minha escolha. E, claro, também a busca por uma instituição de excelência”, disse o estudante. Desde 2008, a UFSCar trabalha com o ensino a distância com organização junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que coordena a oferta da EAD pública via Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Conforme Cleonice Maria Tomazzetti, secretária-geral de Educação a Distância (SEaD) da UFSCar, atualmente a instituição de ensino oferece vagas no curso de graduação de Licenciatura em Pedagogia, que tem nota máxima pelo MEC, enquanto o curso de Engenharia Ambiental, ofertado também em EAD, está finalizando os últimos formandos, mas sem previsão de novas ofertas. “O curso de Pedagogia está ativo, com cerca de 650 estudantes matriculados

“Escolhi a licenciatura em Pedagogia pela facilidade em conciliar a graduação com o trabalho. Além disso, estávamos em um período pandêmico, o que me levou a esse caminho”

Vitor Duarte Ernesto
Aluno de Pedagogia

em duas turmas. E há previsão de um novo processo seletivo para ingresso de outros estudantes, a partir do segundo semestre deste ano”, afirma.

Para ela, a experiência vivenciada com a alta procura também pelo curso de segunda Licenciatura em Educação Especial na modalidade EAD (encerrada) mostrou que “há grande demanda pela formação de profissionais para as redes de educação básica, visto que a educação inclusiva garante o direito às crianças do público-alvo da educação especial frequentar as classes regulares”. “Os sistemas de ensino estão longe de oferecer profissionais formados para atender à grande demanda identificada. E essa oferta foi direcionada para quem já tem uma primeira licenciatura.”

TECNOLOGIA. A educação a distância também ganhou maior adesão no Brasil nos últimos anos, impulsionada sobretudo pela evolução tecnológica. No entendimento de Maristela Compagnoni Vieira, doutora pelo programa de Pós-Graduação em Informática na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e coordenadora da Graduação Online da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), esse movimento acompanha uma tendência nacional, especialmente em áreas como Gestão e Tecnologia da Informação, que apresentam uma demanda crescente.

“A universidade segue atenta a esse cenário, buscando aprimorar a oferta acadêmica para atender às necessidades da sociedade por profissionais qualificados. Garantir uma educação de qualidade, independentemente da modalidade, exige um olhar atento e individualizado para cada estudante”, afirma Maristela. Atualmente, o portfólio de graduação da PUC-RS Online traz dez cursos nas áreas de Gestão e Tecnologia da Informação. Entre os mais procurados, destacam-se Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Marketing e Gestão Financeira. ●

Saiba mais

● Desistência preocupa

A 15.ª edição do Mapa do Ensino Superior no Brasil também fez uma análise de programas de 2019 a 2023 e identificou uma alta taxa de desistência entre os estudantes do ensino superior. Na rede privada, essa taxa foi de 61,3% (nos cursos EAD foi ainda maior, de 64,1%). Esse elevado percentual pode estar relacionado à instabilidade econômica do período (que inclui a pandemia) e à ausência de políticas públicas.

● Direito, Engenharias, Administração e Pedagogia

O curso de Direito tem taxa de desistência na rede privada de 57,3%. Os cursos com maiores taxas de desistência na rede privada são, no entanto, os de Engenharia (65,2%), o que já preocupa o mercado de trabalho e aponta uma carência de profissionais. Além disso, 70,7% dos alunos que ingressam nos cursos EAD de Administração na rede privada não concluem a graduação. Pedagogia também tem uma alta taxa de desistência a distância: 54,2%.

Há mais de 60 anos impulsionando o crescimento do empresário brasileiro.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Banco Sofisa S.A CNPJ 60.889.128/0001-80.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desempenho no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Histórico

Fundado em 1961, o Banco Sofisa é uma das mais tradicionais instituições financeiras do país. Nestes mais de 60 anos de história, o Banco Sofisa tornou-se conhecido pela solidez e tradição de bons serviços prestados e hoje reúne clientes que podem contar com um parceiro financeiro de confiança que não só oferece serviços financeiros, mas também entende suas atividades e participa de seu dia a dia.

O Banco Sofisa S.A. é um banco multiplata, especializado na concessão de crédito e serviços para médias e pequenas empresas, com faturamento anual em R\$ 500 MM.

O Banco é administrado por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva altamente qualificada, com longa experiência no mercado financeiro, que integram, juntamente com o Comitê de Auditoria e as Auditorias Interna e Externa, sua Governança Corporativa, e a estrutura da forma que segue:

- 50% do Conselho de Administração com Membros Independentes
- Comitê de Auditoria Independente
- Auditoria Externa: Deloitte Touche Tohmatsu
- Auditoria Interna: Auditoria e equipe dedicada em conjunto com a PricewaterhouseCoopers

O Banco Sofisa é hoje referência pelas inovações no processo de análise e concessão de crédito e pela qualidade do atendimento. Com presença nacional, sendo a sua sede na Alameda Santos, 1409 em São Paulo, gerentes especialmente treinados oferecem soluções e aconselhamento detalhado sobre os produtos e serviços que melhor atendem às peculiaridades e demandas de negócio de cada um dos clientes.

Rentabilidade dos Negócios

O Banco Sofisa S.A. apresentou um lucro líquido de R\$ 140,4 milhões no exercício de 2024 (R\$ 131,0 milhões em 2023), representando retorno anualizado sobre o patrimônio médio de 12,50 % a.a. (12,67 % a.a. em 2023).

Patrimônio Líquido totalizou R\$ 1,1 bilhões representando aumento de 3,4 % (R\$ 1,08 bilhões em 2023).

A carteira de operações de crédito totalizou R\$ 5,0 bilhões em 2024, aumento de 4,0% em relação ao exercício anterior.

No encerramento de 2024, 50% do saldo das operações possui vencimento em até 1 ano e o maior cedente representa 3,06% do total da carteira de operações de crédito. A fme gestão de ativos se traduz na manutenção de bons indicadores de qualidade da carteira de operações de crédito. Em relação à carteira de operações de crédito de 2024, as provisões representaram 2,0% (1,4% em 2023), as provisões para créditos classificados com rating D-H representaram 2,2 % (2,6% em 2023) e os créditos vencidos acima de 90 dias representaram 0,7 % (1,0% em 2023).

A carteira de Captação atingiu R\$ 15,3 bilhões, apresentando aumento de 13,3 % quando comparada ao encerramento de 2023 (R\$ 13,5 bilhões). A Administração tem a intenção e declara possuir capacidade financeira para manutenção dos títulos classificados em sua carteira, na categoria "Mantidos até o Vencimento", conforme determinado no Circular 3.088/2001 do Banco Central do Brasil.

Governança e Gerenciamento de Riscos

No Banco Sofisa a Alta Administração está comprometida com o gerenciamento contínuo e integrado de riscos, bem como com o gerenciamento contínuo de capital. As relevantes atividades encontram-se segregadas das unidades de negócios e das atividades de auditoria interna.

Compete ao Conselho de Administração, para fins de gerenciamento de riscos: fixar os níveis de apetite por riscos da Instituição na RAS e revisá-la, com o auxílio da diretoria e do CRC; avaliar, revisar, deliberar e aprovar as políticas e estratégias relativas a riscos; assegurar a aderência da Instituição às mesmas; aprovar a nomeação e a destituição do CRC; entre outras atribuições relacionadas. O Conselho de Administração, em conjunto com o CRC e a Diretoria, devem definir de forma abrangente e integrada os riscos que podem impactar o capital e a liquidez da Instituição, garantindo que o conteúdo da RAS seja observado.

O Banco Sofisa, sob diretrizes de Sociais e de Governança Corporativa (ESG – Environmental, Social and Corporate Governance)

A Gestão Sofisa, sob diretrizes de seu código de ética, tem o compromisso de seguir padrões éticos regidos pelos valores e princípios de responsabilidade socioambiental, com a promoção e incentivo de ações para o desenvolvimento sustentável.

O Banco Sofisa pratica, incentiva e valoriza a responsabilidade socioambiental, buscando alinhar seus objetivos empresariais com os interesses da comunidade em que atua. Para que isso seja possível, o Banco Sofisa foca em seriedade no trato dos negócios, com respeito absoluto aos compromissos que assume; opera dentro dos limites da legislação e das normas externas e internas aplicáveis às suas atividades; faz respeitar seu Código de Ética, zelando por sua atualização, bem como a transformação por que passa a sociedade; tem sempre presente os interesses maiores da população e da comunidade em que atua, para este fim adotando regras, meios, atividades e programas compatíveis com suas preocupações de ordem social e com as melhores práticas mundiais concernentes à sustentabilidade e à governança corporativa.

A seguir as ações ESG implementadas no ano de 2024.

SOCIAL

As principais iniciativas no ano de 2024 no pilar social da agenda ESG do Banco Sofisa foram:

"PARA OS COLABORADORES"

➤ BANCO SOFISA RECEBE SELO "MAIS MULHERES NA LIDERANÇA"

O Banco Sofisa teve a alegria de receber o selo "Mais Mulheres na Liderança", concedido pela ABBC "Associação Brasileira de Bancos". O selo visa reconhecer as instituições financeiras que promovem a equidade de gênero por meio da presença na alta liderança. A cerimônia de entrega do prêmio ocorreu no dia 05/03/2024, e neste ocasião contamos com a participação da Diretora de ESG Silvana Soares, que representou o Banco Sofisa, e a sua também como Presidente da ABBC. Este selo fortalece nosso compromisso com a equidade de gênero, a promoção de programas de capacitação profissional para mulheres e as práticas ESG nos negócios do Sofisa.

➤ DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Reconhecimento Interno

No ano de 2024, o Sofisa realizou 240 movimentações internas de colaboradores sendo por promoção, recrutamento interno, mérito ou elevação de estilo de vida.

Treinamentos, Convenções e Workshops

Ao longo do ano de 2024, o Sofisa promoveu treinamentos dos colaboradores e convenções entre diversas áreas, conforme a seguir:

Ondas de Inovação: Periodicamente o Sofisa organiza as reuniões de Ondas de Inovação que conta com a participação dos novos colaboradores de todo o Brasil para uma experiência única de integração e capacitação. Nos dias 18 e 17 de janeiro, aconteceu a primeira integração presencial de 2024.

Encontro TIO: Nos dias 19/01 e 16/05/24, o Sofisa promoveu duas edições do encontro das áreas de Tecnologia da Informação e Operações. Este encontro presencial, foi um momento de troca de informações e interação entre as equipes.

Convenção Comercial - Pessoa Jurídica: No dia 21/02, aconteceu o encontro das três segmentações comerciais do Banco Sofisa (Médio, Small e Sofisa Business) que atenciam aos clientes pessoa jurídica, gerando um ambiente de cooperação e desenvolvimento para os colaboradores.

Educação de Qualidade: Em linha com o compromisso do Sofisa de promover a educação financeira, no dia 27/02, houve a I Jornada de Educação de Qualidade, organizada pelo estrategista-chefe do Sofisa Direto, abordando o contexto do cenário macroeconômico e as estratégias por trás da recomendação de carteira de investimentos.

Encontro com Estagiários: Nos dias 25 e 26/04, o Superintendente Executivo de Pessoas participou de um café da manhã com os estagiários para compartilhar sua trajetória no Sofisa, experiências e aprendizados, proporcionando um momento de partilha e desenvolvimento.

Encontro das Estagiárias com o Presidente: Em julho, o Sofisa promoveu um café da manhã para as estagiárias conhecerem o Presidente do Banco, compartilhar histórias e aprender sobre estratégias de negócios.

Convenção Assessoria Financeira Sofisa Direto: No dia 08/08, aconteceu a Convenção Assessoria Financeira Sofisa Direto, contando com palestras e atividades, incluindo premiações e reconhecimento da equipe.

Convenção Atendimento: No dia 28/09, houve a Convenção 2024 de atendimento do segmento Sofisa Direto, contando com uma palestra inspiradora para compartilhar experiência sobre encantar e fidelizar clientes.

Encontro da Área de Checagem: No dia 12/11, os colaboradores da área de Checagem se reuniram para aumentar o engajamento da equipe, promover apresentações individuais, dinâmica e treinamento teórico sobre os principais processos da área.

Treinamento Nube: No dia 15/11, o Sofisa promoveu o treinamento promovido pelo Nube, voltado para os estagiários e jovens aprendizes, abordando o tema Carreira e Competências para o Futuro.

Treinamento de Brigada de Incêndio: Em 09/11, houve o Treinamento de Brigada de Incêndio, uma ação essencial para reforçar a segurança e o bem-estar dos colaboradores.

➤ BEM-ESTAR E SAÚDE

Janeiro Branco

Em janeiro, o Sofisa realizou uma Live de autocuidado para os colaboradores, ministrada por uma psicóloga especializada, para conscientização da saúde mental.

Corrida Circuito do Sol

No dia 25/02/24, houve a corrida Circuito do Sol realizada no Parque do Povo em São Paulo, com opções de 5 Km e 10 Km, promovida com o intuito de integrar os participantes e cuidar da saúde e bem-estar dos nossos colaboradores.

Corrida das Estações – Etapa Inverno

No dia 13/06/24, o Sofisa organizou a corrida das Estações – Etapa Inverno na Praça Charles Miller de São Paulo, como oportunidade de reunir as equipes em um momento de descontração e integração, com as opções de 5 Km, 10 Km ou 15 Km.

Mês da Mulher

Em comemoração ao mês da mulher, o Sofisa apresentou seus colaboradores com o serviço de manicure no mês de março, e reforçou a importância da luta diária da mulher em prol dos seus direitos trabalhistas, sociais e políticos. O Sofisa realizou uma Live no dia 08/03, abordando temas sobre a valorização e a importância da mulher no mercado de trabalho e os seus desafios pessoais e a qualidade de vida.

Conscientização da Auditoria

No dia 02/04, o Banco realizou uma Live sobre conscientização sobre o auditor, levando os colaboradores a refletirem sobre a importância da inclusão, respeito e empatia.

Conversa Tech

O time de Tecnologia da Informação organizou um encontro no dia 26/04, para buscar o desenvolvimento e aprimoramento dos nossos serviços. Os temas abordados foram "Observabilidade e Monitoramento", que são práticas que permitem entender melhor o funcionamento dos sistemas, bem como garantir a melhor experiência para os clientes e usuários.

Campanha de Vacinação

Todos os anos, o Sofisa disponibiliza a vacinação contra a gripe para os colaboradores e seus dependentes, no prédio da matriz. Nos dias 16/04 e 06/05/2024, foram aplicadas 531 doses de vacinas.

Semana da Saúde

Anualmente, o Sofisa proporciona uma série de atividades e palestras voltadas para o bem-estar, saúde mental, segurança no trabalho, práticas esportivas e alimentação saudável. No período de 6 a 10 de maio, o Sofisa promoveu uma semana dedicada à saúde, compartilhando conhecimento e investindo na prevenção e no autocuidado dos colaboradores.

Semana Amarela

No mês de setembro, o Sofisa reforça a valorização da vida e da saúde mental, em prol da conscientização de seus colaboradores.

Outubro Rosa e Novembro Azul

Anualmente, nos meses de outubro e novembro, o Sofisa abraça a causa da prevenção do câncer com uma campanha de inserção de coparticipação nos exames para seus colaboradores e dependentes.

Corrida Night Run

No dia 05/11, os colaboradores do Sofisa participaram da corrida promovida pelo Banco.

"PARA A SOCIEDADE"

➤ DOAÇÕES

Campanha do Bem

Entre os meses de abril e maio de 2024, os colaboradores do Sofisa arrecadaram 280 quilos de alimentos que foram destinados para doação à Instituição Celso de Aguiar à Maternidade São, demonstrando a solidariedade de nossa equipe.

Nos meses de maio e junho de 2024, o Sofisa realizou a Campanha do Agasalho, contando com o apoio de todos os colaboradores para contribuir na arrecadação de agasalhos, luvas, cobertores e outros itens de inverno, com destino à doação para a comunidade. Foram arrecadados 80 kg de roupas doadas ao Exército da Salvação para distribuir para aqueles que mais precisam.

Em dezembro de 2024, foram doados 1.100 kits contendo pastas básicas e itens de higiene, beneficiando 8 instituições localizadas nas cidades de São Paulo, Osasco, Jundiaí, Campinas, Americana e Mogi das Cruzes no estado de São Paulo.

Aguiar ao Rio Grande do Sul

Diante da tragédia do Rio Grande do Sul, o Banco Sofisa realizou doação de R\$ 500 mil ao estado no mês de maio de 2024, e realizou uma Live com os colaboradores para apoiar as pessoas que foram atingidas e agradecer a todos os colaboradores por cada contribuição. Com esse recurso foram atendidas instituições, abrigos, cozinhas comunitárias e hospitais nas cidades: Porto Alegre, Eldorado do Sul, Canoas, Amaro do Meio, Bittli, Cachoeirinha, Rio Pardo, Minas do Leão, Viamão, Amato dos Rios e Santo Antônio da Patrulha.

"PARA OS CLIENTES"

O Sofisa inaugurou em outubro de 2024, a nova central de relacionamento para Pessoas Jurídicas, totalmente dedicada para atender de forma ágil e eficiente às demandas específicas dos nossos clientes. Essa iniciativa foi desenvolvida com o objetivo de apoiar os clientes em toda sua trajetória comercial, facilitando e acessando as informações, serviços e soluções oferecidos pelo Banco Sofisa.

GOVERNANÇA

O Sofisa é administrado por um Conselho de Administração e uma Diretoria, que integram, juntamente com o Comitê de Auditoria e as Auditorias Interna e Externa, sua Governança Corporativa.

Dentre as principais práticas de Governança destacam-se:

- Diretoria de ESG independente e dedicada;
- Conselho de Administração composto por 50% de membros independentes;
- Comitê de Auditoria atuante desde 1995;
- Canal de Denúncias que garante independência, confidencialidade e anonimato;
- Canal de Denúncias exclusivo para as mulheres colaboradoras do Sofisa, para acolher denúncias sobre ameaças e situações de violência doméstica.

A seguir destacamos os programas e indicadores de governança, referente ao ano de 2024:

Agência de Compliance

O programa de Compliance é um dos pilares da governança do Banco Sofisa. Instituído há 13 anos, o programa é composto por 1 (um) representante de cada área da instituição, tem o objetivo de fortalecer e disseminar a cultura ética e de conformidade. Em 2024, o Banco Sofisa realizou 3 treinamentos para os Agentes, abordando os temas: disseminação da cultura de compliance, os valores institucionais, ética, gestão de riscos, controles internos e a atuação dos 3 braços de defesa.

Embaixadores ESG

Os Embaixadores ESG são colaboradores que se voluntariam a nos apoiar no fortalecimento e divulgação de agenda ESG do Sofisa, propagando a importância das questões ambientais, sociais e de governança. O Banco Sofisa promove 3 reuniões com os Embaixadores no ano de 2024, para compartilhar informações relevantes e as iniciativas ESG.

Rating

O perfil financeiro do Banco Sofisa tem se consolidado ao longo dos anos, com resultado da resiliência da rentabilidade e qualidade dos ativos e fortalecido pela instituição. A "Rich Ratings" elevou o Rating Nacional de Longo Prazo do nosso banco para "AA-Bra", de "A+ Bra", e também elevou o Rating Nacional de Curto Prazo para "F1+Bra", de "F1Bra".

Selo de Conformidade de Câmbio ABRACAM

Em outubro de 2024, o Sofisa obteve o Selo de Conformidade de Câmbio da ABRACAM (Associação Brasileira de Câmbio), que é concedido às instituições que demonstram aderência rigorosa às normas e regulamentos do mercado de câmbio e PLCCFT, garantindo transparência, segurança e eficiência em todas as transações. Este é o reconhecimento do nosso compromisso contínuo com a excelência e a conformidade nas operações de câmbio.

Prêmio RA1000

O Banco Sofisa recebeu o Selo RA1000, um reconhecimento concedido pelo Reclame Aqui, sobre a excelência dos nossos serviços no atendimento ao cliente. Esse selo reflete a reputação máxima da marca aos olhos dos nossos clientes, em uma das plataformas de avaliação mais respeitadas do país.

Em março de 2024, o Sofisa Direto atingiu a nota 96 no índice de satisfação e lealdade dos nossos clientes (NPS). Essa nota indica que atingimos um índice de encantamento de cliente Sofisa Direto, acima da referência do mercado. Ambas as conquistas refletem a prática de nossos valores, como estar centrado no cliente e a melhoria contínua. Zelamos diariamente pela satisfação dos nossos clientes, construindo relações de confiança e fidelização.

Humanizadas

Pela quarta vez consecutiva, o Banco Sofisa foi um dos destaques na pesquisa Humanizadas, se mantendo na categoria BBB de rating Humanizadas, que reflete a alta qualidade das relações com o seu público e demonstra elevada orientação para geração de valor às pessoas e ao planeta. A pesquisa foi conduzida pela Humanizadas, de forma independente e imparcial, que pratica o escuto ativo dos stakeholders: sociedade, investidores, fornecedores, colaboradores, lideranças e clientes.

Este resultado evidencia a contribuição do Banco Sofisa na construção de um ambiente de negócio cada vez mais prático e sustentável.

AMBIENTAL

No pilar ambiental as principais iniciativas no ano de 2024 foram:

Kit de cartão Sustentável

Desde maio de 2023, o Sofisa Direto aderiu ao Kit sustentável para folheteria e plástico do cartão de crédito. Sendo a folheteria oriunda de madeira de reflorestamento legal com Selo FSC e o cartão produzido com material 100% reciclado.

Carbono Neutro

Desde 2021, o Sofisa assumiu o compromisso de ser um banco Carbono Neutro, neutralizando sua Pegada de Carbono, das suas atividades administrativas. O cálculo prévio das emissões foi realizado e a compensação das emissões do ano de 2024 será realizada no 1º bimestre de 2025.

Uma escolha sustentável

Em fevereiro de 2024, em prol ao meio ambiente substituímos os copos de plástico por copos de papel em todas as áreas comuns no prédio da Matriz SP.

Esta iniciativa representa mais um passo que damos em direção a nossa Agenda ESG e reflete o compromisso do Banco Sofisa em reduzir nosso impacto ambiental e contribuir para um futuro mais sustentável. Para engajarmos ainda mais os nossos colaboradores em relação às práticas sustentáveis, incentivamos o uso de canecas pessoais para o café e garrafas reutilizáveis para água e, caso necessário, utilizar os copos de papel recicláveis. Assim, contamos com a colaboração de todos para fazermos dessa mudança um hábito positivo. Juntos, podemos fazer a diferença, cada pequena ação contribui para a construção de um ambiente de trabalho mais ecológico e responsável.

Energia Renovável

No centro da nossa missão ESG (ambiental, social e de governança), está o compromisso com a sustentabilidade. Reconhecemos a urgência em abordar as mudanças climáticas e assumimos a responsabilidade de agir. Como parte desse compromisso a partir de março de 2024 o Banco Sofisa passou a utilizar 100% de fontes de energia renovável no prédio da nossa Matriz. Na jornada nessa ação foi a empresa ENDE e assim utilizamos fontes de energia limpa, como solar, eólica e hidroelétrica e essa transição não apenas reduziu nossa pegada de carbono, mas também impulsiona a inovação e o desenvolvimento econômico sustentável. Ao optar pela energia renovável, reduzimos custos, protegemos o planeta para as gerações futuras e ao mesmo tempo criamos um ambiente mais seguro e resiliente para nossos clientes e comunidades.

Coleta de cápsulas de café

Em junho de 2024, o Sofisa lançou a coleta e descarte adequado das cápsulas de café, disponibilizando coletores específicos, alocados no ambiente comum dos andares coletivos. Após o recolhimento das cápsulas, estas são direcionadas para o descarte adequado. Essa prática além de ajudar a preservar o meio ambiente, também contribui para um ciclo de reciclagem eficaz.

O Sofisa Recicla

O Sofisa implementou o projeto "O Sofisa Recicla" que consiste na adoção de práticas sustentáveis no ambiente de trabalho para a gestão de recursos naturais e resíduos, destinando adequadamente os resíduos coletados no prédio da matriz, em parceria com a empresa Musa. Esta iniciativa tem o propósito de contribuir para a redução da emissão de CO2, garantir que todo o resíduo seja reciclável e resumo para uma cadeia produtiva de reuse, evitando assim a utilização de aterro sanitário.

Em 2024, o resultado consolidado foi: 4.057 kg de resíduos coletados, sendo 1.442 kg de resíduos de resíduos, 1.343 kg de resíduos recicláveis e 1.272 kg de resíduos orgânicos. E o impacto positivo desta iniciativa em benefício do meio ambiente foi: 255 kg de acúbo orgânicos gerado, 672 kg materiais recicláveis e 4.124 kWh de combustível energético.

São Paulo, 16 de março de 2025

A Administração

...continuação

Um portfólio de produtos completo para você e seu negócio



BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

ATIVO	Sofisa Consolidada		Banco Sofisa		PASSIVO	Sofisa Consolidada		Banco Sofisa	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	199.524	119.011	154.956	118.563	Depósitos (Nota 15)	11.942.119	9.700.861	11.968.267	9.725.351
Disponibilidades	199.524	119.011	154.956	118.563	Depósitos à vista	876.010	742.427	876.122	742.319
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	95.811	381.875	33.189	258.268	Depósitos interfinanceiros	-	27.413	9.051	36.172
Aplicações no mercado aberto	25.502	373.678	-	350.071	Depósitos a prazo	11.126.109	8.930.221	11.141.091	8.946.260
Aplicações em depósitos interfinanceiros	70.109	8.197	33.189	8.197	Captações no mercado aberto (Nota 16)	149.649	326.118	149.649	326.118
Títulos valores mobili. e inst. financ. derivativos (Nota 6)	7.492.134	5.744.369	7.812.453	5.834.266	Carteira própria	149.649	326.118	149.649	326.118
Carteira própria	7.026.167	5.389.895	7.448.486	5.179.801	Recursos de ativos cambiais (Nota 15)	1.945.858	2.196.252	1.945.858	2.196.252
Vencidos e compromissos de recompra	145.874	331.242	145.874	331.242	Recursos de letras emb., hpot. de cred. e similares	1.545.858	2.106.352	1.545.858	2.106.352
Instrumentos financeiros derivativos	76.718	103.511	76.718	103.511	Relações interfinanceiras/interdependências (Nota 7)	87.346	92.829	87.346	92.829
Vencidos a prestação de garantias	243.375	219.172	243.375	219.172	Recursos em títulos de tesouros	87.346	92.829	87.346	92.829
Relações interfinanceiras (Nota 7)	406.817	175.136	406.817	175.136	Obrigações por empréstimos (Nota 17)	1.214.765	1.377.112	1.214.765	1.377.112
Créditos vinculados	-	-	-	-	Empréstimos no exterior	642.893	1.135.083	642.893	1.135.083
Depósitos no Banco Central	406.332	173.949	406.332	173.949	Obrigações por repasses BNDES/Finep	572.072	242.029	572.072	242.029
Correspondentes	485	1.187	485	1.187	Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 8d)	46.212	49.284	46.212	49.284
Operações de crédito	6.621.377	6.522.404	6.165.138	6.413.918	Operações de swap	37.670	48.404	37.670	48.404
Operações de crédito (Nota 8)	6.876.822	6.748.692	6.413.961	6.634.152	Obrigações por venda a termo e entrega	8.642	880	8.642	880
Provedor para perda esperada associada ao risco de crédito (Nota 8)	(255.445)	(225.278)	(344.423)	(225.236)	Outras obrigações	808.658	681.596	765.734	648.576
Outros créditos	2.376.214	2.376.295	2.332.689	2.332.794	Contraponto e amortização de tributos e semelhantes	1.072	632	1.072	632
Carteiras de crédito (Nota 10)	596.389	469.193	596.389	469.193	Carteira de crédito (Nota 10)	96.973	76.774	96.973	76.774
Receitas a receber	3.917	10.439	3.917	10.440	Fiscos e previdenciários (Notas 18)	27.280	133.210	23.659	129.493
Negociação e intermediação de valores (Nota 10)	12.321	7.625	6.992	5.337	Provisão para riscos e obrigações legais (Notas 20/21)	103.861	99.210	87.899	83.985
Crédito tributário (Nota 11/12)	341.454	306.224	334.909	301.769	Sociais e estatutários (Nota 22)	119.252	68.404	119.252	58.480
Títulos e créditos a receber - Comerciais (Nota 12)	956.369	1.320.763	956.369	1.320.763	Negociação e intermediação de valores (Nota 10)	-	5.234	-	5.234
Depósitos judiciais (Nota 12)	107.250	103.348	88.871	83.888	Diversas (Nota 20)	359.906	197.865	336.573	193.710
Devedores (Nota 12)	148.988	128.360	148.236	120.161	Outras dívidas subordinadas (Nota 19)	100.306	100.267	100.306	100.267
Valores a receber - Cartão de crédito (Nota 12)	212.407	90.317	212.407	90.317	Patrimônio líquido dos acionistas controladores (Nota 22)	1.122.661	1.095.879	1.122.661	1.095.879
Provedor para perda esperada associada ao risco de crédito (Nota 1)	(7.881)	(68.094)	(7.881)	(68.094)	Capital de domoiliados no país	635.700	635.700	635.700	635.700
Outros valores e bens (Nota 13)	55.189	41.221	52.488	38.795	Reservas de lucros	472.162	403.339	472.162	403.339
Outros valores e bens	48.856	37.575	44.202	34.740	Outros resultados abrangentes	14.799	46.831	14.799	46.831
Despesas antecipadas	9.509	7.157	5.454	2.103	Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	(868)	(1.360)	-	-
Provedor para redução ao valor recuperável de ativos	(1.176)	(3.501)	(1.176)	(3.488)					
Permanente	67.534	62.445	154.238	139.194					
Investimentos	14.271	15.064	183.113	91.889					
Participações em controladas e controladas (Nota 30)	-	-	85.842	76.905					
No país	-	-	85.842	76.905					
No exterior	-	-	-	208					
Outros investimentos	14.271	15.064	14.271	15.064					
Outros investimentos	14.330	15.053	14.330	15.053					
Provedor para perdas	(49)	(49)	(49)	(49)					
Investimento de uso (Nota 14)	58.887	45.222	45.941	45.898					
Investimento de uso	32.785	32.205	32.599	31.579					
Investimentos em curso	20.947	12.564	20.947	12.564					
Outros investimentos de uso	27.019	26.780	27.019	26.780					
Depreciações acumuladas	(30.664)	(26.327)	(30.584)	(26.257)					
Intangível	3.176	2.219	3.176	2.219					
Ativos intangíveis	45.533	23.362	45.533	23.362					
Amortização acumulada	(42.357)	(21.143)	(42.357)	(21.143)					
Total de ativos	17.316.568	15.617.857	17.286.593	15.611.492					
					Total de passivos	17.316.568	15.617.857	17.286.593	15.611.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO para o Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Sofisa Consolidada			Banco Sofisa		
	2º Semestre	31/12/2024	31/12/2023	2º Semestre	31/12/2024	31/12/2023
Receitas da intermediação financeira	1.215.795	2.439.811	2.229.589	1.211.644	2.429.199	2.229.589
Operações de crédito (Nota 23)	718.960	1.488.190	1.541.213	680.072	1.426.642	1.520.189
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 24)	414.456	776.573	625.575	445.106	827.717	637.812
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 8d)	(29.550)	(5.636)	(104.596)	(29.550)	(5.636)	(104.596)
Resultado com operações de crédito (Nota 25)	115.929	180.384	166.928	116.016	186.436	166.944
Despesas da intermediação financeira	(918.785)	(1.835.384)	(1.673.122)	(913.418)	(1.831.214)	(1.673.359)
Operações de captação no mercado (Nota 26)	(712.778)	(1.379.843)	(1.253.005)	(713.781)	(1.376.796)	(1.256.278)
Operações de empréstimos, créditos e repasses (Nota 27)	(493.125)	(216.807)	(166.327)	(493.125)	(216.807)	(166.327)
Provedor para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 8)	(112.882)	(244.734)	(253.790)	(106.512)	(238.751)	(249.753)
Resultado líquido da intermediação financeira	297.010	604.427	556.467	298.226	597.985	549.830
Receitas/(despesas) operacionais	(223.238)	(493.324)	(373.826)	(222.211)	(493.813)	(379.171)
Receitas de prestação de serviços (Nota 28)	68.638	126.572	107.393	62.507	117.299	95.327
Despesas de pessoal (Nota 29)	(134.115)	(270.271)	(244.679)	(133.631)	(265.347)	(243.857)
Outras despesas administrativas (Nota 30)	(134.012)	(239.024)	(182.694)	(131.530)	(234.528)	(179.108)
Despesas tributárias (Nota 31)	(28.576)	(59.314)	(61.151)	(28.083)	(57.625)	(59.098)
Resultado de participações em controladas e controladas (Nota 30)	15.180	32.394	(2.384)	21.791	44.887	11.891
Outras receitas operacionais (Nota 32)	6.468	10.642	21.213	2.019	3.127	19.753
Outras despesas operacionais (Nota 33)	(16.433)	(26.323)	(15.352)	(15.284)	(23.828)	(15.083)
Resultado operacional	77.748	181.183	182.814	76.914	173.872	178.859
Resultado não operacional (Nota 34)	631	2.980	(298)	631	2.980	(298)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	78.379	184.163	182.516	77.545	176.852	178.561
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	(15.348)	(32.751)	(18.584)	(12.946)	(27.144)	(13.791)
Imposto de renda / contribuição social - comens	57.425	(9.362)	(108.302)	58.022	(6.542)	(104.595)
Imposto de renda / contribuição social - diferido	(41.681)	6.511	118.895	(41.728)	6.519	118.787
Participações no lucro - Empregados	(21.255)	(48.469)	(61.264)	(21.255)	(48.469)	(61.264)
Participações de não controladores	(275)	(569)	(584)	-	-	-
Resultado líquido do semestre/exercício	77.585	148.760	131.888	77.585	148.760	131.888
Lucro líquido por ação	6.53	1.82	0.95	6.53	1.82	0.95

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRRANGENTE para o Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Sofisa Consolidada			Banco Sofisa		
	2º Semestre	31/12/2024	31/12/2023	2º Semestre	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do semestre	72.353	140.168	131.088	72.353	140.168	131.088
Ajuste a valor justo de títulos disponíveis para venda	(13.076)	(20.860)	20.501	(13.083)	(20.860)	20.498
Hedge de fluxo de caixa	(16.160)	(37.511)	(13.146)	(16.169)	(37.511)	(13.146)
Efeito tributário (a)	13.133	26.340	(3.212)	13.198	26.341	(3.211)
Resultado abrangente	56.241	108.137	135.121	56.307	108.133	135.129
Resultado abrangente por ação	4.41	8.75	0.98	4.41	8.75	0.98

(a) O efeito tributário foi calculado pelo alíquota de 25% de IRPJ e 20% de CSLL

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes		Lucros acumulados	Total
	Legal	Estatutária	Legal	Estatutária	Hedge de Fluxo de Caixa	Outros		
Saldos em 30 de junho de 2024	615.706	74.857	322.674	-	36.937	(5.984)	34.218	1.068.378
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	72.585	72.585
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(8.853)	-	-	(8.853)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(7.759)	-	(7.759)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	(182.683)	(182.683)
Contribuição de reserva legal	-	3.629	61.804	-	-	-	(12.629)	(7.976)
Contribuição de reserva estatutária/lucros a declarar	-	3.629	61.804	-	-	-	(61.804)	-
Justos sobre o Capital Próprio Provisoriamente (Nota 22)	-	-	61.804	-	-	-	(61.804)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	615.706	17.082	384.478	-	27.943	(13.144)	-	1.122.661
Saldos em 31 de dezembro de 2023	615.706	16.864	322.674	-	48.575	(7.743)	-	1.088.874
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	140.360	140.360
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(20.631)	-	-	(20.631)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(11.400)	-	(11.400)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	(148.388)	(148.388)
Contribuição de reserva legal (Nota 22)	-	7.018	61.804	-	-	-	(17.018)	-
Contribuição de reserva estatutária/lucros a declarar (Nota 22)	-	-	61.804	-	-	-	(61.804)	-
Justos sobre o Capital Próprio Provisoriamente (Nota 22)	-	-	61.804	-	-	-	(61.804)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	615.706	17.082	384.478	-	27.943	(13.144)	-	1.122.661
Saldos em 31 de dezembro de 2022	615.706	14.114	268.548	-	55.985	(11.814)	-	1.088.874
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	131.088	131.088
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(7.230)	-	-	(7.230)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	11.271	-	11.271
Destinações:	-	-	-	-	-	-	(171.888)	(171.888)
Contribuição de reserva legal (Nota 22)	-	6.554	55.734	-	-	-	(6.554)	-
Contribuição de reserva estatutária/lucros a declarar (Nota 22)	-	6.554	55.734	-	-	-	(55.734)	-
Justos sobre o Capital Próprio Provisoriamente (Nota 22)	-	-	55.734	-	-	-	(55.734)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	615.706	26.864	322.674	-	48.575	(7.743)	-	1.088.874

A participação dos acionistas não controladores no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 900, (R\$ 1.305) em 31 de dezembro de 2023.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Derivativos

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de mercado e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratuais por prazos, taxas e montantes compatíveis.

Derivativos são usados como ferramenta do gerenciamento de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não-negociação (Bancos Brasil e de negociação (Trading Book). Adicionalmente, derivativos de alta liquidez transacionados em bolsa são usados, dentro de limites estritos e periodicamente revisados, com o objetivo de gerar exposições na carteira de negociação.

Visando administrar os riscos decorrentes, foram estabelecidos limites internos para exposição global e por carteira. Estes limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de variações não previstas, a Administração do Banco possui políticas internas que implicam na imediata derrogação das condições de manutenção. Esses riscos são monitorados por áreas independentes das áreas operacionais e são diariamente reportados à alta Administração.

O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do VaR, como medida de perda potencial das carteiras do Banco. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de 20 dias e intervalo de confiança de 99%, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 23.

Os contratos de operações de swap são registrados no B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão e envolvem taxas pré-fixadas, de 3MRA, Libor e variação cambial. Os contratos futuros e de opções e termo são registrados no B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão e envolvem variação cambial, DI e Índice Bovespa.

A denominação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas em bolsa e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valor presente e custos líquidos de liquidação.

Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Opções e Futuros: cotações em Bolsa;
- Termo e valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas no B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão ou bolsa de referência;
- Swap: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros do B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão.

O Sica não realizou operações com derivativos exóticos ou qualquer outro tipo de derivativo alienado.

www.elsevier.com

...continuação

Portfólio de investimentos completo.



Banco
SOFISAdireto

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os valores nominais são registrados em contas de compensação e os correspondentes valores das contas patrimoniais são resumidos como segue:

	Sofisa Consolidação e Banco Sofisa		Banco Sofisa	
	Valor Nominal	Ativos/(Passivos)	Valor Nominal	Ativos/(Passivos)
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contratos Futuros / NDF / Swap				
Compromissos de compra	805.853	(46.712)	782.738	(49.284)
Swap	379.736	(37.670)	262.774	(48.404)
NDF - Dólar/Euro	426.117	(9.042)	26.988	(880)
Compromissos de venda (a)	5.728.855	8.838	2.145.875	111.336
Futuro - Dólar	185.485	1.232	181.768	7.825
Futuro - DI	1.220.963	-	742.605	-
Futuro - DDI	2.879.206	-	217.132	-
Futuro - DAP	1.040.871	-	318.571	-
Swap	284.330	62.904	643.318	102.481
NDF - Dólar	114.272	1.813	44.490	1.050

(a) O saldo ativo de derivativos de R\$ 12.321 é demonstrado no balanço na rubrica "Hedgeação e intermediação de valores (líquida)" (R\$ 7.825 em 31 de dezembro de 2023).

Hedge Accounting - Recursos Captações no Exterior

O objetivo do hedge do Banco Sofisa é compensar possíveis riscos decorrentes da exposição às variações no fluxo de caixa futuro estimado, provenientes dos recursos captados no exterior. Para proteger os fluxos de caixa futuros das captações no exterior contra a exposição à variação cambial e taxa de juros Libor e Soft, o Banco Sofisa negociou contratos de Swap durante o segundo semestre de 2023, sendo o valor presente das captações de R\$ 262.774. Esses instrumentos geram ajuste a valor de mercado credor registrado no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 292, líquido dos efeitos tributários. A efetividade apontada para a carteira de hedge estava em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2022, do BACEN.

Hedge Accounting - Carteira de Direitos Creditórios do FIDC CONSIGNADO

O objetivo do hedge do Banco Sofisa é compensar possíveis riscos decorrentes da exposição à Taxa de juros CDI, protegendo o spread das operações de Direitos Creditórios da carteira do FIDC CDI/S&P NADQ. Para proteção do spread das operações, o Banco Sofisa negociou contratos futuros de DI durante o primeiro exercício de 2024, sendo o valor presente das operações de Futuros de DI de R\$ 343.038. Esses instrumentos geram ajuste a valor de mercado credor registrado no patrimônio líquido de R\$ 15.408, líquido dos efeitos tributários. A efetividade apontada para a carteira de hedge estava em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2022, do BACEN.

Hedge Accounting - Operações do Programa Emergencial de Acesso Crédito (PEAC) - Pré-fixadas

O objetivo do hedge do Banco Sofisa é evitar a volatilidade no resultado oriunda dos derivativos executados para neutralizar o risco pré-fixado das operações do Programa Emergencial de Acesso Crédito (PEAC) do Banco Sofisa S.A. Para proteção das Operações de PEAC com taxas pré-fixadas, o Banco Sofisa negociou contratos futuros de DI durante exercício de 2024, sendo o valor presente das operações de Futuros de DI de R\$ 1.322.472. Esses instrumentos geram ajuste a valor de mercado credor registrado no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 12.242, líquido dos efeitos tributários. A efetividade apontada para a carteira de hedge estava em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2022, do BACEN.

Os instrumentos financeiros derivativos por vencimento, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 no Sofisa consolidado e Banco Sofisa, têm a seguinte composição:

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Compensação							
Contratos de Futuros	1.848.414	602.376	283.582	732.481	1.494.482	398.711	5.359.947
Contratos de "Swap"	2.152	30.277	345.711	58.638	165.801	56.689	663.076
Contratos de Termo - NDF	750.875	110.285	37.179	61.129	623	-	940.596
Total - 31/12/2024	3.201.440	742.938	666.472	852.248	1.660.914	425.489	6.549.510
Total - 31/12/2023	526.696	168.242	294.897	251.454	1.247.281	66.969	2.415.539
Posição ativa							
Contratos de "Swap"	-	37	55.770	84	1.582	5.452	62.904
Contratos de Termo - NDF	4.385	2.675	3.185	2.664	-	-	13.313
Total - 31/12/2024	4.385	2.675	58.955	3.348	1.582	5.452	76.718
Total - 31/12/2023	152	852	3.98	345	181.263	-	186.511
Posição passiva							
Contratos de Swap	(312)	(4.350)	(7.672)	(4.138)	(18.522)	(37.670)	(69.354)
Contratos de Termo - NDF	(5.215)	(2.177)	(773)	(212)	(156)	-	(8.533)
Total - 31/12/2024	(5.527)	(6.527)	(12.445)	(4,450)	(18.678)	(37.670)	(80.302)
Total - 31/12/2023	(172)	(836)	(72)	(718)	(48.404)	-	(50.192)

O resultado líquido das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos está assim compilado:

a. Resultado com Derivativos

	Sofisa Consolidação e Banco Sofisa	
	31/12/2024	31/12/2023
Futuro - Dólar	(65.106)	22.653
Futuro - DAP	4.336	474
Futuro - DI	18.121	(1.400)
Mercado Futuro - Exterior	(37.488)	19.775
Termo	13.997	(7.588)
Resultado Day Trade - Contratos derivativos	690	458
Swap	53.852	(138.526)
Total	(5.638)	(186.558)

Esses resultados são compensados, no todo ou em parte, com a variação cambial, principalmente por operações de FIC - Adiantamento de Contratos de Câmbio e ACE - Adiantamento de Contrato de Exportação, que são reconhecidas no resultado (rubricas 25 e 27) em diversas rubricas, pois não adotamos hedge accounting para estes produtos.

7. Relações interfinanceiras

O saldo ativo de R\$ 406.332 (R\$ 173.949) sendo R\$ 172.103 no curto prazo e R\$ 1.845 no longo prazo em 31 de dezembro de 2023 é referente a Depósitos no Banco Central sendo R\$ 404.177 no curto prazo e R\$ 2.356 no longo prazo, e o saldo de correspondentes bancários refere-se a R\$ 485 no curto prazo (R\$ 1.187 em 31 de dezembro de 2023). O saldo passivo de R\$ 67.346 refere-se a ordem de pagamento em moeda estrangeira no curto prazo (R\$ 92.820 em 31 de dezembro de 2023).

8. Operações de crédito e outros créditos

a. Composição por tipo de operação

	Sofisa Consolidação	Banco Sofisa
	31/12/2024	31/12/2023
Operações de crédito	6.876.822	6.748.680
Outros créditos	2.182.257	1.971.488
Total da carteira de operações de crédito	9.059.079	8.720.168

b. Composição por vencimento

	Sofisa Consolidação	Banco Sofisa
	31/12/2024	31/12/2023
Parcelas a vencer	8.830.816	8.581.898
0 a 14 dias	704.256	581.590
15 a 30 dias	483.111	772.190
31 a 60 dias	733.306	783.448
61 a 90 dias	618.950	524.688
91 a 180 dias	885.335	832.574
181 a 360 dias	1.108.619	819.051
Curto Prazo	4.521.817	4.313.378
Acima de 360 dias	4.309.000	4.268.520
Longo Prazo	4.309.000	4.268.520
Parcelas vencidas	133.223	168.278
1 a 14 dias	11.119	16.758
15 a 30 dias	6.334	9.443
31 a 60 dias	18.854	31.524
61 a 90 dias	25.263	8.129
91 a 180 dias	26.969	36.987
181 a 360 dias	40.657	64.636
Acima de 360 dias	6.188	707
Total Geral	9.059.079	8.720.168

Para a composição da carteira de crédito, câmbio e outros créditos, vide notas 6 e c.

c. Composição por setor de atividade

	Sofisa Consolidação	Banco Sofisa
	31/12/2024	31/12/2023
Sector público	3.873	12.894
Sector privado - Pessoas físicas	486.885	186.196
Sector privado - Pessoas jurídicas	8.551.811	8.521.278
Comércio	2.315.581	2.331.507
Serviços gerais	1.405.907	1.040.228
Alimentos	645.181	761.257
Mineração e mineração	610.953	682.714
Autopartes	331.907	408.532
Construção	415.871	402.366
Química e petroquímica	329.313	390.902
Transportes e armazenagem	370.158	372.035
Máquinas e ferramentas	417.070	311.558
Têxtil e confecções	292.574	257.816
Eletrônicos	335.600	290.359
Serviços médicos	189.643	189.318
Papel e celulose	152.116	177.181
Medicina	151.083	151.913
Agricultura	110.851	106.772
Bebidas	82.305	106.475
Carro, açúcar e álcool	58.442	99.884
Madeira e móveis	128.857	94.541
Cosméticos de crédito	73.130	93.791
Outros	79.871	71.395
Couro e couro	50.756	50.031
Comunicação	58.907	51.438
Farmacêuticos	52.987	28.482
Informática e telecomunicações	2.519	2.818
Total operações de crédito e outros créditos	9.059.079	8.720.168

d. Composição por tipo de produto e rating

	Sofisa Consolidação												
	31/12/2024										31/12/2023		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Capital de giro	739	3.950.159	500.107	224.693	112.666	81.231	30.152	33.279	65.951	4.883.017	54	4.683.957	54
Títulos descontados	424.422	117.514	14.128	7.648	1.587	3.589	218	239	4.043	573.384	6	198.818	2
Financiamentos	-	335.085	48.874	28.664	113	2.419	-	-	-	415.135	5	504.258	6
a exportação	115	341.334	45.119	17.913	5.015	4.904	2.141	1.588	18.430	834.589	9	884.382	10
Carta garantida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento	-	19	383	972	445	972	514	163	525	4.397	-	5.879	-
a depositantes	-	22	16.720	27.793	5.740	1.911	258	-	488	52.932	1	64.359	1
Cheque empresa	-	8.724	20.855	57.437	16.589	14.016	1.105	451	5.407	124.438	1	158.854	2
Cheque especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas/ Contratos	-	737.271	212.153	9.579	-	-	-	-	3.054	962.997	11	1.315.955	15
Outros créditos e câmbio	-	415.881	38.570	31.244	3.893	233	1.426	-	1.205	491.896	5	481.586	5
Rural, Custeio e pré custeio	-	44.822	2.186	5.478	-	-	-	-	-	52.486	1	186.416	2
Cartão de crédito	85	220.339	2.427	2.823	2.891	2.420	1.955	18.615	10.130	244.709	3	103.901	1
Oficina	-	572.038	56.715	437	-	-	-	-	-	629.180	6	105.803	2
Total geral	425.261	6.742.878	1.048.837	414.681	148.969	111.695	12.418	37.483	112.586	9.059.079	100	8.720.168	100

	Banco Sofisa												
	31/12/2024										31/12/2023		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Capital de giro	739	3.950.159	500.107	224.693	112.666	81.231	20.152	33.279	65.950	4.883.016	54	4.683.957	54
Títulos descontados	-	108.494	812	217	84	163	115	150	87	110.122	1	82.290	1
Financiamentos	-	335.085	48.874	28.664	113	2.419	-	-	-	415.135	5	504.258	6
a exportação	115	341.334	45.119	17.913	5.015	4.904	2.141	1.588	18.430	834.589	10	884.382	10
Carta garantida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento	-	19	383	972	445	972	514	163	525	4.397	-	5.879	-
a depositantes	-	22	16.720	27.793	5.740	1.911	258	-	488	52.932	1	64.360	1
Cheque empresa	-	8.724	20.855	57.437	16.589	14.016	1.105	451	5.407	124.438	1	158.854	2
Cheque especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas/ Contratos	-	737.271	212.153	9.579	-	-	-	-	3.054	962.997	11	1.315.955	15
Outros créditos e câmbio	-	415.881	38.570	31.244	3.893	233	1.426	-	1.205	491.896	6	481.586	6
Rural, Custeio e pré custeio	-	44.822	2.186	5.478	-	-	-	-	-	52.486	1	186.416	2
Cartão de crédito	85	220.339	2.427	2.823	2.891	2.420	1.955	18.615	10.130	244.709	3	103.901	1
Oficina	-	572.038	56.715	437	-	-	-	-	-	629.180	7	105.803	2
Total geral	739	6.733.918	1.034.721	407.258	142.446	108.269	21.316	37.328	108.684	8.685.878	100	8.685.648	100

e. Composição por tipo de garantia recebida

	Sofisa Consolidação	Banco Sofisa
	31/12/2024	31/12/2023
Duplicatas	2.939.631	2.939.631
Notas promissórias	1.286.888	1.899.230
Reservas - Cessão Fiduciária	1.948.028	1.580.433
PEAC - FDI	1.761.711	1.207.572
Investimentos financeiros	412.005	403.789
Alienação - Imóveis	472.985	402.257
Saque de empresas do exterior	173.168	105.082
Alienação fiduciária de veículos	33.468	23.806
Viagem e Póster fiduciária	31.511	4.844
Cheques pré-datados	3.715	4.867
Contratagem de instituições financeiras	3.833	3.833
Alienação - máquinas e equipamentos	1.566	1.566
Total	9.059.079	8.720.168

f. Concentração dos principais devedores

	Sofisa Consolidada				Banco Sofisa			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	277.370	3,06	117.843	1,43	98.058	1,14	117.843	1,45
Prêmio 10 maiores clientes	549.501	6,06	688.951	7,29	490.186	5,30	688.951	7,38
Prêmio 20 maiores clientes	593.583	6,55	711.395	8,48	579.851	6,34	711.395	8,55
Prêmio 50 maiores clientes	1.001.887	11,05	1.214.475	14,68	988.032	11,48	1.214.475	14,85
Prêmio 100 maiores clientes	1.165.482	12,85	1.315.937	15,79	1.153.342	12,80	1.315.937	15,98
Demais clientes	8.661.276	60,43	6.687.587	52,32	9.296.399	61,54	6.673.203	51,75
Total	8.665.678	100,00	8.726.148	100,00	8.665.818	100,00	8.665.648	100,00

...continuação

Assessoria financeira especializada.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social

	Sofisa Consolidado			Banco Sofisa		
	2º Semestre	31/12/2024	31/12/2023	2º Semestre	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro	38.371	184.883	182.316	38.646	189.852	178.561
(-) Participações nos lucros	(21.255)	(40.480)	(61.264)	(21.255)	(40.480)	(61.264)
(-) Participação de não controladores	(275)	(503)	(558)	-	-	-
Lucro ajustado antes da tributação	16.841	143.111	120.494	16.391	149.372	117.297
Alíquota vigente	45%	45%	45%	45%	45%	45%
Expectativa de despesas de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	(25.579)	(64.488)	(54.222)	(24.526)	(63.172)	(52.784)
Adições (Exclusões) Permanentes	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio (JCP) (Nota 22)	16.762	32.192	30.980	16.762	32.192	30.980
Efeito da variação cambial sobre investimento no exterior	-	-	-	-	-	-
Resultados de participações em controladas	10.062	9.334	1.073	4.198	9.334	9.351
Lei de Bem (11.196/05) Inovação Tecnológica P&D	16.851	16.851	16.857	16.851	16.851	16.857
Outros Sobornos	4.365	8.235	5.385	4.365	8.235	5.385
Outros ajustes	(8.758)	(3.003)	(0.581)	(95)	(1.503)	8.040
Imposto de renda e contribuição social dos exercícios	15.344	(2.251)	18.584	12.184	(22)	13.781

b. Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2024, os créditos tributários registrados segregados em função das origens e desembolsos efetuados, são:

	Sofisa Consolidado			
	31/12/2023	Realização/versão	Contribuição	31/12/2024
Prejuízos fiscais	8.618	(2.668)	-	5.950
Base negativa de CSLL	325	(32)	-	293
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	129.256	(42.571)	33.184	119.869
Perdas no reconhecimento de créditos	77.094	(82.855)	113.891	108.336
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	45.555	(1.828)	2.851	46.578
Provisão para perdas com BNDU	1.575	(1.645)	-	530
Outros	16.125	(10.365)	8.683	14.443
Total das diferenças temporárias	269.505	(138.459)	158.609	289.549
Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários	29.683	(23.866)	39.696	45.513
Total dos créditos tributários de IRPJ e CSLL	388.224	(145.216)	198.386	341.454

	Banco Sofisa			
	31/12/2023	Realização/versão	Contribuição	31/12/2024
Prejuízos fiscais	8.398	(2.516)	-	5.882
Base de cálculo negativa de CSLL	183	-	-	183
Diferenças temporárias:				
Créditos de liquidação duvidosa	129.257	(42.571)	33.889	119.575
Perdas no reconhecimento de créditos	77.094	(82.855)	113.891	108.336
Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	38.748	(1.828)	2.851	39.771
Provisão para pagamento de BNDU	1.570	(1.640)	-	529
Outros	16.836	(10.363)	8.677	15.150
Total das diferenças temporárias	263.505	(138.438)	158.398	283.315
Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários	29.683	(23.856)	39.692	45.513
Total dos créditos tributários de IRPJ e CSLL	381.789	(144.862)	198.082	334.553

c. Expectativa de realização dos créditos tributários

As estimativas de realização dos créditos tributários foram calculadas considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade.

Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.

Ano	Sofisa Consolidado									
	Prejuízos Fiscais		Base Negativa CSLL		Diferenças temporárias		Outras		Valor presente (*)	
2025	5.542	252	72	58	37.811	30.088	34.223	69.071		
2026	-	-	18.077	14.862	5.720	4.576	42.825	32.398		
2027	-	-	18.077	14.862	5.720	4.576	42.825	28.249		
2028	-	-	18.077	14.862	3.523	2.818	38.686	22.331		
2029	-	-	18.077	14.862	7.513	5.211	45.263	22.812		
2030	-	-	18.077	14.862	-	-	32.525	14.156		
2031	-	-	18.077	14.862	-	-	32.525	14.146		
2032	-	-	18.077	14.862	-	-	32.525	12.316		
Total	5.542	252	126.814	101.291	80.888	47.268	341.453	219.278		

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros.

Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.

Ano	Banco Sofisa									
	Prejuízos Fiscais		Base Negativa CSLL		Diferenças temporárias		Outras		Valor presente (*)	
2025	5.853	183	72	58	37.608	30.088	34.223	68.970		
2026	-	-	18.077	14.862	5.720	4.576	42.825	32.398		
2027	-	-	18.077	14.862	5.720	4.576	42.825	28.249		
2028	-	-	18.077	14.862	3.523	2.818	38.686	22.331		
2029	-	-	18.077	14.862	7.513	5.211	45.263	22.812		
2030	-	-	18.077	14.862	-	-	32.525	14.156		
2031	-	-	18.077	14.862	-	-	32.525	12.337		
2032	-	-	18.077	14.862	-	-	32.525	10.756		
Total	5.853	183	126.814	101.291	80.888	47.268	341.453	208.578		

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros. O resultado contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social, em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Portanto, ressaltamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrerá dos prejuízos fiscais, base negativa e das diferenças temporárias não devem ser tomadas como indicadores de lucros líquidos futuros. Em relação às perdas de operações de créditos apuradas até 31/12/2023, consideramos a legislação do estoque de perdas à razão de 1/36 anos, conforme determinado pelo Art. 6º da Lei 14.487 de novembro de 2023.

12 Outros créditos - Diversos

	Sofisa Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
Títulos de créditos a receber (a)	Certo	Longo	Total	Certo	Longo	Total
	Preço	Preço	Preço	Preço	Preço	Preço
Créditos tributários (Nota 11)	959.369	-	959.369	1.320.783	-	1.320.783
Antecipação de imposto de renda	191.214	150.240	341.454	162.921	145.303	308.224
Antecipação de Contribuição Social	35.406	-	35.406	37.840	-	37.840
Descontos por compra de valores e bens (a)	21.678	-	21.678	25.679	-	25.679
Imposto de renda a compensar / recuperar	7.116	31.102	38.218	5.804	13.828	19.632
Descontos diversos - País	23.265	-	23.265	3.474	-	3.474
Descontos diversos - Exterior	1.354	-	1.354	19.363	-	19.363
Depósitos trabalhistas / Cíveis (Nota 21)	-	9.318	9.318	-	6.094	6.094
Contribuição social a compensar / recuperar	-	6.231	6.231	-	3.764	3.764
Ranços fornecidos (a)	6.262	-	6.262	3.650	-	3.650
Outros impostos a recuperar	-	4.748	4.748	-	4.690	4.690
Adiantamentos e antecipações salariais	2.136	-	2.136	1.879	-	1.879
Depósitos trabalhistas (Nota 21)	-	97.932	97.932	-	97.254	97.254
Créditos a receber - Cartão (a)	212.407	-	212.407	90.317	-	90.317
Total	1.466.286	387.886	1.754.172	1.671.518	278.522	1.950.040

(a) Valor composto a carteira de crédito expandida. Ver nota 1.

	Banco Sofisa					
	31/12/2024			31/12/2023		
Títulos de créditos a receber (a)	Certo	Longo	Total	Certo	Longo	Total
	Preço	Preço	Preço	Preço	Preço	Preço
Créditos tributários (Nota 11)	959.369	-	959.369	1.320.783	-	1.320.783
Antecipação de imposto de renda	187.549	147.380	334.929	162.703	139.086	301.789
Antecipação de Contribuição Social	34.787	-	34.787	37.031	-	37.031
Descontos por compra de valores e bens (a)	21.610	-	21.610	25.293	-	25.293
Imposto de renda a compensar / recuperar	7.116	31.102	38.218	5.804	13.828	19.632
Descontos diversos - País	21.754	-	21.754	1.876	-	1.876
Descontos diversos - Exterior	1.354	-	1.354	19.363	-	19.363
Depósitos trabalhistas / Cíveis (Nota 21)	-	9.318	9.318	-	6.094	6.094
Contribuição social a compensar / recuperar	-	3.134	3.134	-	1.921	1.921
Ranços fornecidos (a)	6.262	-	6.262	3.650	-	3.650
Outros impostos a recuperar	-	4.730	4.730	-	4.712	4.712
Adiantamentos e antecipações salariais	2.008	-	2.008	1.752	-	1.752
Depósitos trabalhistas (Nota 21)	-	77.553	77.553	-	77.794	77.794
Créditos a receber - Cartão (a)	212.407	-	212.407	90.317	-	90.317
Total	1.464.816	278.522	1.743.338	1.668.772	248.508	1.917.280

(a) Valor composto a carteira de crédito expandida. Ver nota 1.

13 Outros valores e bens

	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imóveis não destinados ao uso	44.118	32.348	44.118	32.348
Despesas antecipadas	9.505	7.157	9.454	7.103
Outros	2.738	2.808	84	89
Veículos não destinados ao uso	-	2.321	-	2.301
(-) Provisão para redução do valor recuperável de ativos	(1.776)	(3.501)	(1.776)	(3.488)
Total	54.585	41.133	52.486	38.353

14 Imobilizado de uso

	Sofisa Consolidado					
	Custo		Depreciação acumulada		Valor Líquido	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imóveis	12.344	12.344	-	-	12.344	12.344
Edificações	30.441	19.861	(13.442)	(11.743)	16.999	8.118
Instalações	6.158	6.158	(3.089)	(2.518)	3.069	3.640
Móveis e equipamentos	17.671	17.671	(12.667)	(10.436)	5.004	6.534
Veículos	3.190	3.612	(1.485)	(1.603)	1.705	2.012
Instalações em curso	20.947	12.584	-	-	20.947	12.584
Total	80.751	71.548	(28.684)	(26.327)	52.067	45.222

	Banco Sofisa					
	Custo		Depreciação acumulada		Valor Líquido	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imóveis	12.344	12.344	-	-	12.344	12.344
Edificações	30.216	19.638	(13.363)	(11.672)	16.853	7.983
Instalações	6.158	6.158	(3.089)	(2.518)	3.069	3.640
Móveis e equipamentos	17.671	17.671	(12.667)	(10.436)	5.004	6.534
Veículos	3.190	3.612	(1.485)	(1.603)	1.705	2.012
Instalações em curso	20.947	12.584	-	-	20.947	12.584
Total	80.526	71.323	(28.584)	(26.253)	49.942	45.086

15 Depósitos e recursos de acionistas e emissão de títulos

a. Composição por vencimento

Composições por vencimento	Sofisa Consolidado							
	31/12/2024					31/12/2023		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfi- nanciários	Letras de crédito de agregação	Letras de crédito imobiliário	Letras finan- ceiras*		
						Total	Total	
até 30 dias	818.818	118.743	-	17.980	34.438	2.808	985.999	1.170.034
de 31 a 60 dias	-	109.661	-	2.816	5.342	508	122.327	371.188
de 61 a 90 dias	-	107.283	-	19.802	9.445	2.170	138.513	291.906
de 91 a 180 dias	-	364.390	-	51.622	12.516	358.698	263.226	1.013.488
de 181 a 360 dias	-	1.297.505	-	129.036	80.043	937.328	2.163.912	1.958.203
Custo prazo	818.818	1.897.582	-	221.838	145.828	961.521	4.141.528	4.464.819
Acima de 360 dias	-	9.128.527	-	46.828	95.486	975.486	9.446.385	7.501.861
Longo prazo	-	9.128.527	-	46.828	95.486	975.486	9.446.385	7.501.861
Total geral - 31/12/2024	818.818	11.128.119	-	267.862	241.314	1.536.987	12.588.263	-
Total geral - 31/12/2023	342.427	8.938.221	23.413	499.838	242.142	1.467.682	-	11.306.938

...intermediação

Segurança e rentabilidade no mesmo lugar.

Banco

SOFISA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

Sofisa Consolidado						
31/12/2024			31/12/2023			
	Corta prazo	Longo prazo	Total	Corta prazo	Longo prazo	Total
Provisão para impostos e contribuição sobre o lucro	8.522	-	8.522	107.694	-	107.694
Impostos e contribuições a recolher (a)	18.293	-	18.293	25.516	-	25.516
Provisão para imposto de renda diferido (b)	65	-	65	-	-	-
Total	27.280	-	27.280	133.210	-	133.210

Banco Sofisa						
31/12/2024			31/12/2023			
	Corta prazo	Longo prazo	Total	Corta prazo	Longo prazo	Total
Provisão para impostos e contribuição sobre o lucro	6.542	-	6.542	104.995	-	104.995
Impostos e contribuições a recolher (a)	12.112	-	12.112	24.498	-	24.498
Provisão para imposto de renda diferido (b)	-	-	-	-	-	-
Total	21.655	-	21.655	129.493	-	129.493

(a) - Composto por IRG, CORFIS, impostos sobre folha de pagamento e sobre outros tributos a recolher

(b) - Imposto diferido de tributos e valores mobiliários.

Outros créditos / obrigações - Negociação e intermediação de valores

Os saldos ativos de R\$ 12.321 no Sofisa Consolidado (R\$ 7.825 em 31 de dezembro de 2023) e R\$ 6.932 no Banco Sofisa (R\$ 5.337 em 31 de dezembro de 2023) referem-se a valores a liquidar de contratos de derivativos futuros no curto prazo (vide nota 8 d). O saldo passivo ficou zerado em 31 de dezembro de 2024 no Sofisa Consolidado e Banco Sofisa (R\$ 5.234 em 31 de dezembro de 2023) e refere-se a valores a liquidar de operações com ativos financeiros no curto prazo.

Outras obrigações - Diversas

Sofisa Consolidado						
31/12/2024			31/12/2023			
	Corta prazo	Longo prazo	Total	Corta prazo	Longo prazo	Total
Provisão para riscos e obrigações legais (Nota 21)	8.795	95.102	103.897	11.078	88.132	99.210
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	85.137	6.022	91.159	91.087	56	91.143
Credores diversos - Pálo (b)	263.257	-	263.257	105.704	-	105.704
Provisão para garantias prestadas - Rescisão CMV 4.512 (Nota 40)	525	-	525	236	-	236
Cobrança a receber	985	-	985	782	-	782
Total	362.643	101.124	463.767	208.887	88.188	297.075

Banco Sofisa						
31/12/2024			31/12/2023			
	Corta prazo	Longo prazo	Total	Corta prazo	Longo prazo	Total
Provisão para riscos e obrigações legais (Nota 21)	8.795	79.142	87.937	10.150	73.435	83.585
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	88.386	6.022	94.408	90.241	55	90.296
Credores diversos - Pálo (b)	240.674	-	240.674	102.396	-	102.396
Provisão para garantias prestadas - Rescisão CMV 4.512 (Nota 40)	525	-	525	236	-	236
Cobrança a receber	985	-	985	782	-	782
Total	339.361	85.164	424.525	203.605	73.490	277.095

(a) - Composto basicamente por salários, férias, fornecedores e participações nos lucros;

(b) - Composto principalmente por valor a receber do emissor do cartão de crédito e patrimônio negativo da investida EMV101 Participações S/A, conforme nota 38 - Informações sobre coligadas e controladas do Banco Sofisa S.A.

Provisões para riscos, passivos contingentes e obrigações legais

O Sofisa e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, considera provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas dos respectivos processos quando a probabilidade de perda é avaliada como provável, sendo:

Provisões trabalhistas

São compostas por ações ajuizadas por ex-funcionários, visando obter indenizações principalmente com relação ao pagamento de horas extras e respectivos reflexos. A provisão é constituída com base no valor avaliado para causa pelo assessor jurídico externo.

Provisões civis

São compostas por ações de indenização por danos morais e patrimoniais. A provisão é constituída com base no valor avaliado para cada causa pelo assessor jurídico externo.

Movimentação das provisões para riscos

O montante das provisões constituídas e a movimentação no ano foram:

Sofisa Consolidado					
31/12/2024					
	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão da provisão	Saldo Final	Depósitos judiciais
Provisões e Obrigações Legais					
Cíveis	4.458	2.490	(3.103)	3.845	7.533
Trabalhistas	11.152	3.000	(2.097)	12.055	1.385
Tributárias	83.585	4.361	-	87.946	57.533
Total	99.210	9.851	(5.200)	103.861	167.251

Banco Sofisa					
31/12/2024					
	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão da provisão	Saldo Final	Depósitos judiciais
Provisões e Obrigações Legais					
Cíveis	4.458	2.490	(3.103)	3.845	7.533
Trabalhistas	11.152	3.000	(2.097)	12.055	1.385
Tributárias	88.335	3.624	-	91.959	77.583
Total	103.945	9.114	(5.200)	107.859	86.501

Sofisa Consolidado					
31/12/2023					
	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão da provisão	Saldo Final	Depósitos judiciais
Provisões e Obrigações Legais					
Cíveis	4.353	1.905	(1.844)	4.458	4.558
Trabalhistas	12.400	3.000	(4.008)	11.392	1.498
Tributárias	76.370	5.190	-	81.560	57.254
Total	93.123	10.095	(5.852)	97.366	163.310

Banco Sofisa					
31/12/2023					
	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão da provisão	Saldo Final	Depósitos judiciais
Provisões e Obrigações Legais					
Cíveis	4.353	1.905	(1.844)	4.458	4.558
Trabalhistas	12.400	3.000	(4.008)	11.392	1.498
Tributárias	64.620	4.319	-	68.939	77.754
Total	81.373	9.224	(5.852)	84.745	83.810

Os valores de depósitos judiciais estão evidenciados na nota 12.

Contingências Cíveis

Ações cíveis movidas contra o Banco, pleiteando supostos valores cobrados indevidamente na prestação de serviços e ou indenização por danos morais/matrimoniais.

Contingências Trabalhistas

Ações trabalhistas movidas contra o Banco por ex-funcionários e ex-terceiros, pleiteando verbas trabalhistas supostamente não pagas.

Obrigações Legais

A ação judicial em curso refere-se à provisão constituída sobre a discussão judicial, em decorrência da expansão da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, período de competência a partir de 11/2009 a 12/2014. Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes da Lei 9.718/98 e permitir o recolhimento nos moldes da Lei Complementar 70/91, liminar esta cassada em 12/2011, quando então o Banco obteve autorização judicial para efetuar depósitos judiciais a partir do fato gerador 05/2011. Em 31 de dezembro de 2024, o montante provisionado foi de R\$103.861 (R\$ 83.559 em 31 de dezembro de 2023) no Consolidado e R\$ 87.855 (R\$ 68.333 em 31 de dezembro de 2023) no Banco.

Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais apresentados no quadro acima estão registrados na rubrica de outros créditos (Nota 12).

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2024, o Sofisa Consolidado e o Banco Sofisa não possuem ativos contingentes registrados.

Passivos Contingentes - Sofisa Consolidado

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante Consolidado de R\$ 90.448 (R\$ 54.388 em 31 de dezembro de 2023), assim distribuído: a) Tributárias R\$ 65.575 (R\$ 63.039 em 31 de dezembro de 2023); dos quais substancialmente R\$ 10.850 (R\$ 10.223 em 31 de dezembro de 2023) referem-se a questionamentos de IRPJ/CISL, R\$ 2.053 (R\$ 1.874 em 31 de dezembro de 2023); questionamentos da contribuição previdenciária, R\$ 179 (R\$ 8.021 em 31 de dezembro de 2023); questionamentos de PIS e da COFINS, R\$ 56.882 (R\$ 52.485 em 31 de dezembro de 2023); referem-se a questionamentos municipais e R\$ 1.807 (R\$ 2.277 em 31 de dezembro de 2023) referem-se a outras contingências tributárias; b) Trabalhistas R\$ 6.044 (R\$ 9.062 em 31 de dezembro de 2023); c) Cíveis R\$ 10.811 em 31 de dezembro de 2023).

Passivos Contingentes - Banco Sofisa

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante Banco Sofisa de R\$ 84.211 (R\$ 78.386 em 31 de dezembro de 2023), assim distribuído: a) Tributárias R\$ 65.575 (R\$ 63.039 em 31 de dezembro de 2023); dos quais substancialmente R\$ 4.675 (R\$ 4.615 em 31 de dezembro de 2023) referem-se a questionamentos de IRPJ/CISL, R\$ 2.053 (R\$ 1.874 em 31 de dezembro de 2023); questionamentos da contribuição previdenciária, R\$ 179 (R\$ 2.150 em 31 de dezembro de 2023); questionamentos de PIS e da COFINS, R\$ 56.881 (R\$ 52.373 em 31 de dezembro de 2023); referem-se a questionamentos municipais e R\$ 1.807 (R\$ 2.056 em 31 de dezembro de 2023) referem-se a outras contingências tributárias; b) Trabalhistas R\$ 6.044 (R\$ 8.043 em 31 de dezembro de 2023); c) Cíveis R\$ 12.622 (R\$ 7.712 em 31 de dezembro de 2023). A rubrica provisão foi constituída para estes processos, tendo em vista que as políticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Patrimônio líquido - Banco Sofisa S.A.

Capital Social

No encerramento do exercício de 2024, o capital social subscrito e integralizado é representado e devido em 37.140.150 ações ordinárias nominativas, escrituras e sem valor nominal, e 40.351.571 ações preferenciais nominativas, escrituras e sem valor nominal.

Juros sobre o capital próprio e dividendos

O estatuto social do Banco assegura aos acionistas o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma de lei, podendo, alternativamente, ser distribuído na forma de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP").

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram provisionados juros sobre o capital próprio no montante de:

	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre o Capital Próprio pagos	71.538	68.800
IRRF (10%)	10.731	10.320
Valor líquido no exercício	80.807	58.480
Valor líquido por ação	0,48	0,42

O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social em R\$ 32.192 (R\$ 30.990 em 31 de dezembro de 2023).

A controlada Seta Sociedade Assessora Técnica Adm. Ltda. pagou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, dividendos no montante de R\$ 630 (R\$ 690 para o exercício de 2023). A controlada Sofisa Corretora de Seguros Ltda. pagou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, dividendos no montante de R\$ 1.795 (R\$ 2.500 em 31 de dezembro de 2023). (Dividendos pagos aos acionistas minoritários).

Reservas de lucros

Reserva legal - Constituída a base de 5% sobre o lucro líquido, limitada a 20% do capital social. No exercício de 2024 foi destinada R\$ 7.018 para reserva legal (R\$ 6.554 no exercício de 2023).

Reserva estatutária - Constituída pela destinação de valores remanescentes dos lucros líquidos dos períodos e exercícios encerrados, deduzidos das constituições de reserva legal, dos dividendos e juros sobre capital próprio, e tem por finalidade a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 10% (dez por cento) do valor do capital social integralizado.

Reservas de operações de crédito

Sofisa Consolidado				Banco Sofisa			
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
868.475	933.087	898.475	933.087	205.673	226.347	205.673	226.347
133.474	103.670	133.474	103.670	133.474	103.670	133.474	103.670
925.45	93.800	925.45	93.800	925.45	93.800	925.45	93.800
97.794	53.344	97.794	53.344	36.246	32.320	36.246	32.320
33.063	54.732	33.063	54.732	33.063	54.732	33.063	54.732
23.429	13.635	23.429	13.635	23.429	13.635	23.429	13.635
3.703	2.618	3.703	2.618	3.703	2.618	3.703	2.618
1.488.198	1.561.213	1.428.642	1.526.189	1.428.642	1.526.189	1.428.642	1.526.189

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Sofisa Consolidado				Banco Sofisa			
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
725.805	570.538	780.081	593.400	26.440	17.813	26.440	17.813
12.112	14.370	8.675	12.976	10.873	11.323	10.873	11.323
1.847	1.831	1.648	1.800	1.648	1.800	1.648	1.800
776.875	625.575	827.717	637.876	827.717	637.876	827.717	637.876

Resultado com operações de câmbio

Sofisa Consolidado				Banco Sofisa			
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
90.093	92.113	91.051	92.017	37.890	34.739	37.890	34.739
24.215	194.842	24.215	194.842	24.215	194.842	24.215	194.842
17.980	3.007	17.980	3.007	17.980	3.007	17.980	3.007
9.770	6.453	9.770	6.453	9.770	6.453	9.770	6.453
188.394	166.525	188.626	166.544	188.626	166.544	188.626	166.544

(a) - Composto principalmente por variação cambial de letras estrangeiras.

Despesas de operações de captação no mercado

Sofisa Consolidado				Banco Sofisa			
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
(1.309.575)	(948.830)	(1.310.952)	(950.070)	(1.309.575)	(948.830)	(1.310.952)	(950.070)
(161.291)	(168.517)	(161.291)	(168.517)	(161.291)	(168.517)	(161.291)	(168.517)
(325.45)	(23.734)	(325.45)	(23.734)	(325.45)	(23.734)	(325.45)	(23.734)
(18.738)	(37.620)	(18.738)	(37.620)	(18.738)	(37.620)	(18.738)	(37.620)
(13.961)	(10.721)	(13.961)	(10.721)	(13.961)	(10.721)	(13.961)	(10.721)
618	(2.413)	(1.898)	(3.417)	618	(2.413)	(1.898)	(3.417)
(1.773.643)	(1.753.880)	(1.775.756)	(1.755.479)	(1.775.756)	(1.755.479)	(1.775.756)	(1.755.479)

Despesas com empréstimos, cessões e repasses

Sofisa Consolidado				Banco Sofisa			
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção
Exporção	Exporção	Exporção	Exporção	Exporção</			

O melhor banco de renda fixa do Brasil.

Banco
SOFISAdireto

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

31 Despesas tributárias

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidada		Banco Sofisa	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Impostos Federais	(98.576)	(94.278)	(48.125)	(52.494)
Cofins	(36.042)	(31.202)	(35.481)	(38.575)
Pis	(5.881)	(6.202)	(5.762)	(6.251)
Outros	(8.653)	(6.684)	(7.902)	(7.716)
Impostos Estaduais	(28)	(59)	(28)	(59)
Impostos Municipais	(8.718)	(6.814)	(8.488)	(6.554)
Total	(168.314)	(161.151)	(115.825)	(111.651)

32 Outras receitas operacionais

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidada		Banco Sofisa	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Variações monetárias crias	5.359	7.485	4.188	6.108
Resultado outros investimentos	-	6.902	-	6.902
Outras receitas (a)	5.283	8.892	(1.041)	6.343
Total	10.642	23.280	3.147	19.353

(a) Composição principalmente por receitas de juros sobre recompra de títulos.

33 Outras despesas operacionais

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidada		Banco Sofisa	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Carregamento de conta digital - Sofisa Direto (a)	(13.894)	(6.711)	(13.894)	(6.711)
Despesas	(5.318)	(5.501)	(2.821)	(5.232)
Provisão - Contingências Chaves/Retribuições	(1.526)	(2.254)	(1.526)	(2.254)
Atualização impostos	(2.185)	(888)	(2.185)	(888)
Total	(22.923)	(15.354)	(20.426)	(15.085)

(a) Composição principalmente por despesas com campanhas de cartão de crédito e conta digital do Sofisa Direto.

34 Resultado não operacional

	Acumulado em	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro / (Prejuízo) na alienação de BNDU	2.084	(2.178)
Outras receitas / (despesas) não operacionais	686	(1.070)
Reversão / (Desvalorização) de BNDU	216	2.951
Total	2.986	(298)

35 Gestão de riscos

A gestão de riscos, efetuada de forma estruturada, abrange a avaliação e o controle dos riscos financeiros (de crédito, de mercado, e de liquidez) e riscos operacionais (incorridos pelo Banco Sofisa e suas controladas). Esse processo é contínuo, permanentemente revisado e serve de base às estratégias de gerenciamento.

A estrutura de gestão de riscos financeiros do Banco Sofisa, cuja descrição está disponível no website de Relações com Investidores, é de responsabilidade da Superintendência de Gestão de Riscos, subordinada à Presidência.

a) Risco de crédito

O Risco de crédito encontra-se associado às perdas e ao grau de incerteza quanto à capacidade de um cliente ou contraparte cumprir as suas obrigações financeiras com o Sofisa.

A gestão do Sofisa é feita tendo como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes e a análise da evolução da carteira, os níveis de inadimplência registrados, as taxas de retorno, a qualidade da carteira e o capital econômico alocado; e externos, relacionados ao ambiente econômico no Brasil e no exterior. Adicionalmente, o Sofisa mantém um processo contínuo de avaliação sobre sua carteira de crédito com o objetivo de identificar a existência de evidências objetivas de perda no valor justo de seus ativos.

b) Risco de Mercado

Risco de Mercado se refere à possibilidade do banco ter perdas resultantes de flutuação nos valores de mercado de posições de ativos, incluindo os riscos das operações sujeitas a variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O VaR é um método estatístico utilizado para quantificar o risco de mercado e foi calculado para as posições de ativos e passivos do banco com base em um intervalo de confiança de 99% e tempo de liquidação da posição de 20 dias.

Os valores de mercado nas posições com risco em taxas de juros prefixadas internas e em moeda americana foram calculados utilizando-se dados dos swaps B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão do dia 31 de dezembro de 2024. Já para os Títulos Públicos, utilizou-se a marcação a mercado da mesma data.

Os valores apresentados não incluem operações ou contratos que estejam em atraso.

c) Risco de Liquidez

Toma-se do risco de liquidez não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros no momento em que ocorrerem, ou seja, a possibilidade de ocorrência de um decréscimo de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos em seu fluxo de caixa.

Para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desentratamento e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de caixa mínimo e de concentração de passivos, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir recursos suficientes para cumprimento dos compromissos financeiros.

d) Risco Operacional

A estrutura de risco operacional do Banco Sofisa passa por constantes melhorias objetivando principalmente evolução na identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos cuja ocorrência, resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, sem poder de vista os riscos legais associados à execução de contratos, processos ou sentenças adversas. Para esse fim, a unidade responsável pela gestão de riscos operacionais utiliza-se da Abordagem Padronizada Alternativa e emprega mecanismos de suporte à monitoração, os quais são constantemente revisados, tais como: Matriz de Risco e Planos de Ação para aprimoramento de controles, Indicadores de Risco, Base de Perdas, Alocação de Capital, atuação dos Agentes de Compliance, monitoramento de ocorrências de risco operacional e de reclamações de clientes, notificações e fraudes externas, Política de Gerenciamento de Riscos Operacionais, Relatórios Gerenciais e Planos de Continuidade de Negócios.

Maiores informações acerca das práticas de gestão de riscos do Banco Sofisa podem ser encontradas no seu site de Relações com Investidores.

e) Valores de risco referentes a dezembro de 2024

	31/12/2024		
	Exposição	Risco	Risco (%)
Furtos	143.790	-	0,00%
Índice de Preços	113.597	6.067	5,31%
PRI	3.041.529	57.285	1,88%
Exposição Cambial	55.085	(1.296)	(2,35%)
Cupon Cambial	(254.802)	9	0,00%
Juros Externos	318.043	3.001	1,23%
Risco de Mercado - VaR	3.417.732	65.963	1,93%

(a) Dados em R\$ mil.

O Risco de Mercado é calculado por VaR com nível de confiança de 99% e holding period de 20 dias.

36 Gerenciamento de Capital

A gestão de capital abrange o Banco Sofisa e as empresas financeiras do Grupo. Esse processo é efetivado de forma estruturada, contínua, permanentemente revisada e serve de base às estratégias de gerenciamento.

A descrição da estrutura de gerenciamento de capital do Sofisa, juntamente com o Relatório Pilar III, está disponível no website de Relações com Investidores, e é de responsabilidade da Superintendência de Gestão de Riscos, subordinada à Presidência.

Entende-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital, a instituição mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado.

37 Acordo de Basileia

Instituídas pelo Banco Central do Brasil, entram em vigor, a partir da data-base janeiro de 2022, as Resoluções CMN nº 4.950/21 e 4.955/21 que estabelecem os procedimentos para a apuração do Patrimônio de Referência com base no conglomerado prudencial e a Resolução CMN 4.958/21 que estabelece a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O conglomerado prudencial é composto pelas empresas financeiras do Banco Sofisa. Além dos requerimentos mínimos de capital, a partir de outubro de 2015, entrou em vigor a Circular 3.748 do Banco Central do Brasil que incorporou a Rádica de Alavancagem à estrutura de Basileia III no Brasil, que é definida como a razão entre o capital Tier I (capital de maior qualidade mantido pelo banco) e o total de exposições da instituição (calculada de acordo com a circular). Em 31 de dezembro de 2024, a Rádica de Alavancagem ficou em 6,53%.

O Índice de Basileia em 31 de dezembro de 2024 apurado com base no conglomerado prudencial é de 13,18% (em dezembro de 2023 o índice foi de 13,28%). Segue a tabela com a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) pela nova forma de cálculo:

	Dezembro 2024		Dezembro 2023	
	Prudencial	Prudencial	Prudencial	Prudencial
RWAapud - Risco de Crédito	13,18%	13,28%	-	-
RWAapud - Risco Operacional	6.395.338	7.913.745	-	-
RWAapud - Taxa de Juros Prefixado	537.507	471.368	-	-
RWAapud - Taxa dos Cúpons de Moedas Estrangeiras	14.242	2.538	-	-
RWAapud - Taxa dos Cúpons de Índices de preços	10.538	60.835	-	-
RWAapud - Taxa dos Cúpons de taxa de juros - TLP	-	-	-	-
RWAapud - Preço de ações	-	-	-	-
RWAapud - Curo, Moeda Estrangeira e Variação Cambial	22.302	32.786	-	-
RWAapud - Preço de mercadorias (commodities)	-	-	-	-
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	8.998.845	8.481.252	-	-
RRB - Risco Banking *	42.387	117.444	-	-

...continuação

	Prudencial		Prudencial	
	Prudencial	Prudencial	Prudencial	Prudencial
PR Nível I - Capital Principal	1.085.347	1.026.145	-	-
PR Nível II - Capital Complementar	100.305	100.267	-	-
PR Nível III	-	-	-	-
PR - Patrimônio de Referência	1.185.653	1.126.412	-	-
Fator F	8,00%	8,00%	-	-
PR mínimo requerido para o RWA - (RWA*Fator F)	719.843	678.500	-	-
Margem sobre o PR requerido - (PR - RWA*Fator F)	465.810	447.912	-	-
PR mínimo requerido p/PRM + RWA - (RWA*Fator F) + (RRB)	762.225	795.544	-	-
Margem sobre o PR considerando a RWA - (PR - (RWA*Fator F) + (RRB))	423.428	330.868	-	-
Adicional de Capital Principal - (ACP)	224.951	212.031	-	-
Margem sobre o PR considerando a RRB e o Adicional de Capital Principal - (PR - (RWA*Fator F) + (RRB) + ACP)	198.476	118.837	-	-

(a) Devido à mudança para o segmento SI em julho/22, a parcela de risco da carteira bancária (RRB) passou a ser calculada não somente pela abordagem ANI, mas também pela abordagem ΔCV.

38 Investimentos em Coligadas e Controladas

As principais informações das sociedades coligadas e controladas deitas e em conjunto pelo Sofisa são assim demonstradas:

	31/12/2023							
	Número Ações/Cotas	% Participação	Patrimônio Líquido	Valor Contábil Investimentos	Eventos no Exercício	Resultado no Exercício	Equivalência Patrimonial	Valor Contábil Investimentos
Controladas diretas								
Sofisa S/A Crédito Financiamento e Investimento (a)	7.500.000	100,00%	28.152	28.152	5	1.489	1.489	25.666
Sociedade Assessora Técnica Adm Ltda (b)	85.735.177	91,98%	46.923	46.913	(895)	1.804	1.804	48.022
Sofisa Corretora de Seguros Ltda	209.999	94,99%	1.638	1.594	-	10.042	9.540	11.134
Total Controladas diretas			76.713	76.659	(895)	13.335	12.833	84.842

	31/12/2023							
	Número Ações/Cotas	% Participação	Patrimônio Líquido	Valor Contábil Investimentos	Eventos no Exercício	Resultado no Exercício	Equivalência Patrimonial	Valor Contábil Investimentos
Coligadas / Controladas indiretas								
BN/104 Participações S/A	10.536.582	18,81%	(17.088)	(3.388)	-	(12.788)	(2.534)	(5.918)
Eco Beach Empreendimentos Imobiliários Ltda (c)	10	0,01%	1.613	-	-	22	-	-
Total Coligadas / Controladas indiretas			(15.475)	(3.388)	-	(12.766)	(2.534)	(5.918)

	31/12/2023							
	Número Ações/Cotas	% Participação	Patrimônio Líquido	Valor Contábil Investimentos	Eventos no Exercício	Resultado no Exercício	Equivalência Patrimonial	Valor Contábil Investimentos
Controladas diretas no exterior								
Sofisa Investment Ltd	5.000.000	100,00%	208	208	130	(338)	(338)	-

(a) O evento ocorrido na controlada Sofisa S/A Crédito Financiamento e Investimento trata-se de ajuste de avaliação patrimonial.

(b) O evento ocorrido na controlada Sociedade Assessora Técnica Adm Ltda trata-se de distribuição de dividendos.

(c) A empresa Eco Beach Empreendimentos Imobiliários é controlada indireta por meio da empresa Sociedade Assessora Técnica Adm Ltda.

39 Partes relacionadas

O Sofisa e suas empresas coligadas e controladas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas na consolidação.

Os saldos de tais operações do Sofisa com suas controladas, oventas, indetidas, coligadas e pessoal chave da administração estão apresentados abaixo:

	Ativos / passivos		Receitas / despesas	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos à vista	(141)	(932)	-	-
Sofisa S/A Crédito Financiamento e Investimento S/A (a)	(15)	(15)	-	-
Sociedade Assessora Técnica Adm Ltda (a)	(8)	(18)	-	-
Eco Beach Empreendimentos Imobiliários Ltda (b)	(7)	-	-	-
Sofisa Corretora de Seguros Ltda (a)	(62)	(457)	-	-
Controladas e pessoal chave da Administração	(20)	(441)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(8.871)	(8.798)	(888)	(1.834)
Sofisa S/A Crédito Financiamento e Investimento S/A (a)	(9.021)	(8.798)	(888)	(1.834)
Depósitos a prazo	(177.863)	(162.615)	(16.518)	(22.581)
Sociedade Assessora Técnica Adm Ltda (a)	(848)	(2.200)	(164)	(439)
Eco Beach Empreendimentos Imobiliários Ltda (b)	(2.248)	(2.078)	(214)	(227)
Sofisa Corretora de Seguros Ltda (a)	(12.143)	(11.761)	(843)	(884)
SPE Premium 1 Empreendimentos Imobiliários Ltda (c)	(13)	(70)	(14)	(15)
Controladas e pessoal chave da Administração	(162.551)	(146.506)	(15.275)	(21.016)

A saber:

(a) Controladas - direta

(b) Controladas - indireta

C controlador do Banco tem participação no Sunstar Bank, empresa sediada em Miami, Flórida, Estados Unidos da América, a qual em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não possui operações em aberto com o Banco Sofisa, assim como não ocorreram quaisquer transações no período.

a. Remuneração da Administração

A remuneração máxima aprovada em Assembleia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 16.168 de remuneração fixa (R\$ 15.070 em 31 de dezembro de 2023) e R\$ 38.838 (R\$ 27.841 em 31 de dezembro de 2023) de remuneração variável, tendo sido distribuído aos administradores no exercício de 2024 o montante de R\$ 54.867 (R\$ 45.581 no exercício de 2023) da seguinte forma:

	31/12/2024			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria	Totais
Honorários /salários	4.043	10.115	382	14.540
Geralizações /PLR	-	20.888	-	20.888
Encargos Sociais (FGTS + FGTS s/condições)	910	5.402	86	16.395
Total	4.953	46.385	468	51.807

	31/12/2023			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria	Totais
Honorários /salários	3.895	9.457	385	13.737
Geralizações /PLR	-	18.338	-	18.338
Encargos Sociais (FGTS + FGTS s/condições)	876	12.581	82	13.539
Total	4.771	40.386	467	45.624

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por ordenados, salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no exercício de dois meses após o encerramento do exercício) e benefícios não monetários (tais como assistência médica e automotiva).

b) Benefícios Pós-emprego

O Banco Sofisa e suas controladas diretas e indiretas não possuem planos de benefícios pós-emprego.

c) Participação acionária

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os membros do Conselho de Administração, Controladores e Diretores possuem a seguinte participação acionária no Sofisa:

	Ações Ordinárias (%)		Ações Preferenciais (%)		Total de Ações	
	Ordinárias (%)	Ordinárias (%)	Preferenciais (%)	Preferenciais (%)	Ações	Total (%)
Controladores	80.800.890	83,28%	23.315.309	57,38%	104.215.995	75,80%
Conselho de Administração	8.120.254	8,36%	2.551.816	6,32%	10.672.070	7,76%
Outros (Pessoas vinculadas ao controlador)	8.118.608	8,36%	14.085.048	35,30%	22.203.656	16,44%
Total	97.040.152	100,00%	40.352.173	100,00%	137.392.325	100,00%

*Quantidades expressas em milhares de ações

40 Outras informações

a. As responsabilidades por avulsos, fianças e outras garantias prestadas totalizam R\$ 15.365 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 19.426 em 31 de dezembro de 2023), tendo sido registrada contribuição de provisão de R\$ 525 no resultado do exercício. No exercício, as receitas auferidas com avulsos, fianças e garantias prestadas foi de R\$ 754 (R\$ 1.058 em 2023).

b. As fianças passivas associadas às garantias financeiras prestadas estão demonstradas conforme a seguir:

As faturas pessoais decorrentes de gestões realizadas por meio de demonstrações calculadas a seguir:			
BAT/MS	RISCO	PROV (%)	PROV (R\$)
A	18.335	0,1%	15
H	430	100,0%	430
TOTAL	19.765		445

[illegible]

Um banco completo é aquele que acompanha cada etapa da jornada financeira da sua vida ou do seu negócio.

As melhores soluções financeiras que você e sua empresa precisam para prosperar, na palma da sua mão.

Banco
SOFISA direto

Banco
SOFISA

64 anos e um único compromisso: a prosperidade dos nossos clientes.

Demonstrações Financeiras. Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento. CNPJ 08.257.293/0001-07.

Banco
SOFISA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Sofisa CR é uma instituição financeira, controlada pelo Banco Sofisa e tem como objetivo principal a realização de financiamento para a aquisição de bens e serviços.

A Sofisa CR atingiu em 31 de dezembro de 2024 resultado contábil positivo de R\$ 1.488 mil (R\$ 1.661 mil em 31 de dezembro de 2023) com Resultado da Intermediação Financeira de R\$ 1.804 mil (R\$ 2.031 mil em 31 de dezembro de 2023) e Resultados Operacionais de R\$ 23 mil (R\$ 62 mil em 31 de dezembro de 2023).

Em sua posição patrimonial totalizou Ativos de R\$ 46.192 mil (R\$ 43.900 mil em 31/12/2023), Aplicações Interfinanceiras de Liquidez de R\$ 5.051 mil (R\$ 8.759 mil em 31/12/2023), Títulos e Valores Mobiliários de R\$ 1.510 mil (R\$ 6.590 mil em 31/12/2023) e Outros Ativos de R\$ 27.521 mil (R\$ 28.536 mil em 31/12/2023). Passivos de R\$ 16.416 mil (R\$ 15.707 mil em 31/12/2023); Provisão para Riscos de Crédito de R\$ 15.562 mil (R\$ 15.224 mil em 31/12/2023); Outros Passivos de R\$ 454 mil (R\$ 483 mil em 31/12/2023) e Patrimônio Líquido de R\$ 29.886 mil (R\$ 28.193 mil em 31/12/2023).

Como parte integrante do Conselho Administrativo Sofisa, as atividades sociais estão descritas no Relatório de Administração do Conselho Administrativo Sofisa.

Apresentamos as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

São Paulo, 19 de março de 2025.

A Administração:

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)					
ATIVO	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades (Nota 4)	26	15	Outras obrigações	16.416	15.707
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	5.051	8.759	Ficadas e previdenciárias (Nota 6)	441	488
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.051	8.759	Provisão para riscos interfinanceiros (Nota 6)	15.962	15.224
Títulos e Valores Mob. e Insts. Finance. Derivativos (Nota 6)	5.510	6.590	Diversas (Nota 10)	13	15
Carteira própria	5.510	6.590	Patrimônio líquido (Nota 12)	29.886	28.193
Outros Créditos (Nota 7)	23.485	26.491	Capital social de domiciliados no país	17.500	17.500
Outros créditos	6.516	6.596	Reservas de lucros	12.381	10.693
Depósitos judiciais	20.379	18.450	Outros Resultados abrangentes	5	-
Diversos	561	577			
Outros Valores e Bens	26	45			
Outros valores e bens	-	13			
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	(13)			
Despesas antecipadas	36	45			
Total do ativo	46.192	43.900	Total do passivo e patrimônio líquido	46.192	43.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)						
	Capital social	Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 30 de junho de 2024	17.500	3.166	2.562	(3)	672	23.897
Resultado do semestre	-	-	-	-	781	781
Reserva Legal	-	39	-	-	(39)	-
Reserva Estatutária	-	-	1.413	-	(1.413)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	6	-	6
Saldos em 31 de dezembro de 2024	17.500	3.205	8.975	3	-	29.683
	Capital social	Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.500	3.131	2.562	-	-	23.193
Resultado do exercício	-	-	-	-	1.488	1.488
Reserva Legal	-	74	-	-	(74)	-
Reserva Estatutária	-	-	1.413	-	(1.413)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	6	-	6
Saldos em 31 de dezembro de 2024	17.500	3.205	8.975	3	-	29.683
	Capital social	Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	17.500	3.047	5.985	3	-	26.535
Resultado do exercício	-	-	-	-	1.661	1.661
Reserva Legal	-	81	-	-	(81)	-
Reserva Estatutária	-	-	1.577	-	(1.577)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(3)	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.500	3.131	7.562	3	-	28.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado).

1. **Contexto operacional:** A Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("CR" ou "Instituição"), CNPJ nº 08.257.293/0001-07, com sede na Avenida Santa, 1.488 - São Paulo/SP, foi constituída em 28 de março de 2006, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a partir de 27 de junho de 2006 e tem como atividade principal a prática de operações ativas, passivas e acessórias relativas à espécie, sendo controlada pelo Banco Sofisa S.A. Os benefícios dos serviços prestados em nome das instituições do grupo e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de fato, serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. **Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais foram em conformidade com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A elaboração destas demonstrações financeiras observou o disposto na Resolução BCN nº 2 emitida em 12 de agosto de 2020, passando a apresentar o balanço patrimonial de forma resumida e a segregação entre corrente e não corrente em nota explicativa. Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emite pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém, nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a CR, na elaboração das suas demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos: CPC 06 (R2) - Pronunciamento Consolidado Básico - Resolução CMN nº 4.524/16; CPC 01 (R1) - Redução do valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 4.524/16; CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conteúdo de demonstrações financeiras - Resolução CMN nº 4.524/16; CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 4.818/20; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 4.818/20; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.985/11; CPC 23 - Efeitos contábeis, mudança de estimativa e reavaliação de erro - Resolução CMN nº 4.524/16; CPC 24 - Eventos subsequentes - Resolução CMN nº 4.818/20; CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09; CPC 27 - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16; CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.872/20; CPC 41 - Resultado por Ação - Resolução CMN nº 4.818/20; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - Resolução CMN nº 4.524/16; e CPC 47 - Resultado de Contrato com Cliente - Resolução CMN nº 4.524/16.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 19 de março de 2025.

Relevância das entidades pelo BACEN com vigência futura

Resolução CMN nº 4.566/21: A Resolução nº 4.566/21, que trata da convergência para a norma internacional do IFRS 5, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025. A administração do Banco Sofisa S.A. aprovou o plano de implementação em 31 de dezembro de 2024, seguindo as disposições previstas por essa Resolução, referentes aos conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. O plano que foi definido, foi implementado com sucesso a partir da respectiva data-base, atendendo às alterações determinadas e os respectivos prazos com as Regulações. Com vigência desde 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.566/21, a Resolução BCN nº 352/23 e normas complementares, estabeleceram novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, ativos e passivos, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: i) classificação, mensuração, reconhecimento e base de instrumentos financeiros; ii) reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; iii) avaliação dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva; e iv) interrupção do reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso. ii) Classificação de Instrumentos Financeiros: O critério de classificação dos ativos financeiros dependente, tanto do modelo de negócio adotado pela Administração para a sua gestão, como das características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de "Somente Pagamento de Principal e Juros" (SPPJ). Com base no supracitado, os ativos financeiros serão classificados conforme as seguintes categorias: **Carteira Amortizada ("CA")** - utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, contratuais apenas por pagamento de principal e juros - **Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA")** - utilizada quando os ativos financeiros são marcados tanto para obter fluxos de caixa contratuais, contratuais apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda - **Valor Justo por Meio de Resultado ("VJR")** - utilizada quando a intenção for de negociar frequentemente os ativos com o objetivo de obter resultados. Com relação aos passivos financeiros, a classificação continua essencialmente sem alterações relevantes em relação à norma atual, portanto, sendo classificados como custo amortizado ou valor justo no resultado. Desde 1º janeiro de 2025, os ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado serão reconhecidos contabilmente com base no método da Taxa Efetiva de Juros ("TEJ"), que considera custos e receitas adicionais à opção no momento da sua origem ou aquisição. Isso significa que o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual será igualado ao valor contábil bruto do ativo ou passivo financeiro. No entanto, as operações de crédito originadas até 31 de dezembro de 2024 continuarão a ser reconhecidas pela taxa contratual estipulada nos respectivos contratos durante sua vigência. Referente às operações de crédito e demais operações com características de concessão de crédito classificadas na categoria "CA" o Banco Sofisa optou, para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na operação ou na emissão do instrumento financeiro, realizar o processo segundo o método de taxa de juros diferenciada proporcional. Diante das mudanças de operações de crédito corporativo, crédito pessoal, crédito para capital de giro, microcrédito para empreendedor e crédito de crédito operacionalizados pelo Banco Sofisa, os seguintes custos de transação/orçamentação e taxas/encargos devem compor a formação da TEJ, uma vez que se referem a custos destinados a atribuir à emissão do instrumento: **• Aplicativos a todas as operações:** Taxa de Abertura de Crédito (TAC), criação de proposta, análise de proposta, formalização, pagamento, cobrança, central de atendimento (ativos das operações de crédito); taxa de análise de proposta, taxa de renovação/alteração de condições de crédito, taxa de adiantamento de crédito; **• Operações de giro fixo:** Taxa de utilização de limite de crédito **• Aplicativos a Empréstimos e Cartões:** Taxas de fidejussão, Taxas de Renovação, Taxas de Assinatura, Taxa sobre limite contratado/renovado, Taxa de Proposta Antecipatória, Taxa de utilização de limite de crédito. Com relação às taxas aplicáveis a operações de crédito, têm-se: **Operações com características de Crédito:** Taxas de Registro de Operação de crédito no BACEN, Taxas de Concessão do ACC, Taxa de Concessão Financiamento à Importação, Taxas de Emissão/Emenda L/C Importação, **Operações de Arrendamento:** Taxas de Emissão de Arrendo, Taxas de Registro de Operação de crédito no BACEN. **ii) Modelo de perda esperada associada ao risco de crédito:** Até 31 de dezembro de 2024 o critério de classificação das operações de crédito e de operações com características de concessão de crédito e a respectiva con-

dição de provisão para créditos de liquidação duvidosa foram definidos pela Resolução nº 2.652/09 que determina que as provisões devem ser calculadas em função da classificação em escala de Rating, aplicando-se percentuais sobre o saldo exposto, crescente conforme pior a classificação, a qual é qualificada em nove níveis, sendo de AA (menor risco) até H (maior risco), apenas quando há evidências objetivas de que o valor recuperável dos ativos financeiros de fato é inferior ao valor nominal devido a um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial desses ativos. Além disso, esses eventos de perda devem estar associados a um risco de caixa futuro esperado do ativo, os quais podem ser estimados com confiabilidade, ou seja, as perdas incorridas são avaliadas com base em informações históricas e sustentáveis sobre eventos passados e condições atuais. A Resolução CMN nº 4.566/21 adotou um novo conceito para a aplicação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. De acordo com a classificação no segmento prudencial, as instituições financeiras devem adotar metodologia completa ou simplificada para avaliar perdas. O Banco Sofisa (Segmento S2) deve aplicar a metodologia completa. Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas esperadas, devem ser consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução nº 352/23, art. 76, para operações inadimplidas. Adicionalmente, a Resolução não dispensa a instituição de aplicação da metodologia completa de avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e percentuais. A norma define três Estágios distintos para a classificação das operações com ativos financeiros e, essa classificação, determina a metodologia utilizada para o cálculo da perda esperada. Dependendo do Estágio em que a operação se encontra, a perda esperada pode ser projetada para os próximos 12 meses, no caso das operações classificadas no Estágio 1 ou para toda a vida útil do contrato ("Lifetime"), no caso das operações classificadas nos Estágios 2 e 3. A classificação dos ativos financeiros nos três Estágios, se dá da seguinte forma: - Estágio 1 - operações com base no risco de crédito ou atraso inferior a 30 dias; - Estágio 2 - operações com aumento significativo em seu risco de crédito; ou atraso entre 31 e 90 dias; e - Estágio 3 - operações classificadas como ativo problemático ou atraso superior a 90 dias. O modelo de perda esperada estabelecido pela Resolução CMN nº 4.566/21 tem escopo de aplicação aos ativos abrangentes do que o modelo de perda atualmente utilizado, aplicando-se a todos os ativos financeiros, exceto instrumentos patrimoniais de curta duração, ativos financeiros classificados na categoria "VJR" mensurados no nível 1 da hierarquia de valor justo, conforme regulamentação vigente, exceto títulos públicos, operações de crédito e os títulos operacionais com características de concessão de crédito e instrumentos financeiros derivativos. c) Definição de Ativo Problemático e "Stop Accrual": A Resolução CMN nº 4.566/21 estabelece que um ativo é denominado de problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos ou houver indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida Resolução proíbe explicitamente o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita antes não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como "Stop Accrual". d) Base de Ativo Financeiro e Contorno requerido pela Resolução CMN nº 4.566/21, um ativo financeiro deve ser baseado nos seguintes critérios: - Os direitos contratuais ao fluxo de caixa de ativo financeiro exposto ou - O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a base, e) Impostos Correntes e Diferidos: Com vigência desde 1º de janeiro de 2025, a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, altera o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas com operações com características de concessão de crédito decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo a dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, sua principal alteração. As regras para dedutibilidade de operações inadimplidas são: i) O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 91 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação; ii) O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, observando-se as regras a seguir: - Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida; - Sobre o valor apurado no item anterior o valor resultante da aplicação do fator "B", multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito; - Subtração dos montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores. Para os contratos inadimplidos cujo prazo não tenha sido apurado fiscalmente em 31/12/2024 serão considerados de forma apartada e serão excluídos da base de cálculo do lucro real à razão de 1/81 a partir do mês de janeiro de 2025. Impactos Fiscais da Adoção das Novas Normas: A entrada em vigor da norma ocorreu em 1º janeiro de 2025. Contudo, conforme estabelecido pela nova regulamentação, as instituições financeiras são obrigadas a divulgar, nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, as estimativas dos impactos da implementação conforme a Resolução, sobre o resultado e a posição financeira da instituição. Na data-base 31/12/2024, não foram identificados impactos devido a adoção inicial da Resolução 4.566/21.

3. **Deserção das principais práticas contábeis:** A Resolução do resultado: Os rendimentos auferidos e as despesas incorridas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são apurados no "pro-rata" dia. Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pré-fixados são avaliadas pelo critério "pro-rata" dia, com base na variação dos respectivos endereços pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de regime, realizado por conta de rendas a serem pagas ou despesas a serem recebidas correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a índices estrangeiros são avaliadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes. b. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Conforme estabelecido pela Circular nº 3.088/16 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: Títulos para negociação - são adquiridos com o propósito de serem vendidos e frequentemente negociados e são avaliados pelo valor de mercado em contraponto ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado em contraponto a uma parcela do patrimônio líquido, deduzido dos títulos industriais; Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contraponto ao resultado do período. A CR não possui títulos classificados como mantidos até

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	2º Semestre	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de intermediação financeira	951	1.894	2.031
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	951	1.894	2.031
Resultado bruto de intermediação financeira	951	1.894	2.031
Outras receitas/despesas operacionais	16	23	(62)
Outras despesas administrativas (Nota 14)	(38)	(76)	(207)
Despesas tributárias (Nota 13)	(14)	(84)	(91)
Outras receitas operacionais (Nota 15)	(73)	(21)	1.118
Outras despesas operacionais (Nota 16)	(375)	(738)	(834)
Resultado operacional	967	1.827	1.989
Resultado antes da tributação sobre o lucro	967	1.827	1.989
Imposto de renda e Contribuição social (Nota 11)	(189)	(339)	(389)
Provisão de imposto de renda / contribuição social	(233)	(432)	(460)
Ativo fiscal devido	47	93	152
Resultado líquido do semestre/exercício	381	1.488	1.661
Resultado líquido por ação - R\$	6,64	6,29	6,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	2º Semestre	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido	381	1.488	1.661
Outros resultados abrangentes	12	8	(6)
Efeitos tributários (a)	(59)	(3)	3
Resultado Abrangente	334	1.493	1.658

(a) O efeito tributário foi calculado pela alíquota de 25% de IRPJ e 15% de CSLL.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	2º Semestre	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido de ajuste	823	1.553	1.573
Resultado líquido do período	781	1.488	1.661
Provisão para impostos diferidos	(47)	(93)	(152)
Imposto de Renda e Contribuição Social	188	339	389
Avaliação dos depósitos judiciais (Nota 15)	(472)	(919)	(1.118)
Avaliação de passivos contingentes (Nota 16)	375	738	834
Variação de Ativos e Passivos	(814)	(1.548)	(1.571)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(337)	(290)	(318)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(455)	(915)	(952)
(Aumento) Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(227)	(310)	(257)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	284	(423)	(488)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(48)	(155)	(350)
Caixa Líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	5	5	2
Aumento (Redução) de Caixa e equivalentes de caixa	5	5	2
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	11	15	13
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	20	20	15
Aumento (Redução) de Caixa e equivalentes de caixa	5	5	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

o vencimento. A CR não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. Os resultados no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, além dos seus respectivos custos acumulados de câmbio não realizados, sendo referidos no resultado como perdas realizadas imediatamente. d. Outros ativos e passivos correntes, realizáveis e exigíveis a longo prazo: São demonstrados pelos valores de custo ou liquidação, respectivamente, e contemplam as variações monetárias e cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, re-corridos em base "pro-rata" dia. e. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido: A provisão para o imposto de renda é constituída considerando a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual exonerado a R\$ 240. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi calculada considerando a alíquota de 15%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo) são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias geradas até 31 de dezembro de 2024 considerando as alíquotas de 25% IRPJ e 15% CSLL. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, estudos técnicos e análises da Administração em atendimento à Resolução CMN nº 4.842/20. As obrigações fiscais diferidas são calculadas sobre as diferenças temporárias. f. Estimativas contábeis: Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registros de certos ativos, passivos e outras operações como provisões para riscos e crédito tributário. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultam no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. g. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: As práticas contábeis para registros, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 3.823/01 e Instrução Normativa BCN nº 315/22, sendo observadas as seguintes regras: **• Ativos contingentes** são reconhecidos somente quando há garantia real ou decisão judicial favorável, transada em juízo. Os ativos com garantias são aqueles provisões são apenas divulgadas em nota explicativa; **• Passivos contingentes** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas prováveis são divulgados, e aqueles com estimativas de perdas remotas não são provisionados e os divulgados. **• As obrigações legais** são registradas como exigíveis, de acordo com a avaliação sobre as probabilidades de fato, fiscal representada por processos judiciais, cujo objeto é a sua legalidade ou constitucionalidade. h. Resultados recorrentes e não recorrentes: Com a emissão da Resolução BCN nº C2 de 12 de agosto de 2020, o Banco Central do Brasil determinou a divulgação de resultados recorrentes e não recorrentes. A Resolução, em seu artigo 34 § 4º, define resultado não recorrente como aquele que: i - não esteja relacionado ao estado econômico incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii - não seja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. i. Lucro líquido por ação: O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações na data do balanço. j. Demonstração de Base de Caixa: Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, a CR utiliza o método indireto. Conforme disposto na Resolução - CMN nº 4.818/20, caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente disponíveis, com prazo de vencimento original igual ou inferior a noventa dias.

A. Caixa e equivalente de caixa				31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades				26	15
Total				26	15
S. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez				31/12/2024	31/12/2023
Curto Prazo				6.414	2.375
Longo Prazo				2.637	6.386
Total				9.051	8.761
Composto por R\$ 6.614 com vencimento em 07/2025 e R\$ 2.637 com vencimento em 06/2026. O indicador utilizado é 100% CDI em 31 de dezembro de 2024 (100% CDI em 31 de dezembro de 2023).					
B. Títulos e Valores mobiliários				31/12/2024	31/12/2023
	Valor	Valor	Valor	Valor	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado	
Disponíveis para venda					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.051	9.516	6.591	8.590	
Total	5.051	9.516	6.591	8.590	

O valor em títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2024 é de longo prazo com vencimento em 07/2025, e 2023 é de curto prazo com vencimento em 07/2024. A marcação ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda está informada na Demonstração de Resultado Abrangente em outros resultados abrangentes. Igualmente os respectivos impactos tributários. O valor justo base-se em consultas a cotações de preços de mercado através de fontes independentes (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ABREVI) ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes.

ESTADÃO 150 ANOS

**150 ANOS PRESTANDO
SERVIÇOS PARA O
PROGRESSO DO BRASIL**

**CONTE COM A CREDIBILIDADE E
TRANSPARÊNCIA DO ESTADÃO
PARA PUBLICAR SEUS BALANÇOS
E ATOS SOCIETÁRIOS**

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.



**LÍDER EM
CONTEÚDO
DE ECONOMIA
& NEGÓCIOS**



**+35 MM
DE USUÁRIOS
ÚNICOS**



**A FORÇA
DO ESTADÃO
+56 MM
de impactos / mês**



**LÍDERES E
FORMADORES
DE OPINIÃO
LEEM O ESTADÃO
DIARIAMENTE**



ESTADÃO RI

**PUBLICAÇÃO
SIMULTÂNEA NA
PLATAFORMA DE
RELAÇÕES COM
INVESTIDORES**

**CONSULTE
NOSSA EQUIPE
COMERCIAL:
(11) 3856-2442**

ACESSE E CONHEÇA:



ESTADÃO 150

ESTADÃO RI

a rádio das melhores notícias
ELDORADO FM 107.3

**ESTADÃO
BLUE STUDIO**

**AGÊNCIA
ESTADO**

broadcast